

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

RURALIDADES EM DISPUTA NA REGIÃO CAFEEIRA DO
MUNICÍPIO DE MANIZALES, COLÔMBIA

Marlon Javier Méndez Sastoque

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**RURALIDADES EM DISPUTA NA REGIÃO CAFEIEIRA DO
MUNICÍPIO DE MANIZALES, COLÔMBIA**

MARLON JAVIER MÉNDEZ SASTOQUE

Sob a Orientação da Professora
Dra. Maria José Teixeira Carneiro

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em**
Ciências, no Curso de Pós-graduação
de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2010

307.72861
M538r
T

Méndez Sastoque, Marlon Javier.

Ruralidades em disputa na região cafeeira do município de Manizales, Colômbia / Marlon Javier Méndez Sastoque, 2010.

165 f

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 155-165.

1. Representação do rural - Teses. 2. Ruralidade – Teses. 3. Dinâmicas rurais – Teses. 4. Desenvolvimento rural – Teses. 5. Manizales (Caldas, Colômbia) – Teses. I. Sobrenome, Nome e (orientador). II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MARLON JAVIER MENDEZ SASOQUE

Tese submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Estudos de Cultura e Mundo Rural.

TESE APROVADA EM __ / __ /2010

Maria José Teixeira Carneiro. Dra. CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Olga Lucía Castillo Ospina. Dra. PUJ-Bogotá

Héctor Alberto Alimonda. Dr. CPDA/UFRRJ

Jorge Osvaldo Romano. Dr. CPDA/UFRRJ

André Pires. Dr. PUC-Campinas

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Em geral a todos os professores com quem, direta e indiretamente, compartilhei e aos funcionários que ajudaram a propiciar um acolhedor ambiente acadêmico.

À Profa. Dr. Maria José Carneiro Teixeira, pela orientação atenta e estimulante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concepção da bolsa PEC-PG para cursar o doutorado.

Aos meus colegas doutorandos e mestrandos, pelos seus aportes nos Seminários e Laboratórios de Pesquisa.

À Universidade de Caldas, pela concepção do tempo para cursar o doutorado. Aos meus colegas do Departamento de Desenvolvimento Rural e, em geral, da Faculdade de Ciências Agropecuárias, pelo apoio durante minha estância no Brasil.

Às famílias de produtores agrícolas da zona rural do município de Manizales pela atenção outorgada ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos funcionários da Unidade de Integração Social (UIS) da Prefeitura de Manizales, pelo apoio oferecido ao longo da pesquisa. Reitero os meus agradecimentos especiais ao extensionista César Augusto Londoño Barrios, pelos seus constantes aportes ao desenvolvimento da investigação.

Aos funcionários do Comitê de Cafeeiros de Caldas, pela colaboração prestada no momento oportuno.

Aos membros do Jardim Botânico da Universidade de Caldas, em especial ao seu diretor José Humberto Gallego e aos estudantes membros do Grupo de Estudos em Agricultura Sustentável (GEAS) pela sua contínua colaboração.

Aos moradores da vereda El Arenillo, por me permitir conhecer de perto as suas atividades relacionadas à ideia de reconversão agroecológica.

A todos os que, de longe ou de perto, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, pessoas que agora fazem parte da minha lista de vínculos intelectuais, profissionais e afetivos.

RESUMO

Méndez Sastoque, Marlon Javier. **Ruralidades em disputa na região cafeeira do município de Manizales, Colômbia**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Partindo da identificação e análise das múltiplas ruralidades em disputa, isto é, da interação entre tramas diferenciáveis de relações sociais geradas por atores congregados em torno de certos propósitos comuns, informadas e caracterizadas pelas diversas formas de representar o rural que orienta o proceder destes diversos atores, a tese visa analisar a dinâmica rural do município de Manizales, Estado de Caldas, Colômbia. A análise se fundamenta na identificação de conflitos e solidariedades resultantes da interação entre os diversos atores que mobilizam a dinâmica rural (produtores agrícolas, extensionistas, ambientalistas, ativistas, acadêmicos e estudantes, visitantes e turistas, dentre outros), a partir do cruzamento de quatro categorias operativas (ruralidade produtivista, ruralidade contestatória, ruralidade hedonística e ruralidade fragilizada), concebidas como descritoras e sintetizadoras das variadas formas de perceber o rural identificáveis no âmbito local. Os pontos achados de divergência e convergência iram em torno de cinco eixos principais: a) o desentendimento entre a especialização na cultura do café ou a diversificação agroalimentar como alternativa produtiva para os agricultores familiares locais, b) a disputa suscitada sobre o tratamento dos agricultores familiares como atores improdutivos e sua concepção como atores sociais e políticos com potencial para atuar com maior autonomia, c) a abordagem da proposta de reconversão agroecológica como estratégia para criar uma “nova sociedade” em contraposição a sua concepção como projeto de ajuste às demandas contemporâneas da dinâmica de mercado, d) a divergência entre o turismo no espaço rural como oportunidade privada de negócio e seu entendimento como estratégia de desenvolvimento comunitário, e e) o desacordo entre a decisão de estimular a permanência dos jovens nos espaços rurais e incentivar sua saída. Finalmente, a análise das ruralidades em disputa deriva numa série de lineamentos acerca de como potencializar as sinergias e negociar os conflitos encontrados, úteis como informantes da formulação de políticas locais de desenvolvimento.

Palavras-chave: representações do rural, ruralidades em disputa, dinâmicas rurais, desenvolvimento rural, Manizales [Caldas, Colômbia]

ABSTRACT

Méndez Sastoque, Marlon Javier. **Ruralities in dispute in the coffee region of the Manizales, Colombia.** 2010. Thesis (Doctorate in Social Sciences about Development Agriculture and Society). Human and Social Sciences Institute. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Following the identification and analysis of multiple ruralities in dispute, that is, the interaction between frames of differentiated social relations generated by actors gathered around certain common purposes, informed, and characterized by different ways of representing the country that guides the conduct of various actors, the thesis aims to analyze the dynamics of the rural municipality of Manizales, State of Caldas, Colombia. The analysis is based on the identification of conflicts and solidarities of the interaction between the various actors who mobilize the rural dynamics (agricultural producers, farmers, environmentalists, activists, academics and students, visitors and tourists, among others), from the junction of four operational categories (productive rurality, contestatory rurality, hedonistic rurality, fragile rurality), and synthesizer designed as descriptors of the various ways of perceiving the rural identifiable locally. The points of divergence and convergence findings shall go around five major themes: a) the disagreement between specialization in coffee crop diversification or agri-food production as an alternative for local farmers, b) the dispute arose over the treatment of family farmers unproductive as actors and their design as social and political actors with the potential to operate with greater autonomy, c) the approach of the proposed conversion agroecology as a strategy to create a "new society" as opposed to their conception and design of adjustment to the demands of contemporary market dynamics, d) the divergence between the rural tourism as an opportunity for private business and his understanding as a community development strategy, and e) the disagreement between the decision to encourage youth to stay in rural areas and encourage their departure. Finally, analysis of the dispute stems ruralities in a series of guidelines about how to leverage synergies and negotiate the conflicts found, working as informants for the formulation of local development policies.

Key words: representation of rural, ruralities in dispute, rural dynamics, rural development, Manizales [Caldas, Colombia]

LISTA DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1 Contas de produção por tipo de atividade - 2007	31
Tabela 2 Indicadores de suficiência específica por alimento no município de Manizales, Caldas	95

LISTA DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1 Localização do município de Manizales	29
Figura 2 Família de agricultores familiares	33
Figura 3 Paisagem típica cafeeira	47
Figura 4 Capas de publicações editadas pelo Comitê de Cafeeiros de Caldas, direcionadas a agricultores familiares	54
Figura 5 Avisos publicitários do evento ECOVIDA-2008	61
Figura 6 Neo-rural na sua casa da zona rural de Manizales	72
Figura 7 Detalhe de casa localizada em condomínio rural em Manizales	76
Figura 8 Grupo de caminhantes numa manhã de domingo	78
Figura 9 Imagens da Fazenda turística El Peñaral	79
Figura 10 Crianças, filhas de agricultores familiares, tomando aulas numa das escolas rurais de Manizales	127

LISTA DE ABREVIACOES

COOPROCAM	Cooperativa Multiativa de Produtores do Campo
CORFINCAS	Cooperativa de Chacareiros para o Agroturismo de Caldas
CORPOCALDAS	Corporação Autnoma Regional de Caldas
DANE	Departamento Nacional de Estadística
ECOVIDA	Encontro de Agricultores Ecológicos e Sabedorias Populares
FEDECAFÉ	Federação Nacional de Cafeeiros da Colômbia
GEAS	Grupo de Estudos em Agricultura Sustentável
JAC	Junta de Ação Comunal
SENA	Serviço Nacional de Aprendizagem
UAP	Unidade Produtiva Agrícola
UIS	Unidade de Integração Social
UMATA	Unidade Municipal de Assistência Técnica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. O RURAL DIVERSIFICADO: AMPLIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA RURAL E EXISTÊNCIA SIMULTÂNEA DE MÚLTIPLES RURALIDADES	7
1.1. Multissetorização e polissignificação dos espaços rurais	7
1.2. Ampliação da experiência rural	13
1.3. Disputas e solidariedades entre ruralidades confluentes	21
1.4. Operacionalização do discurso em torno das ruralidades confluentes	26
CAPITULO II. A TERRA DO CAFÉ: MODOS DE VIDA, PRODUÇÃO, CRISE E REVALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CAFEIEIRA	28
2.1. Aspectos gerais	28
2.2. Caracterização socioproductiva	32
2.3. Crise cafeeira	41
2.4. Valorização simbólica e revalorização econômica da paisagem e da cultura cafeeira	46
CAPITULO III. DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS OPERATIVAS	52
3.1. Ruralidade produtivista	52
3.2. Ruralidade contestatória	59
3.3. Ruralidade hedonística	68
3.4. Ruralidade fragilizada	81
CAPÍTULO IV. DINÂMICA RURAL LOCAL: CRUZAMENTOS ENTRE RURALIDADES EM DISPUTA	92
4.1. Entre a especialização na cultura do café e a diversificação agroalimentar	92
4.2. Entre o “empoderamento” das comunidades rurais e a “assistência social” aos pobres do campo	101
4.3. Entre forjar um projeto de “nova sociedade” e ajustar o modelo produtivo às demandas contemporâneas de consumo	106
4.4. Entre o turismo rural como oportunidade de negócio e estratégia de conscientização socioambiental	117
4.5. Entre estimular a permanência dos jovens no campo e incentivar sua saída	125
CAPÍTULO V. PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO INFORMADAS PELA ANÁLISE DAS RURALIDADES EM DISPUTA	133
5.1. Potenciando sinergias e conciliando conflitos	133
5.2. Espaços convencionais e alternativos de atuação para os agricultores familiares	137
5.3. Aproveitamento da valorização paisagística, cultural e ambiental dos espaços rurais	141
5.4. Novos atores sociais e sua potencial contribuição ao desenvolvimento rural local	145

5.5	Incorporação da dimensão não agrícola nas estratégias locais de desenvolvimento rural	147
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	BIBLIOGRAFIA	155

INTRODUÇÃO

Esta tese é o resultado de uma inquietação intelectual surgida a partir da minha vinculação, em agosto de 2004, ao Departamento de Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Agropecuárias da Universidade de Caldas, instituição educativa localizada no Município de Manizales, capital do estado colombiano de Caldas (ver Figura 1). Desde o princípio, meu interesse como recém-chegado ao município foi conhecer o máximo possível acerca do contexto rural local e regional, âmbito que assumi como meu campo imediato de ação profissional. Ao ser Manizales capital de Caldas, uns dos estados que conforma o Eixo Cafeeiro colombiano, reconhecer o município na sua condição e vocação cafeeira foi o meu pressuposto inicial. Vivendo agora na “terra do café”, adotar o cultivo de café como principal atividade econômica dos produtores locais, ideia que emerge quase de forma automática no pensamento de quem imagina a dinâmica rural dos municípios que integram o Eixo Cafeeiro, foi também meu conceito.

Durante minhas frequentes visitas de estudo ao Eixo Cafeeiro, na minha época de estudante de agronomia na Universidade Nacional de Colômbia em Bogotá, 1993-1998, a Manizales rural que conheci era definida a partir da produção cafeeira. Lembranças das visitas às grandes, médias e pequenas plantações, da conversa com agricultores acerca do processo produtivo, das visitas guiadas pelos técnicos do Comitê de Cafeeiros, extensionistas que explicavam com detalhe as qualidades do modelo produtivo do café, as inovações técnicas introduzidas e o papel fundamental da Federação Nacional de Cafeeiros de Colômbia para o desenvolvimento local e regional fazem parte das referências que em princípio orientaram meu olhar sobre o meio local rural.

Uma vez iniciada minha atividade docente, durante os períodos que consegui me liberar da absorvente tarefa de dar aulas, entrei em contato com alguns dos funcionários da Unidade Municipal de Assistência Técnica (UMATA), extensionistas com os quais pude percorrer boa parte da zona rural do município. Acompanhando-os em suas atividades profissionais do dia a dia, além de conhecer muitos agricultores familiares, durante as visitas dos técnicos aos seus pequenos estabelecimentos tive a oportunidade de reconhecer, tanto na conversa como nas ações de técnicos e produtores, algumas situações que falavam acerca da dinâmica local. Como resultado de um silencioso exercício de observação, num primeiro momento identifiquei como dados de interesse: o mínimo envolvimento dos técnicos da UMATA como os extensionistas do Comitê de Cafeeiros; os comentários dos técnicos da UMATA e dos agricultores familiares acerca da crise do café como atividade econômica suficiente para garantir a reprodução socioeconômica da família; a realização de trabalhos não agrícolas, na zona urbana do município, por parte dos chefes de algumas das famílias visitadas (“meu marido não está, está trabalhando numa obra em Manizales”); o interesse das mães no estudo dos filhos como caminho de ascensão pessoal (“Dona Maria, como vão os seus filhos?”, pergunta o técnico da UMATA. “Muito bem, estudando na escola, lugar onde devem estar para ver se eles, algum dia, podem deixar esta luta”, responde a mãe de família). Fatos como os mencionados me estimularam a revisar minhas ideias em torno da dinâmica socioeconômica local, introduzindo inicialmente a dúvida em torno da produção de café como atividade principal dos agricultores familiares e acerca do que representava, para os membros das famílias,

a condição de produtores agrícolas nas circunstâncias de crise por eles mesmos expressadas.

Nessa mesma interação com os funcionários da UMATA, a partir das contínuas caminhadas pelas distintas localidades rurais do município e dos diálogos mantidos durante as viagens, tive a oportunidade de conhecer outros atores da dinâmica rural, entre os quais destacaram-se alguns neo-rurais interessados na produção agrícola, pessoas que ocasionalmente recorriam à UMATA à procura de assistência técnica; outros novos moradores do campo a que simplesmente saudávamos ao passar diante de suas casas (“aquele é médico”, “aquele trabalha na Universidade Católica”, “aquele é aposentado da Indústria Licoreira de Caldas”, comentavam comigo os extensionistas); professores das múltiplas escolas rurais, com os quais muitas vezes compartilhamos um café e falamos sobre o trabalho por eles realizado; extensionistas do Comitê de Cafeeiros a caminho de algumas das chácaras ou fazendas de produtores locais; turistas conhecendo o processo produtivo do café, alojados em fazendas adaptadas pelos proprietários para receber visitantes.

Esponaneamente, em várias das conversas mantidas em diferentes épocas, surgiram críticas sobre o modo como os membros do Comitê de Cafeeiros tratam seus usuários (“eles apenas dão conta do café”, falavam com frequência os técnicos da UMATA); sobre a ação de representantes de entidades ligadas à Universidade de Caldas, como o Jardim Botânico, e suas posturas radicais acerca do uso de agroquímicos e da monocultura do café; e referências ao teimosos, usualmente os pequenos produtores, diante da proposta de mudar do cultivo de café pelo das frutas, legumes e hortaliças. São apreciações que, em conjunto, instigaram meu interesse por saber mais a respeito das dinâmicas sociais construídas a partir da interação entre estes diversos atores e suas formas de se relacionar com o espaço rural.

Essa primeira aproximação de um cenário rural que integra diferentes atores em contínua interação orientou minha decisão de me aproximar um pouco mais de cada grupo de interesse, mas separadamente. Conhecer de perto o cotidiano dos diversos tipos de produtores agrícolas (grandes, médios e pequenos produtores, usando as tipologias nativas); dos novos habitantes do campo integrados ou não ao cotidiano das localidades rurais onde agora moram; dos ativistas e ambientalistas reunidos em torno de propostas agroecológicas e alternativas, dentre outras, foi por um tempo minha tarefa em Manizales. A isto se somou o interesse de saber de que viviam os pequenos produtores de café (quais eram suas fontes de renda), quais eram suas posturas a respeito de suas condições de vida e quais suas principais estratégias de reprodução socioeconômica, assunto que ocupou a minha atenção e a de alguns dos meus estudantes de graduação (estudantes de veterinária e zootecnia) até antes de ingressar no doutorado do CPDA/UFRRJ.

A pesquisa intitulada “Incursão ocupacional rural em cenários agrícolas: estratégia de reprodução socioeconômica entre pequenos produtores na zona rural de Manizales”, estudo financiado pela Vice-diretoria de Pesquisa da Universidade de Caldas e por mim coordenada, constitui um antecedente desta tese. Nessa oportunidade, a atenção esteve centrada nos pequenos produtores de café (nesta pesquisa definidos como agricultores familiares), seu modo de vida e suas estratégias pluriativas de reprodução socioeconômica. Uma vez no doutorado, a intenção de dar continuidade à análise da dinâmica rural local orientou a ideia de ampliar o olhar para a totalidade de atores e grupos envolvidos. Dessa vez, mais do que observar separadamente cada grupo de interesse, o caminho seguido foi fazê-lo

em função da participação de cada um dentro da trama de relações sociais surgida da interação entre os múltiplos atores. Localizados em diversos cenários e guiados por diferentes interesses, criam e dão sustento a múltiplas ruralidades, isto é, a tramas diferenciáveis de relações sociais construídas por atores congregados em torno de certos propósitos comuns, informadas e caracterizadas por seus variados estilos de pensar e atuar sobre o rural, noção apresentada no capítulo primeiro e assumida como norteadora da pesquisa.

Metodologicamente, o primeiro passo consistiu em identificar entre os diversos atores as variadas séries de princípios e valores que orientam e formam as diferentes maneiras de perceber o rural, operantes no contexto local. A partir de entrevistas semiestruturadas, conversações informais com os diversos atores (produtores, extensionistas, ambientalistas, neo-rurais, turistas), participação em eventos organizados por eles, acompanhamento presencial das suas várias atividades cotidianas (visitas a produtores, reuniões informativas, capacitações), revisão das publicações editadas pela UMATA, pela Secretaria Estadual de Agricultura, pelo Comitê de Cafeeiros de Caldas e pelo Instituto de Cultura e Turismo, entre outras atividades, foi possível identificar essas distintas formas de perceber o rural e seus principais elementos, assim como o perfil dos variados atores que incorporam essas representações como orientadoras das suas ações na dinâmica social rural.

O trabalho baseia-se, fundamentalmente, em entrevistas com informantes selecionados pertencentes aos seguintes grupos de interesse: produtores agrícolas (agricultores familiares e empresariais), extensionistas e diretivos associados às distintas agências locais e regionais de apoio ao produtor (Unidade Municipal de Assistência Técnica, Comitê de Cafeeiros de Caldas, Secretaria Estadual de Agricultura), membros de organizações ambientalistas locais (Jardim Botânico da Universidade de Caldas, Associação Amigos do Jardim Botânico), neo-rurais (moradores de condomínios e casas localizados em espaços rurais do município), prestadores de serviços turísticos (produtores cafeeiros que transformaram total ou parcialmente suas propriedades em fazendas de recreio e operadores locais de serviços turísticos) e visitantes internos e externos (turistas provenientes de distintas partes da Colômbia atraídos pela oferta agroturística e caminhantes locais, principalmente). Desde o princípio, as falas e ações concretas dos membros destes grupos foram identificadas como o sustento empírico das distintas formas de representar o rural, figurações simultaneamente operantes na localidade em estudo, fato que orientou sua eleição como informantes chaves.

Em termos gerais, os informantes foram indagados sobre os seguintes temas: a) tipo de relação com o meio físico e social (econômicas, produtivas, afetivas, familiares, profissionais, trabalhistas, dentre outras), b) funções atribuídas aos espaços rurais (qual é sua utilidade, para quem servem, como deveriam ser usados), c) sistemas de normas, princípios e valores associados à vida em ambientes ou espaços assumidos rurais, d) modelos de organização econômica e social derivados das suas formas de representar o rural, e) trajetórias particulares de vida (formação, motivações pessoais, caminhos seguidos para definir sua afiliação a um grupo ou sua inclusão em alguma categoria específica: ambientalista, conservacionista, neo-rural, ativista, por exemplo). As entrevistas transcritas ao longo da tese vêm acompanhadas pelo grupo ao qual pertence o informante e sua filiação institucional quando julgado necessário. Ainda que a maioria dos entrevistados autorizasse a citação dos seus nomes na tese, estes foram omitidos

como medida de proteção. Em total foram realizadas 73 entrevistas, trabalho acontecido entre agosto de 2008 e março de 2009.

Em relação à situação de conflito armado interno, até hoje mantido na Colômbia, sem estar totalmente isolado desta forte e prolongada confrontação, o município de Manizales pode continuar sendo qualificado como uma localidade relativamente calma. Apesar da ocorrência esporádica de ações ainda isoladas e de baixa intensidade, a presença de atores protagonistas do conflito (guerrilha, paramilitares e narcotraficantes) continua sendo ocasional, à diferença do acontecido em outros municípios de Caldas, onde a intensidade do conflito é maior.

Em termos gerais, o estado de Caldas não destaca no conjunto nacional por apresentar elevados níveis de violência no marco da confrontação armada. Isto é certo, sobretudo, para o caso da guerrilha que somente tem presença significativa no Oriente do estado (e mínima na região Centro-Sul, na qual está localizada Manizales), situação que reforça o exposto por Palacio et al. (2002) acerca da situação colombiana: o conflito armado na Colômbia não tem a mesma resolução nos âmbitos nacional, regional e local.

A baixa intensidade do conflito em Manizales foi um dos fatores que favoreceu realizar a investigação de campo com total tranquilidade no referido a integridade física do pesquisador e dos informantes. A mobilidade pela área rural do município aconteceu em total normalidade, livre da incerteza produzida pelo risco de estar numa área altamente conflituosa. Um fator favorável tem a ver com a localização em Manizales do Batalhão de Infantaria N° 22 e da sede do Distrito Estadual de Policia, vantagens derivadas de ser a capital do estado, benefício extensivo à área rural do município. Nestas circunstancias, as referencias feitas pelos próprios informantes sobre a influência direta do conflito armado na cotidianidade das suas vidas foram mínimas ou mesmo nulas, o que resultou em que o tema do conflito armado não tenha recebido um lugar determinante ou contundente na tese.

As informações levantadas a partir das entrevistas foram complementadas com publicações e comunicados escritos pelos próprios atores sociais (publicidade emitida por prestadores de serviços turísticos, comunicados institucionais e publicações da organização corporativa cafeeira e da Unidade Municipal de Assistência Técnica), assim como de artigos de imprensa elaborados pelos meios locais e regionais sobre diversos temas afins aos objetivos da pesquisa. Os dados qualitativos foram complementados com dados secundários quantitativos, gerados e disponibilizados por instituições governamentais (Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Agricultura) e corporativas (Comitê Estadual de Cafeeiros).

Uma vez identificadas as diversas formas de representar o rural no âmbito local, o passo seguinte consistiu em dar conta dos distintos cruzamentos estabelecidos a partir da identificação de pontos de convergência e divergência reconhecíveis na interação solidária ou conflituosa entre os diversos atores da dinâmica rural. Presumindo o cenário local como um espaço de confrontação entre distintas formas de perceber o rural (representações que se permeiam e influenciam umas as outras, orientando a emergência de ruralidades específicas que se enfrentam), o objetivo central da pesquisa consistiu em traçar e analisar a rede de relações entre as diversas ruralidades em disputa coexistentes na região cafeeira de Manizales, como via metodológica para visualizar e entender a dinâmica rural local. Propositivamente, reconhecer os eixos de solidariedade e conflito entre as distintas ruralidades coexistentes foi pensado como contribuição útil para a posterior formulação de medidas orientadas a mediar entre os variados interesses

contrapostos ou destinadas a potencializar os efeitos positivos das relações sinérgicas encontradas.

Em um esquema que vai do geral ao particular, a tese se apresenta em cinco capítulos. O primeiro, de caráter mais geral, proporciona elementos analíticos úteis para evidenciar a possibilidade de emergência, num mesmo espaço sociogeográfico, de múltiplas ruralidades operando de forma simultânea. Os argumentos apresentados giram em torno das seguintes temáticas: a) a multissetorização e a polissignificação dos espaços rurais como fato que favorece a integração nas dinâmicas rurais de outros atores distintos dos tradicionalmente agrícolas; b) a concepção do espaço rural como o cenário no qual diversos atores projetam e vivenciam suas variadas representações do rural, reconhecendo essas virtudes próximas de seus próprios imaginários; c) a concepção do espaço rural como espaço de confluência de distintas ruralidades em disputa, onde aquelas com mais capacidade de influência tratam de sobrepor-se a outras em meio de relações desequilibradas de poder. Este capítulo pode ser entendido como o sustento teórico-metodológico que orienta a pesquisa, mas também como uma guia geral para quem quiser entender a dinâmica rural acontecida em qualquer outro âmbito local, a partir da aplicação da perspectiva das ruralidades em disputa. O segundo capítulo tem como propósito apresentar os principais rasgos do município de Manizales, ressaltando as informações concernentes à dinâmica socioproductiva local. Dada a importância dos agricultores familiares, tanto pela condição de grupo populacional majoritário na zona rural do município como por ser o grupo social ao redor do qual se mobilizam extensionistas rurais, ambientalistas, ativistas e outra série de atores, boa parte do exposto gira em torno das suas formas de vida. Em virtude da sua relevância para a compreensão da dinâmica social local atual, sobretudo no concernente a suas consequências sobre a econômica agrícola/setorial, entre os temas abordados figuram o efeito da crise internacional do café sobre a economia local e a revalorização simbólica e econômica da paisagem e da cultura cafeeira. Este último fato aparece associado ao surgimento de novas alternativas de geração de renda, opções fundamentadas no aproveitamento dos recursos paisagísticos, culturais e ambientais locais, até certo ponto assumíveis como resposta à crise setorial.

No terceiro capítulo são apresentadas as quatro categorias operativas concebidas como descritivas e sintetizadoras das diversas formas de perceber o rural, identificáveis no âmbito do estudo, mas igualmente assumidos como referentes descritivos e analíticos no estudo das dinâmicas acontecidas em outros cenários rurais específicos: a) ruralidade produtivista, dinâmica orientada pela leitura agrícola/setorial dos espaços rurais, no caso em estudo considerada dominante; b) ruralidade contestatária, dinâmica formada por posturas críticas da racionalidade produtivista/mercantilista como guia preponderante de relacionamento entre os atores rurais e entre estes e a sociedade geral; c) ruralidade hedonística, dinâmica fundamentada na concepção do espaço rural como fonte de deleite estético, espaço recreativo e substrato físico-social para o desenvolvimento de projetos alternativos, usualmente associados a estilos de vida em proximidade e harmonia com a natureza; e d) ruralidade fragilizada, dinâmica desenvolvida em torno do cotidiano dos agricultores familiares, na maioria atores em condições de vulnerabilidade socioeconômica, para os quais combinar múltiplas estratégias de reprodução social, aproveitando o campo de possibilidade existente no âmbito local, constitui preocupação permanente e imediata.

No quarto capítulo são apresentados os resultados do cruzamento sistemático das quatro categorias operativas propostas, sintetizados a partir de cinco eixos de convergência e divergência: a) a confrontação em torno da especialização na monocultura do café e a proposta de mudar para a produção diversificada de alimentos; b) a disputa suscitada sobre o tratamento dos agricultores familiares como atores improdutivos, basicamente carentes de assistência social, e sua concepção como atores sociais e políticos com potencial para atuar com maior autonomia, sem depender de dádivas assistencialistas, dentro de um modelo social alternativo; c) a contenda entre assumir a proposta de produção agroecológica como simples resposta à demanda contemporânea do mercado ou como primórdio para a construção de uma nova ordem social, fundamentada em princípios de solidariedade, justiça e responsabilidade ambiental; d) o confronto entre o aproveitamento comercial e privado dos recursos naturais e ambientais e a concepção do uso sustentável desses mesmos recursos como estratégia de desenvolvimento comunitário; e e) a disputa entre impulsionar a permanência dos jovens nos espaços rurais, a modo de relevo geracional da força de trabalho agrícola localmente disponível, e o estímulo familiar pela procura de novas alternativas ocupacionais não agrícolas, exercidas principalmente na cidade, como medida de ascensão pessoal. Metodologicamente, a proposta de traçar uma rede de ruralidades coexistentes mediante o cruzamento sistemático das distintas categorias operativas construídas a partir da identificação de múltiplos cenários de encontro solidário e conflituoso, constitui a principal contribuição da tese, sugestão entendida como uma forma alternativa de descrever as dinâmicas rurais acontecidas em certo espaço sociogeográfico de interesse.

Finalmente, baseado no resultado do cruzamento entre as ruralidades em disputa, no quinto capítulo são apresentadas sugestões que intervêm positivamente nas principais relações conflituosas e potencializam as sinergias resultantes das interações solidárias entre os atores representantes das variadas dinâmicas rurais específicas. Trata-se de orientações posteriormente empregáveis na definição de políticas de desenvolvimento local, pensadas como recurso que estimule a formulação de políticas orientadas por aportes da pesquisa e pela dissertação acadêmica.

Tematicamente, a investigação constituirá uma contribuição para o conhecimento da região cafeeira colombiana, que, diferentemente das pesquisas existentes (trabalhos prioritariamente centrados na economia e na dinâmica social exclusivamente cafeeira), centrará a atenção sobre a heterogeneidade das sociedades rurais contemporâneas, revelando sua diversidade e amplitude. Assim, a informação gerada e divulgada constituirá um olhar alternativo na medida em que dará conta de “outros rurais” atuantes na localidade e na região, pouco reconhecidos ante a dominância da leitura setorial. Atendendo a esta particularidade, pelo menos no contexto regional, o estudo poderia ser assumido como um convite a superar a tendência de contemplar a condição rural como atributo distinto de um grupo social em particular (os produtores agrícolas/os produtores de café), contribuindo para posicionar seu entendimento como uma dinâmica social diversa, ativada por grupos e indivíduos igualmente heterogêneos.

CAPÍTULO I

O RURAL DIVERSIFICADO: AMPLIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA RURAL E EXISTÊNCIA SIMULTÂNEA DE MÚLTIPLES RURALIDADES

O capítulo tem como fim proporcionar elementos analíticos úteis para evidenciar e localizar contextualmente a emergência simultânea de múltiplas ruralidades. Assumindo como eixo central que, em certo espaço sociogeográfico, as dinâmicas rurais são mobilizadas e ativadas pela existência sincrônica de diversas formas de representar e interferir o rural operadas por diversos atores em contínua interação, nesta seção se enfatiza três tópicos principais: a) a ampliação da experiência rural a um vasto número de sujeitos diferentes dos tradicionalmente agrícolas; b) a figuração do rural como um campo aberto de relacionamento entre atores diferencialmente capacitados para fazer prevalecer suas diferentes visões do rural; e c) o surgimento de solidariedades e disputas entre as diferentes ruralidades confluentes num mesmo cenário sociogeográfico, manifestas nas ações e respostas dos atores que as sustentam.

1.1. Multissetorização e polissignificação dos espaços rurais

Progressivamente, a ideia que associa o rural à territorialização do agrícola foi cedendo espaço a novas interpretações e leituras. Hoje em dia existe certo consenso a respeito de que o mundo rural vai além do meramente agropecuário. Sobre esta premissa, novas práticas e interações sociais são reconhecidas como parte desse mesmo universo. Em termos gerais, à tarefa, outrora essencialista, de produzir alimentos e insumos para a indústria se somam outras que, em conjunto, complexificam e diversificam o uso e a apropriação social do espaço, situação que conduziu a reduzir o poder explicativo da leitura unissetorial do rural.

Não obstante, a frequência com que se fala atualmente do espaço rural diversificado, nem sempre foi assim. Reconhecer o rural como um espaço socioeconômico multissetorial implicou romper com o estreito vínculo entre meio rural e agricultura, associação que orientou, durante várias décadas, tanto as políticas públicas como a forma especializada de conceber o mundo rural.

De acordo com Machado e Torres (1987), durante as décadas dos anos 1960, 1970 e 1980, em termos de política, a questão rural foi praticamente reduzida à questão agrícola. A política agrícola era completamente afim com um modelo de crescimento da atividade agropecuária, basicamente orientado a incrementar a eficiência dos processos de produção. Sobre este olhar, só existia um problema agrícola/rural quando os fatores produtivos da agricultura se desarticulam dentro do mesmo setor, o que se manifestava, por exemplo, na escassez de água, presença de pragas e doenças nos cultivos e criações de animais, inadequação de terras, falhas no sistema de crédito e deficiências na difusão dos avanços tecnológicos. Nestas circunstâncias, os problemas rurais eram identificados aos obstáculos ao crescimento do setor agropecuário, preocupações de índole exclusivamente setorial.

Para o caso colombiano, apesar de três décadas de intervenção setorial mediante programas e planos de desenvolvimento agrícola, os resultados obtidos foram poucos, persistindo, até hoje, problemas não resolvidos. De acordo com Machado (2000), a terra continua sendo um fator especulativo e acumulador de renda, em vez de um bem de produção e inversão; existe um alto grau de concentração da propriedade, uma estrutura agrária bimodal, pouco propícia para articulações eficientes com cadeias agroindústrias modernas, expressando uma grande desigualdade social; os índices de pobreza rural são altos e superiores aos existentes nas zonas urbanas. A pobreza é maior em termos absolutos e relativos e o nível de vida rural é inferior ao urbano; os recursos naturais estão em um processo acelerado de destruição; e a violência e o conflito acompanham a irrupção de cultivos de uso ilícito em varias regiões do país, junto com processos de deslocamento forçado da população, sendo a zona rural onde principalmente acontecem os fenômenos de violência política e a presença de grupos armados (guerrilha e paramilitares)

Aos problemas anotados agregam-se outros cada vez mais evidentes, sobretudo a partir das duas últimas décadas. Segundo Machado (2000), dentre os principais figuram os seguintes: Conformação de uma economia informacional/global e, regionalizada, com incidências na competitividade, o desenvolvimento dos mercados, a cultura, as formas de relacionamento social e o conhecimento; mudanças nos esquemas de proteção da agricultura y nas políticas internacionais, acompanhado da acentuada transnacionalização dos setores agroindustriais e da articulação dos empresários nacionais com a inversão estrangeira; transformação dos padrões de consumo, conferindo poder aos consumidores na definição do que se produz e a forma como é produzido; avanços tecnológicos (biotecnologia, principalmente) que mudam os esquemas de produção agrícola e geram conflitos em torno de seu uso; maior valoração do conhecimento, a informação e o capital em relação com a terra. O conhecimento se está convertendo em um fator produtivo de grande valor para a competitividade, acima da importância tradicional da terra; e localização dos núcleos de poder da estrutura agrária no sistema agroindustrial, comercial e financeiro, onde a atividade primária constitui o componente mais débil (em termos de valor e poder) da cadeia agroindustrial.

A esta lista de problemas contemporâneos somam-se outros como as mudanças nas atitudes, valores e comportamentos dos proprietários, pequenos produtores, agricultores familiares, comerciantes, trabalhadores agrícolas, consumidores, empresas transnacionais, entre outros atores, em comparação com os existentes faz quarenta anos; novos agentes têm entrado ao setor: ONG, investidores com diversos interesses, novas empresas prestadoras de serviços, entidades de ensino e investigação, neo-rurais, agências públicas e privadas de extensão e desenvolvimento rural, organizações delitivas, entre outros; preocupação ascendente pelas possibilidades de melhorar a qualidade de vida convivendo com a natureza e pela conservação ambiental; e a existência de maior consciência nacional sobre a necessidade de eliminar os fatores de exclusão econômica, social, política gerados pelos diversos modelos de desenvolvimento no passado adotados.

Poderia dizer que fatos como os esboçados conduziram gradualmente a mudar a visão setorial por uma mais ampla e includente que dá conta não somente da agricultura e dos produtores agrícolas, mas também das formas de relação entre estes, seu espaço imediato e outros cenários, incluídos os urbanos; das atividades

tanto produtivas como não produtivas que podem ser desenvolvidas nos espaços reconhecidos rurais; da existência de novos atores sociais vinculados às dinâmicas locais e regionais; das demandas dos novos e antigos atores para além de seu rol social de produtores agrícolas; da crescente associação simbólica e funcional entre ruralidade e natureza, dentre outros assuntos chave. Estas mesmas situações orientaram a adoção da idéia de que o desenvolvimento rural não é unicamente um problema econômico, senão que envolve, também, elementos culturais, sociais, políticos e institucionais, noção que iniciou a se configurar no final dos anos 1980.

A esse respeito, desde a perspectiva ocupacional, diferentes autores chamam a atenção para o papel decisivo das atividades não agrícolas na composição das diversas economias rurais, arranjos que, na medida em que transgridem os limites da atividade agroprodutiva, resultariam mais interssetoriais que primários. Graziano da Silva (1999), referindo-se às profundas transformações pelas quais vem passando o espaço rural, assinala vários motivos que conduzem à multissetorização. Em primeiro lugar, indústrias de diferentes índoles têm procurado transferir suas plantas para as áreas rurais como forma de minimizar custos (proximidade das matérias-primas, força de trabalho mais barata, menos impostos, entre outros motivos) ou externalidades negativas (contaminação, congestionamento veicular, por exemplo), fato que valorizaria o rural para fins industriais não agrícolas. A esta demanda se somariam aquelas que apropriam o rural como espaço de recreio, turismo, preservação da cultura e o meio ecológico, circunstância que agregaria às atividades existentes outras surgidas em função da questão ambiental e o atendimento aos turistas.

De forma semelhante, Marsden (1995) assinala que a urbanização, as mudanças no consumo de alimentos e no estilo de vida da sociedade pós-industrial vêm transformando aceleradamente o uso dos espaços rurais, atribuindo-lhe funções além das agrícolas. De acordo com o autor, a possibilidade de prover serviços ambientais, bens não tangíveis e produtos relativamente não mercantilizados (ar e água puros, tranquilidade, saúde, beleza paisagística, entre outros) desencadearia no meio rural novas formas de divisão social do trabalho, agora flutuantes entre as ocupações agrícolas e não agrícolas, fato que também contribuiria para a multissetorização do rural.

Em Manizales, a instalação de indústrias de variada índole na zona rural do município, o surgimento de iniciativas públicas e privadas de agroturismo associadas à cultura do café, assim como a crescente oferta e demanda de projetos habitacionais e recreativos campestres, como será apresentado em capítulos posteriores, tem contribuído a sua multissetorização. Neste sentido, mais do que um espaço unicamente agroprodutivo, o espaço rural seria assumido como o substrato físico para o desenvolvimento de múltiplos projetos, tanto agrícolas como não agrícolas, onde a eleição do espaço rural como lugar de instalação responderia a variados valores (menores custos tributários, aproveitamento de recursos ambientais, procura de maior contato com a natureza, busca de um lugar exclusivo de habitação, por exemplo). Tratar-se-ia de outras atividades que, além de diversificar o âmbito produtivo, efeito destacado por autores como os citados, que privilegiam o olhar econômico e ocupacional, contribuiriam para gerar novas dinâmicas sociais, a partir da introdução no espaço rural local de variados atores informados e orientados por outras representações distintas à visão agroprodutiva dominante. Neste contexto, a multissetorização dos espaços rurais, além de implicações produtivas, teria efeitos na dinâmica social local, motivando o

encontro e a interação entre atores com interesses e visões diferenciados atuando num único espaço.

No marco da agricultura familiar, sem que esta seja uma situação totalmente nova como tática cotidiana e diversificada de reprodução econômica e social, hoje é também mais evidente a incursão ocupacional de membros de famílias rurais em cenários não agrícolas. Na medida em que a atividade agropecuária deixa de ocupar a totalidade da força de trabalho disponível, que as expectativas dos moradores rurais mudam e que nos cenários locais e regionais surgem mercados de trabalho com capacidade de absorver a mão de obra liberada, a incursão ocupacional em outros setores da economia surge como resposta previsível.

De acordo com Schneider (2003), enquanto fenômeno social, a pluriatividade pode ser definida como um fenômeno a partir do qual membros de famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de múltiplas atividades, ou mais especificamente ainda, pela ocupação em atividades não agrícolas, mantendo a habitação no campo e uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural. Enfatizando a relação com o tempo disponível para a dedicação a outras atividades, Kageyama (1998) observa que esta capacidade familiar de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas derivaria de uma característica intrínseca da mesma atividade agropecuária: o tempo necessário em trabalho seria menor que o tempo efetivo de produção, fato que permitiria a certos membros da unidade familiar exercer outro tipo de atividades, incluindo as não agrícolas. Considerando que a combinação de atividades não agrícolas com a agricultura por membros de comunidades camponesas é uma prática antiga, Carneiro (2006) sugere a necessidade de restringir o uso da noção de pluriatividade às situações derivadas tanto da crise da modernização da agricultura (fenômeno responsável pela especialização produtiva das famílias agrícolas) como do surgimento de maiores alternativas ocupacionais devidas ao estreitamento das relações entre o campo e a cidade.

No caso em estudo, a especialização dos produtores locais no cultivo de café em tempos de crise cafeeira, como será apresentado no próximo capítulo, constitui uns dos principais fatores que motivam a atual incursão dos produtores em cenários ocupacionais não agrícolas. Ainda que a cultura do café demande menos força de trabalho familiar durante os períodos de entressafra, temporada na qual os produtores normalmente procuram outras fontes de trabalho, a queda dos preços internacionais do produto, combinada com o aumento dos custos dos insumos e o baixo preço pago pela mão de obra contratada nas grandes plantações, tem estimulado maior procura de alternativas não agrícolas por membros de famílias de pequenos produtores. Neste contexto, a zona urbana de Manizales, cidade capital do estado de Caldas, representa para estes atores a mais importante praça de ocupação formal e informal. Venda de alimentos e produtos variados, construção, trabalho doméstico, entre outras, figuram entre os principais ofícios exercidos na cidade.

Desde a perspectiva demográfica, entre as bases para pensar um espaço rural menos unissetorial e mais diversificado seria preciso considerar as mudanças ocorridas na composição populacional das localidades assumidas rurais. Atualmente, sem que esta seja uma situação homogênea, em algumas localidades rurais, sobretudo naquelas mais próximas aos meios urbanos, a densidade de agricultores passou a ser minoritária. Muitas destas áreas se transformaram em zonas suburbanas ou urbanas, agora compostas de uma população que inclui atores para os quais o rural não representa um espaço produtivo. Como menciona

Graziano da Silva (1999), a expansão de construções orientadas a proporcionar uma segunda moradia a famílias urbanas de média e alta renda vem crescendo nos meios rurais. De igual forma, com o avanço das facilidades de locomoção, viver no meio rural em função dos menores custos vem sendo uma alternativa considerada pela população de baixa renda. Assim, agricultores exclusivos e pluriativos, novos habitantes vindos das cidades, moradores de condomínios rurais, habitantes locais que trabalham na indústria ou na prestação de serviços variados no mesmo lugar ou em meios urbanos próximos seriam exemplo dessa multiplicidade.

No meio da diversidade possível, para alguns antigos e novos moradores do campo, além de um simples espaço habitacional e/ou produtivo os cenários rurais representariam parte integral de seus projetos políticos e ideológicos de vida. Seriam grupos e sujeitos afins a correntes de pensamento e movimentos ambientalistas, por exemplo, interessados em salvaguardar o patrimônio rural (paisagem, vida silvestre, biodiversidade, acervos culturais e formas locais de vida) ou em recuperar as “relações harmônicas” entre homem, natureza e sociedade (Pretty, 2002), quem sabe promovendo a produção limpa e ecológica de alimentos. Tratar-se-ia de ações que, além do produtivo, enfatizariam os componentes ambiental e cultura do rural, lideradas por atores diferentes dos tradicionalmente agrícolas agora fazendo também parte desse mundo compartilhado. Em Manizales, membros de grupos ambientalistas, estudantes, consumidores ecológicos organizados, atores frequentemente excluídos da análise da situação rural local estariam contribuindo para seu desenvolvimento a partir de visões além da questão produtiva.

Por sua vez, associados à prestação de serviços habitacionais, recreativos e turísticos, os meios rurais também seriam oportunidade de investimento não diretamente agrícola, atraindo atores com ou sem ascendência rural ou agrícola aos ambientes locais. Sobre este suposto, os mitos surgidos em torno do campo e do modo de vida rural seriam cada vez mais comercialmente aproveitados com fins residenciais e turísticos. A identificação do rural com ambientes naturais e limpos, espaços abertos, saúde, vida pacífica, relações fraternais e comunitárias, entre outros elementos, sustentaria cada vez mais a oferta de múltiplos produtos e serviços dirigidos a uma população majoritariamente urbana, fenômeno que igualmente daria conta da diversificação produtiva dos espaços rurais.

Como sugere Willits et al. (1990), identificar as imagens populares do rural predominantes entre os diversos atores participantes das dinâmicas locais resulta útil para explorar as transformações materiais e simbólicas acontecidas no lugar de estudo. Em Manizales, como será apresentado no capítulo 3, identificar a dominância de representações associadas a descanso, paisagem campestre, tranquilidade, entre certos atores (neo-rural, visitantes, operadores turísticos) permitiu formular a existência de uma forma hedonista de conceber e intervir no rural, com suas respectivas consequências materiais: emergência de condomínios rurais, centros de recreação e fazendas cafeeiras dispostas para o turismo, dando conta da mudança no uso do espaço.

Em síntese, pode-se dizer que, em termos de uso e significação, a relação dos usuários com os espaços rurais seria tanto material como simbólica. Ali se vive e se trabalha, produz-se alimentos, bens industriais e ambientais, fábricas e indústrias são instaladas e são prestados múltiplos serviços, dentro de um marco econômico e social que combina o agrícola e o não agrícola. Sustentando essa dinâmica de interações e intercâmbios, além de pessoas e bens materiais, circulariam imagens e abstrações. À luz de quem os experimentam, sentimentos,

sensações e desejos assumem certa identidade rural. Trata-se de abstrações que, ao serem espacializadas, remeteriam a zonas ou cenários concretos que irradiariam imagens afins àquilo idealizado ou figurado rural.

Exemplificando o anterior, a tranquilidade associada aos meios rurais seria experimentada morando ou visitando localidades previamente revestidas das condições desejadas ou esperadas. Compartilhando o exposto por Gonzáles e Camarero (1999), a cobiça momentânea de paz e vida em harmonia com a natureza seria suprida através de visitas esporádicas a lugares pré-visualizados como fornecedores dessas sensações, sendo este o contexto operativo em que diversos cenários rurais, ante o declive da atividade agropecuária, viriam recuperando ou mantendo sua pujança econômica e social, oferecendo produtos e serviços que convertem, até certo ponto, para expectativas de consumo. No caso em estudo, oferecer e visitar uma fazenda ou chácara cafeeira dotada de todas as comodidades demandadas pelo visitante e decoradas segundo as suas imagens do que seria um ambiente rural exemplificaria o exposto.

Seria possível dizer que o surgimento desses novos interesses e demandas constituiria um indicativo de como as áreas rurais vêm sendo progressivamente revestidas de múltiplas significações. Seriam novos sentidos e acepções que informariam e orientariam outras formas de apreender o rural, diferentemente da tradicionalmente agrícola/setorial. Sujeitas ao olhar de um amplo número de atores (ambientalistas, novos habitantes do campo, visitantes, turistas e consumidores reflexivos de alimentos, entre outros), estas formas alternativas de conceber e experimentar o rural remeteriam a um cenário físico e social economicamente multissetorial e socialmente heterogêneo, onde os agricultores deixariam de ser os únicos e legítimos representantes das sociedades rurais. Para estes “outros rurais”, seguindo o exposto por Oliva e Camarero (1992), o rural constituiria um marco relacional sobre o qual projetariam seus múltiplos desejos e interesses, premissa que norteia a pesquisa desenvolvida.

No sentido exposto, um mesmo espaço físico-social (para o caso em estudo, a zona rural do município de Manizales) poderia constituir o referente comum para múltiplos atores que o significariam e experimentariam de diferentes maneiras. Mais do que um marco estrito, física e objetivamente delimitado, esse espaço constituiria o cenário no qual diversos atores, em contínua interação, projetariam e vivenciariam suas representações do rural, outorgando-lhe, reconhecendo ou construindo sobre este diferentes características afins a seus próprios imaginários.

Quando se trata de evidenciar e localizar contextualmente a presença simultânea de múltiplas ruralidades, configurando uma dinâmica socioeconômica local, dirigir a atenção sobre a multissetorização e a polissignificação dos espaços rurais constituiria a via metodológica para: a) identificar no lugar específico de estudo a multiplicidade de significados tanto produtivos como não produtivos adjudicados ao entorno rural, a partir do reconhecimento das demandas e interesses particulares dos diversos atores vinculados da dinâmica local; b) reconhecer e valorizar a dimensão não agrícola do rural em contextos locais onde a visão agrícola/producionista pode ser a dominante; e c) identificar e caracterizar, num primeiro momento, as múltiplas significações outorgadas ao rural pelos diversos atores, usadas para descrever e expressar suas próprias vivências e experiências rurais. Trata-se de objetivos teóricos e conceitualmente informados, usados como guia da investigação desenvolvida.

1.2. Ampliação da experiência rural

Com essa abertura setorial, os produtores agropecuários deixaram de ser os únicos atores chamados tanto a encarnar como a construir aquilo reconhecido “rural”. Processos anteriormente tratados, como a multissetorização e a polissignificação do rural, contribuíram para a crítica ao discurso agroruralista, dando oportunidade aos atores não agrícolas de participar e competir na criação de uma ruralidade, em seu conjunto, heterogênea e informada por diversos imaginários. Neste sentido, o rural deixaria de ser um atributo essencial de determinados grupos sociais, além de residentes em certas localidades (no campo e na província, por exemplo), para ser agora examinado como uma produção social ampliada, elaborada por diferentes coletivos e indivíduos (locais, visitantes ou forasteiros qualificados como rurais ou urbanos).

Neste contexto, a aqui chamada ampliação da experiência rural daria conta de variados sujeitos representando, significando e intervindo um aparente único objeto. Atores que, localizados em diversos cenários e guiados por diferentes interesses, criariam e dariam sustento a múltiplas ruralidades, isto é, a tramas diferenciáveis de relações sociais construídas por atores congregados em torno de propósitos comuns, informadas e caracterizadas por seus variados estilos de pensar e intervir o rural.

Exemplificando, para algumas frações da sociedade contemporânea (compostas geralmente por membros da comunidade científica, profissionais liberais e intelectuais, entre outros), “viver no campo”, isto é, em proximidade com os elementos físicos dos espaços campestres (terra, animais, fontes de água, natureza viva, por exemplo), incorporando a suas práticas cotidianas toda uma série de valores que predominam nos meios socioculturais rurais (comunitarismo, vida simples, solidariedade, fraternidade, entre outros) constituiria um ideal de “vida alternativa” ansiada e concretizada a partir de sua “ida para o campo”. Para alguns destes grupos e indivíduos, salvaguardar “o campo” da “contaminação física e social” proveniente de ambientes como os citados – ação, por sua vez, empreendida como mecanismo de resistência e diferenciação –, representaria uma das principais formas de intervir no rural, isto é, de atuar em prol de construir aquele meio de vida afim a suas ideias a respeito “do que é e tem de ser o rural”.

Por outro ângulo, de acordo com o exposto por Figueiredo (2004) ao referir-se à naturalização e aculturação das áreas rurais, para certos indivíduos, grupos e instituições de índole ambientalista/conservacionistas o campo adquiriria valor, principalmente como reserva natural, transformando-se num ativo ambiental que a sociedade desejaria e precisaria conservar a todo custo. Nesta forma de significar o rural, a transposição simbólica entre o ambiental, o rural e a natureza orientaria a instituição dos meios rurais como espaços extraordinários dignos de ser protegidos. Ambientes rurais nos quais a natureza teria o máximo valor. Neste contexto, os espaços rurais, enquanto reserva de biodiversidade e recursos naturais, virariam objetos essencialmente estéticos, ambientalmente simbólicos e funcionalmente provedores de serviços ambientais, dimensões que, em conjunto, definiriam o significado por eles outorgado aos meios rurais. Sobre esta leitura, o valor do rural estaria em sua unicidade ecológica e biológica, principal condição para preservar e proteger das constantes e diversas intromissões humanas e institucionais associadas, por exemplo, ao uso dos recursos naturais.

No caso em estudo, a ideia que associa o rural à natureza e a espaços ambientalmente preservados e protegidos é diferente da ideia exposta por

Figueiredo (2004), que contempla maior proximidade física entre homem e cenário natural. Os ambientes naturais protegidos e conservados existiriam para o deleite de seus proprietários e visitantes temporais. Para alguns novos habitantes do campo, adquirir pequenas propriedades, originalmente dedicadas à produção agrícola, e transformá-las no que eles chamariam de “pequenas reservas naturais” constituiria sua principal forma de intervir no espaço rural. Trata-se de iniciativas privadas ou individuais, potencialmente convertíveis em projetos coletivos a partir do encontro solidário entre atores com similares pretensões.

Por sua vez, para outros novos habitantes do campo, ativistas e agricultores ecológicos, entre outros, o rural, mais do que um espaço natural a conservar, representaria aquele cenário socioprodutivo sobre o qual desenvolver suas múltiplas propostas de produção e consumo alternativos. Em referência à experiência de indivíduos e grupos que elegeram caminhos de transformação agroprodutiva, Pretty (2002) menciona que muitas de suas ações estariam associadas a práticas de produção e consumo de baixo impacto ecológico (produção em pequena escala, rotação de cultivos, agricultura orgânica, consumo minimizado de recursos não renováveis, reciclagem de nutrientes, compostagem – em geral práticas sustentáveis e ambientalmente corretas), ações assumidas como fundamento de suas propostas reflexivas de relação com o ambiente, tendentes a mudar tanto o meio social como o mesmo espaço material de vida. Neste caso, ideias de transformação social, ligadas à adoção e vivência de certos valores socioambientais, orientariam a construção de um espaço físico e social rural afim a essa “nova concepção de mundo”, expressão comumente usada por certos neo-rural locais. A ideia exposta por Pretty (2002) sugere assumir iniciativas de produção limpa e alternativa além do seu caráter técnico-produtivo, considerando sobretudo a intenção de mudança nas relações entre homem, natureza e sociedade contida em cada uma delas, premissa que orientará a análise da proposta agroecológica surgida no meio local, assunto apresentado no capítulo 4.

Quanto às representações formais, retomando o exposto por Halfacree (2007) ao referir-se às vivências cotidianas de certos indivíduos que experimentam o rural como um “espaço de subversão” pessoal, o campo poderia ser imaginado como um lugar aberto a todos, desde que quem ingresse esteja disposto a fazer um esforço prático e reflexivo para substituir suas práticas cotidianas por outras mais próximas à vida em harmonia com o meio, por eles mesmos predeterminadas. Assim, mais do que proteger áreas naturais ou rurais, o interesse destes grupos estaria em promover formas econômicas e sociais de vida baseadas em suas ideias sobre o tipo de sociedade que a seu juízo deveria prevalecer. Identificar essas visões, assim como caracterizar os atores que as sustentam a partir das suas ações concretas, permitiria assumir outras formas mais individualistas de imaginar e projetar espaços e modos de vida por eles mesmos assumidos rurais. Seriam propostas talvez isoladas ou minimamente envolvidas nas dinâmicas sociais locais, mais não descartáveis como indicadores de diversidade e transformação social nos ambientes rurais.

No Eixo Cafeeiro Colombiano, um caso ilustrativo do exposto seria a Ecoaldeia Agrovila El Prado¹, experiência que integra dez profissionais de

¹ A informação referida à Ecoaldeia Agrovila El Prado foi extraída do documento de apresentação elaborado pelos próprios integrantes, disponível para descarga no seguinte site: http://www.rds.org.co/aa/img_upload/c43752116755565f4b6bec2eb3d19a7a/Ecoaldea_Pereira.pdf.

diferentes áreas (uma profissional em desenvolvimento familiar, dois geólogos, uma assistente social, uma enfermeira, um dentista, uma desenhista industrial, dois bacteriologistas e um bacharel em ciências religiosas) em torno de um projeto de vida alternativo. De acordo com seus integrantes, a Ecoaldeia constitui uma “experiência de vida em comunidade”, iniciativa fundamentada no crescimento pessoal e na coesão comunitária a partir da adoção de uma escala de valores cimentada na solidariedade, na equidade e na conservação do ambiente como alternativa de vida ante o “individualismo moderno”. Depois de habitar por quatro anos uma moradia urbana no município de Dosquebradas (Risaralda) para dar continuidade a seu projeto, a comunidade optou por mudar-se para a zona rural do município de Santa Rosa de Cabal, localidade muito próxima a Pereira, capital do estado de Risaralda. Motivações como viver no campo, produzir e consumir alimentos saudáveis, incrementar o contato com a natureza e protegê-la, compartilhar a experiência de criar seus filhos e oferecer-lhes um ambiente alternativo inspiraram a adoção de um modo de vida por eles mesmos reconhecidamente “rural”.

Em circunstâncias próximas, para certos atores também críticos do modelo agroempresarial/agroindústria (acadêmicos, estudantes, membros de organizações ambientalistas no caso em estudo), para os que acham que a agricultura poderia ter perdido seu caráter nobre e amistoso, o rural representaria um cenário e observatório de conflitos sociais e ambientais. Para eles, “a digna e humana tarefa de produzir alimentos”, expressão usada por ambientalistas locais, teria paulatinamente se transformado numa vã atividade completamente comercial e altamente industrializada. Sobre este enfoque, graças ao uso intensivo de fertilizantes sintéticos e pesticidas, cultivos e pastagens teriam progressivamente se convertido em “laboratórios químicos”, enquanto animais de criação seriam cada vez mais o resultado da seleção e modificação genética, tornando o ambiente agropecuário praticamente artificial e totalmente sob o controle humano. De acordo com esta representação, o que acontece sobre os cenários rurais seria um motivo de preocupação ambiental que deveria atrair a atenção crítica de atores tanto agrícolas como não agrícolas, informando e suscitando a mobilização social em torno da defesa do ambiente, a biodiversidade e os recursos naturais, por exemplo. Em Manizales, a análise crítica ao sistema produtivo cafeeiro, qualificado por ambientalistas como “ecológica e socialmente insustentável”, como será apresentado em capítulos posteriores, revela o confronto entre diversas formas de conceber e intervir no rural, onde a questão ambiental ocupa um lugar privilegiado.

Poder-se-ia dizer que, em casos como os esboçados, a chamada “ambientalização do rural” constituiria um elemento transversal. A adoção de valores socioambientais como a procura de maior contato com a natureza, a preservação da biodiversidade, a harmonização das relações homem-natureza-sociedade, entre outros, no sentido exposto por Jollivet (1997), daria conta da emergência de um rural formado, permeado e dinamizado pela referência ambiental. Neste contexto, ideias associadas à natureza, à ecologia e ao meio ambiente orientariam a apreensão do rural realizada por certos atores sociais, para os quais “transformar suas relações com a natureza” sustentaria boa parte de seus projetos de vida. Segundo Mormont (1994), tratar-se-ia de leituras quase sempre emergidas do interior das sociedades urbanas, questionamentos usualmente não colocados pelos membros das mesmas comunidades rurais a propósito de seus próprios estilos de vida e formas de relacionar-se com a natureza.

Associado ao último, para aqueles atores mais diretamente relacionados com a atividade agroprodutiva (produtores empresariais, investidores agrícolas,

profissionais agropecuários e certos acadêmicos), o rural continuaria representando a territorialização do agrícola, visão que destaca seu conteúdo produtivo e setorial. Como assinala Claval (2005), referindo-se à leitura realizada por certos produtores agrícolas, para eles o rural e os espaços rurais corresponderiam à materialização de certos sistemas agropecuários de produção. Segundo esta leitura, para atores relacionados com a produção e as paisagens agrícolas, o que resultaria “bonito” e desejável corresponderia àquilo que representa ganhos e riqueza, isto é, espaços cultivados ou dispostos para a criação de gado, por exemplo, na medida em que estes constituem promessas de futura retribuição econômica. De acordo com esta ideia, as dinâmicas rurais poderiam ser, por sua vez, reduzidas ou homologadas àquilo que gira em torno das múltiplas cadeias agroprodutivas (cadeia do café, no caso em estudo), onde *ser rural* significaria atuar como agente produtivo dentro desse recorte.

Neste contexto, aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e institucionais associados à dinâmica rural girariam essencialmente em função da atividade agropecuária. Os agricultores prósperos, em sua condição de produtores líderes do desenvolvimento agrícola e rural de uma localidade, região ou nação, como seria o caso da autodefinição dominante entre os produtores empresariais de café em Manizales, além de serem os protagonistas ou legítimos atores do mundo rural se autodefiniriam como depositários de uma série de valores afins a sua função social: fazer do campo² um espaço produtivo. Burton (2004), ao referir-se à persistência da visão produtivista entre agricultores de ordem empresarial, assinala que, para eles, ser um “verdadeiro ou bom agricultor” suporia estar sempre comprometidos com o constante aumento da produtividade, a expansão espacial de seus negócios e a maximização do lucro. Segundo o mesmo autor, esta autoimagem estaria associada à existência de uma “cultura agrícola” (cultura agrícola cafeeira no caso em estudo), desenvolvida para enaltecer a capacidade produtiva como valor que outorga status e reconhecimento social em termos de sucesso econômico. Sob este olhar, quando se trata de planejar o desenvolvimento rural, o principal caminho para gerar bem-estar consistiria em elevar a capacidade de produção dos diferentes atores envolvidos a partir da introdução de inovações tecnológicas e de um melhor gerenciamento das unidades de produção, ficando a questão rural praticamente reduzida a sua dimensão técnico-produtiva.

Por outro lado, para outros atores, talvez pouco ou nada interessados na questão agrária, mas sim em viver no campo rodeados de um ambiente “menos artificial e individualista”, o “estilo de vida agropecuário” (converter-se em granjeiros e viver em harmonia ao lado de suas famílias e vizinhos, por exemplo) deixaria de ser a principal motivação. Ainda que desejem participar de algum “tipo de vida em comunidade” e usufruir as “benesses dos meios rurais” (tranquilidade, ar puro, espaços abertos, por exemplo), outras seriam suas fontes atração. Entre suas aspirações estariam, por exemplo, viver em amor, harmonia e respeito consigo mesmos, com os outros e com a natureza, pretensões usualmente associadas a doutrinas pacifistas, ambientalistas e espirituais. Comunidades intencionais como as estudadas por Meijering et al. (2007a e 2007b) acham nos meios rurais o espaço propício para projetar suas ideias de “vida alternativa” à margem da sociedade em seu conjunto. Nestes casos, o rural seria assumido como o meio socioespacial apto e eleito para “viver calmamente em comunidade”, mantendo estilos de vida próprios e orientados por preceitos e práticas tanto ecológicas como espirituais.

² Neste caso, como será feito ao logo do documento, o termo “campo”, categoria nativa usada para se referir ao meio rural, será usado como sinônimo.

Neste último caso, como menciona Claval (2005) ao referir-se à constituição pós-moderna de novas formas de comunidade, o idílico da vida comunitária rural deixaria de usar como principal referência as comunidades agrícolas tradicionais. Seguindo esta tendência e inspirados em novas fontes, certos grupos tentariam construir sua identidade a partir da adoção de práticas e tradições derivadas do Budismo Zen, da meditação transcendental e de outras filosofias importadas do Oriente, por exemplo. Em termos de interação com o entorno e outros atores, a principal ação destes grupos consistiria em abrir espaços de aceitação e legitimação entre as comunidades assentadas nos lugares de acolhida em ocasiões adversas a suas doutrinas e rituais, em princípio causadores de rejeição e/ou estranhamento.

De forma semelhante, para outros grupos e indivíduos os elementos do “mundo rural” poderiam aparecer como signos de uma “realidade mais profunda”. Neste contexto, como assinala Claval (2005) ao referir-se à persistência de crenças tradicionais nas modernas sociedades rurais, espaços rurais poderiam ser lidos como depositários de símbolos e signos especiais, sejam estes criados pelos homens para difundir e sustentar suas idéias ou por eles mesmos descobertos como expressão de alguma ordem interna da natureza ou de algum “outro mundo” místico ou religioso. Para estes atores, além do assumido como normal, zonas santificadas e profanas, florestas habitadas por espíritos protetores, mananciais que são recintos de algum deus, alimentos divinizados, alegorias à mãe terra, por exemplo, fariam parte desses outros mundos recobertos por um halo espiritual, elementos e figurações que estariam talvez presentes nas filosofias de certos agricultores alternativos ou nas cosmovisões de algumas comunidades indígenas, como as localizadas na região nordeste do estado de Caldas:

"A nós [os indígenas] nos corresponde restaurar os bosques, proteger as bacias hídricas para que o espírito da água volte a estar conosco. Só assim, o canto dos pássaros e o vento nos ramos das árvores voltarão a ser as músicas do amanhecer e das lagoas sairão nossos espíritos a curar com os médicos e a sanar a terra." ³

Por sua vez, agora localizados num plano menos místico, como consequência de suas vivências no citado meio cotidiano, indivíduos e grupos antiurbanistas representariam abertamente o rural como a antítese de sua experiência urbana. Para alguns deles, o rural ganharia valor na medida em que os apartaria de seu cotidiano, permitindo-lhes, até certo ponto, fugir dos riscos derivados do modelo urbano-industrial de vida e desenvolvimento. Assim, optar pelo campo poderia significar recuperar a “reciprocidade do comunitarismo rural”, condição avassalada pelo “individualismo urbano”, por exemplo, que separou o homem da natureza e artificializou seu meio de vida. Em contrapartida, o rural seria adotado como o lugar quase livre de problemas, rodeado de um ambiente natural, fraterno e belo, representado na figura de uma sociedade reconhecida como mais simples e tradicional. A esse respeito Yarwood (2005), explorando a forma como é significado o rural no discurso cotidiano, expõe algumas diferenças entre o rural idealizado e o meio urbano hostil a partir da análise dos estereótipos dominantes entre habitantes urbanos afins à visão idílica. Enquanto o idílico rural daria conta de um ambiente rural simples, sem problemas, saudável, mais natural e

³ Extrato do discurso pronunciado pelo governador do resguardo indígena Cañomomo y Lomapieta, Município de Riosucio, Caldas.

amigável, o “pesadelo urbano” suscitaria ideias associadas a um ambiente cosmopolita carente de identidade própria, congestionado, contaminado e individualista. Trata-se de ideias e expressões identificáveis no discurso de certos atores, especialmente de origem urbano (neo-rurais, visitantes e turistas, no caso em estudo), úteis como forma de aproximação inicial às representações acerca do rural baseadas no contraste entre o campo e a cidade.

Nessa direção, seguindo o exposto por De Paula (2005), mais do que o contato com o campo e a natureza em si, o que mobilizaria alguns destes últimos atores seria a emoção proporcionada pelo reencontro com “algo” que foi perdido na cidade, isto é, com elementos considerados ausentes da imagem contemporânea de cidade, mas ainda emoldurados dentro de um recenseamento de urbanidade. Tratar-se-ia de elementos essenciais originalmente associados ao projeto moderno de sociedade urbana (qualidade de vida, heterogeneidade, liberdade, entre outros), mas hoje desgastados como efeito da radicalização da modernidade. Referindo-se também à “sensação de perda” das conexões com a terra, a natureza e a comunidade, Bunce (2003) sustenta que a dita visão idílica do rural (sentido que varia ao longo do tempo e o espaço) corresponderia a uma resposta contemporânea de certos membros das sociedades urbanas a essa separação, hoje mais do que nunca em evidência e atribuída ao progresso da civilização urbana. Analiticamente, essa noção de perda resultaria útil para entender e interpretar as formas de pensar e intervir no rural reconhecíveis entre atores de origem urbana integrados às dinâmicas locais, como seria o caso de certos neo-rurais e habitantes de condomínios locais emergentes em Manizales.

Sobre esta leitura, urbanizar os entornos socioespaciais rurais, criando ou recriando projetos civilizatórios conformes suas noções de modo de vida desejado, constituiria uma resposta a essa forma de representar o rural. Na prática, a construção de condomínios rurais (geralmente pensados para habitantes de alta renda) que recriam formas organizativas urbanas (muros e grades de contenção, vigilância, zonas demarcadas de acesso, jardins e lagos, por exemplo), projetos rodeados de amplas zonas verdes, vistas panorâmicas para as montanhas e zonas de cultivo, entre outros elementos, ilustraria o que alguns deles suporia ser viver em ambientes “rurais” ou “campestres”. Seriam projetos que tentam recuperar parte da “harmonia perdida na cidade”, expressão usada por certos moradores locais de condomínios ao se referirem as particularidades dos seus espaços de habitação, agora caracterizados pela distância da paisagem cotidiana urbana.

A estas visões antiurbanas poderiam somar-se ou opor-se as de outros indivíduos ou grupos, para os quais o rural, assimilado à vida em pequenos povoados ou fora das grandes cidades, seria sinônimo de “desconforto”, postura que iria na contramão das visões anteriormente apresentadas do campo, pondo em evidência a heterogeneidade de leituras existentes em torno das formas de experimentar o rural.

Desse modo, retomando o contexto da realidade sociogeográfica de moradores tradicionais do campo, como seria o caso dos produtores agrícolas locais, a visão aprimorada do rural, tal como foi exposta nos parágrafos anteriores, não resultaria tão evidente. Para muitos destes atores, viver no campo chegaria a constituir “uma constante luta pela sobrevivência”, isto é, pela reprodução física e social tanto própria como familiar dentro de um ambiente socioeconomicamente hostil. Neste sentido, a concepção “poética” se fundamenta em visões urbanas, talvez mais estritamente de classes médias urbanas, contrastaria com a prevalecente em cenários sociais nos quais o rural costuma ser associado à pobreza, à estagnação

social e ao atraso com relação à cidade. Nestes casos, contribuindo para criar uma noção anti-idílica, a visão negativa dos entornos rurais poderia estar presente entre certos atores para os quais “superar a condição rural”, atributo social e internamente desvalorizado, estaria entre suas principais ações ou intenções. Para alguns deles, sem que cumprir o “sonho urbano” represente uma solução definitiva a sua “difícil situação econômica” (considerando que as condições recusadas de pobreza e marginalização social também estão presentes nas urbes), abandonar o campo e migrar para as cidades seria uma das medidas concebíveis.

Para estes atores rurais, as formas de interagir com o meio social apareceriam, sobretudo, unidas ao planejamento e postas em marcha de diversas táticas e estratégias de superação de suas condições de vulnerabilidade socioeconômica. Demandar e aproveitar a ajuda das instituições governamentais e não governamentais de apoio, diversificar a produção com fins alimentares, incursionar em cenários ocupacionais não agrícolas, organizar-se e mobilizar-se para reclamar seus direitos, fariam parte de seu arsenal de ações, entre outras. Nestas circunstâncias e sem que correspondam a uma leitura única, as privações cotidianamente experimentadas em seus lugares de origem se afastariam daquelas construções de bem-estar e qualidade de vida projetadas e concretizadas por outros atores sociais, fato que novamente remeteria a explorar as diversas formas de significar um mesmo referente e as consequentes situações de conflito derivadas da interação entre atores informados por diferentes lógicas e discursos.

Assim, destacando a diversidade de atores existentes num mesmo cenário rural, neste caso assumidos como sujeitos informados por diversos valores, visões e condições materiais a partir dos quais significam e experimentam diferenciadamente o rural, Graziano da Silva (2001) refere-se à “emergência de um novo rural” diverso, composto por múltiplos atores: agricultores empresariais; neo-rurais em suas diversas expressões; moradores de condomínios rurais de alto padrão; moradores pobres de loteamentos clandestinos; empregados domésticos e aposentados que não conseguem sobreviver na cidade com o salário recebido; agricultores familiares e pluriativos; além de múltiplos “sem-sem”, isto é, atores sem terra, casa, emprego nem acesso a serviços básicos sociais, por exemplo, assentados no meio rural. No sentido aqui proposto, múltiplos e diversos atores vivenciarão e sustentarão a existência simultânea de variadas dinâmicas rurais num espaço compartilhado, mas interagindo uns com outros num processo de entrecruzamento de vivências. Trata-se da interação de distintas percepções sobre o rural com suas respectivas consequências e implicações, como as associadas à formulação de propostas ou projetos de desenvolvimento que excluem a existência de certos atores partícipes da dinâmica rural geral, beneficiando somente alguns deles.

Mantendo a ideia de múltiplas ruralidades, Philo (1992) e Little (1999) sugerem levar também em conta inúmeros outros sujeitos rurais usualmente negligenciados pelos estudos especializados, investigações normalmente centradas em certos modelos ou estereótipos de sujeitos rurais (granjeiros, *farmers*, produtores agrícolas, camponeses, por exemplo), que minimizam ou desconhecem a presença de outros tipos de atores no campo. De acordo com esta postura, incorporar questões de gênero, raça, idade, atividade, formas de relação com o meio, entre outros elementos, resultaria na tentativa de captar e compreender o rural a partir de diversas narrativas, via já seguida por diversos autores. No livro *Contested countryside cultures: otherness, marginalization and rurality*, organizado por Cloke e Little (1997), centrados no caso europeu vários autores analisam o

“outro lado do campo”, um lugar usualmente invisibilizado e habitado por mulheres, crianças, adolescentes, adultos maiores, homossexuais, representantes das minorias étnicas, pobres e desempregados, grupos que permaneceram praticamente excluídos tanto das políticas rurais como das representações da cultura rural.

No contexto latino-americano destacam-se as contribuições de Durston (1998) em torno da juventude rural, para quem o conhecimento a respeito das trajetórias de vida dos jovens rurais, atores usualmente invisibilizados como faixa populacional específica, constitui um elemento indispensável para o desenho de políticas diferenciais de desenvolvimento. Sua proposta de “enfoque etário” sugere levar em conta as variadas etapas do ciclo de vida das pessoas, combinando as mudanças fisiológicas com as transformações na relação do indivíduo com a sociedade e seu lar.

No marco da pesquisa realizada, em meio a um contexto no qual os produtores agrícolas ocupam o centro da atenção como atores mais visíveis e quase exclusivos da dinâmica rural, reconhecer o papel de outros atores (membros de organizações ambientais, ativistas, acadêmicos, novos habitantes do campo, turistas, principalmente) constitui uma forma de mostrar outro lado do rural às vezes esquecido ou não considerado pelos estudos regionais e locais. Perfilar e analisar as diferentes narrativas, enfatizando as suas implicações no desenvolvimento da dinâmica rural, representa uns dos objetivos desta investigação.

Percorrendo diferentes caminhos, diversos grupos e indivíduos criam e recriam formas de conceber o rural próximas a seus modos de pensar e atuar e a suas situações particulares de vida, traçando tendências diferenciáveis, por sua vez divisíveis em variadas subtendências. Neste ponto, uma vez reconhecida a presença desses múltiplos olhares, é também preciso considerar que todos são criados num “mundo compartilhado”. Tratar-se-ia de um entorno coabitado em um mundo comum e intersubjetivo onde coexistiriam perspectivas não idênticas, mas inter-relacionadas e cruzadas (Berger e Luckmann, 1979). Isto significaria que nesse espaço simultâneo as diferentes ruralidades que convergem dialogam e se permeiam entre si, dando lugar à integração de múltiplas redes de ruralidades em disputa, argumento que irá nortear a análise na região cafeeira de Manizales.

Metodologicamente, quando se trata de identificar e caracterizar cada uma das diferentes ruralidades operando num mesmo espaço sociogeográfico (a localidade de Manizales, para o caso de estudo), focar os modos de pensar e atuar dos diversos atores partícipes da dinâmica rural seria o caminho para identificar e localizar, contextualmente, os múltiplos sistemas de valores a partir dos quais localmente se apreende, imagina e intervém o rural. Sentimentos, percepções e concepções práticas, ideológicas e normativas que informariam e guiariam crenças, atitudes e comportamentos dos diversos atores com relação ao meio em que se desenvolvem. Corresponderiam a sistemas de valores sistematicamente agrupáveis em categorias amplas e includentes criadas a partir da observação analítica tanto de elementos em comum como das formas de relacionamento social predominantes. Para o caso em estudo, como exposto no capítulo 3, quatro formas de ruralidade (produtivista hegemônica, contestatária, hedonística e vulnerada) foram construídas para satisfazer a dinâmica rural local, categorias dinâmicas que se entrecruzam e dialogam entre si.

Seria no marco da citada convergência e no diálogo entre ruralidades confluentes que relações de índole solidária e conflituosa aflorariam no teatro de

sociabilidade estabelecido. Assim, enquanto alguns de seus formuladores tratariam de impor suas perspectivas sobre as visões e ações dos demais participantes, outros, unidos em torno de práticas e interesses comuns, estabeleceriam alianças e estratégias de apoio, circunstâncias que sugerem explorar os envolvimento políticos das ruralidades coexistentes.

1.3. Disputas e solidariedades entre ruralidades confluentes

Como já mencionado, as múltiplas ruralidades criadas por aqueles que concebem e intervêm no rural poderiam resultar tanto compatíveis como contraditórias, sobretudo quando, ao ser espacializadas, confluem para um mesmo lugar. Explorando essa perspectiva conflituosa, grupos ostentadores de ruralidades particulares chegariam a opor-se entre si, dando lugar a um campo de disputa no qual algumas significações tratariam de ser impostas sobre outras. Em meio a este meio conflituoso, como assinala Halfacree (1995), algumas das representações rivais chegariam a ser afundadas ou encobertas pela força de certa figuração dominante (para o caso em estudo, a ruralidade produtivista), perdendo posições de destaque.

Seria possível dizer que, em meio a amálgama de expressões e forças não equilibradas, as representações diferenciadas sobre o rural empresariam uma luta de poder: cada perspectiva a respeito do rural poderia ser concebida e seletivamente empregada por indivíduos e coletivos na produção de uma ruralidade na medida de suas necessidades, desejos e crenças, onde cada versão imaginada e operada se localizaria sobre as outras privilegiando determinados modos de relacionamento social, bem como negando, invisibilizando ou excluindo a presença de possíveis interpretações concorrentes. Quanto às relações de poder, conservando suas especificidades enquanto atores e problemáticas envolvidos, a noção de ruralidade se aproximaria da noção geográfica do território, na qual esta corresponderia ao recorte socioespacial sobre o qual teriam lugar a ação e a interação de múltiplos atores políticos, sociais e institucionais portadores de diferentes visões de mundo, em meio a simetrias e assimetrias de poder. De acordo com Haesbaert (2004), o território seria o produto de uma relação desigual de forças envolvendo tanto o domínio político-econômico do espaço como sua apropriação simbólica, neste caso a forma de figurar, vivenciar e intervir o rural sendo o eixo de interação conflituosa e solidária entre atores em convivência.

Um caso que ilustra o anterior poderia ser o associado ao turismo rural. Como se sabe, representações do rural são frequentemente usadas com fins comerciais. Em algumas áreas (como acontece no município de Manizales), empresas de turismo ressaltam, criam e veiculam diversas representações em resposta aos desejos, expectativas e necessidades de seus clientes (o rural associado ao descanso, à recreação, às paisagens abertas e naturais, por exemplo), dando lugar à consolidação de certo tipo de ruralidade hedonística afim a um público particular: turistas e visitantes esporádicos do campo com vontade de relaxar e se divertir “num ambiente diferente do habitual”.

Neste caso, retomando o exposto por Hopkins (1998), o rural seria criado e recriado em virtude das tensões produzidas entre consumidores de cenários rurais específicos e comerciantes dispostos a satisfazer as necessidades de seus clientes. Consumidores a procura de múltiplos bens e serviços diferenciados (orientados por diferentes formas de consumir hedonisticamente o rural), interagindo com produtores e vendedores dispostos a reconhecer as demandas, desejos e fantasias de

seus clientes para oferecer-lhes uma ruralidade o mais próxima possível de suas preferências e possibilidades. Tanto as demandas dos consumidores como as respostas dos produtores, somadas às exaltações sobre o produto transmitidas por publicitários e vendedores, influiriam sobre a produção e a reprodução informada e negociada de meios rurais diferenciados.

Por sua vez, em meio a múltiplas possibilidades, inicialmente esta forma de conceber o rural poderia conviver tranquilamente com as outras na medida em que a atividade turística domina ou ganha força como fonte econômica local e que o fluxo de turistas (“gente vinda de fora”) aumenta. A prevalência de imagens e práticas ligadas à noção hedonística chegaria a incomodar e provocar a reação de outros habitantes locais e simpatizantes (produtores agropecuários, membros de grupos ecologistas e ambientalistas, por exemplo), gerando possíveis situações de conflito. Enquanto atividades coligadas ao turismo poderiam converter-se na base econômica para certa parte dos habitantes e comunidades locais (indivíduos vinculados à prestação de serviços turísticos, à comercialização de artesanatos e produtos regionais, por exemplo), para outros esses empreendimentos poderiam constituir uma ameaça à identidade local, sentimento que poderia derivar-se da resistência a converter o patrimônio rural em mercadoria. Neste caso, retomando o exposto por Oliva e Camarero (2005), a “fetichização” do campo e seus habitantes, nesta ocasião com fins recreativos e turísticos, unida à mercantilização das ruralidades pós-modernas, seria vista por seus críticos como uma forma de reduzir o rural e os estilos de vida de sua gente a simples objetos de consumo. Trata-se de uma leitura útil para analisar e compreender a postura assumida por certos ativistas e produtores rurais que vêm na hedonização do rural (nas suas palavras, “converter o rural num sitio de recreio para os moradores da cidade”), para os quais “o rural deveria ser resguardado das daninhas intervenções urbanas”.

Seguindo uma lógica similar, em coincidência com o exposto por Willits e Luloff (1995), enquanto para alguns este mesmo tipo de iniciativas redundaria no melhoramento geral da dinâmica econômica local e regional, gerando emprego e oportunidades indiretas de captação de recursos a membros das comunidades receptoras, para outros atores esses mesmos empreendimentos só brindariam benefícios reais a certos investidores locais ou forasteiros (aqueles com suficiente capital econômico para investir nesse tipo de empresas, atraídos pelas possibilidades de terra e força de trabalho econômica). Para os críticos, tanto projetos residenciais concebidos para habitantes de origem urbana como atividades associadas ao turismo rural, além de trazer mínimos benefícios para os residentes originários do campo, em médio e longo prazo poderiam conduzir à deterioração dos recursos ambientais historicamente preservados pelas comunidades nativas.

Em semelhantes circunstâncias, a dominância da visão idílica que imagina o campo como recinto de paz, natureza e qualidade de vida, representação com frequência exaltada pelos novos habitantes (neo-rurais), geraria igualmente competição e conflito entre os atores comprometidos. Neste caso, uma das confrontações marcantes teria a ver com o uso dos recursos locais. Enquanto alguns novos moradores rurais se apropriariam do espaço e dos recursos disponíveis com fins habitacionais e recreativos, por exemplo, para boa parte dos habitantes nativos os recursos poderiam continuar cumprindo um papel predominantemente produtivo. Usando expressões cotidianas provenientes de certos produtores agrícolas, “a água que tem de ser usada para regar plantações não poderia ser desperdiçada mantendo piscinas ou jacuzzis”. Em contrapartida, nas palavras de alguns novos habitantes, “a natureza do campo não mereceria ser violentada com o

uso de agroquímicos que contaminam a água e esgotam a biodiversidade”, e muito menos “perturbada por atividades turísticas ou recreativas em massa e barulhentas que acabam com a tranquilidade do campo”, por exemplo.

No caso anteriormente esboçado, o conflito se basearia no uso de recursos compartilhados, mas apropriados e significados de diferentes formas. Múltiplas ruralidades em tensão (uma produtivista contra duas variantes de ruralidade hedonística, por exemplo) se expressariam em um mesmo espaço, cada uma defendida e legitimada pelos que empiricamente as sustentam. Neste caso, recorrendo ao exposto por Mormont (1994), considerando a diversidade de atores competindo pela definição do rural, em termos do rural ambientalizado, a natureza “vívica” pelos habitantes originários do campo seria diferente da desejada e experimentada pelos novos residentes de origem urbana. Nestas circunstâncias, como expressão da disputa entre ruralidades, o espaço rural se tornaria um cenário de competição entre os diferentes usos da natureza, cada um deles afim a percepções e preferências culturalmente orientadas.

Em outro plano, priorizar certos símbolos como distintivos do rural e da vida no campo (maior contato com a natureza, saúde, qualidade de vida, boa alimentação, entre outras), elementos que fariam parte da ideia dominante concebida por alguns novos habitantes rurais, inviabilizaria voluntária ou involuntariamente a existência de algumas ou muitas privações identificadas pelos habitantes nativos, até que, fiel a esta convicção, áreas ou localidades rurais poderiam ser assumidas ou interpretadas como praticamente livres de problemas. Para os habitantes nativos, ser referenciados da forma descrita diminuiria as possibilidades de acesso à “cidadania plena”, bem como a condições de “paridade social” com respeito a sua contrapartida urbana, em geral habituada a outro recenseamento de vida (acesso garantido a serviços domiciliares e aos sistemas de saúde, educação, recreação e justiça, usualmente concentrados nos cenários urbanos, por exemplo).

De acordo com Cloke et al. (1995), com referência ao contexto europeu, a concepção de um “espaço rural purificado”, noção informada pela leitura idealizada do rural, resultaria contraproducente para “os pobres do campo”. Ao ressaltar unicamente aspectos positivos, a citada concepção do rural subestimaria a existência no campo de pobres e desabrigados, excluindo ou minorando problemas latentes no mundo rural como pobreza, desemprego e falência da agricultura. No caso em estudo, a identificação de certas localidades como “zonas de condomínios” ou “de habitação dos ricos de Manizales”, expressões usadas por certos extensionistas e pelo público geral, gera desconforto entre alguns dos produtores agrícolas que compartilham espaço com os moradores dos condomínios campestres. Para certos agricultores, a dominância da imagem que associa sua localidade a um “lugar de residência de pessoas de alta renda” provoca a ideia de que “todo mundo acha que aqui só moram pessoas ricas, esquecendo as necessidades dos que têm menos recursos”, circunstância que evidencia a emergência de conflitos associados ao uso do espaço e a mudança da composição social dos habitantes rurais.

Por sua vez, em entornos sociogeográficos mais próximos aos dos países em desenvolvimento, onde boa parte da população economicamente vulnerável continua concentrando-se no campo e onde os subúrbios com estrutura precária seguem expandindo-se sobre espaços rurais contíguos, tanto a defesa contra o avanço das favelas sobre o campo como a exigência da extensão dos direitos e serviços aos moradores do meio rural (acesso a serviços públicos, principalmente)

constituiriam possíveis ações associadas à inter-relação solidária/conflitiva entre o campo e a cidade. Afim a esta idéia e diante de representações originadas em meios urbanos, como as que associam o rural com “estagnação e pobreza”, por exemplo, alguns atores sociais se esforçariam por converterem-se e ser reconhecidas como modelos de organização e qualidade de vida, talvez como estereótipos contrários às condições de vida deprimentes observáveis em bairros urbanos vizinhos. Por sua vez, apoiados na mesma representação, membros de comunidades urbanas recém-formadas, por exemplo, reivindicariam seu direito à “cidadania plena”, exigindo intervenção estatal para superar a situação de atraso e pobreza que os assemelharia com “povoadores do campo”. Retomando o exposto por Wanderley (2000), se trataria de representações que, baseadas na confirmação, negação ou construção de dualidades, poderiam ser, em mão dupla, usadas para mobilizar e organizar grupos e pessoas em torno de reivindicações específicas.

Em localidades rurais de Manizales mais próximas do meio urbano, a reivindicação da condição rural frente aos “prejuízos causados pelo crescimento dos subúrbios”, expressão usada pelos habitantes rurais, se evidencia no contexto escolar. Em vários casos, pais e mães de família têm exposto ante as autoridades competentes (Secretaria de Educação) seu descontentamento com respeito a autorizar a matrícula de jovens de origem urbana, geralmente provenientes dos bairros da periferia, nas escolas rurais. Os demandantes argumentam que “o exemplo dos jovens da cidade, muitos deles viciados em drogas, mal comportados e com maus costumes, representa um perigo para os jovens do campo, moços acostumados a viver num ambiente mais familiar e sadio”. Neste caso, a defesa da condição rural sustentada nas dualidades entre campo e cidade ilustra a disputa entre duas representações: um mundo rural pacífico e socialmente sadio oposto a um ambiente urbano socialmente perturbado.

Por outro lado, a ideia que assume a pobreza ou a austeridade como uma característica intrínseca das comunidades rurais tradicionais (compostas por camponeses e pequenos produtores agrícolas e pecuários) avivaria a visão segundo a qual seus integrantes tolerariam em maior grau todo tipo de penúria. Próximo do exposto por Woodward (1996) ao referir-se à capacidade que tem a visão idílica de escurecer as privações a que se veriam expostos os habitantes rurais, se trataria de carências algumas vezes vistas como reparadas por certos aspectos positivos da vida no campo. Aspectos como o acesso cotidiano a um ambiente mais saudável ou a pouca exposição aos “males urbanos” (ruído, tráfego excessivo, contaminação do ar, estresse, por exemplo) diminuiriam o efeito de outros, como o isolamento e o difícil acesso a certos serviços públicos, visão não sempre compartilhada pelos habitantes nativos que, sem desconhecer os aspectos favoráveis da vida em meios rurais, reivindicariam seu direito a uma vida mais “confortável”.

Do mesmo modo, essa forma de conceber o rural, isto é, aquela que o concebe como “em via desenvolvimento”, expressão localmente usada por alguns novos habitantes do campo, permitiria a estes atores manter seu status diferencial urbano, bem como assumir uma atitude paternalista e de assistência para os outros rurais, sujeitos usualmente vistos como à espera de uma mão amiga disposta a ajudar-lhes a solucionar seus problemas. Em Manizales, a atitude crítica de alguns novos habitantes a respeito dos hábitos e costumes dos originários do campo (crítica ao individualismo, à tendência a pensar unicamente no curto prazo, à dependência de agroquímicos no manejo dos cultivos, por exemplo), aspectos concebidos por certos neo-rurais com as “causas do atraso” dos moradores do campo, motiva a constante incitação à mudança. Para os agricultores, sentirem-se

constantemente julgados “pelos que vêm de fora” provoca descontento e prevenção frente àqueles que se sentem capacitados para “falar para os outros o que melhor teriam que fazer”, situação que motiva conflito entre atores em convivência.

Contudo, é preciso voltar a destacar que as relações entre atores criadores e operantes de diferentes ruralidades não só resultam em conflitos como também em alianças e solidariedades. Os diversos sujeitos que disputam a significação do rural (agricultores, ambientalistas, novos residentes, antiurbanistas, turistas, entre outros), na medida em que atuam sobre um mesmo cenário e compartilham alguns mesmos referentes, veem-se com frequência diante da necessidade de achar diversos pontos de encontro que lhes facilite conviver e negociar suas perspectivas.

Novamente, isso pode ser ilustrado pelo turismo rural. Como assinalam Garrod et al. (2006), na medida em que esta atividade depende da qualidade da totalidade de recursos tanto materiais como simbólicos disponíveis, sua conservação e melhoramento seriam uma necessidade constante, cuja consecução convoca direta ou indiretamente toda uma gama de atores. Produtores agropecuários, moradores de comunidades locais, membros de organizações ambientalistas, governos locais e regionais, entre outros, estariam de alguma forma comprometidos com a manutenção desse acervo. A preservação das idiossincrasias, as tradições e a originalidade das festividades locais, por exemplo, agora assumidos como atrativos culturais, demandariam a participação de boa parte dos atores citados, independentemente de suas especificidades ideológicas. Este mesmo princípio seria aplicado à paisagem, à biodiversidade, à arquitetura, aos sistemas de produção agrícola, à qualidade da água e do ar, por exemplo, elementos determinantes de uma experiência turística satisfatória.

Seguindo um caminho similar, se a “cultura regional” é gerada em torno de um sistema de produção particular (a cultura do café, para o caso em estudo), o estabelecimento de alianças entre atores que vislumbram o rural como um atrativo turístico e aqueles que o assumem como a territorialização de certos sistemas de produção agrícola seria uma possibilidade previsível. Nestes casos, a própria atividade agropecuária, unida à cultura e à paisagem desenvolvidas ao seu redor, agregaria valor turístico ao território, fato que convocaria atores, tanto agrícolas como não diretamente agrícolas, em prol de um objetivo comum. Por sua vez, considerando atores possivelmente interessados em desenvolver propostas de agricultura alternativa (modelos de produção orgânica, ecológica ou biodinâmica, por exemplo), sujeitos usualmente detentores da agricultura convencional (na contramão da monocultura do café e suas consequências ambientais, por exemplo), sua inclusão em circuitos turísticos, mais do que uma agressão poderia representar uma oportunidade para difundir seus pensamentos e princípios filosóficos, talvez contribuindo para criar “consciência crítica e reflexiva” entre o público que os visita.

Sob outro ângulo, para ativistas de diversas origens (estudantes, acadêmicos, membros de grupos ecológicos e ambientalistas, por exemplo), sujeitos usualmente identificados com as populações socialmente mais vulneráveis localizadas nos meios rurais, estabelecer alianças e solidariedades com estes últimos atores constituiria uma fonte pedagógica e de realização política. Conhecer suas estratégias de reprodução socioeconômica, apoiar suas causas, defender seus direitos, assumir sua voz frente a instituições governamentais e não governamentais, por exemplo, representariam ações afins ao tipo de interação esboçada. Em Manizales, como será desenvolvido no capítulo 3, a relação entre produtores agrícolas em condições de vulnerabilidade socioeconômica e outros

atores, geralmente ativistas, identificados ou solidarizados com sua condição de vida tem favorecido a emergência de alianças em torno da geração de novas formas de relacionamento entre habitantes do campo e da cidade.

Assim se deseja chamar a atenção para o fato de como, em meio a essa malha concreta e simbólica de ruralidades, além de disputas e marginalizações também é possível estabelecer alianças, encontros usualmente derivados da existência de certas complementaridades, bem como de ideias e interesses cruzados. Nestas circunstâncias, recrear e compreender a *rede de relações* entre ruralidades em disputa implicaria abordar ao mesmo tempo conexões de ordem convergente e divergente, sendo este o ponto de partida para identificar de maneira simultânea tanto nos problemáticos demandantes de intervenção como nas articulações solidárias exitosas, a premissa assumida como objetivo geral da investigação desenvolvida.

Informados pelo marco de referência aqui desenvolvido, alguns questionamentos orientarão os seguintes capítulos: Que formas de representar e atuar sobre o rural operam no meio local manizaleño? De que maneira se entrecruzam as diferentes formas de conceber o rural coexistentes na zona de estudo e em que situações se expressa essa relação? Como influi esse relacionamento, seja conflituoso ou solidário, sobre a dinâmica local rural? No contexto da investigação realizada, dar resposta às perguntas levantadas implicou voltar às ruralidades em disputa, sendo este o caminho seguido para dar conta da realidade local.

1.4. Operacionalização do discurso em torno das ruralidades confluentes

Falar de ruralidades confluentes implica evidenciar a presença simultânea de múltiplas dinâmicas sociais operando num mesmo espaço, concebidas e ativadas por diferentes atores a partir de seus diversos modos de criar, perfilar e delimitar o rural. Trata-se de formas condicionadas pelas características geográficas e socioeconômicas no meio em que são criadas (paisagem, tipo de população, sistemas de produção e atividades econômicas principais), particularidades que informam a construção de cada ruralidade particular. Neste contexto, mais do que meras abstrações simbólicas, as ruralidades representam guias empíricas de ação. Concretamente, no meio das dinâmicas socioeconômicas locais e regionais, estas são usadas para “atuar no mundo”, isto é, “postas em prática” pelos próprios atores que as criam e sustentam, tanto para pensar e projetar o campo como para informar a tomada de decisões concernentes ao desenvolvimento de âmbitos rurais específicos.

Assim, tornar operativas as ruralidades em disputa, isto é, convertê-las em categorias instrumentais úteis para compreender dinâmicas rurais locais e regionais, como foi apresentado nesse capítulo, implicaria avançar na seguinte direção: a) identificar e caracterizar as diversas formas de conceber e atuar sobre o rural operante nas zonas geográficas de interesse; b) criar categorias operativas que deem conta da diversidade encontrada, úteis como insumo para o traçado da rede de ruralidades confluentes; e c) traçar a rede de ruralidades confluentes mediante o cruzamento sistemático das variadas categorias construídas a partir de identificação de múltiplos cenários de encontro conflituoso e solidário.

No meio local manizaleño, produtores agropecuários em suas diferentes variações (minifundistas, médios e grandes e empresários), entidades de planejamento estatal, organizações não governamentais, unidades de extensão

agropecuária, acadêmicos, novos habitantes do campo, ativistas, membros de organizações ecológicas e ambientais, turistas e entidades promotoras de turismo formam o conjunto de atores sociais que acionam e sustentam localmente o rural (listagem que variaria em cada caso).

Atuando num mesmo espaço, a partir de suas diversas formas de perceber e intervir no rural, noções por sua vez informadas por diversos sistemas de valores, grupos e indivíduos, contribuem para armar a trama de ruralidades confluentes, construções que se cruzam em diversos momentos, provocando variados encontros e desencontros. Num primeiro momento, identificar e caracterizar os múltiplos sentidos com os que os diversos atores concebem, interpretam e intervêm no rural permitiria configurar o universo de significações operando no meio local. Uma vez reconhecidos, estabelecer estes pontos de proximidade e distanciamento serviria para criar categorias englobantes que deem conta da diversidade encontrada. No meio local manizaleño, como será apresentado no capítulo 3, identificar valores dominantes associados à racionalidade produtivista que assume o rural como a territorialização do agrícola; valores na contramão da racionalidade produtivista, que orientam a apreensão contestatória do rural como um substrato físico-social apto para a instauração de um “novo modelo de sociedade” mais justa e ambientalmente responsável; valores que orientam a visualização e experimentação do rural como lugar de recreio e lazer; somados aos que qualificam a vivência cotidiana rural como “uma diária luta pela sobrevivência”, em resumo, permitiu elaborar quatro categorias operativas usadas para esquematizar analiticamente a dinâmica rural local.

Uma vez definidas e caracterizadas, seu cruzamento permitiu identificar os principais pontos de solidariedade e conflito derivados da influência de uma noção sobre outra. Como é desenvolvido no capítulo 4, conflitos pelo uso diferencial dos recursos, pelo choque entre as diferentes formas de conceber o desenvolvimento agrícola e rural, pela aposta a um ou outro sistema produtivo como alternativa para os pequenos produtores, assim como a solidariedade que apoia a diversificação produtiva na contramão da monocultura do café e ao redor do reconhecimento da cidadania plena dos habitantes do campo, por exemplo, articulam o “jogo de ruralidades” operante no meio local manizaleño.

Uma vez identificada e descrita esta trama, potenciar e gerar sinergias, entender e desatar nódulos problemáticos, favorecer o conhecimento entre os diversos atores, propor a criação de alianças inovadoras, incorporar novos atores às dinâmicas rurais, entre outras ações, seria o resultado prático da via proposta: um esquema de leitura sistêmica das diferentes ruralidades confluentes operantes em determinado território, útil como instrumento de apoio para o planejamento do desenvolvimento local e regional, assunto a desenvolver-se no capítulo final.

CAPITULO II

A TERRA DO CAFÉ: MODOS DE VIDA, PRODUÇÃO, CRISE E REVALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CAFEIEIRA

O capítulo tem como fim situar a localidade de estudo no entorno em que se desenvolve a dinâmica rural. Começando pela localização geográfica, continua-se com a caracterização do meio socioprodutivo local, enfatizando a estrutura agrária, os atores participantes, as visões e ideias sobre o rural que informam suas características básicas e principais formas de relacionamento. Os temas são tratados de modo introdutório, e ampliados e aprofundados nos capítulos posteriores. Considerando o papel cumprido pela crise internacional do café no devir socioeconômico das regiões produtoras, o capítulo destaca os efeitos sobre o meio local, sublinhando o impacto sobre os pequenos produtores. A última seção, no contexto da incursão de atores tradicionalmente agrícolas em cenários econômicos e ocupacionais não agrícolas, esboça o processo de revalorização local da paisagem e a cultura cafeeira quanto a seu aproveitamento, principalmente turístico e recreativo.

2.1. Aspectos gerais

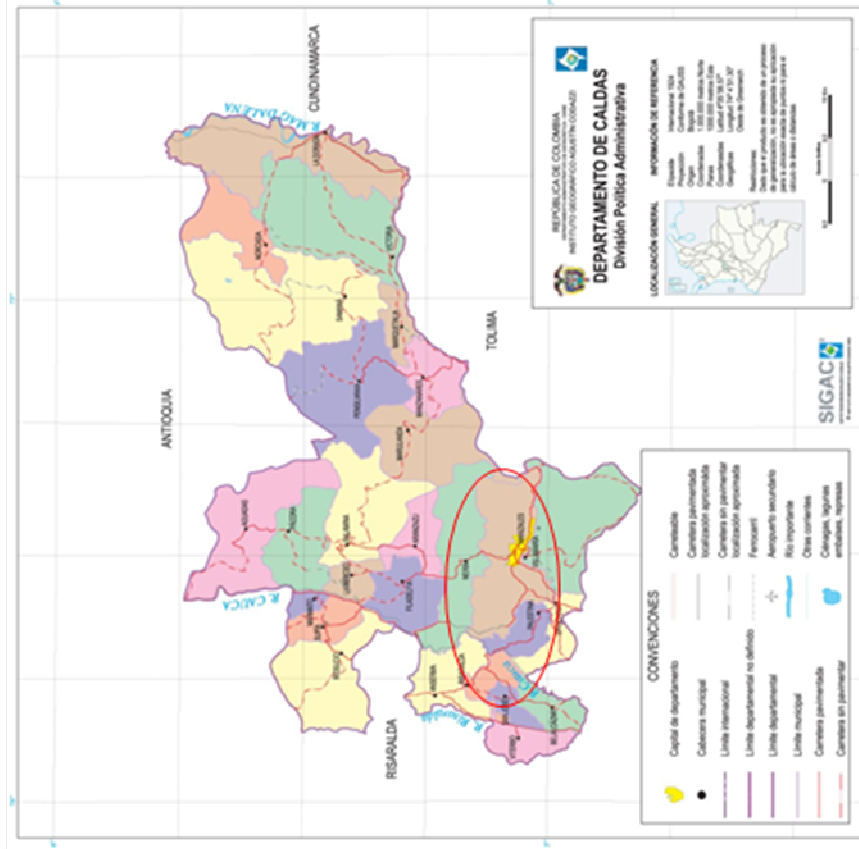
Manizales, capital do departamento de Caldas, Colômbia, localiza-se na região centro-ocidente do país sobre a Cordilheira Central Andina, condição que define seu relevo de montanha. Junto com outros municípios integrados aos departamentos de Quindío e Risaralda, a localidade faz parte do Eixo Cafeeiro colombiano (ver Figura 1). O clima de Manizales, como o do resto da zona cafeeira, apresenta características bimodais: dois períodos de chuvas que ocorrem normalmente entre março e maio e entre setembro e novembro, alternando com dois períodos de seca que geralmente acontecem entre junho e agosto e entre dezembro e fevereiro. Devido à topografia montanhosa, sua altitude oscila entre 800 e 3.800 msnm. É possível encontrar mais de oito microclimas, que variam de condições de alta montanha a clima cálido. A temperatura média é de 18°C.

De acordo com as cifras reportadas pelo Centro de Informação Estatística de Manizales (CIE), a população total do município é de 379.972 habitantes, dos quais 353.312 se localizam na zona urbana e 26.660 na zona rural. Quanto a sua extensão, o município possui uma superfície geográfica de 493,64 km², correspondendo 54,16 km² à zona urbana e 439,48 km² à área rural, esta última administrativamente distribuída em sete localidades (Manancial, Rio Branco, Colômbia, Cristalina, Remanso, Panorama e Corredor Agroturístico), subdivididas por sua vez em 63 sub-localidades.



Localização do Estado de Caldas, Colômbia

Localização do Município de Manizales no Estado de Caldas.



Economicamente, Manizales se caracteriza por um setor primário que contribui com 6% do PIB municipal, uma atividade secundária que representa 28% e um setor de serviços de mercado que contribui com 45%. Entre as atividades industriais locais destacam-se as relacionadas com a indústria de alimentos e bebidas (café, chocolate, confeitaria, doces, sucos, gelatinas e licores), metal-mecânica (eletrodomésticos de linha branca, utensílios em aço, ferramentas industriais e agroindustriais), tecno-química (baterias comerciais e industriais, sabonetes, artigos de plástico e autopeças), entre outras. No setor terciário sobressaem os serviços comerciais, financeiros, imobiliários e de construção (ver Tabela 1).

Quanto ao setor primário, o café é o cultivo mais importante no município, não só pela extensa área semeada pelo papel cumprido como pela dinâmica socioeconômica rural local. De acordo com informação fornecida pelo Sistema de Informação Cafeeira (SICA-Caldas), dados consolidados em dezembro de 2006, em Manizales existem 2.688 chácaras cafeeiras que cobrem uma área de 9.457ha semeados de café. A área cafeeira do município se localiza principalmente na zona centro-norte, em limites com o município de Neira, sobre uma área montanhosa cuja altura oscila entre os 1.000 e 1.650 msnm. Em toda a região, o grau de tecnificação do cultivo é alto⁴, com predomínio da variedade Colômbia, que ocupa 64% da área total com densidades médias de 6.945 árvores\ha, semeadas à livre exposição solar com práticas de fertilização e remoção de ervas daninhas frequentes. Em ordem de importância segue a variedade Caturra, com 2.523 hectares semeados, geralmente cultivados associados à banana (variedades Dominico e Dominico-hartón), fruta que abastece o mercado local. A produção das plantações geralmente se beneficia no mesmo prédio onde se colhe. A comercialização se realiza em Manizales e Chinchiná, município vizinho. Os principais compradores são a Cooperativa de Cafeicultores de Manizales e pontos de compra particulares.

No oriente do município, na Zona Amortecedora do Parque Nacional Natural dos Nevados, existem alguns cultivos de batata localizados em ladeiras de fortes pendentes com insuficientes práticas de manejo e conservação do solo. Os cultivos se localizam principalmente nas veredas La Esperanza, El Desquite e El Paraíso, em sua grande maioria estabelecidos sobre zonas florestais de proteção hídrica. Nos últimos anos, o cultivo de batata diminuiu devido aos altos custos dos insumos necessários para a produção (fertilizantes e pesticidas), às mudanças climáticas e à concorrência do produto proveniente de outras regiões do país, fato que estimulou a cultura de capins como alternativa produtiva. O comércio da batata se realiza como produto fresco na central atacadista de Manizales.

Nas zonas baixas e cálidas do município predominam cultivos de cana para a produção de rapadura. O processamento deste tipo de cana se realiza com métodos tradicionais. Normalmente, a moenda usa a força de tração animal. A produção de rapadura, produto de alto consumo no município, não é suficiente para

⁴ Um cultivo se considera tecnificado quando está semeado em variedades Colômbia ou Caturra e foi renovado pelo menos uma vez nos últimos oito anos. A diferença dos tradicionais trata-se de cultivos demandantes de fertilização com ureia e fertilizantes compostos pelo menos duas vezes ao ano, fato que significa uma mudança substancial com respeito aos padrões tradicionais. Pode-se ter uma “tecnificação a plena exposição”, com maior densidade de semente e maior exigência de subsídios energéticos externos, ou “tecnificação à sombra”, que conserva, com muita menor intensidade, algumas árvores do antigo bosque cafeeiro (Comitê de Cafeeiros de Caldas).

abastecer a demanda local, pelo que se exporta de municípios próximos como Neira e Supía. Na zona temperada e fria se produzem frutas em pequenas áreas (maçã, amora, curuba, feijoa, tomate de árvore, entre outras). Na zona cálida predominam os cítricos (laranja e limão, principalmente). Cultivos temporários como mandioca, tomate e milho, entre outros, encontram-se dispersos por todo o município, sendo produzidos em mínimas extensões.

Tabela 1. Contas de produção por tipo de atividade - 2007

Setor	Atividade	Valor agregado bruto (%)	
Primário	Atividades agrícolas e pecuárias	6,3	6
Secundário	Alimentos e bebidas	6,3	28
	Têxteis, prendas de vestir e couro	1,5	
	Indústrias de madeira e papel	0,6	
	Fabricação de substâncias químicas	2,8	
	Fabricação de produtos minerais	10,4	
	Artigos elétricos e a gás	6,3	
Serviços mercantis	Comércio	5,6	45
	Serviços de construção	3,3	
	Serviços para automotores	0,3	
	Serviços de hotéis, restaurantes e similares	1,0	
	Serviços de transporte, depósito e comunicações	4,5	
	Outros serviços	12,0	
	Atividades esportivas e de recreação	0,2	
	Serviços financeiros	10,1	
	Serviços imobiliários e aluguel de moradia	4,5	
	Serviços domésticos	0,3	
	Serviços de intermediação financeira	3,2	
Serviços de no mercado	Serviços de administração pública e outros de mercado	14,0	14
Impostos	Impostos indiretos	6,9	7
PIB		100	100

Fonte: CIE. Secretaria de Planejamento. Prefeitura de Manizales.

Em termos gerais existe déficit de verduras e hortaliças para abastecer o mercado local. A maior parte dos alimentos consumidos provém da Sabana de Bogotá, fato que incrementa os custos para o consumidor final e torna o município altamente dependente de alimentos produzidos em outros municípios e regiões do país. Neste contexto, como se discutirá nos capítulos seguintes, desde a visão produtivista, isto é, aquela que limita o rural a um espaço basicamente produtivo, boa parte da dinâmica social local se desenvolve em torno das disputas entre manter a majoritária especialização dos produtores locais no cultivo do café ou estimular seu trânsito para outros cultivos como medida de segurança alimentar tanto familiar como municipal, assunto que se apresentará a seguir.

2.2. Caracterização socioproductiva

A estrutura agrária do município de Manizales se caracteriza, na atualidade, pelo predomínio de pequenos estabelecimentos, em sua maioria cafeeiros, coexistindo com alguns poucos de maior extensão, localizados principalmente nas zonas frias, geralmente dedicados à produção bovina extensiva e semi-intensiva (gado para leite em forma intensiva e duplo-propósito em forma extensiva, com uma capacidade de carga de 1,8 animais/ha e uma produção média de 10 lt/dia). No que poderia reconhecer-se como agroecossistema cafeeiro, figura dominante no meio local, predominam os minifúndios (menores de 3ha), intercalados com algumas chácaras familiares pequenas (3-5ha) e médias (5-20ha), compartilhando espaço com propriedades maiores correspondentes a cultivos empresariais de café ou fazendas, principalmente de gado. Ainda que estes últimos existam, uma alta proporção dos estabelecimentos rurais e chácaras (72,92%) é de tamanho pequeno, propriedades menores de 3 hectares. Trata-se de um contexto marcado pela pequena exploração de café, onde as famílias de pequenos produtores, isto é, as famílias proprietárias desses pequenos prédios, constituem a maioria. Esta situação coincide com a prevalente no âmbito nacional, onde das 512.000 chácaras cafeiras existentes, 95% possuem menos de 5 hectares e, dentre elas, 89% menos de 3 hectares em café, tamanho de exploração que não chega a garantir a geração de rendimentos suficientes para a reprodução socioeconômica familiar (rendimentos derivados do café menores que um salário mínimo).

Trata-se de um ambiente caracterizado pela supremacia da pequena exploração ou exploração minifundista (menor de 3ha), definida segundo García (1970:146) como “aquele tipo de propriedade na qual a disponibilidade de terra é absolutamente insuficiente para alcançar os três seguintes objetivos: o emprego produtivo do potencial familiar para o trabalho, o fornecimento de uma quantidade de recursos capaz de fundamentar um aceitável nível de vida e a possibilidade de constituir um sistema de empresa agrícola familiar”. Esta referência daria conta de famílias de agricultores desenvolvendo processos produtivos com escassa dotação de terra e capital, enfrentando padrões de vida baixos, num contexto de alta vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com resultados da secretaria de Planejamento Municipal, informação exposta por Jaramillo e Herrera (2007), existe correspondência direta entre o tamanho dos estabelecimentos rurais e as condições de vida dos seus moradores, fato que reforça a vulnerabilidade enfrentada pelos pequenos produtores ligada à dimensão da propriedade explorada. A metade das famílias rurais de Manizales mora em estabelecimentos (habitacionais e produtivos) administrativamente catalogados no estrato socioeconômico mais baixo (estrato 1, o baixo-baixo), cuja extensão é menor do que três hectares.

Numa chacara pequena, como as que predominam em Manizales, a cafeicultura é praticada principalmente por grupos familiares que se ocupam da totalidade do processo produtivo: um chefe de família junto com sua mulher, seus filhos e, em certos casos, alguns parentes próximos, dão conta da totalidade da produção do café (ver Figura 2). A chacara encontra-se, geralmente, em terrenos de alta pendente, o que impede o uso da mecanização do cultivo e exige muito trabalho manual, assumido conjuntamente por todos os membros da família. O pai atua como administrador e trabalhador. A mulher, além de dar conta dos ofícios domésticos, participa de todas as fases do cultivo, assumindo também tarefas associadas à alimentação dos trabalhadores extras contratados na época de colheita. Enquanto o pai vende parte da sua força de trabalho nas fazendas cafeiras que

demandam durante todo o ano mão de obra para a manutenção das plantações, os filhos em idade escolar dedicam boa parte de seu tempo aos estudos, ficando eximidos das tarefas produtivas, às vezes unicamente realizadas nos fins de semana. Geralmente, os filhos vão às escolas localizadas no mesmo espaço rural, onde cursam a primeira e a segunda série. Em caso de não existir uma escola próxima onde cursar a educação secundária, os pais mandam os filhos a instituições localizadas na área urbana do município. Atualmente, a prefeitura presta o serviço de transporte escolar aos moradores localizados nas zonas mais distantes das escolas, serviço às vezes impossibilitado durante época de chuvas.

Figura 2. Família de agricultores familiares.



Pai, mãe e filha mais nova durante período de descanso do pai ocupado no próprio cultivo de café. Nessa manhã, os outros dos filhos do casal estavam na escola.

Com algumas exceções, as famílias de pequenos produtores contam na casa das chácaras com serviços de luz e água potável. A telefonia celular é o meio mais usado e acessível de comunicação. Como obras de bem-estar social, a Federação Nacional de Cafeeiros⁵, em coordenação com a administração municipal, desenvolve jornadas de saúde e patrocina a construção e dotação de escolas, aquedutos, infraestrutura de esgotamento sanitário, caminhos, estradas e obras de

⁵ No âmbito nacional, parte do labor de FEDECAFÉ tem sido administrar, mediante contrato com o governo nacional, o Fundo Nacional do Café, conta de natureza parafiscal constituída com recursos públicos, para onde se dirigem as contribuições obrigatórias do setor a serem redistribuídas dentro do mesmo (5% do preço representativo por libra de café colombiano que se exporta, mais regalias pelo uso da marca Café de Colombia). O Fundo também administra recursos provenientes do governo nacional, governos regionais, clientes e entidades de cooperação nacional e internacional. Segundo Jaramillo (2005), entre suas principais funções figuram: a) coordenar, orientar e apoiar a indústria cafeeira colombiana, b) manter um sistema de comercialização que garanta ao cafeicultor o maior rendimento possível, c) prestar serviços e criar programas de apoio para as regiões cafeeiras, d) reunir os cafeicultores e promover sua associação em cooperativas, e) promover o consumo do café, e f) representar e defender os interesses dos cafeicultores em todos os campos de interesse.

eletrificação rural, visando melhorar as condições de vida da população de pequenos produtores.

No caso em estudo, a categoria classificatória “pequenos produtores”, nominação usada pelos extensionistas e membros de entidades governamentais e não governamentais em referência aos produtores minifundistas descritos, sociologicamente corresponderia à de agricultores familiares modernos: agricultores que se profissionalizaram e integraram-se completamente aos mercados, adaptando-se às suas exigências diluindo ou perdendo alguns traços definidores do camponês –(autonomia, relações de parentesco, reciprocidade, dentro outros (Sorj e Wilkinson, 1983; Teixeira, 1998) e mantendo, como foi descrito, o caráter familiar da estrutura produtiva. Assim, Sorj e Wilkinson (1983) associam o agricultor familiar ao processo de agroindustrialização nos países desenvolvidos e à crescente subordinação ao capital comercial, financeiro e agroindustrial em certos países em desenvolvimento, como seria o caso da agroindústria do café na zona de estudo. Processos como o citado, segundo os autores, adaptam e eliminam alguns elementos centrais que definem a especificidade do camponês, dando lugar a novas características que definiriam a prevalência de um “produtor familiar moderno”.

Para o caso dos pequenos produtores de café, a adaptação ao modelo cafeeiro de produção significou sua modernização em vários sentidos. No âmbito tecnológico, a modernização se associa à adoção de variedades de alta produtividade (precoces, de menor tamanho, maior rendimento e um ciclo produtivo várias vezes mais curto em comparação com as tradicionalmente plantadas), maiores densidades de plantação, eliminação total ou parcial da sobra proporcionada por outros cultivos, diminuição da idade das árvores plantadas, mudanças técnicas que implicam o uso intensivo de fertilizantes sintéticos. Neste caso, recorrendo ao exposto por Sorj e Wilkinson (1983), no processo de adaptação à nova forma de produção, as práticas e os conhecimentos tradicionais dos produtores seriam substituídos pelo conhecimento dos técnicos da agroindústria e pelas rotinas de trabalho (semeado, fertilização, eliminação de ervas daninhas, fumigação, colheita de frutos maduros, benefício dos grãos, dentre outras) determinadas pelas novas tecnologias.

No âmbito econômico, a integração do pequeno produtor na dinâmica cafeeira aumentou sua dependência do mercado, a partir de sua dedicação quase exclusiva à produção de café. Ao diminuir ou eliminar o plantio de produtos para o autoconsumo, bens alimentícios básicos tiveram que ser adquiridos no mercado. Em tempos de crise cafeeira, a substituição da policultura pela monocultura do café, decisão subordinada à dinâmica de mercado, como será posteriormente desenvolvido, tem causado o comprometimento da reprodução social das famílias, sobretudo no concernente à segurança alimentar. Neste caso, a flexibilidade com relação à dependência do mercado, a partir da qual o camponês poderia se retirar deste sem comprometer sua reprodução social ao produzir na própria chácara parte dos alimentos para o autoconsumo (Garcia Jr., 1989), tem sido parcial ou totalmente perdida entre os pequenos produtores locais, atores atualmente dependentes da renda gerada pela venda do café para satisfazer as necessidades básicas da família, em caso de não recorrer ao trabalho extra chácara ao a venda da sua força de trabalho em outras plantações como estratégia complementar de geração de ingressos. De acordo com Sorj e Wilkinson (1983), esse fato corresponderia a uma das características do “produtor familiar moderno”, ator

submerso numa dinâmica produtiva que demanda produzir somente para o mercado, mercantilizando a totalidade da produção.

No âmbito sociocultural, incentivar a adoção de valores mercantis (“ter uma mentalidade competitiva”, “pensar como empresário e não como simples camponês”, “ser um agricultor moderno e competitivo”, expressões comuns entre certos extensionistas ao se referirem ao “dever ser” dos pequenos produtores locais) faz parte da dinâmica socioprodutiva local. Analiticamente, ser produtor de café, independentemente da capacidade produtiva de cada ator, implica ser capaz de incorporar tecnologia e ter uma racionalidade produtivista, assunto desenvolvido no próximo capítulo. Desse modo, seguindo o exposto por Sorj e Wilkinson (1983), integrar-se ao modelo produtivo moderno implicaria para os pequenos produtores interiorizar a racionalidade capitalista como caminho para consolidar uma “pequena produção modernizada”, tecnificada e cada vez mais integrada ao mercado e à sociedade em geral, como seria o caso dos pequenos produtores de café em estudo.

No sentido exposto, isto é, no meio do processo de integração do pequeno produtor local à dinâmica do mercado, em Manizales é apropriado falar da prevalência de uma forma de agricultura familiar integrada por pequenos produtores cafeeiros que tentam se adaptar ao novo contexto de reprodução socioeconômica, transformando-se, até certo ponto, em agricultores familiares modernos. Como afirma Wanderley (1997:2), “a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social”. No caso em estudo, recorrendo ao exposto por Wanderley (1997), trar-se-ia de pequenos produtores portadores de uma tradição camponesa, adaptados às novas exigências da sociedade. Adaptar-se às mudanças tecnológicas, mudar da policultura para a monocultura do café, adotar uma racionalidade produtivista-mercantilista, produzir majoritária ou totalmente para o mercado, dentre outras, figurariam entre as principais requisições.

Especificamente, tratar-se-ia da adoção familiar do modelo produtivo cafeeiro sobre condições de subsistência, isto é, da adoção da monocultura tecnificada, incluindo a racionalidade produtivista, num contexto no qual a integração à dinâmica do mercado (a cadeia agroprodutiva do café) não significa que a produção deixou de ser de subsistência (apenas suficiente para garantir a manutenção da família e satisfazer suas necessidades básicas). Neste sentido, autores como Wanderley (1997) e Llambí e Pérez (2007) contribuem com esta análise ao afirmar que a integração dos agricultores ao mercado (neste caso o mercado especializado do café, de insumos e financeiro) nem sempre nega o caráter de subsistência da economia familiar. Num contexto como o descrito, as famílias dos pequenos produtores teriam a obrigação de manter um balanço entre a satisfação das suas próprias necessidades e a resposta às demandas do entorno socioeconômico no qual estão inseridos. Procurando solucionar esse dilema, e seguindo o exposto por Llambí e Pérez (2007), as famílias rurais que vivenciam essa condição optam por recorrer a diferentes estratégias econômicas (incursionar no mercado de trabalho não agrícola) e não econômicas (apostar na educação dos filhos, no caso em estudo) como medida de reprodução socioeconômica familiar, manutenção da exploração agrícola e garantia de “um melhor futuro” para as gerações mais novas.

A tendência nacional mostra que a metade dos agricultores localizados em pequenas explorações depende por completo dos rendimentos de suas parcelas,

enquanto a outra metade tem fontes de ingressos complementares. De acordo com o reportado por García e Ramírez (2002), as famílias localizadas em explorações de menos de um hectare são as que vão com maior frequência ao trabalho fora de seu prédio, sendo a venda de sua força de trabalho em outras chácaras ou fazendas cafeiras a principal alternativa. Segundo simulações realizadas pelos mesmos autores, do total de famílias proprietárias de prédios cafeeiros com extensões menores de cinco hectares, 50% teriam a capacidade de conservar suas características de produtor e sustentar-se com base na atividade agropecuária como maior fonte de rendimentos, ato logrado mediante o incremento da produtividade na chacara e a redução de seus custos de produção. O outro 50% dos proprietários dificilmente poderiam melhorar suas condições de vida baseados na produção agropecuária como única fonte de recursos.

Em Manizales, como será exposto no próximo capítulo, recorrer a trabalhos fora da própria chacara, seja vendendo a mão de obra em estabelecimentos de maior tamanho ou exercendo diversos ofícios na zona urbana do município, constitui um mecanismo de reprodução socioeconômica entre os agricultores familiares:

“Eu sou cafeeiro, minha família é cafeeira, mas nós não conseguimos viver unicamente do café, pelo que temos que buscar outras coisas pra fazer. Eu, quando é possível, trabalho na construção como ajudante. Meu filho mais velho trabalha no centro de Manizales como ajudante numa lanchonete. Meus outros dois filhos estão praticamente dedicados ao estudo. Minha mulher é dona de casa, mas também trabalha ajudando no restaurante escolar da vereda, fazendo, junto com outra senhora, o lanche e o almoço da criançada. Ela é paga pelo município somente durante o período escolar.”⁶

Considerando as condições de vulnerabilidade socioeconômica que com frequência se desenvolvem na agricultura familiar, como menciona Wanderley (1997), o trabalho externo se torna, em muitos casos, uma necessidade estrutural. Os ingressos obtidos neste tipo de trabalho resultam indispensáveis tanto para a reprodução da família como do próprio estabelecimento produtivo familiar. Em Manizales, como exemplifica o caso citado, a transformação periódica de membros de famílias produtoras em jornaleiros das grandes plantações, pedreiros da construção, servidores domésticos, entre outros ofícios, acontece periodicamente, trabalhos que suplementam o rendimento obtido como a venda do próprio café.

Com respeito à escolaridade, o nível educativo dos agricultores familiares de Caldas é inferior aos quatro anos, dado conforme com a tendência observada nos cafeicultores em nível nacional. Neste âmbito, 19% nunca freqüentaram a escola, 64% só cursaram algum nível de educação básica primária, enquanto unicamente 6% assistiram à secundária. Em Manizales, como medida de ação governamental, de acordo com o anotado por Jaramillo e Herrera (2007), a zona rural conta com 66 instituições educativas distribuídas ao longo das sete localidades, com um total de 4.984 estudantes matriculados em 2007, dos quais 323 estão em pré-escolar, 2.257 em primária, 1.626 em secundária e 479 em média vocacional, providências tendentes a elevar os níveis de escolaridade entre a população rural local. Na prática, esta oferta educativa é aproveitada pelas famílias

⁶ Entrevista a agricultor familiar, localidade El Aventino, Manizales.

de pequenos produtores como forma de ampliar o campo de possibilidades ocupacionais dos filhos num futuro próximo:

“Meu marido é o encarregado da chácara. Ele é quem administra e dá conta da plantação, contando com minha ajuda e a dos meus dois filhos. Meus filhos ajudam, sobretudo, na colheita, mas a prioridade deles é estudar. Nós cumprimos o dever de mantê-los na escola. Às vezes eles têm dificuldades, têm que repetir disciplinas e fazer reforços nas férias, mas eu insisto para que sigam em frente, para que logrem terminar a segunda série e assim obter um melhor emprego ou formar-se depois como técnicos em alguma coisa. Nós [os pais] seguimos aqui no campo, pois essa é nossa vida, mas queremos que eles surjam, que eles façam algo diferente na vida.”⁷

Neste caso, como argumenta Carneiro (1999), investir na formação educacional dos filhos para ampliar sua capacidade de inserção no mercado de trabalho pode corresponder a uma estratégia familiar que leva a secundarizar a produção agrícola à procura de novas fontes de ingressos. No entorno local, aproveitando a oferta educacional disponível, os jovens têm a possibilidade de alcançarem maiores níveis de escolaridade em comparação com seus pais, fato que, em vários casos, tem motivado sua saída do campo ou sua permanência no estabelecimento rural sem dedicação à atividade agrícola. Sob estas condições, recorrendo ao exposto por Carneiro (1999), a exploração agrícola torna-se desinteressante para os filhos de agricultores, circunstância contraditória para a reprodução da unidade familiar, devido à ausência de sucessor para o chefe da unidade produtiva.

Em conjunto, as características que definem a situação de vulnerabilidade enfrentada pelos pequenos produtores locais, como será desenvolvido nos seguintes capítulos, dá conta de uma forma de experimentar a dinâmica local como uma “constante luta” pela reprodução socioeconômica familiar e a manutenção da exploração agrícola, expressão comumente usada pelos próprios agricultores. Neste contexto, às estratégias surgidas do interior das famílias somam-se outras de origem institucional orientadas a melhorar seu bem-estar, propostas provenientes de diferentes origens e informadas por distintas leituras da realidade afrontada pelos pequenos agricultores locais. Nesse âmbito destacam duas entidades: a Unidade de Integração Social (UIS) e o Comitê de Cafeeiros de Caldas.

A UIS, unidade integrada à Secretaria de Desenvolvimento Social do município, tem como objetivo principal prestar assessoria técnica para o fortalecimento dos programas comunitários, associativos e de desenvolvimento rural, fomentando o uso de tecnologias produtivas apropriadas para cada caso. Na prática, prestar assistência técnica aos pequenos produtores em cultivos diferentes de café representa sua principal ação. Considerando a alta especialização desse tipo de produtores no cultivo do café, situação que contribuiria para o detrimento da produção de alimentos para o autoconsumo e o mercado local, entre as medidas orientadas a reduzir os níveis de vulnerabilidade socioeconômica dos habitantes do campo figura o incentivo à diversificação produtiva alimentar. Como se apresentará em capítulos posteriores, “lutar contra a hegemonia produtiva cafeeira”,

⁷ Entrevista a agricultora familiar, localidade Alto Tablazo, Manizales.

argumentando e contra-argumentando posturas, constitui uma das principais ações mobilizadoras da dinâmica rural municipal.

Mantendo sua postura corporativa, o Comitê de Cafeeiros de Caldas, entidade associada à Federação Nacional de Cafeeiros de Colômbia, oferece à população cafeicultora local serviços de extensão, comercialização de insumos e gestão de projetos, configurando uma dinâmica social e produtiva do cultivo do café. Informado por uma visão marcadamente produtivista, o *serviço de extensão* é concebido como um sistema que ajuda os cafeicultores a elevarem a produtividade de seus cultivos a partir do melhoramento de métodos e técnicas de produção, mediante capacitação e transferência de tecnologia. Para os pequenos produtores, o serviço se concentra em aspectos tecnológicos, geralmente relacionados com o melhoramento da produtividade e a qualidade do café, na busca por incrementar seus rendimentos como medida de geração de bem-estar. Para os cultivadores de maior extensão, a assistência enfatiza o melhoramento do manejo administrativo e financeiro do negócio, procurando elevar sua eficiência econômica. Na prática, os grandes produtores assimilam com mais facilidade as inovações tecnológicas, atendendo a sua maior capacidade econômica e a seu constante interesse por elevar a produtividade do cultivo, recorrendo, inclusive, à assistência técnica particular. Entre os pequenos produtores, a assimilação das recomendações dos extensionistas do Comitê de Cafeeiros é quase sempre parcial, devido a sua limitada capacidade de inversão e ao apego ao conhecimento técnico familiarmente transmitido:

“O técnico vem aqui e recomenda adubar com uma dose alta de fertilizante, mas os meus recursos não dão para aplicar tanto, pelo que eu só adubo a metade. Antes eu adubava com esterco de gado e galinha, mas agora mandam abonar com fertilizante de fábrica, e tudo é mais caro para a gente, assim, cada vez que posso, combino ambos os adubos, embora o técnico não goste”.⁸

O *serviço de gestão de projetos*, principalmente voltado a formular e executar iniciativas de ordem educativa (educação primária e média, educação de adultos, por exemplo), produtiva (renovação de plantações, segurança alimentaria, gestão empresarial), meio ambiental (educação e sensibilização ambiental, reflorestamento), de infraestrutura (manutenção de vias, saneamento básico, eletrificação rural, melhoramento de moradia, aqueduto) e proteção social (acesso à saúde e à pensão), procura oferecer à família cafeeira melhores condições de vida, facilitando o acesso a serviços muitas vezes ineficientemente proporcionados pelo governo municipal.

Entre os projetos de índole educativa destaca-se o Escola e Café. De acordo com seus gestores, a iniciativa procura preparar desde a escola a próxima geração de cafeicultores, representada pelos filhos dos atuais produtores. A partir da escola pública, em horário escolar, dentro do currículo e em forma permanente, os estudantes se apropriam do conhecimento e da informação necessários para a produção e o manejo do café. Segundo o exposto por seus gestores, “espera-se que estes meninos e meninas, ao terminar seus estudos de educação básica ou média, vejam no café uma possível opção de vida. Se optam por ser cafeeiros(as), espera-se um desempenho adequado graças à adoção de uma melhor tecnologia, conseguindo assim mais eficiência e produtividade (Comitê de Cafeeiros de

⁸ Entrevista a pequeno produtor de café, localidade El Aventino, Manizales.

Caldas, 2007). Esta leitura institucional, que procura legitimar a ordem socioeconômica cafeeira, como se desenvolverá em capítulos posteriores, nem sempre coincide com a realizada por membros das famílias de pequenos produtores. Para muitos deles, além dos interesses da instituição cafeeira (manter os jovens no espaço rural, assegurando a sua continuidade como produtores de café), ir à escola é assumido como uma ação que os prepara para sair do campo em melhores condições para aceder a um trabalho não agrícola, ofício usualmente exercido em meios urbanos.

Analiticamente, poder-se-ia dizer que o projeto educativo cafeeiro constitui uma resposta à evidente ruptura da transmissão familiar de valores positivos associados à produção de café. As dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos agricultores familiares locais têm motivado às famílias procurar medidas de fuga da condição de agricultores: “Eu quero que minhas filhas estudem alguma coisa distinta, que não tenham que ficar no campo como eu, apenas sabendo de café, pois falando a verdade, café é a única coisa que eu sei fazer e cultivar direito”. Mensagens tanto implícitas como explícitas cotidianamente recebidas pelos jovens no interior dos lares sobre as dificuldades associadas ao modelo cafeeiro (“o café não dá para mais”, “se eu pudesse e tivesse os meios me dedicaria a fazer alguma outra coisa”, “este negócio só me está deixando dívidas”, “estude, meu filho, para ter uma melhor vida”, entre outras comuns entre os agricultores familiares) dão conta da ruptura assinalada. Nessas circunstâncias, legitimar as virtudes do modo de vida cafeeiro, oferecendo um panorama de mudanças positivas projetado no futuro dos jovens do campo (“vocês serão os cafeicultores do futuro”, “vocês, a diferença dos seus pais, serão agricultores profissionais modernos”, mensagens que sustentam o projeto educativo institucional), representa uma forma de estimular a família a procurar caminhos diferentes do institucionalmente preconcebido para os jovens do campo.

O *serviço de comercialização de insumos*, também coordenado pelo Comitê de cafeeiros, provê aos cafeicultores os materiais e produtos necessários à sustentação e manejo de suas chácaras. A cargo da instituição corporativa, as Lojas do Café asseguram à comunidade cafeicultora a disponibilidade permanente dos insumos necessários para o desenvolvimento de sua atividade produtiva, oferecendo melhores preços em relação aos da concorrência comercial. Entre as atividades associadas ao serviço de gestão corporativa destaca-se o apoio ao Sistema Cooperativo Cafeicultor, programa principalmente focado em subsidiar as Cooperativas de Cafeicultores, organizações que garantem a compra da colheita a preços competitivos (FEDECAFÉ, 2007). Na prática, ainda que a totalidade dos cafeicultores associados, independentemente de sua condição socioeconômica e capacidade produtiva, aceda a estes serviços, entre os pequenos é comum escutar certas afirmações sobre o tipo de atendimento recebido:

“Da cooperativa todos os produtores somos sócios, mas alguns têm privilégios. Quando um grande chega para vender seu café ou quando chega algum dos seus empregados, eles são os primeiros atendidos sem ter que fazer a fila. Eu, que somente levo uma pequena quantidade de produto, algumas vezes preciso esperar várias horas porque um dos grandes furou a fila”.⁹

⁹ Entrevista a agricultor familiar. Bajo Tablazo. Manizales.

Em termos gerais, pode-se dizer que, além do caráter democrático que em teoria distingue a ação do Comitê de Cafeeiros (“para nós, todos os cafeeiros são iguais”, expressão comum entre extensionistas e diretos desta instituição), na prática existe uma ordem hierárquica determinada pela capacidade produtiva. Seguindo as categorias operativas usadas pelos extensionistas do Comitê de Cafeeiros, os grandes teriam mais vantagem do que os pequenos no momento de aceder aos serviços oferecidos. No caso dos grandes produtores, sua maior capacidade de gestão, seu maior conhecimento da forma em que internamente opera a burocracia cafeeira, assim como sua frequente relação com instâncias de poder (produtores pessoal ou familiarmente vinculados ao governo local, estadual ou nacional, por exemplo), condição usada em procura de benefícios pessoais (prioridade no acesso a insumos produtivos, assistência técnica, recursos financeiros para a renovação de plantações), determinam os diferenciais em relação aos pequenos produtores.

Quanto à comercialização, em concordância com o exposto por Forero (1999), a venda da colheita realizada através da cooperativa segue a pauta de uma estrita participação individual no mercado. Cada produtor, mais do que sócio, atua como cliente da cooperativa, pelo que sua existência como organização participativa e solidária é posta frequentemente em dúvida. Sua criação em Manizales, como no resto dos municípios cafeeiros do país, obedeceu a uma resolução da FEDECAFÉ e não à iniciativa dos produtores (neste caso dos agricultores de agricultura familiar, os que seriam os mais beneficiados pela compra total da colheita) por atuar organizada e coletivamente. Trata-se de uma figura organizativa imposta, a qual os pequenos produtores de café teriam que se afiliar para garantir o acesso a outros recursos, como o crédito outorgado para cobrir custos produtivos.

Fazendo uma leitura crítica da institucionalidade cafeeira, autores como Tobasura (2005) sustentam que a política posta em marcha pela FEDECAFÉ se caracteriza pela prevalência de duas orientações conflituosas principais: a *produtivista* e a *paternalista*. A primeira supõe que os problemas sociais e econômicos da população cafeeira se solucionariam com aumentos contínuos da taxa de produtividade, postura dominante entre a institucionalidade cafeeira, que reduz a dinâmica socioeconômica regional a sua dimensão meramente produtiva, deixando de lado outras arestas da realidade. A segunda, derivada da anterior, se basearia num acordo entre a Federação e os cafeicultores, segundo o qual estes se comprometeriam a adotar as disposições tecnológicas para o incremento da produção, enquanto a organização lhes garante a prestação de alguns serviços para seu bem-estar (assistência técnica, crédito, venda subsidiada de insumos, educação, entre os já assinalados), estratégia que teria feito da “família cafeeira” uma figura altamente dependente dos subsídios e apoios externos, restando-lhe autonomia e capacidade de ação contra eventuais problemas associados tanto às flutuações do preço internacional do café como aos recortes na ajuda constantemente recebida.

Como será exposto a seguir, sem desconhecer sua contribuição histórica para o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional, ante a queda do preço internacional de café, a institucionalidade cafeeira resultou insuficiente. Ante a crise do café, as regiões mais dependentes do cultivo se viram amplamente ressentidas, estando entre estas a zona cafeeira do município de Manizales, fato de alta repercussão sobre a dinâmica rural local.

2.3. Crise cafeeira

Nos anos 90 e começos da década atual, conjugou-se no Eixo Cafeeiro colombiano uma série de fatos que ameaçaram sua estabilidade econômica e social. Para uma região tão dependente da atividade cafeeira, a ruptura das Cláusulas Econômicas do Acordo Internacional do Café, em 1989, incidiu de maneira negativa em sua dinâmica econômica¹⁰. Neste novo entorno, enquanto o mercado mundial começou a avançar livremente e o preço a registrar altas flutuações, a estabilidade econômica dos produtores se viu altamente comprometida (PNUD, 2004). A redução das cotações internacionais do grão, agravada pelo rendimento do mercado mundial de novos produtores do sudeste asiático (Vietnã, principalmente), e o aumento da produtividade do cultivo no Brasil causaram a queda do preço interno e, portanto, a debilidade dos rendimentos do grêmio cafeeiro nacional e regional (Narváez e Vargas, 2007).

É necessário considerar que nem todos os produtores foram afetados da mesma maneira. Como sugere Cartay (1999), o impacto da crise foi diferente em função do grau de tecnificação da unidade de produção, da diversidade produtiva e do tamanho da propriedade, bem como de fatores como o nível de endividamento e a capacidade para enfrentar as perdas, por exemplo. Nesse contexto, os pequenos produtores, praticamente dependentes do café, são os mais prejudicados. Como confirmam diversos estudos nacionais, a especialização em café é inversamente proporcional ao tamanho da propriedade. As chácaras muito pequenas, com menos de cinco hectares, resultam excessivamente dependentes do café e, portanto, mais vulneráveis às flutuações dos preços (García e Ramírez, 2002). Segundo pesquisas realizadas pelo Centro Regional de Estudos Cafeeiros e Empresariais (CRECE, 2004), chácaras muito pequenas, de até um hectare, dedicam 77% de sua superfície ao café, enquanto nas maiores, de cinco hectare,s essa percentagem é de somente 20% (Fonseca, 2002), situação que ressalta a vulnerabilidade dos pequenos produtores.

De acordo com León (2006), que ratifica os riscos da especialização do cultivo do café, as atividades que definem as estratégias de vida das famílias camponesas estão unidas à agricultura: produção de café como atividade principal (cultivo que ocupa entre 65 e 82% da área produtiva disponível), seguida de cultivos de subsistência como a banana e a mandioca, grãos básicos como o feijão e o milho, produtos destinados tanto ao autoconsumo como ao mercado, dependendo da sua disponibilidade. A pequena produção pecuária (gado de leite, galinhas e

¹⁰ O Acordo Internacional do Café surgiu, entre outros motivos, como um mecanismo de ajuda econômica de países consumidores desenvolvidos a produtores de países em vias de desenvolvimento. Mediante um sistema de quotas, os países consumidores limitavam a certa quantidade o volume de produto que podiam importar anualmente, favorecendo, desta forma, a redução da oferta de café e o aumento de sua cotação, fato que, considerando a baixa sensibilidade da demanda frente a mudanças nos preços nos países economicamente avançados, garantia maiores rendimentos para os países produtores. Por sua vez, estes últimos se comprometiam a controlar a produção ou reter os excessos de produto exportável sobre sua quota. No entanto, de acordo com Lanzetta (1991), ante o peso da tendência ideológica que favorece a liberdade de mercados, o Acordo Internacional de Café passou a ser visto por alguns países membros como uma indesejada distorção às dinâmicas padrões de oferta e demanda. Neste contexto, a dificuldade de alguns países produtores para manter a disciplina de retenção de excedentes, somada à pressão exercida pelos países consumidores em torno do livre mercado, entre outros fatores, forjou o caminho para a quebra do pacto. Com a ruptura das cláusulas econômicas do Acordo em julho de 1989, as quotas ficaram eliminadas, prevalecendo desde em então o livre comércio.

frangos de engorda), ainda que em mínimas proporções, também faria parte do esquema produtivo, fornecendo alimentos e segurança alimentar. Outras fontes de rendimento são a venda de força de trabalho em outras herdades (geralmente de tamanho médio), a venda de alimentos e de produtos variados em pequenos comércios domésticos (lojas de bairro, por exemplo), o acesso a créditos bancários e a recepção de remessas familiares.

Contudo, em Manizales, como se mostra no seguinte depoimento, a diversidade produtiva nem sempre está presente no interior das chácaras e lares cafeeiros:

“A gente na terra é muito afeiçoado ao café e à banana, então não utiliza espaço para outros cultivos. De repente a gente semeia uma plantinha de tomate, coentro ou cebola, mas isso é algo muito ocasional. Sei que esse é um erro que nós cometemos: semear café em todos os espaços, inclusive ao redor da casa, mas esse é o costume por cá e mudar é bastante difícil”.¹¹

Em consequência do tamanho reduzido da propriedade, como também do arraigado costume de priorizar o café sobre quase qualquer outra espécie cultivável em tempos de recessão, a vulnerabilidade econômica, sobretudo alimentar, aumenta para os pequenos produtores. Como assinalam Narváez e Vargas (2007), o problema se evidenciou em sua expressão mais cotidiana quando começaram a faltar recursos monetários para os cafeicultores, acostumados a comprar boa parte dos alimentos consumidos por suas famílias. Em suas chácaras não eram produzidas quantidades suficientes de alimento para o autoconsumo.

Segundo o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2004), entre as principais medidas tomadas pelas famílias cafeieiras para enfrentar a crise e a recessão econômica destacam-se a redução do gasto e a busca de fontes adicionais de rendimentos. Com menor frequência, outra providência foi incorporar maior quantidade de membros da família em labores extra-chácara que geram renda, ação que resultou negativa na medida em que quem está ingressando no mercado de trabalho são crianças e jovens que deveriam estar estudando ou mães que precisaram descuidar dos filhos para contribuir com o sustento familiar. Tudo isso surge acompanhado da redução no consumo de bens e serviços como alimentação, vestuário e calçado, educação, recreação e saúde.

Nesta dinâmica, o aumento da oferta trabalho, combinado com a insuficiente geração de empregos, elevou as taxas de desocupação, subemprego e informalidade na região. De acordo com relatórios do Departamento Nacional de Estatísticas (DANE), a taxa de desocupação na zona metropolitana de Manizales passou de 13% em 1996 a 22% em 2000. Para os mesmos períodos, a taxa de informalidade passou de 51% a 62%, isto é, quase dois terços da população ocupada tinham um trabalho qualificado como informal pelo DANE¹². Segundo

¹¹ Entrevista a pequeno produtor. Vereda El Aventino. Manizales.

¹² O DANE classifica os informais com base nos seguintes parâmetros: a) empregados do serviço doméstico e trabalhadores familiares sem remuneração; b) trabalhadores por conta própria, exceto profissionais como médicos, advogados, dentistas, engenheiros etc.; c) empregados e obreiros particulares que trabalham empresas com até 10 trabalhadores em todas suas agências e sucursais; d) patrões ou empregadores que ocupam até 10 trabalhadores; f) excluem-se deste setor os obreiros e empregados do governo.

Perfetti et al. (2004), o crescimento da informalidade nas zonas cafeeiras nacionais, em especial na região Eixo Cafeeiro, explica-se em grande parte pelo crescimento dos informais cuja ocupação anterior era a atividade agropecuária.

Associado ao anterior, estudos realizados em duas veredas do município de Manizales, entre as atividades não agrícolas realizadas por membros de famílias de pequenos produtores destacam-se as ligadas ao comércio informal (Méndez et al., 2006). Na maioria dos casos são lojas de bairro, postos de venda de bebidas alcoólicas (aguardente e cerveja, principalmente) e postos de lanches rápidas (pizza, hambúrgueres, cachorros quentes, empadas), concentrando-se na venda ambulante de múltiplos produtos (café, chá, água, sorvetes, doces, produtos de temporada como brinquedos ou papel de presente no Natal ou velas e objetos religiosos na Semana Santa), realizada no centro da cidade ou em localidades vizinhas. Entre as mulheres, o serviço doméstico (realizado em casas de família) e os serviços auxiliares (faxina, limpeza de escritórios, garçonetes e cozinheiras em restaurantes) representam as principais ocupações. Essas atividades dariam conta de parte das estratégias não agrícolas de sobrevivência seguidas por membros de famílias de pequenos produtores como medida de enfrentar as dificuldades econômicas. Neste contexto, como será desenvolvido em capítulos seguintes, o espaço econômico e social dos pequenos produtores iria além dos limites físicos com que se delimita o rural, sendo a decisão de “sair do campo” e integrar a cidade a suas dinâmicas ocupacionais rotineiras um dos caminhos seguidos para mitigar as condições de vulnerabilidade socioeconômica enfrentadas.

É preciso também anotar que o desemprego, o subemprego e a informalidade não são situações compartilhadas por todos da mesma maneira. De acordo com o tamanho da propriedade e a capacidade de investimento de cada grupo, as formas de enfrentar a crise variam. Segundo o exposto por Narváez e Vargas (2007), na zona cafeeira caldense, graças a sua alta capacidade econômica, os grandes proprietários diversificaram e renovaram plantações, confiando no melhoramento dos preços internacionais do café nos próximos anos. Diante das flutuações conjunturais dos preços e das tendências adversas do mercado, a estratégia geralmente tem sido aumentar a produtividade. Entre estes mesmos produtores, outra opção é deixar lotes improdutivos até que as condições sejam mais favoráveis para o negócio agropecuário e investir em áreas distintas da agricultura:

“Desde o ano de 2002, devido à crise do café, optei por trocar vários hectares de café por laranjeiras. Neste momento, os cítricos são um bom investimento, por isso penso em expandir um pouco mais o cultivo. Mas isto não quer dizer que vou deixar de plantar café. Eu mantenho minhas plantações de café e sigo investindo no cultivo, pois apesar da caída do preço, o café continua sendo bom negócio, ainda que não tão rentável como antes. Quando o negócio do café começou a cair, também investi em propriedade raiz. Construí um edifício em Manizales, vendi vários apartamentos e deixei os outros para alugar. Antes eu falava que era cafeeiro, mas agora sou somente agricultor em geral”.¹³

¹³ Entrevista a agricultor empresarial. Manizales.

Neste caso, mais do que aumentar a produtividade do café, investir em outras áreas tanto agrícolas como não agrícolas tem sido o caminho de alguns produtores empresariais. Sem abandonar seu rol de produtores agrícolas, ampliar o campo de investimento, ação informada pela perspectiva produtivista entre eles dominante, constitui parte da resposta à crise cafeeira. Investir em atividades comerciais, propriedade raiz, assim como em outros cultivos distintos do café (cítricos, principalmente) tem sido o caminho seguido por diversos empresários agrícolas locais.

Por sua vez, certos proprietários, alguns reconhecidos como “cafeicultores de fim de semana”, optaram por subsidiar a chácara com parte de seu salário. Este grupo estaria composto por profissionais de diferentes ramos (médicos, agrônomos, veterinários, professores e advogados) e suas famílias, para os quais o café é uma fonte secundária ou terciária de renda: “Para nós, manter a chácara não é uma necessidade, mas também não queremos vendê-la. Preferimos conservá-la plantada de café, pois bem ou mal ele deixa alguns pesos extras e faz parte de nossas vidas e da de nossos pais”.¹⁴ São filhos de agricultores familiares que conseguiram se formar nas universidades da região, formados em áreas do conhecimento tanto agrícolas como não agrícolas, atualmente desvinculados da propriedade e da exploração agrícola familiar, mas interessados em conservar parte da sua história de vida: “Eu consegui me formar graças ao trabalho de meus pais na agricultura. Eles, pequenos produtores de café, deram-nos a educação como principal herança”. Em vários casos, à maneira de retribuição pelo esforço familiar realizado, os filhos contribuem financeiramente na manutenção da exploração agrícola mantida pelos pais que permanecem nas chácaras. Nestas circunstâncias, recorrendo ao exposto por Carneiro (1999), com a secundarização da produção agrícola a propriedade familiar é mantida como reserva de valor ou símbolo associado à família. Segundo a autora, a motivação ideológica para conservar a exploração agrícola estaria associada ao interesse de manter o patrimônio familiar e uma identidade social fundamentada no uso agrícola desse patrimônio, para além dos interesses meramente econômicos.

Em outra linha, à procura de opções para enfrentar a crise do café, mas também motivados pelas novas tendências e possibilidades do mercado do turismo, alguns atores com alta capacidade de investimento optaram por incursionar no negócio do turismo rural e do agroturismo.

Em Caldas, o esforço de autoridades públicas e privadas para estimular o desenvolvimento do setor turístico remonta ao início dos anos 90, quando surgiu a ideia do Comitê de Cafeeiros de fomentar o agroturismo como uma alternativa econômica para melhorar os rendimentos dos produtores de café. Do processo anterior nasceram associações como a Cooperativa de Chacareiros para o Agroturismo de Caldas (CORFINCAS), reunindo algumas fazendas cafeeiras adaptadas à atividade turística, localizadas majoritariamente nos municípios de Manizales, Chinchiná e Palestina (Gómez et al., 2004). Como anota Ramírez (2002), os cafeicultores entenderam que existe uma propensão social manifesta para o patrimônio natural e rural, que pode ser aproveitada mediante a geração de opções turísticas: “É bem como os cafeicultores decidiram que suas plantações de café não só serviam para exportar *the richest coffee in the world*, senão também para importar turistas e gerar rendimentos complementares”. Nestes casos, o rural associado à cultura e à natureza, visão que vai além do puramente agrícola, permeia

¹⁴ Entrevista a advogado, proprietário de chácara de café. Manizales.

a visão de certos atores locais, até a pouco quase totalmente centrados na visão produtivista. Recorrendo ao exposto por Pires (2007), em situações como a relatada o espaço rural deixou de ser imediatamente relacionado ao setor primário da economia e passou a ser visto (por certos agricultores de ordem empresarial, gestores públicos e privados) como um espaço de diversificação, cuja função pode estar alternadamente associada a atividades afins à esfera do consumo, no caso turismo e moradia. Conservando o interesse econômico, como será apresentado na próxima seção, convocar outros atores sensibilizados com a dimensão recreativa do rural, oferecendo-lhes serviços turísticos e recreativos ligados ao potencial cultural e ambiental local, constitui uma estratégia alternativa de geração de ingressos, adicionável a outras de índole agroprodutiva.

Entretanto, apesar dos esforços de diversificação econômica, a maior parte das zonas rurais da região continua baseando sua economia no café, produto cujo cultivo, colheita e benefício ocupam uma proporção considerável da mão de obra disponível. Diante dessa situação, e a partir da perspectiva corporativa, reverter a atividade cafeeira para fazê-la mais competitiva foi o caminho seguido por alguns produtores em vários municípios do departamento de Caldas, sendo incursionar na produção de Cafés Especiais¹⁵ uma das alternativas seguidas. Trata-se de “cafés amigáveis com o ambiente” (produzidos organicamente, sem o uso de químicos de sínteses), de “cafés sociais” (produzidos por pequenos produtores sob condições de justiça social e responsabilidade ambiental), de “cafés exóticos” (com aromas e sabores de frutas ou chocolate, por exemplo, dados pelas condições do solo, do microclima e da associação com outros cultivos) e de “cafés de origem” (produzidos em chácaras de pequenos produtores localizados na zona cafeeira do departamento de Caldas, Colômbia, sob condições de sustentabilidade tecnológica, social e ambiental), produtos que chegam a ser pagos a US 1,40/libra quando o preço médio do café colombiano na bolsa de Nova York é de US\$ 0,60/libra, por exemplo. Considerando o anterior sob uma perspectiva econômica, a produção e a exportação deste tipo de café representariam uma aposta pertinente na medida em que, evitando a mudança de atividade produtiva, os cafeicultores, ao agregar valor a seu produto tradicional, incrementariam seus rendimentos sem estarem agora sujeitos à variação dos preços internacionais do grão, minorando, portanto, sua vulnerabilidade econômica e social (DNP, 2007).

Na prática, pelo menos para os pequenos produtores, a conversão para o cultivo orgânico tem resultado difícil. Ao estabelecê-la, os rendimentos do café são menores em comparação com os obtidos com o cultivo tradicional, assunto que, em princípio, desestabiliza a já difícil economia familiar. Quanto à comercialização, ela deve cumprir certas exigências além da custosa certificação ecológica, quase sempre acima dos padrões usualmente por eles manejados, fato que, usualmente, produz a saída dos pequenos produtores do negócio enquanto não contam com apoio institucional permanente. Por sua vez, os canais de comercialização utilizados para os novos produtos demandam um conhecimento profundo do mercado especializado, situação que torna os pequenos produtores dependentes de intermediários externos (agentes que se somam à cadeia de agregação de valor), diante do que vários produtores argumentam “sentir-se trabalhando para o ganho de outros”.

¹⁵ O Programa de Cafés Especiais da Federação Nacional de Cafeeiros definiu estes tipos de cafés como aqueles valorizados pelos consumidores por seus atributos diferenciais (produzidos num sistema ambiental, técnico, social e ambientalmente sustentável) e pelos quais estariam dispostos a pagar preços superiores que redundem num maior bem-estar dos produtores.

No entorno local, a situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada pelos pequenos produtores, sua condição de dependência das instituições cafeeiras para atingir níveis mínimos de reprodução, as intenções de “transformar o campo num lugar de recreio” em detrimento da produção saudável de alimentos, bem como a mesma especialização em café tida como causa de insegurança alimentar e econômica familiar, atrai o atendimento de outros atores não diretamente envolvidos com a questão produtiva. Acadêmicos, estudantes, ativistas, membros de organizações sociais tratam de solidarizar-se com os mais desprotegidos do campo, propondo saídas alternativas à situação de crise. Neste contexto, como será explorado nos capítulos seguintes, surge no âmbito local certo ambiente contestatário que ajuíza e critica o tratamento institucional dado aos pequenos produtores, reclamando para eles mais autonomia, retribuição e valorização social ante seu “crucial papel no processo de produção de alimentos e conservação da cultura e do saber camponês”. Nestes casos, o meio rural, mais do que um cenário unicamente produtivo, costuma ser experimentado como um campo de confrontação política e social, por sua vez visualizado por certos atores partícipes da dinâmica local como aquele cenário físico-social a partir do qual seria possível forjar um projeto de “nova sociedade”, talvez mais justa, democrática e inclusiva.

Em síntese, seria possível dizer que circunstâncias como as tratadas, contexto agravado por fatores como a aparição de novas pragas e as inclemências climáticas, ilustram os efeitos da crise do café, destacando seu impacto sobre a condição socioeconômica dos produtores locais, sugerindo, por sua vez, que o problema associado à rentabilidade do cultivo não é uma crise transitória, mas uma mudança estrutural que demanda novas propostas, alternativas e ajustes econômicos. Diante do problema evidenciado, várias são as propostas, ideias e projetos informados por diferentes visões a respeito do “dever ser do rural” que podem chocar ou competir entre si, fazendo do campo um cenário de disputa.

No âmbito local, estimuladas pela busca de alternativas econômicas sem que esta seja o único motivo de origem, propostas associadas ao turismo rural surgem como possibilidade de investimento à tradicionalmente agrícola. Amparados nas visões que assimilam o rural ao descanso, os entornos naturais e as relações harmoniosas entre o homem e a natureza, tanto o turismo rural como a oferta imobiliária campestre, surgem como alternativas privadas e institucionalmente impulsionadas, contexto no qual a paisagem cafeeira, a cultura do café e o meio rural em geral são dotados de outras significações além das meramente produtivas, incorporando novos atores e leituras à dinâmica local.

2.4. Valorização simbólica e revalorização econômica da paisagem e da cultura cafeeira

A mudança da paisagem da região andina colombiana está relacionada ao uso da terra para a produção cafeeira, processo que se iniciou em meados do século XIX com a colonização empreendida por imigrantes provenientes do norte do país, os quais, no final do mesmo século, trocaram o bosque natural por seus cultivos, primeiro de milho, feijão e hortaliças, seguido de pastos para os animais, produtos aos quais depois se somou o café, agora assumido como cultivo principal (CORPOCALDAS, 2005). Seguindo este caminho, com a instauração dos cultivos do café e o desenvolvimento de vias para sua comercialização, a paisagem montanhosa da região e o município se modificaram substancialmente (ver Figura 3).

Desde o começo, as condições do cultivo favoreceram a instauração dos pequenos e médios produtores sob um esquema de pequena propriedade. O cultivo em ladeira, não mecanizável, estacional e com requerimento de alta mão de obra, resultou adequado para a instauração de um modelo produtivo fundamentado no trabalho familiar, esquema, como já se expôs, até hoje predominante e distintivo da região cafeeira. Por sua vez, as moradias construídas em áreas adaptadas para os trabalhos do cultivo (secado, benefício, depósito), bem como os caminhos destinados ao transporte do café e a entrada de mercadorias à região cobriram a paisagem das zonas produtoras, definindo dinâmicas particulares de vida e imprimindo na região cafeeira características únicas que a distinguem de outras. A isso se soma a criação da FEDECAFÉ, instituição que, desde seu início, contribuiu para consolidar a identidade da região a partir de sua ampla gestão corporativa (Zuluaga, 2005).

Herdeira dessa trajetória, a atual paisagem cafeeira é dominada pela produção de café, processo por sua vez codeterminante da consolidação de uma cultura regional. Em torno de seu cultivo, como é amplamente acolhido pelos habitantes da zona, a família cafeeira, categoria nativa usada em referência aos agricultores familiares, construiu seu projeto de vida impregnado sua vida cotidiana com as práticas agrícolas até que estas se convertessem em marcadores da identidade regional (Narváez e Vargas, 2007). Características de temperamento em geral atribuídas à gente da região (laboriosidade, independência, “gosto pela vida familiar”, “apego à terra”, “audácia para os negócios”, entre outras), bem como festividades, costumes, tradições e crenças, também símbolos de identidade regional, só adquiririam sentido quando associadas à dinâmica socioeconômica surgida em torno da produção agrícola.

Figura 3. Paisagem típica cafeeira



Paisagem de montanha, com ladeiras principalmente cobertas de plantações de café. No fundo, casa de habitação e benefício de café de agricultores familiares.

Em termos gerais, a “cultura camponesa”, termo usado em referência à dinâmica de vida dos pequenos produtores de café, surge como a expressão mais qualificada da cultura na região (Zuluaga, 2005), imagem territorial também

reconhecida externamente como marca regional e atualmente usada para criar uma ampla oferta de bens e serviços com identidade. Analiticamente, trata-se de uma leitura idealizada do modo de vida dos agricultores familiares locais e regionais, que ao destacar e sobrevalorizar os atributos positivos anotados chegaria a distanciar-se da realidade cotidiana experimentada pela maioria dos pequenos produtores que empiricamente sustentam a zona cafeeira. Adotando o exposto por Pires (2004), no momento em que esses atores (visitantes de classe média e alta de origem urbana, principalmente) passam a ocupar o mesmo espaço com os moradores preexistentes, e quando se começa a produzir bens para a população visitante, inicia-se também a disputa pelo que é considerado rural pelas partes envolvidas. No caso em estudo, a visão idílica do rural, que informa certos atores associados à oferta e ao usufruto de serviços turísticos, contrasta com aquelas que orientam o proceder e o pensamento de certos atores nativos, para os quais o espaço rural correria o risco de perder sua autenticidade produtiva.

Em Manizales, um dos mecanismos marcantes para reproduzir no cenário urbano o legado cultural rural corresponderia às festas, reinados e feiras locais, assumidas como eventos rituais de perpetuação das tradições, hoje mais dirigidas a um público forasteiro, principalmente de procedência urbana, do que às próprias populações do lugar. Nestas celebrações, múltiplos atores, tanto institucionais como individuais, se integram, fazendo com que sobressaia o que eles consideram camponês. Vestidos para a ocasião, isto é, os homens de “chapéu, poncho e carriel” e as mulheres com trajes típicos das colhedoras de café ou chapoleras, o ambiente se torna “tradicional e camponês”. Por sua vez, os estabelecimentos comerciais são enfeitados à maneira antiga, cavalos e mulas à entrada, música “tipicamente do campo” e cenários de princípios do século XX em honra aos fundadores dos povos e cidades. Em celebrações como o festival do *jipao*, que exaltam o cotidiano agrícola e comercial dos povos da zona, jeeps repletos de sacos de café, banana, mandioca, frutas e outros produtos regionais aparecem como símbolos das dinâmicas econômicas atuais, revivendo o substrato cultural com o qual se define e qualifica a identidade de suas gentes (Nates, Jaramillo e Hernández, 2001).

Atualmente, os departamentos que integram o Eixo Cafeeiro procuram sua inscrição na lista de patrimônio mundial da UNESCO na categoria *paisagem cultural*¹⁶. Elementos como o predomínio da pequena propriedade enquanto suporte do sistema de produção cafeeira, as tecnologias particulares de produção e transformação, a biodiversidade, a paisagem, a beleza cênica, a arquitetura das construções rurais, as manifestações culturais de sua população e a institucionalidade cafeeira são apresentados como as principais razões para sua declaração como herança cultural. Por sua vez, o recente reconhecimento do *Café de Colômbia*¹⁷ como Denominação de Origem reforçou a importância e a valoração

¹⁶ Por categoria paisagem cultural, a UNESCO reconhece casos em que a atividade do patrimônio cultural tangível e intangível serve como conector entre o homem e a natureza. Estes casos ilustram a evolução da sociedade humana sob a influência tanto das pressões físicas do meio natural como pelas forças sociais, econômicas e culturais.

¹⁷ A Denominação de Origem é um privilégio comercial do qual desfrutam os produtos, em geral agrícolas, cujas qualidades e reputação estão associadas a seu lugar de procedência. Além de características únicas derivadas de fatores naturais como clima e solos, às denominações também se vinculam fatores humanos, culturais e de tradição que, como no caso do Café de Colômbia, refletem-se nas práticas de cultivo, colheita e benefício.

da paisagem regional. As características do café, o clima, os solos, as condições biogeográficas de produção, o processo de benefício, a colheita manual, o reconhecimento internacional, a institucionalidade ao redor do produto, somados à cultura e à tradição cafeeira, entendidas como fiadoras dos processos produtivos, constituem a essência da denominação.

Neste contexto, a valorização do legado natural, tecnológico e cultural da região cafeeira surge como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social, sendo agora “o mundo do café” o marco de referência para a oferta de serviços turísticos em suas versões rural e agropecuária. Atualmente, o alojamento em chácaras típicas cafeeiras, casas campestres e centros recreativos, opção que comumente inclui visitas guiadas de reconhecimento da paisagem e do processo de produção do café, vem posicionando-se gradualmente como alternativa turística no entorno nacional.

Desta maneira, hoje mais do que nunca a ideia de que o legado cultural, tecnológico, estético e visual ligado ao sistema produtivo cafeeiro constitui em si um recurso economicamente aproveitável, começa a ganhar força entre planejadores e investidores públicos e privados. Visões como a esboçada por Ramírez (2002), referindo-se promocionalmente ao agroturismo como alternativa de diversificação do rendimento no Eixo Cafeeiro colombiano (visão particularmente permeada por sentimentos e valores que idealizam o rural), dão conta disso:

“Os cafeicultores geraram uma das opções turísticas mais atraentes na Colômbia: suas fazendas cafeeiras. Centenas de chácaras e fazendas foram adaptadas para convidar turistas e comprazer os aficionados à ecologia e ao médio ambiente. Na maioria dos casos, as fazendas são atendidas por seus proprietários, maestros na arte da hospedagem e a gastronomia. O encanto das casas campestres está no cheiro do café das montanhas que se funde com a madeira, no silêncio das nuvens interrompido pelo canto dos pássaros e na excitante sensação de bem-estar de poder compartilhar com entes queridos uma boa xícara de café. De qualquer janela de alguma destas fazendas pode apreciar-se as diferentes tonalidades de verde das montanhas simetricamente semeadas. O aroma do café maduro se mistura com o dos plátanos que compartilham o espaço da fazenda, e uma que outra vaca e muitos animais domésticos que lhe dão as boas-vindas ao dia no Eixo Cafeeiro, deleitando os visitantes com todas as amenidades do campo (Ramírez, 2002)”.

Como expõe Hopkins (1998), em regiões onde a maioria dos habitantes mora em grandes cidades (no contexto urbano de vida de moradores de cidades como Bogotá, Medellín, Cali, origem frequente dos visitantes do Eixo Cafeeiro), o “campo” poderia aparecer como outro lugar, isto é, um lugar espacial, temporário e simbolicamente distante da cotidianidade de suas vidas. Nestas circunstâncias o distanciamento criaria as diferenças, reais ou imaginadas, entre o campo e a cidade, e a imaginação a fonte que inspiraria e sustentaria a construção de mitos do lugar: beleza, paz e harmonia, calor humano, contato com a natureza, tranquilidade, ar puro, dentre outros.

No caso em estudo, o rural, trazido aqui sob a figura do “campo”, não faz referência a um lugar específico. Mais que um espaço concreto, apareceria como uma imagem ou abstração ligada a valores materiais e morais separados de qualquer referência material, sem que isto signifique que essas representações não

possam ser usadas para dar identidade a certo lugar particular: “As chácaras o fincas cafeeiras”, “a terra do café”, neste caso; ou, para orientar a marcha de projetos concretos: “Procurar viver num condomínio campestre”, “adquirir uma chácara de recreio”, “deixar tudo atrás e ir viver no campo rodeado de natureza e cultivos”, por exemplo. Informado pela vivência na cidade, tratar-se-ia de um rural imaginado “limpo e puro”, de espaços abertos, calmo e “com menos casas uma sobre outra”, onde as relações familiares e de amizade seriam mais honestas e autênticas, livres da falsidade e dos valores corroídos percebidos como imperantes na urbe. Por exemplo, representação que, combinando o material e o simbólico, daria conta de uma ruralidade local idealizada.

Na perspectiva descrita, além de principal fonte de renda agrícola local, turisticamente o cultivo do café constitui a imagem distintiva da paisagem e da cultura regional, sendo esse caráter agrícola e rural o que torna a zona atraente para a população de visitantes e turistas (Duis, 2006), atraídos pelo acesso a bens e serviços fortemente unidos à cultura do café. Desta maneira, em tempos de crise agroprodutiva, a oferta de serviços turísticos constitui uma fonte ocupacional e de renda alternativa para alguns atores associados ao “mundo do café”. Para produtores com capacidade de investimento, transformar parcialmente suas propriedades em “fazendas ou chácaras de recreio” e oferecê-las ao público visitante representa uma alternativa que, além de beneficiá-los pessoalmente, convoca e vincula a outros atores relacionados com atividades complementares (operadores de turismo, prestadores de serviços de alimentação e entretenimento, segurança, limpeza, manutenção de prédios e comerciantes, por exemplo), gerando empregos diretos e indiretos aproveitáveis pelos habitantes locais.

Em Caldas, a CORFINCAS, entidade que congrega algumas propriedades destinadas ao turismo rural, contabilizou 37 chácaras filiadas em 2003, das quais 11 mantinham a produção de café. As 26 restantes foram catalogadas como edificações construídas para o deleite temporário de seus donos, os quais alternadamente as oferecem como opções de alojamento turístico (fazenda-hotel, pousadas, pensões). Em ambos os casos, a temporada da oferta é circunscrita aos períodos de férias (Semana Santa, metade e final do ano, principalmente), quando a taxa de ocupação é de 100%, sendo em outras épocas do ano unicamente esporádica e limitada a alguns fins de semana e feriados prolongados (CRE, 2004).

Um exemplo desta oferta é a fazenda La Acuarela, cujo anúncio publicitário se transcreve a seguir:

“Localizada no município de Palestina, a fazenda é uma formosa casa campestre localizada em zona rural onde o sol, a diversão e os espaços acolhedores te brindam uma estadia formidável ao lado da tua família e amigos. Vêm e atreve-te a divertir-te em Caldas, que te oferece uma alternativa diferente de relax e diversão.

Comodidades: piscina, jacuzzi, kiosque, churrasqueira, televisão, telefone, água quente, jogos de mesa, campo de futebol, campo de voleibol, caminho ecológico, amplas zonas verdes.

Capacidade: 30 pessoas”.¹⁸

¹⁸ Informação tomada do sitio oficial de agência de serviços turísticos De Turismo por Colômbia e o Mundo Ltda.: http://www.deturismoporel mundo.com/finca/la_acuarela.html

Sobre o tema, estudos como o realizado pela Universidade do Quindío (2007) concluem que, ainda que o turismo rural se convertesse numa atividade dinamizadora da economia regional, esta não é uma solução para todos os cafeicultores da zona, na medida em que só uma pequena parte dessa população pôde beneficiar-se do processo. Trata-se daqueles cujas propriedades se localizam em lugares privilegiados (lugares de fácil acesso, dotados de boa infraestrutura e de serviços, próximos a atrações turísticas como parques temáticos ou balneários, por exemplo), que contam com os recursos necessários para adaptá-las às exigências do mercado. Compartilhando esta leitura, atores desconformes com a exploração privada dos entornos rurais com mínimos benefícios para as comunidades de base que ali habitam reivindicam o turismo rural como estratégia de desenvolvimento local e regional, enfatizando a necessidade de revesti-lo de um matiz comunitário.

Atualmente, a interface dos agricultores familiares com as novas dinâmicas associadas ao turismo rural fica reduzida à eventual vinculação de alguns membros da família como empregados domésticos em chácaras e fazendas turísticas, sendo o turismo uma fonte significativa de renda somente para certos proprietários (geralmente produtores de tipo empresarial) e alguns investidores privados interessados neste campo. Neste sentido, pelo menos no momento atual, considerar o turismo rural uma alternativa promissória para o aumento dos níveis de emprego e renda dos, genericamente nomeados, pequenos produtores (Campanhola e Silva, 2000) não resultaria acertado no âmbito local. Igualmente, investimentos que beneficiariam indiretamente a população de agricultores familiares como melhorias em infraestrutura (recuperação de vias, por exemplo) ainda são pouco visíveis na zona rural de Manizales, sem que isto signifique que num futuro próximo a situação possa mudar.

Por sua vez, continuando com a postura crítica e contestatória contra o “tipo de turismo rural” emergente na zona de estudo, como será desenvolvido em capítulos posteriores, para outros atores que assimilam o rural à natureza e às relações harmônicas homem-natureza-sociedade, a monocultura do café, sua plantação em ladeiras de alta pendente, bem como o uso de tecnologias de tipo “revolução verde” que caracteriza o sistema produtivo regional, resultariam em um “agravo ambiental” que não poderia ser apresentado como atrativo turístico. Diante dessa visão, propostas alternativas de “turismo agroecológico e ambiental”, centradas em mostrar ao público iniciativas e experiências de agricultura orgânica, granjas integrais e policulturas, surgem como opção emergente no entorno local. Trata-se de projetos principalmente liderados por novos habitantes do campo, em sua maioria de origem urbana, orientados a transformar seu ambiente imediato à luz de suas próprias ideias e percepções a respeito de um modo de ser rural desejável.

Em síntese, a descrição do meio socioprodutivo local permite identificar, num primeiro momento, os rasgos básicos das variadas ideias, visões e valores que orientam a concepção do rural, bem como os grupos que as usam, criam e recriam para atuar sobre seu meio cotidiano de vida. Sistematizando e ampliando o aqui esboçado, o que vem a seguir corresponde à apresentação das quatro categorias criadas para dar conta da dinâmica rural local a partir do cruzamento das múltiplas ruralidades em disputa.

CAPÍTULO III

DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS OPERATIVAS

Como via metodológica para analisar a dinâmica rural local, sustentado na noção de ruralidade apresentada e desenvolvida no capítulo primeiro, apresento neste capítulo as quatro categorias operativas concebidas como descritoras e sintetizadoras das diversas formas de perceber o rural identificáveis no âmbito deste estudo.

As quatro categorias criadas (ruralidade institucionalizada, ruralidade contestatória, ruralidade hedonística e ruralidade fragilizada) pretendem dar conta daquelas formas de pensar o rural que informam e orientam as ações dos diferentes atores locais, contribuindo para criar e recriar dinâmicas sociais específicas. Produtores agropecuários em suas diferentes variações, entidades de planejamento estatal, organizações não governamentais, unidades de extensão agropecuária, universidades, acadêmicos, novos habitantes do campo, ativistas e membros de organizações ecológicas, entre outros, formam o conjunto de atores sociais que acionam e sustentam localmente as ruralidades confluentes.

As categorias, além de descrever os principais elementos distintivos de cada forma local de vivenciar o rural, tratam de descrever o perfil dos variados atores que empiricamente as sustentam.

3.1. Ruralidade produtivista

Corresponde àquela usualmente concebida e ativada por membros de entidades de planejamento, tanto estatais como paraestatais, encarregadas de propor e executar políticas, planos e projetos de desenvolvimento agrícola e rural. Entre os atores filiados a estas entidades (Unidade de Integração Social-UIS, Secretaria de Agricultura, Comitê de Cafeteiros, Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural), a visão do rural como um espaço socioprodutivo, fisicamente delimitado e susceptível ao planejamento costuma ser dominante.

No contexto de assistência ao produtor, os produtores agrícolas locais junto aos membros das instituições de apoio seriam os atores principais desta dinâmica rural específica. Os produtores, comumente classificados segundo o tamanho da propriedade, possibilidades de acesso ao crédito, capacidade de investimento e adoção de tecnologia, constituem o alvo do apoio institucional. Assistência técnica, crédito, capacitação em gestão empresarial e provisão de insumos costumam ser os eixos centrais dos programas e projetos de auxílio direto ao produtor. Coordenados pelas agências de extensão, sua implementação constitui o ponto de encontro e de relações entre os agricultores e os agentes das unidades de apoio.

Equipes compostas por agrônomos, veterinários, administradores agropecuários, técnicos agrícolas, bem como alguns profissionais em ciências econômicas e sociais, servem de enlace direto entre as instituições e os produtores rurais. Assumindo diversos papéis (gerentes de desenvolvimento rural, chefes de unidade, coordenadores de serviços de extensão, extensionistas, técnicos e auxiliares, entre outros), profissionais agropecuários e afins se incorporam às

dinâmicas rurais. De forma mais ou menos impositiva, são estes servidores públicos e seus colaboradores quem, desde diferentes níveis, propõem, gestam, vigiam e avaliam o cumprimento de políticas, programas e projetos que afetam às populações e regiões a seu cargo.

Na lógica que orienta a *ruralidade produtivista*, lógica dominante no entorno local, o rural equivaleria à territorialização do agrícola. No meio da dinâmica rural configurada em torno desta atividade produtiva, os atores rurais seriam unicamente reconhecidos pela sua participação direta no processo produtivo. Atuando como agentes modernizadores, extensionistas e outros atores vinculados à gestão do desenvolvimento agrícola local teriam como objetivo primordial gerar mudanças no sentido de melhorar a potencialidade produtiva dos agricultores locais como garantia de incursão efetiva nas cadeias agrícolas de mercado. Neste propósito, recorrendo ao exposto por Nogar (1995), as estratégias de índole produtivista estariam principalmente sustentadas em incorporar o conhecimento científico como via de adaptação e ajuste dos ciclos agrícolas, a modo de medida para maximizar os índices de eficiência, produtividade e ganho, num contexto de reconversão adaptativa para a competitividade exigida pelo meio macroeconômico global e setorial.

Através dessa lente, princípios e valores como eficiência, produtividade, competitividade, maximização de ganhos, técnica, ajuste tecnológico, entre os mais marcantes, informariam e orientariam as ações associadas à *ruralidade produtivista*. No sentido sugerido, isto é, na procura da melhor adaptação à dinâmica capitalista de mercado, o meio rural seria assumido como um espaço socioprodutivo administrável ou gerenciável de acordo com o objetivo proposto: “Fazer do campo uma empresa com futuro”, expressão comum entre planejadores locais do setor rural (ver Figura 4)

Na prática, como principal expressão do “rural planejável”, para levar a cabo as ações propostas o espaço físico costuma ser dividido em unidades administrativamente manejáveis e/ou produtivamente afins. À medida que várias instituições intervêm sobre um mesmo cenário produtivo, tanto a existência simultânea como a superposição de várias formas de organizar o espaço, somadas à etiquetagem diferenciada dos usuários segundo suas condições produtivas, revelam o cruzamento de múltiplos olhares em torno do âmbito local rural e o que deve ser seu dever.

Quanto à organização do espaço, o Comitê de Cafeteiros de Caldas¹⁹ divide a zona rural de Manizales em cinco áreas geográficas contínuas (distritos de produção), cada uma atribuída a um profissional agrícola, funcionário responsável por diagnosticar, planejar e executar o serviço localizado de extensão. Em relação aos produtores (majoritariamente especializados na monocultura do café), estes são diferenciados pelo próprio comitê como produtores minifundistas, produtores de economia cafeteira camponesa e produtores de economia cafeteira empresarial. Os rótulos destes grupos se referem ao tamanho dos estabelecimentos em que se produz o café, cujas médias são, segundo a última enquête cafeteira nacional, de 3ha para os minifundistas, 9ha para os de economia camponesa e entre 23 e 68ha para os cafeteiros empresariais, categorias institucionais descritas no capítulo anterior.

¹⁹ Entidade gremial privada-paraestatal responsável por oferecer serviços à comunidade cafeteira para o fortalecimento produtivo do cultivo do café e o desenvolvimento econômico e social das famílias produtoras.

Figura 4. Capas de publicações editadas pelo Comitê de Cafeeiros de Caldas, direcionadas a agricultores familiares



Em ambos os folhetos enaltecem valores produtivistas, associados ao incremento da produtividade e a competitividade dos pequenos produtores, afins a lógica que orienta a ruralidade hegemônica.

De acordo com as políticas institucionais, para cada tipo de produtor existem apoios específicos. Para os cafeicultores de economia minifundista e camponesa, o serviço de extensão se centra em temas tecnológicos, destacando os relacionados com produtividade, melhoramento da qualidade, reconversão de plantações e produção de tipos especiais. A estes serviços se somam outros de índole social, geralmente associados a programas de proteção social, educação e segurança alimentar. Para os cafeicultores de economia empresarial, o serviço de extensão enfatiza atividades tendentes a melhorar a eficiência no uso dos fatores de produção. O apoio se centra em reforçar aspectos administrativos, financeiros e de gestão do negócio cafeiteiro, visando melhorar os níveis de competitividade empresarial.

Por sua vez, operativamente, a Unidade de Integração Social (UIS), nome outorgado pelo atual governo local à Unidade Municipal de Assistência Técnica (UMATA) ²⁰, cinge-se à divisão do território proposta pela Secretaria de Planejamento de Manizales: sete localidades rurais delimitadas em função de sua

²⁰ Na Colômbia, de acordo com o disposto na Lei 607 de 2000 (ordem por meio da qual se estipula o funcionamento das UMATAs), a prestação do serviço de assistência técnica rural a pequenos e médios produtores agropecuários é uma obrigação de cada município. Este serviço tem de ser gratuito para pequenos produtores e subsidiado (oferecido a custos moderados) para os médios.

afinidade física e produtiva. Atualmente, em cada localidade um funcionário é encarregado de definir e coordenar os programas e projetos de assistência técnica dirigidos a pequenos e médios produtores.²¹

De acordo com os registros de estratificação rural divulgados pela Secretaria de Planejamento em Manizales, 50% dos prédios rurais têm extensão inferior a 0.25 hectares e ao menos o 90% do total de prédios possui um área inferior a uma Unidade Agrícola Familiar (UAF), pelo que, na prática, a ação da UIS é basicamente dirigida a pequenos produtores. Devido à especialização de muitos deles no cultivo de café, atividade para a qual contam com a assistência técnica do Comitê Departamental de Cafeteiros, a ação da UIS costuma centrar-se na assistência aos pequenos produtores “não cafeteiros” (atores localizados em zonas não aptas para o cultivo do café, principalmente dedicadas ao cultivo de hortaliças) e “não especializados” (atores que combinam produção de café com o cultivo de frutas e hortaliças adaptáveis a cada cota térmica e/ou à criação de algumas espécies menores animais). Desta entidade pública, os usuários recebem assistência em aspectos relacionados com tecnologias de produção, fomento à produção de espécies diferentes do café, comercialização agropecuária, produção hortícola sob ambientes semicontrolados, estabelecimento de granjas comunitárias, aproveitamento sustentável de recursos naturais e autossuficiência alimentar.

Uma terceira zonificação corresponde à sub-regionalização impulsionada pelo governo estadual de Caldas. Atendendo às vocações diferenciadas de suas diferentes sub-regiões, bem como em resposta à política de correntes produtivas impulsionada pelo governo nacional como base para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, a administração estadual impulsiona a conformação de seis Distritos Agroindustriais, pertencendo Manizales ao Distrito Centro-Sul. De acordo com o exposto no Plano de Gestão dos Distritos Agroindustriais em Caldas, cada sub-região seria assumida como uma “unidade dinamizadora do Sistema Produtivo Agroindustrial” do estado, entendendo este processo como a articulação sistêmica da produção primária, os processos de transformação e as estratégias de mercado dos produtos distritais com seus respectivos encadeamentos verticais e horizontais.

Como estratégia complementar e alternativa à produção tradicional de café e à maneira de estímulo à diversificação produtiva para o Distrito Centro-Sul, o governo promove o fortalecimento das seguintes cadeias produtivas: frutas, cana para rapadura, flores e folhas, hortaliças, fungos tropicais, plantas aromáticas, cafés especiais, carnes e lácteos. Outro dos setores contemplados é o turístico. Atividades associadas ao agroturismo, o ecoturismo, o termalismo, bem como ao turismo unido à paisagem cultural cafeiteiro fariam parte do projeto de agroindustrialização.

²¹ Segundo o contemplado na Lei 607 de 2000, são pequenos produtores os proprietários, possuidores ou que a qualquer título exploram, diretamente ou com o concurso de suas famílias, um prédio rural que não supere em área e geração de rendimentos de duas Unidades Agrícolas Familiares (UAF). Os rendimentos gerados devem provir pelo menos 70% de atividades agrícolas, pecuárias, aquíferas ou florestais. São médios produtores os possuidores que a qualquer título explorem um estabelecimento rural que supere a área e os rendimentos equivalentes a dois UAFs. A propriedade não pode ser maior que cinco UAFs nem superar em rendimentos 10 salários mínimos mensais vigentes. De acordo com o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, uma Unidade Agrícola Familiar (UAF) é uma área de exploração agrícola, pecuária, florestal ou aquífera suficiente para fornecer aos produtores três salários mínimos legais por mês. Para Manizales, a UAF calculada está entre 4 e 6ha. Esta extensão tem de ser explorada usando principalmente mão de obra familiar, sem prejuízo da contratada.

Em todos os casos, o meio rural, praticamente limitado a sua dimensão produtiva, é organizado, mapeado, planejado e administrado de acordo com as posturas, apostas e objetivos de cada instituição interventora. Classificações do espaço sobrepostas (localidades, distritos de produção, distritos agroindustriais), usuários diferenciáveis (cafeteiros e não cafeteiros), programas contrapostos (especialização versus diversificação produtiva), programas localizados e envolventes, entre outros elementos, responderiam à lógica produtivista dominante como a que teria pensado e organizado o rural, de acordo com as potencialidades previamente identificadas por cada grupo de interesse.

Nesta perspectiva, Santos (1996) contribui com sua análise ao afirmar que a lógica produtivista, fundamentada na especialização agrícola baseada na ciência, e a técnica, como elemento chave para o aumento da produtividade, aceleraria a entrada da racionalidade competitiva em todos os aspectos da atividade produtiva, incluindo a reorganização dos territórios de acordo com a existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos processos produtivos mais rentáveis: distritos especializados na produção de café, zonas com potencial agroturístico, distritos agroindustriais especializados em certa cadeia produtiva (frutas, hortaliças, fungos tropicais) no caso em estudo. Por sua vez, a existência das distintas formas sobrepostas de organizar o espaço, recorrendo ao exposto por Raffestin (1993), tornaria a zona rural de Manizales um espaço apropriado por diversos atores (Comitê de Cafeteiros, governos municipal e estadual na perspectiva analisada), no qual cada um tentaria manifestar e exercer seu poder sobre uma área determinada. Como será exposto no próximo capítulo, compartilhando a mesma lógica produtivista mas impulsionando projetos relativamente opostos (especialização em café versus diversificação agroprodutiva), em meio das marcadas relações de poder, os grupos em disputa tentam posicionar individualmente seus projetos.

Somada às reorganizações e transformações socioespaciais, a lógica produtivista também orientaria o trânsito para outra situação ideal: “A adoção entre os produtores do espírito agroempresarial e agroindustrial como base para o desenvolvimento rural efetivo”, expressão comumente usada pelos planejadores locais:

“A reconversão do minifundista cafeteiro em empresário competitivo, mediante um pacote tecnológico e de educação é a melhor alternativa produtiva para a sobrevivência da cafeicultura colombiana, o que implica criar empresários do café e não unicamente cultivadores do grão.”²²

Guiados pela lógica produtivista, os lineamentos expostos pelas instituições de apoio apontariam para a consolidação de um tipo de produtor afim às demandas do meio econômico dominante. Neste contexto, converter produtores do campo em empresários agrícolas constituiria o objetivo principal. Segundo esta postura, os problemas inerentes aos pequenos produtores, principalmente os relacionados à “ineficiência produtiva”, poderiam ser resolvidos a partir da incorporação de tecnologia moderna. Seria a partir da incorporação de inovações tecnológicas tanto duras (variedades melhoradas, fertilizantes, propostas de manejo sanitário) como

²² Citação extraída das recomendações formuladas à Federação Nacional de Cafeteiros de Colômbia pela Comissão de Ajuste da Institucionalidade Cafeeira em janeiro de 2002.

macias (tecnologias de administração, mercado, comercialização e gestão empresarial) que esses atores melhorariam sua capacidade produtiva, elevando sua faculdade de produzir excedentes destinados ao mercado.

Retomando o anterior e apoiado no exposto por Ianni (1999), poderia dizer que a introdução e expansão da lógica produtivista, racionalidade associada à globalização do capitalismo, procuraria transfigurar o modo de vida no campo, tanto quanto às formas de organização do trabalho e a produção como aos recenseamentos e ideais socioculturais de vida. Neste contexto, sem desconhecer que os meios rurais nunca estão totalmente isolados da dinâmica econômica de mercado, o que sustentaria a ruralidade produtivista seria o afã por posicionar os valores afins à lógica produtiva como característica principal de uma forma específica de ser rural: “Precisamos que os produtores do campo pensem e atuem como empresários, que sejam competitivos, que saibam identificar as oportunidades de mercado, que deixem de pensar unicamente no curto prazo”²³, racionalidade principalmente instrumentalizada para a produtividade e o aumento do lucro.

Sobre esta leitura, os agricultores familiares, assumidos como atores emblemáticos do mundo rural (local), seriam despojados de suas próprias lógicas econômicas, bem como reduzidos ao papel social de produtores agropecuários. Só como produtores eficientes e competitivos de produtos alimentícios e insumos agroindustriais seriam reconhecidos como atores ativos da dinâmica rural. Valores e práticas como a solidariedade, a vida em comunidade, o intercâmbio não monetário de produtos e força de trabalho, a produção em pequena escala para o autoconsumo, bem como a espiritualidade contida nas relações homem-natureza-sociedade, seriam vistos como freios para sua inserção efetiva à dinâmica capitalista de mercado: “O que tem estagnado os pequenos produtores e sua forma de pensar, eles continuam pensando como pobres, gente preocupada somente com o dia a dia, com poucas aspirações pessoais e econômicas”.²⁴ O exposto por Moreira (2003), ao afirmar que no molde das revoluções científica, burguesa e industrial, culturas como as camponesas e outras também não hegemônicas passariam a ser vistas como irracionais e incivilizadas, contribuiria para a análise do caso em estudo. Como caminho de civilização e à luz da lógica produtivista dominante, agricultores familiares com dificuldade para se integrar à dinâmica de mercado constituiriam um obstáculo ao desenvolvimento, pelo que sua permanência como atores economicamente ativos dependeria da sua submissão a políticas e programas de modernização.

Para o caso colombiano, Valderrama e Mondragón (1998) mencionam que, ante a dominância da visão agrícola modernizante, para atores afins a esta postura (incluindo, em muitas ocasiões ao próprio Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural), os pequenos produtores conformam um setor atrasado ante um setor moderno, constituindo um obstáculo para o progresso. Sua atividade econômica não é orientada pela racionalidade econômica do ganho. Sua aversão à mudança tecnológica seria uma forma de resistência a se integrar ao resto da economia. Analiticamente, poderia dizer que o particular destas explicações estaria na sua tendência a afirmar que o atraso dos agricultores familiares radicaria em eles mesmos, isto é, em considerações subjetivas como seus modos de ser, pensar, seus

²³ Citação do discurso pronunciado pelo Secretário de Agricultura do estado de Caldas em reunião com agricultores familiares e extensionistas rurais.

²⁴ Entrevista a técnico agrícola, extensionista da Unidade de Integração Social.

valores e cultura. Este tipo de interpretações centrais na ruralidade produtivista considera estas características dos agricultores familiares como inadequados frente aos verdadeiros da sociedade moderna. Trata-se de posturas que, não tomam em conta a prevalência de classes sociais, a exploração e as formas de dominação exercida pelos grupos dominantes locais e nacionais sobre as comunidades de pequenos produtores.

Atendendo à necessidade de criar um perfil rural consequente ao contexto econômico dominante em Caldas, o plano de consolidação dos Distritos Agroindustriais contempla três programas afins: a) a conversão dos colégios agropecuários em agroindustriais; b) o apoio à conformação de Mipymes (micro, pequenas e médias empresas) agroindustriais; e c) a promoção da cultura empresarial e solidária. Como estratégia de fomento do espírito empresarial entre a população estudantil, o primeiro tem como fim reorientar a educação recebida nas escolas rurais em função das novas necessidades produtivas dos Distritos Agroindustriais. Com este propósito, atualmente se executa o projeto ARCANO (Apropriação Rural de Concorrências Agroindustriais para Novas Oportunidades em Caldas), orientado a criar entre as novas gerações “competências para a agregação econômica de valor”. Seguindo um caminho similar, os dois seguintes tentam posicionar a lógica empresarial como eixo condutor das diferentes propostas organizativas e produtivas surgidas no interior da comunidade rural caldense.

Equivalentemente, passando ao caso da agroindústria tradicional cafeteira, programas como o de Escola e Café perseguem fins próximos aos anteriores. Este programa destaca a região como uma experiência produtiva tendente a preparar desde a escola a nova geração de cultivadores de café. Esta iniciativa pretende que os meninos e jovens das zonas rurais aprendam o necessário para a produção e o manejo do produto. Espera-se que esta experiência lhes permita no futuro assumir a cafeicultura com maior quantidade de instrumentos técnicos e habilidades gerenciais, melhorando assim os níveis de produtividade e eficiência, valores que revelam a lógica da ruralidade produtivista.

Por sua vez, desde o ano 2006, acolhendo o estipulado pelo governo departamental e amparada na figura de correntes produtivas, a UIS lidera o programa Cadeias Socioprodutivas. Fazem parte desta proposta diferentes projetos agroempresariais unidos à produção de flores e folhas, plantas medicinais e aromáticas, cultivos sob coberta (tomate, principalmente) e transformação de alimentos (carnes, conservas vegetais, pão e lácteos). Um resultado concreto do programa é a criação da Cooperativa Multiativa de Produtores do Campo (COOPROCAMP), hoje praticamente especializada em transformação de alimentos. A cooperativa, composta por pequenos produtores da zona rural de Manizales, se apresenta ao público da seguinte maneira:

“Somos uma organização que agrupa os usuários e beneficiários do Programa de Cadeias Socioprodutivas, estabelecendo um canal de comercialização de diferentes produtos, garantindo entregas pontuais, qualidade, segurança e confiança. Oferecemos-lhe soluções a pedidos através da comunicação direta com todos os níveis de tua equipe gerencial, respaldadas por um suporte técnico. Nossa cooperativa oferece uma diversidade de produtos de alta qualidade e com as melhores garantias de qualidade, apresentando produtos como

embutidos de carne (linguiça, presunto de coelho, hambúrgueres de pescado, nuggets de frango), frutas em calda e goiabada”.²⁵

Neste caso, como resultado do acompanhamento institucional, pequenos produtores capacitados e organizados sob o auspício das entidades de apoio assumem a linguagem e a lógica empresarial como guia de inserção à dinâmica de mercado. A oferta de alimentos processados, pontualmente reconhecida como estratégia de agregação de valor por parte dos integrantes da cooperativa, unida à prestação de serviços de alta qualidade, confiabilidade e respaldo técnico, faria parte do novo instrumental adotado pelos nascentes “microempresários agrícolas”, expressão usada pelos extensionistas coordenadores do projeto para se referir aos membros da cooperativa.

Em síntese, a *ruralidade produtivista* se mobilizaria em torno de três eixos dinamizadores principais: a) a concepção do rural como um espaço socioproductivo susceptível ao ordenamento e o planejamento como caminho para sua “modernização” e ajuste à dinâmica capitalista de mercado; b) a destinação de recursos para otimizar os fatores agrícolas de produção via incorporação de inovações tecnológicas como estratégia de superação do atraso socioeconômico; e c) a promoção e expansão do modelo agroempresarial como alternativa integral e inclusiva de desenvolvimento rural. Neste contexto, forjar um perfil de agricultor eficiente, moderno, competitivo e produtivo constituiria a principal estratégia de atuação dos atores sociais que compartilham esta ruralidade.

3.2. Ruralidade contestatória

Corresponde àquela projetada por certos produtores ecológicos, acadêmicos, estudantes, ativistas, extensionistas e organizações sociais, críticos da racionalidade mercantil como única orientação de relacionamento entre os atores rurais e entre estes e a sociedade em geral. Neste caso, os protagonistas costumam ser grupos de moradores do campo ou da cidade ativamente solidarizados com aqueles outros atores rurais em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Campesinos, pequenos produtores, indígenas e trabalhadores sem terra, bem como habitantes do campo deslocados pelo conflito armado interno, integrariam esses grupos socialmente vulneráveis. Sob o ponto de vista produtivo, trata-se daquelas faixas da população rural com frequência consideradas ineficientes e tecnologicamente atrasadas quando se lhes observa e avalia a racionalidade econômica. Sob a perspectiva social, trata-se de faixas da população rural historicamente subvalorizadas e assumidas como exemplo e causa do “subdesenvolvimento” quando se lhes observa e avalia a lógica desenvolvimentista.

Contestatoriamente, o cenário rural seria concebido em duas dimensões associadas: o rural como campo de exclusão social e o rural como campo de resistência.

Análiticamente, como campo de exclusão social, o meio rural seria concebido como cenário atualmente dominado pela mentalidade mercantil produtivista, o que obrigaria a totalidade dos produtores a atuar de acordo com essa racionalidade e a renunciar a outras formas de relacionamento produtivo: “Nós não queremos um campo totalmente mercantilizad, onde as pessoas não são pessoas

²⁵ Texto extraído do folheto de apresentação da COOPROCAM.

senão instrumentos do mercado”²⁶. Seria justamente em contraposição a esta concepção que surgiria a condição contestatória. Este tipo de ruralidade estaria sustentada pelos valores contrários aos da lógica de mercado (individualismo, eficácia, competitividade, afã de lucro, materialismo, monetarização das relações sociais, especialização rígida, entre outros), convertendo esses valores antimerchantis (solidariedade, ajuda mútua, comunitarismo, relações fraternas, espiritualidade, por exemplo) em fundamentos de uma forma alternativa de relacionamento entre os atores associados aos sistemas de produção.

É neste sentido de oposição e busca de alternativas que o rural surge como campo de resistência. Com o apoio de múltiplos aliados, aqueles atores vulneráveis e excluídos seriam os primeiros chamados a lutar a favor de uma sociedade mais justa e menos mercantilizada, que ademais revalorize as culturas ancestrais. Avançar para a construção de formas alternativas de relacionamento social seria a principal via de resistência. A construção de redes urbanas e rurais de apoio, a formação de opinião pública a respeito da problemática rural e a cultura de seus povos, a aproximação entre produtores rurais e consumidores citadinos conscientes, mais outras iniciativas de índole similar, fariam parte desse projeto.

No contexto local, iniciativas como a relatada a seguir dão conta da *ruralidade contestatória* em suas dimensões de exclusão e resistência:

“A homenagem à natureza denominada Ecovida será um cenário coletivo com o propósito de convocar, com pretensões sagradas, o respeito à vida em todas suas manifestações; reunir os seres humanos que vão pela vida em busca do crescimento intelectual, cultural e espiritual; citar aos gestores da utopia, a justiça, a liberdade, propiciando a possibilidade de militar juntos; procurar a harmonia humana e natural; e comprometer nossos sonhos e esperanças por um mundo onde todos possamos "ser" através de alternativas cheias de imaginação e criatividade.”²⁷

Em termos contestatórios, esta convocação constitui um chamado à luta por recuperar algo que se supõe perdido: a autonomia das comunidades camponesas; a independência econômica, política e cultural dos povos; a voz das comunidades ancestrais; o diálogo de saberes; a espiritualidade e os laços que unem o homem à terra. Trata-se de reclamar o direito a outra forma de ser, atuar e pensar, incitando múltiplos e diversos atores a militar a favor da mudança da ordem dominante, via proposta de formas alternativas de vida e relacionamento social, visão que encarna boa parte dos valores que sustentam a ruralidade contestatória (ver Figura 5).

Associado ao anterior, como uma expressão particular de resistência, surge a opção agroecológica. Críticos do modelo baseado na aplicação de insumos agroquímicos e energéticos para atingir altos níveis de eficiência produtiva, seus impulsionadores propõem a agricultura ecológica como via de “renaturalização” e

²⁶ Entrevista a estudante, membro do grupo de estudo GEAS, coordenado pelo Jardim Botânico da Universidade de Caldas.

²⁷ A citação corresponde à apresentação da convocação ao IV Encontro de Agricultores Ecológicos e Sabedorias Populares (ECOVIDA-2008), evento que reúne a cada dois anos uma série de atores sociais (camponeses, indígenas, acadêmicos, políticos, membros de organizações sociais, militantes de movimentos sociais rurais e consumidores urbanos) em torno da agricultura. Corresponde ainda à problemática rural além do negócio agropecuário como simples atividade geradora de lucro. ECOVIDA é organizada pelo Jardim Botânico da Universidade de Caldas, tendo como sede as instalações da Faculdade de Ciências Agropecuárias, na zona urbana do município de Manizales.

“desartificialização” da atividade agrícola atual, expressões usadas por ambientalistas locais. Como atividade básica para a sobrevivência humana, a agricultura seria apropriada como atividade conectora dos homens com seu meio físico de vida e dos produtores com os consumidores de alimentos. Segundo esta postura, fazer visíveis as interdependências existentes entre quem produz e quem consome, diminuindo por sua vez as intermediações que invisibilizam essas relações, conduziria ao estabelecimento de um modelo socioprodutivo ecologicamente apropriado, socialmente mais justo e economicamente viável.

Tratar-se-ia de propostas e pretensões informadas pelo discurso agroecológico, tanto em sua dimensão científica como política. Para estudiosos e teóricos da agroecología, muito próximo do exposto pelos atores locais, esta poderia ser definida como o manejo dos recursos naturais a partir de ações coletivas (propostas participativas) tendentes a gerar alternativas à atual crise civilizatória, a partir da adoção de formas de produção e consumo que contribuam para encarar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual (Sevilla-Guzmán e Woodgate, 1997), postura que destaca a intenção contestatória. No contexto deste estudo, o fim primordial da proposta agroecológica iniciado pelas transformações na dimensão produtiva (trânsito para a agricultura ecológica) seria gerar mudanças socioculturais capazes de incidir criticamente sobre a ordem socioeconômica e a política dominante (Sevilla-Guzmán e Martínez Alier, 2004). Nesta perspectiva, Graciano da Silva (1997) contribui para a análise da ruralidade contestatória ao afirmar que o principal aporte da agroecologia não estaria na criação de novas tecnologias reconhecidas sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência a respeito da relação homem-natureza, na produção de novos valores filosóficos e morais (como os aqui ditos antimerchantis) e na gestão de novos conceitos jurídicos (como a proibição do uso do endosulfan, produto de alta toxicidade, no controle sanitário do cultivo do café promovido localmente por ambientalistas, acadêmicos e simpatizantes da causa ambientalista em Manizales e no estado de Caldas, por exemplo).

Figura 5. Avisos publicitários do evento ECOVIDA-2008



Ambos os cartazes exaltam princípios e valores afins a lógica que orienta a ruralidade contestatória, neste caso relacionados a agricultura como atividade para além do mero produto

Trata-se de uma série de normas e valores gerados e incorporados no contexto local por atores afins à racionalidade contestatória, tacitamente reconhecíveis nos perfis e nas trajetórias de vida de militantes e simpatizantes da causa agroecológica, como os apresentados a seguir:

Andréia é estudante de agronomia na Faculdade de Ciências Agropecuárias da Universidade de Caldas. Interessada nos sistemas de produção, sobretudo na produção de frutas de clima frio, ela decidiu cursar agronomia, sem ter uma relação familiar direta com a produção agrícola. Num primeiro momento, a agricultura, na sua fase técnico-científica, constituiu para ela o principal atrativo. Ela queria aprender a cultivar, ser empresária no futuro, e se dedicar a produzir independentemente espécies comerciais na propriedade familiar. Nos primeiros semestres, a partir de várias viagens de estudo organizadas ela teve a oportunidade de conhecer um pouco acerca da vida das pessoas do campo, “aquelas pessoas mais humildes”, “os camponeses”, “as bases sociais rurais”, “aquelas pessoas pobres do campo, as que quase ninguém quer dar conta”, como ela mesma define.

Interessada nessa “outra face do campo”, ela optou por fazer parte do Grupo de Estudos sobre Agricultura Sustentável (GEAS), coletivo coordenado pelo Jardim Botânico da Universidade de Caldas. Para Andréia, este tem sido um lugar de encontro com muitos outros estudantes e docentes também interessados na vida dos pequenos agricultores familiares. Segundo suas próprias palavras, GEAS está integrado por “pessoas preocupadas com a vida dos mais pobres do campo, pessoas comprometidas com a situação dos outros, interessadas em contribuir a mudar essa realidade de subordinação”. Segundo sua apreciação, este também tem sido o ponto de encontro com outros- opositores da “agricultura química ou tipo revolução verde”, oposição com a qual ela se identifica plenamente.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, como parte das atividades do GEAS, Camila acompanhava duas famílias de agricultores familiares no processo de reconversão para a agricultura ecológica, iniciando com capacitações para a montagem, nas chácaras, de pequenas composteiras, como estratégia de produção de parte do próprio adubo. Como parte da graduação, ela atualmente cursa a especialidade em Desenvolvimento Sustentável e Agriculturas Alternativas, ocupando-se, principalmente, em práticas de extensão com ênfase agroecológico. Com a eleição desta especialidade, ela pretende “adquirir mais conhecimentos acerca da agroecologia, seus fundamentos não só tecnológicos, mas também políticos e socioambientais”. Ao terminar os estudos, ela gostaria de continuar trabalhando nesta área, mas é consciente de que “conseguir emprego em agroecologia é algo difícil, devido ao fato de que é a agricultura química a que mais requer profissionais”. Por enquanto, “seguir trabalhando com e para os camponeses, sem pensar tanto no futuro”, é sua principal motivação.

Teresa é professora da Universidade de Caldas, atualmente vinculada ao Departamento de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Formada em assistência social, seu principal interesse acadêmico e pessoal, desde sua época de estudante de graduação, tem sido o tema ambiental. Quando por diversas circunstâncias foi vinculada à Faculdade de Ciências Agropecuárias da mesma universidade, seu interesse específico foi o efeito do uso indiscriminado de agroquímicos nos sistemas de produção agrícola. Teresa lembra como sua chegada a esta faculdade foi bastante conflituosa: “criticar o uso dos agroquímicos sendo professora de um programa de agronomia foi visto, por muitos colegas, como uma ameaça. Numa faculdade centrada na reprodução do modelo tipo revolução verde, que pensa mais

na eficiência e na eficácia dos processos produtivos, do que na questão ambiental, minha presença foi, e continua sendo até hoje, incômoda”.

Apesar da oposição encontrada, motivada por “essa realidade visível que não podia calar”, ela, junto com alguns colegas de outros programas, quase todos eles advogados, sociólogos e assistentes sociais, fundou o Observatório de Conflitos Ambientais da Universidade de Caldas: “a idéia de criar o observatório nasceu da necessidade de penetrar as estruturas políticas e tornar visíveis os problemas existentes. Desde o principio, minha missão tem sido evidenciar os conflitos presentes na região cafeeira, convertendo num assunto público aqueles temas dos que pouco se fala na região, como foi o caso do endossulfán²⁸”.

Sabendo dos efeitos do endossulfán sobre a saúde humana e o ambiente, divulgar entre os pequenos produtores de café o risco que supõe seu uso foi uma das ações por ela empreendida: “Eu, sempre apoiada por um grupo pequeno de colegas, consegui recursos para ir de município em município projetando um vídeo onde se demonstrava os danos causados por esse produto. O que nós quisemos foi criar consciência entre os agricultores mais humildes, ajudar a abrir suas mentes, permitir que eles conhecessem o risco que estavam correndo cotidianamente sem saber”. Graças à ação iniciada por Teresa, o governo nacional, em 1996, legislou a proibição do uso do Edossulfán no cultivo de café em todo o país.

“Para muitos eu sou como pedra no sapato”, diz Teresa acrescentando, “muitos de nós somos usualmente qualificados como os problemáticos, os ativistas, os que estamos em contra de todo. Eu acho que o único que falta é que nos chamem de terroristas”. Mantendo sua atitude, ela atualmente coordena o Observatório de Conflitos, centrando sua ação em temas como o efeito de macroprojetos hidrelétricos sobre as populações rurais, a perda da biodiversidade devido ao uso de agroquímicos, o impacto de certas políticas públicas sobre as comunidades rurais e seu acesso aos recursos naturais.

Eduardo é estudante de quinto semestre de medicina na Universidade de Caldas, atualmente membro do Grupo de Estudos em Agriculturas Alternativas (GEAS). Quando conheceu o trabalho do GEAS, ficou muito curioso e teve a iniciativa de conhecer alguns dos estudantes que participavam de uma das atividades do Jardim Botânico: a representação de mitos e lendas do folclore nacional, animações na sua maioria relacionada com a questão ambiental (o curipira, a mãe da água, dentre as mais conhecidas) e apresentadas como estratégia de educação ambiental. Foi a partir dessa primeira aproximação que o Eduardo quis fazer parte do GEAS. Logo de falar com o diretor do Jardim Botânico e vários dos estudantes membros do grupo, de conhecer outras das suas atividades, ele começou a se interessar mais pela questão rural e os problemas ambientais.

Sua primeira participação como membro de GEAS foi numa viagem de estudos a uma comunidade de produtores agroecológicos num município perto de Manizales. Lá, segundo seus próprias palavras, conseguiu dimensionar a importância da segurança alimentar, assim como “o risco que corremos cada vez que consumimos alimentos produzidos com excesso de agroquímicos” e “os danos que podem causar esses mesmos alimentos á saúde humana e ambiental”. A segunda viagem foi a uma comunidade de pequenos produtores de café, onde ele, pela primeira vez na sua vida, conheceu de perto “as difíceis condições nas que vivem muitos camponeses”, “seu baixo acesso ao sistema de saúde”, “as dificuldades para subsistir” e “o difícil que é fazer agricultura”.

²⁸ O endossulfán é um inseticida organoclorado, de alta toxicidade, usado no controle sanitário do cultivo de café, vendido baixo distintos nomes comerciais.

Ainda que sua graduação não tenha nada a ver com a agricultura, expressão com frequência usada pelo Eduardo, ele agora está muito interessado “na situação de milhes de colombianos que moram no campo, cidadãos pouco valorados pelos que habitam nas cidades”. Como resultado dos subseqüentes intercâmbios com pequenos produtores e outros atores afins ao pensamento agroecológico, atualmente, ele está interessado em incentivar, desde sua profissão, o diálogo de saberes, em dar valor ao conhecimento popular, enfatizando o relacionado com a medicina tradicional e o saber popular existente sobre o tema. Ao se formar como médico, desde já ele aspira a dedicar parte do seu tempo às comunidades rurais mais necessitadas de assistência: “agora que conheço a situação do camponês, eu não posso fechar os olhos para essa realidade”.

Como é possível derivar das histórias pessoais esboçadas, tomando como base a produção agroecológica, no marco da ruralidade contestatória, o mundo rural seria assumido como o cenário físico e social de onde ainda é possível propor e expandir para o resto da sociedade um modelo alternativo de relacionamento social, baseado na responsabilidade socioambiental e na mútua correspondência entre habitantes do campo e da cidade (produtores e consumidores de alimentos). Nessa perspectiva, como assinala Mormont (1987), para certos atores o meio rural poderia representar espaço propício para desenvolver uma forma de vida alternativa inspirada num projeto coletivo (neste caso, a proposta agroecológica) que acredita poder reagir ou enfrentar os problemas socioeconômicos do mundo contemporâneo.

Como protagonistas desta opção contestatória figuram todos os identificados com a proposta agroecológica. São produtores e consumidores de alimentos que, atuando em rede, adotam e vivenciam uma série de princípios básicos, entre os quais destacam-se os seguintes: a) não aceitar nada que ponha em risco a saúde das pessoas, dos animais, das plantas e da natureza; b) recusar o uso de agroquímicos na produção agropecuária; c) promover o uso de tecnologias agrícolas de mínimo impacto ambiental; d) pagar preços e salários justos aos produtores e trabalhadores agrícolas; e) e tomar parte das lutas políticas e sociais dos desvalidos e oprimidos do campo, isto é, daqueles que “produzem os alimentos que comemos”, expressão usada por ativistas locais. Analiticamente, se trataria de princípios e valores assumíveis como estruturantes da *ruralidade contestatória*, que vão além da questão meramente tecnológica. Nesta perspectiva, a miragem agroecológica, que em principio defendia a diversificação agrícola, o uso racional dos recursos naturais e uma produção mais saudável e respeitosa do ambiente, foi incorporando outras questões que também fazem parte da agenda de outros grupos e organizações sociais (Luzzi, 2007), compostos por atores não diretamente envolvidos com a produção agrícola. Como exemplos no meio citamos a preservação da cultura e a biodiversidade, valoração do conhecimento indígena e popular, construção de novas relações com o mercado com bases éticas e solidárias, respeito dos direitos dos animais, segurança e soberania alimentar (luta contra os transgênicos, valoração da qualidade dos alimentos produzidos e consumidos), temas que atraem a atenção e a participação de atores de diversas índoles. No meio da correlação de forças entre ruralidades em disputa, adotar esses valores na vida cotidiana, seja de forma individual ou coletiva, seria uma forma de contra-restar o peso do modelo produtivista dominante.

Em Manizales, acadêmicos, instituições educativas e membros de organizações ecológicas não-governamentais lideram os trabalhos de capacitação e tomada de consciência agroecológica. Temáticas associadas ao uso de tecnologias

limpas, ao aproveitamento racional dos recursos disponíveis *in situ* e aos fundamentos filosóficos, ambientais, sociais e políticos da proposta agroecológica compõem as agendas de capacitação e formação de massa crítica em torno da reconversão técnica, política e ideológica. Como exemplo do trabalho realizado tem-se as palestras e jornadas de discussão realizadas durante a última versão do Encontro de Agricultores Ecológicos e Sabedorias Populares (ECOVIDA-2008), abordando assuntos como experiências de vida para a produção ecológica, crise alimentar mundial, análise da situação atual das comunidades étnicas na Colômbia, implicações éticas e políticas do consumo e princípios básicos da agricultura orgânica, dentre outros. Assuntos na sua maioria críticos das implicações políticas e econômicas do modelo hegemônico de desenvolvimento, reproduzido continuamente com o apoio decisivo do Estado.

Como assinala Luzzi (2007) para o caso brasileiro, o enfoque agroecológico está atualmente sendo incorporado por diversas instâncias do Estado, tornando-se um elemento importante na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, situação também evidenciada em Manizales. Seria justamente neste ponto a promulgação da agroecologia como alternativa de desenvolvimento, processo entendido em diferentes sentidos, que a *ruralidade produtivista* se cruzaria tanto solidária como conflituosamente com a *ruralidade contestatória*: guiados por diferentes lógicas (fato que estimularia o conflito), ambas promulgariam a mudança tecnológica para a agricultura ecológica (fato que poderia ser entendido como relação solidária), assunto tratado no capítulo seguinte.

No âmbito local, fomentar a produção orgânica como forma econômica de agregação de valor costuma ser o eixo de programas e projetos impulsionados pelos organismos de extensão agrícola e rural (Secretaria de Agricultura, Comitê de Cafeteiros, UIS, Serviço Nacional de Aprendizagem-SENA) que veem no mercado de produtos ecológicos uma oportunidade de negócio, perspectiva afim à lógica produtivista que privilegia a questão comercial. Este tipo de proposta, centrada na transferência de tecnologias para a produção orgânica de alimentos, conviveria com as lideradas por quem vê na reconversão agroecológica “algo mais do que a mera adoção de tecnologias ecológicas como medida para ajustar a produção às demandas de um mercado emergente de produtos orgânicos e ecológicos”, expressão usada por representantes da ruralidade contestatória.

Assim, enquanto as propostas agroecológicas associadas à *ruralidade produtivista* enfatizam suas dimensões técnico-produtiva e comercial, as unidas à *ruralidade contestatória* se esforçam por combinar a dimensão econômica com as facetas ambiental, política e sociocultural. As primeiras, sob uma perspectiva principalmente instrumental, outorgariam maior sentido à transferência e a adoção de tecnologias limpas em si como possibilidade de incursão efetiva no mercado especializado de produtos ecológicos. As segundas, sem desconhecer a dimensão econômica, adjudicariam igual importância à agricultura como atividade propícia para o resgate, potenciação e prática de valores substantivos (éticos, morais, estéticos, ambientais) capazes de contribuir para novas formas de relacionamento entre homem, natureza e sociedade (Costabeber e Moyano, 2000). Neste caso, os defensores da capacidade transformadora da agroecologia, isto é, da sua capacidade para favorecer a construção de uma “sociedade alternativa”, criticam tanto a despreocupação das agências de extensão estatais com uma mudança no modelo de desenvolvimento como a máxima importância atribuída à oportunidade de produzir alimentos saudáveis para atender à demanda crescente de consumidores dispostos a pagar mais por estes produtos.

Um caso associado ao anterior é o acontecido na Vereda El Arenillo, onde um grupo de habitantes da comunidade local, depois de recorrer ao Serviço Nacional de Aprendizagem-SENA²⁹, solicitando capacitação em agroecologia e agricultura orgânica, optou por procurar a ajuda do Jardim Botânico da Universidade de Caldas, instituição local e regionalmente reconhecida como impulsora da proposta agroecológica. A decisão dos membros da comunidade de procurar ajuda dos membros do Jardim Botânico, em função da capacitação brindada pelo SENA, basicamente técnico-cientista (tecnologias de produção, protocolos de manejo de cultivos e receitas para a preparação de insumos), não cumpriu com suas expectativas. Mais do que capacitação técnica, o que a comunidade procurava era “ir um pouco além da proposta tecnológica”, confrontação aclarada no seguinte depoimento:

“Nós sabemos que a agricultura ecológica não é só questão de produzir sem agroquímicos. O que nós, como comunidade, queremos é trabalhar a agricultura ecológica como modo de vida, desenvolvimento e melhoramento da qualidade de vida de todos os que habitamos cá. Com a agricultura orgânica o ambiente muda, as relações com respeito aos demais mudam, a aptidão de vida muda, e isto é uma situação muito especial, à que nós gostaríamos de chegar.”³⁰

Neste caso, o caráter contestatório da proposta consiste em assumir o processo de reconversão agroecológica além do meramente tecnológico. Sem perder sua função produtiva, a agricultura ecológica seria assumida como a base material e filosófica para forjar, manter e conservar, desde o campo, um “tipo de relacionamento socioambiental alternativo”, oposto àquele qualificado como “economicista e predatório”, associado ao “modelo agroindustrial hegemônico”. Nesta perspectiva, Mafra (2006) afirma que, aos que assumem a agroecologia como proposta de transformação social, simbólica e cultural, não interessa somente mudar a forma de alguns grupos fazerem agricultura (a partir da incorporação de novas tecnologias), mas principalmente a forma de se pensar o papel da agricultura familiar, as relações dos agricultores e suas famílias com a natureza e com a sociedade em geral, sendo esta uma das pretensões básicas dos representantes da ruralidade contestatória.

Em termos gerais, a corrente contestatória agroecológica, expressão de maior destaque no meio local, se desdobraria em torno de quatro eixos principais: a) o diálogo entre produtores, acadêmicos e científicos sobre a agroecologia e a prática agroecológica, eixo que enfatiza o diálogo de saberes; b) a transferência, adaptação e adoção de tecnologias ecológicas de produção, eixo que enfatiza seu conteúdo tecnológico; c) a geração de consciência e massa crítica em torno da necessidade de produzir e consumir ecologicamente, eixo que destaca sua dimensão socioambiental; e d) o chamado a produtores e consumidores (tanto do campo como da cidade) a assumir uma responsabilidade civil comum: consolidar um modelo socioprodutivo ecologicamente apropriado, socialmente mais justo e

²⁹ O Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) é um estabelecimento público de ordem nacional adjunto ao Ministério de Trabalho e Segurança Social da República de Colômbia, encarregado de oferecer formação técnica-profissional em diferentes áreas sob o esquema de formação em competências trabalhistas.

³⁰ Entrevista a habitante da vereda El Arenillo. Manizales.

economicamente viável, eixo que destaca sua dimensão política. Em conjunto, seriam ações que, partindo do reconhecimento da *ruralidade produtivista* como tendência dominante, imprimiriam na dinâmica local um aviso permanente de inconformidade e desejo de mudança, o que avivaria a convivência conflituosa entre as diferentes ruralidades em disputa.

Por sua vez, atuando em plano mais individual e situado, isto é, restringido a seu meio de ação imediato e às funções derivadas de seus vínculos trabalhistas, para muitos técnicos e profissionais em diferentes áreas o meio rural constitui um campo aberto de possibilidades para a prática profissional altruísta ou filantrópica. Para estes atores, o meio rural representaria uma possibilidade de realização profissional usualmente fundamentada na satisfação de poder servir aos mais necessitados, isto é, camponeses e outros membros de comunidades rurais em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Sob este ângulo, esse segmento de população rural costuma ser visto como demandante urgente de intervenção social-profissional, ação que poucos graduados estariam dispostos a exercer devido ao que implica “trabalhar para os pobres” (menores salários, pouco prestígio profissional e social, possíveis assinalamentos políticos, entre outros elementos). Em oposição à visão produtivista, fundamentada no individualismo e no ânimo de lucro, dentro da lógica que orienta a *ruralidade contestatária*, esta forma de vivenciar e participar do rural poderia ser também interpretada como uma postura à margem da tendência hegemônica.

Neste contexto, agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnicos agropecuários, assistentes sociais, educadores, nutricionistas, engenheiros de alimentos, promotores de saúde, entre outros, formam a lista de profissionais frequentes. Vinculados a diferentes unidades administrativas (secretarias de desenvolvimento social, educação e saúde), estes prestam seus serviços às comunidades rurais a seu cargo. Como fator mais ou menos comum, o gosto por trabalhar “com e pela gente”, expressão comum entre os extensionistas, motiva e conduz as ações deste conjunto de atores, num marco de exaltação e valorização da justiça e do respeito à dignidade humana e do trabalho como ponto de partida para a intervenção social. Sobre esta leitura, alguns extensionistas reconhecem que seu trabalho consiste, antes de tudo, em elevar “a autoestima das pessoas”, em “convencê-las de que elas, se quiserem, podem ir adiante”, em “devolver-lhes o valor que a sociedade lhes negou, fazendo-as se sentirem pessoas valorizadas e importantes”.

Além de intervir na melhora dos processos técnico-produtivos, estratégia na qual se fundamenta sua ação direta dentro da lógica produtivista, seu labor se centraria em “elevar os níveis de autoestima da gente”, em valorizar de maneira positiva o que significa ser agricultor familiar ou produtor agropecuário em meio a um contexto social geralmente hostil. Neste caso, a oportunidade de realização brindada pelo meio rural consiste em possibilitar o auxílio aos menos favorecidos, ajudando-lhes a descobrir e desatar suas próprias potencialidades.

Por sua vez, para alguns docentes, trabalhar numa escola rural, mais do que um fato circunstancial, corresponderia a uma opção totalmente voluntária. Para vários deles, a possibilidade de colocar-se ao serviço das comunidades rurais constitui sua principal via de realização pessoal. Como pedagogos e docentes, seus compromissos se fundamentariam em prestar apoio aos atores com menores possibilidades históricas e contemporâneas de acesso à educação e ao bem-estar social. No meio local é possível encontrar como a ação destes docentes supera o meramente curricular. Além de cumprir com os trabalhos pertinentes de

escolarização, eles assumem, entre outros papéis, o de conselheiros familiares e de gestores de recursos (recursos humanos para a oferta de programas de capacitação para o trabalho, por exemplo), bem como o papel de expositores e defensores dos interesses locais frente a autoridades estatais e não governamentais.

Devido também ao seu interesse e participação ativa, em várias localidades rurais a escola é referenciada como ponto social e cultural de encontro (celebração coletiva de aniversários e datas comemorativas como o dia da mãe, do menino e do camponês, por exemplo), bem como espaço para a discussão pública de problemas comunitários. Nesses casos, para os docentes das escolas rurais, fazer e tomar parte ativa das dinâmicas sociais das comunidades que prestam seus serviços representa sua principal fonte de realização e regozijo. De acordo com mestras e mestres, contribuir para o bem-estar das comunidades do campo “intervindo nas problemáticas sociais”, “ajudando a formar as novas gerações”, “brindando educação e esperanças”, “melhorando os índices de escolarização” e “preparando crianças, jovens e pais para a luta por uma melhor qualidade de vida” constitui o fundamento de sua prática.

Para profissionais como nutricionistas, educadores ambientais e engenheiros de alimentos, na maioria vinculados a programas de segurança alimentar, o meio rural também brinda a possibilidade de realização profissional. Ajudar às famílias a melhorar suas dietas, a aproveitar os alimentos disponíveis e cultiváveis na chácara, a conseguir um bom desenvolvimento físico, “a ser amigo das frutas e hortaliças”, entre outras ações similares, ilustram as preocupações que guiam sua intervenção nas comunidades do campo. Nesses casos, o gosto por “trabalhar com comunidades”, “poder interagir com gente humilde”, pôr o conhecimento pessoal “a serviço de quem mais e realmente precisa”, valores conformes com a *ruralidade contestatória*, mobilizaria a busca consciente e voluntária dos meios rurais como cenário para o exercício profissional.

Em síntese, considerando suas diferentes variações, a *ruralidade contestatória* giraria em torno de dois eixos principais de ação: a) a união de atores rurais e urbanos (neo-rurais, agricultores familiares, acadêmicos, consumidores ecológicos, ativistas políticos a favor de gerar um novo estilo de vida e relacionamento social fundamentado em princípios inspirados numa visão idealizada do rural tradicional, isto é, numa sociedade solidária, cooperativa, fraterna, justa e respeitosa da natureza; e b) a adoção do rural como cenário de luta, expressão e resistência social na contramão do modelo produtivista dominante, que nega e recusa outras formas de relacionamento social diferentes das que obedecem à lógica produtivista hegemônica.

3.3. Ruralidade hedonística

Corresponde àquela concebida e acionada por novos habitantes do campo, visitantes ocasionais, turistas e prestadores de serviços recreativos e turísticos interessados em diversos cenários rurais como fontes de deleite estético, espaços recreativos e substratos físico-sociais para o desenvolvimento de seus projetos alternativos de vida, usualmente materializados a partir da residência no campo.

Para muitos deles, a vida no campo representa uma saída ao esgotamento que supõe o ritmo e o modo de vida na cidade. Assuntos como o anonimato, o individualismo, a artificialidade da paisagem e o predomínio de relações sociais fundamentalmente baseadas em intercâmbios comerciais fariam parte da inconformidade experimentada na cidade. Em contrapartida, viver no campo

significaria para alguns reconstituir parte do que foi dado por perdido na cidade. Vivendo em zonas rurais, assuntos como o anonimato e o individualismo, por exemplo, seriam superados mediante a participação ativa em cenários de índole comunitária frequentes nos espaços rurais.

De igual forma, em oposição ao agito da vida na cidade, sensações de liberdade, naturalidade e simplicidade derivariam da experiência rural. O maior contato com a natureza, a possibilidade de produzir parte de seus próprios alimentos, bem como o desfrute de um ambiente considerado mais saudável, simples, calmo e agradável, fariam parte desse novo e desejado estilo de vida. Neste contexto, o rural equivaleria ao espaço propício para materializar ideias de bem-estar e mudanças positivas no modo de vida individual e familiar, figurações principalmente criadas em contraste com o estilo de vida citado e concretizadas a partir da residência no campo:

“Para mim, viver no campo representa um ganho na qualidade de vida. Agora eu e minha família moramos num ambiente mais amplo e calmo, rodeado de zonas verdes, onde as crianças, por exemplo, podem brincar mais seguras. Esta comodidade, esta tranquilidade, este ambiente mais sadio e este silêncio nas noites, dificilmente eu os encontrava onde eu morava antes na cidade.”³¹

O exposto por Giuliani (1990) contribui para a análise do caso. De acordo com este autor, o neo-ruralismo afirmaria e revalorizaria certos valores assumidos típicos do mundo rural (tranquilidade, ar puro, relações sociais mais profundas, entre outros), valores muitas vezes pensados em extinção, estimulando a mudança da cidade para o campo. Ao elogiar as qualidades da vida agreste – “sempre quisemos morar rodeados de natureza, sem tanto edifício, asfalto, cimento e locais comerciais ao redor”³², estes novos habitantes do campo definiriam como degradantes ou degradadas as condições de vida nas cidades, leitura que expressaria uma postura crítica com relação aos valores dominantes moderno-desenvolvimentistas impostos pelos modelos urbano-industriais de desenvolvimento. Neste caso, a figuração do rural como contraimagem do urbano, seguido da decisão de migrar da cidade para o campo, demonstraria isso.

No entorno local, entre os diversos novos habitantes do campo, essa sensação de bem-estar e mudança positiva se expressa e concretiza de diferentes maneiras: enquanto para uns aparece associada à vida “rústica rural” (simplicidade, austeridade, autossuficiência alimentar, entre os principais elementos), para outros se aproxima mais de uma “vida sofisticada no campo”.

Para alguns dos primeiros, na maioria profissionais ativos em diferentes áreas, a vida no campo possibilitaria emular ou adotar “a vida simples de camponeses e pequenos produtores” quanto a “suas formas amigáveis de relacionar-se com os outros”, “sua proximidade respeitosa com a natureza”, “a simplicidade de suas casas”, “a relação harmônica com a natureza” e “a produção dos próprios alimentos”. Para vários deles, suas casas-chácaras, além de proporcionarem um meio prazeroso de vida (maior contato com a natureza, noites silenciosas, ar puro, paisagens abertas, entre o mais assinalado), também têm privilegiam espaços produtivos, ambientes geradores de algum tipo de renda complementar pela venda de excedentes agrícolas e pecuários: “Minha intenção é

³¹ Entrevista a habitante de origem urbana, morador da localidade Colômbia, Manizales.

³² Entrevista a habitante de origem urbana, morador da localidade São Peregrino, Manizales.

destinar parte da chácara para cultivar alguma coisa. No ano passado plantei milho e cheguei a vender um pouquinho para um vizinho que comercia na cidade. Foi a primeira vez que plantei algo. Fiquei muito feliz sabendo que também eu posso ser agricultor”³³. Para eles, vida no campo e a atividade agrícola formariam uma mesma peça, pelo que a decisão de transladar-se para o campo suporia “aprender a cultivar”.

Seria no processo de “aprender a cultivar” que os novos habitantes do campo sem ascendência agrícola ou rural inicialmente interatuam com os moradores originários das zonas rurais receptoras, gerando dinâmicas de intercâmbio além do meramente agropecuário. Depois de um tempo de estadia nas veredas, e na medida em que aumentam as relações de confiança, muitos desses novos habitantes passam a ocupar cargos de representação nas Juntas de Ação Comunal (JAC) ou em outras entidades de participação comunitária (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Comitês Ambientais Locais, por exemplo), fato que daria conta do processo de acoplamento solidário entre “originários” e “chegados” agora compartilhando, além de um mesmo espaço, preocupações e interesses comuns.

Para os segundos, a vida no campo (vida afastada da cotidianidade citadina) representaria a possibilidade de isolar-se, seja por um momento, de suas rotinas diárias na cidade em procura de descanso e revitalização psíquica e física. Sobre estas pretensões, atingir estes propósitos suporia contar com “uma série mínima de comodidades” que amenizem sua estada e a de suas famílias em suas casas de campo. Trata-se, geralmente, de *vivendas ou casas de campo* localizadas em zonas rurais quase sempre próximas ou de fácil acesso aos centros urbanos onde desenvolvem boa parte de seus labores cotidianos. Para muitos deles, viver ali significaria desfrutar dos benefícios do campo sem necessidade de renunciar a suas dinâmicas citadinas de vida: “Vivo no campo e trabalho na cidade, desfruto do bom que me oferece cada lugar”.

No sentido exposto, dentro da dinâmica configurada em torno da visão hedonística, recorrendo ao exposto por Urry (2004), o rural constituiria um espaço de consumo. Tranquilidade, autenticidade, descanso, paisagem campestre, ar puro, contato com a natureza, bens e sensações freqüentemente assumidos como valores perdidos nos contextos urbanos fariam parte da lista de produtos disponíveis no mundo rural apropriáveis (consumíveis) por turistas e novos habitantes do campo. Neste contexto, considerando que se trata de valores cobiçados e procurados pelos moradores da cidade, por sua vez escassos no meio urbano, o rural também poderia ser visto como espaço de compensação: a carência de ar “puro” experimentada na cidade seria compensada residindo no campo; o desgaste derivado de uma “dura jornada de trabalho” seria compensado, ao chegar a casa, a partir do desfrute da paz e da tranquilidade brindada pelo meio rural”, por exemplo.

Em Manizales, as localidades La Florida, São Peregrino, El Arenillo e Colômbia (km 41) albergam boa parte destes novos moradores do campo, atores que vivem em casas que podem estar dispersas ou agrupadas em condomínios rurais. Pelo geral, trata-se de famílias de alta renda que procuram no campo um lugar de descanso e lazer, dotado de segurança e de todo tipo de serviços domiciliários. A maior parte dos condomínios onde vivem correspondem a conjuntos habitacionais cercados, com estacionamentos, porteira e vigilância permanente, disposições que imitariam o modo de vida na cidade.

³³ Entrevista a Administrador de Empresas, habitante de origem urbana, morador da localidade El Arenillo, Manizales.

Para muitos deles, morar no campo constitui uma forma de tomar distância, permanente ou temporariamente, de seus passados ou atuais ritmos de vida. Trata-se de aposentados ou profissionais ativos que veem em residir no campo uma alternativa de descanso. Depois de trabalhar toda a vida na cidade, vários aposentados locais optaram pela vida no campo, dando resposta, com isso, a seu anseio de “merecido descanso”. Para alguns profissionais ativos, como ilustrado no depoimento seguinte, terminar o dia em suas casas localizadas no campo constitui uma forma de reativação diária de energias:

“Sou médico e trabalho no Hospital de Caldas, minha vida na cidade é estressante. Duas vezes por semana faço consulta e três estou na sala de cirurgias, isso quando não tenho turnos de 12 ou 24 horas. Dali saio diariamente cansado, com vontade de chegar e dormir. Mas quando chego aqui, a situação é diferente. Aqui desfruto do silêncio, do canto dos pássaros quando cai a noite, de ar mais fresco e puro. Aqui não me sinto encerrado como no edifício onde antes morava. Aqui, quando chego, troco de roupa e dou um passeio pelos jardins, vou até o lago e olho os peixes; nos fins de semana me distraio arrumando a horta ou podando alguma árvore. Aqui também me sento mais livre e menos observado. De manhã até posso sair de minha casa de pijama sem que ninguém fique olhando ou diga algo. Tudo isto me relaxa, permite que eu recarregue minha energia para iniciar um novo dia de trabalho.”³⁴

Esta forma particular de experimentar o rural se aproximaria do que Rivera (2007) reconhece como “utopia de refúgio”. Para certos novos habitantes do campo, o rural corresponderia àquele lugar apto para proteger-se dos problemas derivados da qualidade de vida da cidade. Apesar de manter suas práticas cotidianas unidas à cidade, a crítica ao modo de vida urbano e à inconformidade com este seria o principal motivo da decisão de estabelecer suas moradias num meio rural assumido como válvula de escape, sendo este o caso de vários neo-rurais atualmente morando na zona rural de Manizales (ver Figura 6). Nesta direção, Froehlich (2001) afirma que, em alguns casos, o turismo e a moradia no espaço rural são oferecidos como via de evasão e “terapia” para ajudar a suportar as rotinas da “hiperracionalizada e programada cotidianidade urbana”, perspectiva aplicável à análise do caso citado. Segundo o mesmo autor, nas circunstâncias descritas, o turismo e a possibilidade de morar no espaço rural constituíram uma forma de apaziguar o desgaste físico e mental ocasionado pela submissão contemporânea às exigências de competição, sucesso, eficiência e produtividade que regem as condições de trabalho na sociedade contemporânea. Passado o período de férias ou de fim de semana no campo, o visitante poderia recuperar parte da sua capacidade de manter a mesma eficácia produtiva demandada pela dinâmica de mercado vigente.

Afim à vida sofisticada no campo, a dimensão agroprodutiva, quando incorporada, passa a um segundo ou terceiro plano e adquire um sentido diferente. O estabelecimento de hortas caseiras, assim como a criação de espécies menores (frangos e galinhas, quase sempre), são usualmente assumidas como atividades geradoras de entretenimento e prazer (o prazer de produzir sadicamente em casa parte dos próprios alimentos, a distração que produz semear e cultivar, o prazer de

³⁴ Entrevista a morador do Condomínio Rural Terra Nova. Vereda São Peregrino. Manizales.

acordar com o canto dos galos, por exemplo), aptidão explicada a partir do exposto por Giuliani (1990) ao referir-se à extensão à esfera da individualidade de uma gama de atividades que não têm necessariamente objetivos econômicos e cuja intenção pode ser somente uma prática lúdica.

Figura 6. Neo-rural na sua casa na zona rural de Manizales



Para este neo-rural, morar no campo represente uma forma de “fugir da agitada vida na cidade, dos horários rígidos, da paisagem cinzenta”.

Quanto a sua relação com o meio social, em termos gerais a participação destes últimos atores em espaços comunitários resulta mais limitada. Esta fica praticamente reduzida à assistência ocasional a reuniões e eventos convocados pelas instâncias locais. Neste sentido, sua vivência do rural costuma ser mais individual e fechada, isto é, restrita ao âmbito familiar (experiência compartilhada com familiares e amigos que ocasionalmente chegam de visita, por exemplo) e vivenciada das portas das casas-chácaras para dentro (deleite com aquilo construído ou naturalmente disponível no interior de suas propriedades). Neste caso, não ter especial interesse em integrar-se ou participar da vida social local costuma ser uma característica usual: “O que nós mais valorizamos em morar aqui no campo é a vida tranquila, por isso eu e minha família preferimos não nos complicarmos com nada, não nos envolvermos com os problemas da vizinhança, com assuntos que não são de nossa conta direta”.³⁵

Desse outro ângulo, para estes novos habitantes, sob uma perspectiva mais ampla e pessoal, viver no campo significaria a possibilidade de explorar e concretizar alguns sonhos e desejos particulares associados à busca de experiências “mais humanas” nas relações com os outros e com o meio natural. Esta perspectiva se aproximaria bastante do reconhecido por Rivera (2007) como “utopia de arraigo”. Apropriando o exposto pela autora, para estes novos habitantes do campo

³⁵ Entrevista a morador de origem urbana, que vive há cinco anos no Alto del Naranjo, localidade rural de Manizales.

a possibilidade de realização pessoal estaria centrada em poder participar ativamente da vida cotidiana da comunidade em que residem, integrando-se às diferentes redes sociais existentes e contribuindo com seus talentos a favor de seu fortalecimento.

Em campo, entre os casos específicos revisados destacam-se particularmente três, por sua originalidade e atual grau de avanço:

O primeiro corresponde ao do senhor Edgar, sua esposa e suas duas filhas. Há oito anos, respondendo a sua “vontade de viver no campo”, a família vive na vereda El Arenillo. Arquiteto de profissão, Edgar exerceu por vários anos sua carreira nos municípios de Manizales e Cidade de Panamá. Altamente voltado para o desenho de obras urbanas, sua vontade sempre foi viver no campo. Desde então, seu anseio profissional consistiu em poder aplicar seus conhecimentos no desenho de meios mais próximos à natureza, desenhos rústicos, mas, por sua vez, confortáveis e amenizados com as condições do meio.

Ao casar-se com Liliana, mulher de origem camponesa, Edgar decidiu fazer seu sonho realidade. Fazendo um esforço econômico, juntos adquirem uma chácara na vereda. Ali começaram a desenhar e construir eles mesmos o prédio em que atualmente moram: a Casa Oval, uma construção em forma semiesférica que externamente emula as casas comunitárias ancestrais de algumas comunidades indígenas amazônicas. Para seus construtores, além de ser visualmente agradável, sua forma “harmoniza com o ambiente e atrai energias protetoras”. Edgar comenta que “uma obra como esta dificilmente poderia ser construída na cidade”. É uma “ideia doida” que só no campo foi possível concretizar.

Além da forma muito particular de moradia, a ideia de Edgar e sua esposa é proporcionar a suas filhas um ambiente alternativo de vida: “Permitir que elas cresçam em contato direto com a natureza”, “convivendo com gente simples”, “valorizando a terra e a vida no campo”, fato que revela o conteúdo pedagógico, ensinar e aprender novos valores, da decisão de morar no campo. Para a família, a criação de frangos e galinhas, o cultivo de algumas hortaliças e frutíferas, bem como a conservação dos recursos ambientais, faz parte de sua vida cotidiana. Convencido de sua decisão de viver no campo, sua ideia atual é permitir que outros tenham a possibilidade de experimentar um pouco de sua própria vivência. Entre seus projetos estão construir três cabanas rústicas para ser oferecida a visitantes ou ocupantes permanentes, afins à vida no campo. O projeto seria complementado com hortas orgânicas, caminhos ecológicos, lagoas com peixes ornamentais, piscinas naturais e um restaurante. A ideia é que os alimentos ali oferecidos procedam majoritariamente da mesma localidade, sendo esta uma forma de integração com outros membros da comunidade.

O segundo corresponde ao do senhor Gentil e sua família. Proveniente de uma família camponesa, depois de superar vários obstáculos associados à carência de recursos econômicos Gentil consegue formar-se em Engenharia Química. Ante a inviabilidade de exercer sua profissão em seu município de origem (pequeno município agropecuário do sudeste colombiano), opta por ficar em Manizales, cidade onde se formou. Devido às dificuldades para conseguir emprego, junto a sua esposa e a um grupo de amigos decide fundar o Colégio Nova Ciência, instituição de caráter biológico-ambiental.

Diante da ênfase de sua formação, os co-proprietários do colégio conceberam a ideia de criar um “laboratório vivo”. Foi assim que, depois de uma intensa busca, optaram por comprar uma chácara na vereda El Arenillo. Chácara e vereda foram assumidas como espaços para a prática escolar. Inventários de fauna

e flora, reconhecimento de riscos ambientais, programas de reflorestamento e educação ambiental que envolvem a comunidade local constituem algumas das tarefas adiantadas por estudantes e maestros do colégio como parte da proposta formativa.

Anos mais tarde, devido a desentendimentos com seus colegas coproprietários do colégio, Gentil e sua esposa decidem comprar suas partes da chácara e fazer deste seu lugar de habitação permanente. Para Gentil, o regresso ao campo significou a volta a suas origens. Ainda que estudasse e passasse parte de seu tempo de trabalho na cidade, o campo seguiu sendo seu espaço predileto.

Sua chácara parece hoje um grande jardim. Ainda que em sua meninice e adolescência tenha aprendido a semear e a cultivar alimentos, o que lhe interessa hoje são as flores e as plantas exóticas. Em todos os lugares do prédio é possível observar plantas floridas e pouco encontradas na zona. Espécies provenientes de diferentes partes do país compartilham um mesmo espaço. Ele se considera um colecionador de plantas apaixonado. Além de plantas e flores, pássaros, patos e peixes mantidos em estanques naturais fazem parte do ornato da herdade. Também é possível encontrar ali mais de 15 espécies de banana. A ambição de Gentil e sua esposa é chegar a converter sua casa-chácara num parque-jardim aberto ao público. Este seria um espaço para o deleite olfativo e visual, como também para a educação botânica e ambiental.

O terceiro caso corresponde ao da senhora Cecília e seu esposo. Ela, formada na França há mais de 25 anos em produção hortícola, optou por conseguir “um pedaço de terra” e dedicar-se a produzir seus próprios alimentos. Quando saiu da Colômbia e chegou a Paris a procura de novas oportunidades (estudo, emprego e libertação do jugo familiar), sem ter experiência no ramo, conseguiu estabelecer-se como trabalhadora agrícola. Durante um ano rodou por diferentes regiões colhendo batatas, uvas e tomates. Esta vivência motivou seu ingresso numa escola de agronomia onde se formou como Técnica Superior Hortícola.

Em seu regresso à Colômbia, uma vez localizada em Manizales, começou a procurar emprego. Como não conseguia trabalho, seu esposo propõe a possibilidade de adquirir um pedaço de terra para que ela pudesse exercer sua profissão. “Eu sou capaz de produzir os alimentos para a casa”, foi a resposta da senhora Cecília. Anos mais tarde, a casa-chácara familiar, localizada no Alto do Naranjo, converte-se no Albergue Azul. Hoje a chácara é um modelo local e regional de granja agroecológica, aberta a visitantes que querem conhecer sua história e funcionamento. Ali se oferece capacitação ao público interessado em aprender a produzir organicamente. Na granja igualmente funciona uma biblioteca para meninos e jovens estudantes locais. O prédio também dispõe de espaços de capacitação abertos à comunidade do sítio.

Atualmente, devido à gestão realizada por dona Cecília e outros moradores, nas instalações da granja se oferece um curso de padaria dirigido a membros da comunidade. Também graças a sua gestão, derivada de uma experiência organizativa precedente em torno do reflorestamento de microbacias hidrográficas, surge a Organização de Mulheres Camponesas do Alto do Naranjo (MUCAN), hoje quase especializada na produção de artesanatos.

A diversidade perceptível nos casos anteriores revela como a opção por viver em localidades rurais obedece a diferentes motivos e circunstâncias. Aspirações de independência alimentar, busca de cenários para a expressão criativa, desejos de fuga da cidade e do modo de vida citadino, vontade de viver

placidamente o tempo de aposentadoria, entre outros fatores, integram os motivos de opção pelo rural.

Em termos gerais, poder-se-ia dizer que estas diferentes expressões da ruralidade hedonística girariam em torno de dois eixos principais: a) o convencimento dos novos habitantes do campo de sua opção de residir em áreas rurais como caminho para materializar suas diversas ideias, desejos e projetos de bem-estar e mudança positiva de vida; e b) a apropriação dos espaços rurais como fontes de deleite estético e recreativo, ação primordialmente unida ao usufruto da beleza percebida nos diversos cenários paisagísticos que deles fazem parte.

No âmbito local, as paisagens de montanha, as zonas de bosque primário e secundário, os riachos e quebradas, as ladeiras cheias de plantações de banana e café (entre outras espécies) fariam parte do deleite visual proporcionado pelo ambiente rural. Trata-se de elementos disponíveis para todos, mas apropriados e aproveitados pelos diversos atores de diferentes maneiras. Nestas circunstâncias, sob uma perspectiva física e cenográfica, *os espaços rurais também equivaleriam a reservas ou depósitos de belezas paisagísticas*, espaços principalmente aproveitáveis como lugares de habitação, lazer e descanso.

Sobre esta leitura, a agricultura, mais do que uma atividade produtiva em si, corresponderia à atividade sustentadora da paisagem agrícola, visto que passaria a ser percebida como parte do “meio natural e campestre”, como um elemento da “paisagem natural” (decorativa). Neste caso, para certos atores nada ou minimamente relacionados com os meios rurais como recursos produtivos, as paisagens agrícolas (terras aradas e plantações especializadas), em contraste com o cotidianamente visualizado e experimentado em seus lugares de origem (ruas ruidosas cheias de carros, motos e espaços altamente edificados), suscitariam sensações positivas de “paz, harmonia, tranquilidade e beleza”. Tratar-se-ia de imagens perceptivamente revestidas de virtudes admiradas, particularidades frequentemente destacadas em oposição à paisagem percebida na cidade.

Por sua vez, via transposição ou incorporação de cenários, casas e condomínios rurais fariam parte da própria paisagem rural. Ver casas muito bem decoradas, condomínios luxuosos e edificações com desenhos arquitetônicos modernos e/ou alternativos rodeados de paisagens naturais e agrícolas, por exemplo, faria parte do deleite visual proporcionado pelos meios rurais: “O que eu mais eu gosto desta rota é poder olhar tanta casa linda, casas construída no meio da natureza, com essas janelas grandes que permitem olhar para as montanhas, com espaço para jogos infantis. Imagina que maravilhoso seria morar aqui no campo numa casa como aquelas?”³⁶ (Ver figura 7)

Sob o exposto por Tuan (1974), apud Silva (2007), poder-se-ia dizer que a paisagem admirada por parte do público de origem urbana corresponderia a uma “paisagem intermediária”, isto é, uma paisagem que não é silvestre, totalmente desprovida das marcas da ação humana, nem inteiramente humanizada. Para o caso em estudo, superfícies agrícolas, redutos de bosques primários, rios e riachos, casas campestres e lugares de recreio, bem como as vias de acesso que comunicam esses novos habitantes do campo com os meios urbanos que costumam desenvolver-se, fariam parte da paisagem intermediária local. Fazendo uma observação similar, Rivera (2007), referindo-se ao conteúdo das mensagens publicitárias associadas à oferta de casas campestres, comenta que a natureza que rodeia os prédios dos anúncios corresponderia a uma natureza transformada ou “civilizada”, para que

³⁶ Testemunho de membro de grupo de caminhantes durante caminhada pela vereda La Siria.

possa ser desfrutada sem o desconforto que poderia ocasionar um espaço natural em estado selvagem.

Figura 7. Detalhe de casa localizada num condomínio rural em Manizales



Na imagem destaca o uso habitacional dado ao espaço rural. O condomínio, as casas rodeadas de muita vegetação, somam-se ao paisagem rural.

Essa mesma beleza paisagística, quase sempre alheia aos meios urbanos, seria o que em primeiro lugar atrairia outro grupo de atores que também tomam parte da ruralidade hedonística: visitantes ocasionais, turistas e prestadores de serviços turísticos

Para a população turística composta por visitantes externos, atores aos quais o meio regional causaria mais estranhamento, a paisagem local, somada à dinâmica produtiva agrícola, constituiria o principal atrativo turístico. Olhar a paisagem de montanha, as ladeiras cobertas de pés de café, os labores associados ao cultivo (semeado, colheita, benefício e secado), assim como conhecer como é feito o transporte, depósito e industrialização dos produtos cultivados, constituiriam atividades prazerosas. Neste mesmo contexto, os produtores e suas dinâmicas de vida também fariam parte daquela paisagem consumível. Suas formas de atuar, falar e comportar-se, bem como seus sistemas e modelos de produção, seriam igualmente fontes de contemplação e desfrute. Blos (2001) contribui a este análise ao afirmar que, no turismo rural, as atividades agropecuárias e as rotinas originais dos moradores rurais resultariam atrativas para uma clientela cada vez mais carente do contato com um modo de vida que, pelo menos no imaginário desses visitantes urbanos, remeteria a uma reconciliação com a natureza, assunto evidenciado no caso em estudo:

Por sua vez, para aquele grupo de visitantes locais mais familiarizados com o meio local rural (caminhantes e campistas, principalmente), dispor de espaços rurais sensitivamente agradáveis, bem como liberados para realizar suas práticas (caminhar, fotografar, contemplar, acampar) constituiria a principal fonte de deleite. Como parte da sua forma de “desfrutar do campo”, diversos caminhos são traçados, percorridos e divulgados para outras pessoas como paisagens rurais harmônicas que poderiam ser desfrutadas. Lugares eleitos por sua beleza natural

são dispostos como zonas de descanso ou acampamento. Nestes casos, o prazer visual costuma ser a principal motivação:

“Eu sou uma pessoa maior, mas trato sempre de me manter ativa. Cada sábado eu costumo sair para caminhar com o grupo. Mas eu insisto nas caminhadas pelo campo, fora da cidade, na qual passamos quase todo o tempo. O gostoso é fazer atividade física em meio da natureza e, sobretudo, desfrutar da paisagem da zona rural de Manizales”.³⁷

Em Manizales, três grupos de caminhantes e campistas compartilham aproximadamente 129 rotas preestabelecidas, traçadas e ilustradas usualmente em mapas rústicos que também dão conta de coordenadas básicas e lugares de principal interesse. Costumam ser coordenadas por guias formais ou informais. Cada fim de semana, os participantes fazem caminhadas à procura do “encontro com a natureza”, sendo contemplar a paisagem a principal atividade motivadora, ação conexas ao esforço físico que demanda cada percurso. Paradas para observação comentada, momentos para apalpar e cheirar plantas e flores, tempo para fotografar e escutar em silêncio o canto dos pássaros fazem parte das atividades previstas em cada travessia. (ver Figura 8)

Por outro lado, para outros visitantes do campo menos interessados na contemplação e mais na diversão ativa, a paisagem rural costuma ser vista como o pano de fundo para realizar outras atividades de descanso e recreação. Para alguns, ir ao campo significa sair de férias para uma zona rural, ocupando o tempo ocioso com múltiplas atividades de lazer e recreio. Alojarem-se numa fazenda com piscina, fazer um assado, comer e beber em abundância, banhar-se num riacho, dançar e escutar música numa cabana campestre, entre outras, fazem parte dessas atividades:

“Do que eu mais gosto, quando estou aqui nesta chácara, é de poder me divertir com meus amigos do trabalho sem que ninguém esteja reclamando pelo volume do aparelho de som, pela desordem até a madrugada. Aqui no campo temos mais liberdade para fazer coisas proibidas no condomínio em que moro na cidade.”³⁸

Tomando por base Kastenholz (2003), tratar-se-ia de um tipo de turista eventualmente incompatível com um destino rural calmo (aquele valorado como fonte de contemplação e admiração passiva da paisagem, por exemplo), representado por sujeitos interessados em outro tipo de diversões, até certo ponto qualificáveis como convencionais (festas com muita música, comidas e bebidas, por exemplo), fato que sugere levar em conta a diversidade dos demandantes de serviços turísticos rurais.

³⁷ Entrevista a membro de grupo de caminhantes.

³⁸ Entrevista a jovem visitante de uma chácara recreativa localizada na vereda Santágueda, Manizales.

Figura 8. Grupo local de caminhantes numa manhã de domingo



Pessoas de diferentes idades fazem uso recreativo dos espaços rurais locais.

Atendendo aos múltiplos gostos e requerimentos específicos, em Manizales algumas chácaras e fazendas, usualmente localizadas em zonas de fácil acesso veicular, são adaptadas ou transformadas em sítios campestres de recreio. Nestes casos, a ambientação rural é proporcionada por jardins, espaços verdes, árvores frutíferas, caminhos ecológicos, zonas de cultivo e transformação de produtos agrícolas, além de cabanas e habitações para o alojamento de turistas, jogos infantis, piscinas e campos para a prática de múltiplos esportes, entre outros elementos. Exemplos são as fazendas Asturias e El Peñaral, lugares publicitados da seguinte forma³⁹ (ver Figura 9):

Fazenda Asturias: “No setor El Arenillo, localizada há 10 minutos e 3km de Manizales. Clima temperado e capacidade para 12 pessoas em quatro habitações. Serviços: conhecimentos sobre o cultivo e processo do café, espaço para esportes, pedestrianismo, jogos, churrasqueira, comida típica e internacional, televisão, telefone local, formosa vista cafeeira, camping, eventos.”

Fazenda El Peñaral: “Está entre La Trindade e La Manuela, a 15km de Manizales. Tem temperatura média de 24°C e capacidade para alojar 18 pessoas em cinco habitações. Dispõe de três banheiros, sala de eventos para 120 pessoas, piscina, voleibol, TV, pingue-pongue, jogos variados, churrasqueiras, fogões, gado, bananas, heliconias, café e muitos pássaros.

³⁹ Informação publicitária publicada na Gazeta Turística Destino Caldas, Julio de 2007, ano 8, n. 55.

Figura 9. Imagens da Fazenda turística El Peñaral



Casas de habitação das fazendas cafeeiras, atualmente adaptadas para receber visitantes.

Novamente, este tipo de paisagem adaptada ou transformada ampliaria a gama de imagens e representações que evocariam ou identificariam o rural. Imagens de jardins, caminhos ecológicos, cabanas rústicas, piscinas, zonas de camping, espaços produtivos com fins demonstrativos seriam “naturalizadas” como parte da paisagem rural. Tratar-se-ia de imagens alusivas a um rural lúdico, mas não sempre atadas a uma localidade particular. Informadas pela leitura hedonística, essas imagens, agora revestidas de uma conotação simbólica que as associa ao rural (piscinas e cabanas rústicas usadas como meios para evocar e experimentar sensações de descanso e relaxamento psíquico, por exemplo), como assinala Hopkins (1998), seriam usadas para significar e caracterizar lugares que precisariam ser cobertos de certa identidade rural afim ao imaginado e tentado pelo público demandante.

Seria justamente em reconhecimento à demanda por espaços rurais aptos para o desfrute hedonístico que diferentes instâncias locais públicas e privadas começam a incorporar “o aproveitamento econômico do potencial turístico do campo” entre suas estratégias de geração de renda e desenvolvimento econômico:

“Caldas conta com uma ampla oferta turística que inclui desde o turismo de aventura, ecoturismo e agroturismo até turismo de saúde, etnoturismo e turismo cultural. A variedade de climas, parques naturais e biodiversidade constituem vantagens do estado para o desenvolvimento e promoção da atividade turística. A paisagem e cultura cafeeira é também uma fonte comum de possibilidades para a consolidação e articulação da corrente turística na região.”⁴⁰

⁴⁰ Texto tomado do documento “Agenda Interna para a Produtividade e a Competitividade”. Regional Caldas. Departamento Nacional de Planejamento.

Neste caso, reconhecendo os gostos e necessidades de desfrute dos que valorizam os espaços rurais como lugares de descanso e conforto, os governos local e estadual promovem e apoiam diversas iniciativas de turismo rural em suas diferentes variantes. Propostas públicas, privadas e mistas são estimuladas como forma de diversificação produtiva. Um caso concreto corresponde ao Eco-parque da Fruta, projeto apoiado pela Prefeitura de Manizales, recentemente inaugurado e apresentado ao público da seguinte maneira:

“O projeto que se vinha planejando faz mais de um ano, por fim se materializou. Dom José Misael Méndez Castillo apresentou, com orgulho, no dia 6 de fevereiro, o Eco-parque da Fruta. Esta é uma nova opção de turismo e alojamento rural localizado em Manizales, que representa o empuxo de uma família e a convicção de compartilhar as maravilhas naturais de nossa região cafeteira com os habitantes de Caldas, Colômbia e o mundo. Localizado no Km 20, na via que de Manizales conduz a Medellín, está dotada de habitações, piscina, jogos infantis, lago de pesca, um rio natural e um restaurante no qual se pode desfrutar de uma excelente carne de coelho, proveniente dos criadouros instalados dentro do Eco-parque. Aberto há menos de dois meses, o objetivo é claro: que o turista conheça uma diversidade de mais de 70 espécies de árvores frutíferas entre tropicais e exóticas.

Aproximadamente 40 minutos separam a cidade deste miniparaíso natural, gerado pela família Méndez, a qual, consciente da força que nos últimos anos adquiriu o turismo ecológico em toda a região que compõe a região do café, criou esta alternativa que permitirá a muitas pessoas, viver sensações de convivência e contato direto com a natureza.”⁴¹

De acordo com Aguilar et al. (2003), casos como o anterior dariam conta de uma forma de conceber o rural baseada na revalorização produtiva do seu patrimônio natural e cultural, até agora subutilizado sob uma perspectiva econômica. Em atendimento a sua forte carga simbólica, significação atribuída a partir da leitura hedonística do campo, esse patrimônio adquiria um valor adicional: potencialidade mercantil. Atualmente, como expõe Prats (1997), o reconhecimento desse potencial estaria estimulando o investimento público e privado em propostas orientadas a recuperar e revitalizar os recursos e patrimônios naturais e culturais em determinadas regiões, bem como sua reutilização como espaços de lazer em função da ascendente demanda de espaços para a prática turística, situação que vem acontecendo no meio local como expressão da emergente *ruralidade hedonística*.

Em síntese, considerando suas diversas expressões, a ruralidade hedonística se desenvolveria ao redor de três eixos valorativos principais: a) a apreensão do rural como fonte de deleite recreativo e estético; b) o desfrute da experiência rural sob diferentes perspectivas (“sentir-me realizado por viver no campo”, “viver no campo e trabalhar na cidade”, “ir de camping”, “passar as férias no campo”, “celebrar meu aniversário numa fazenda”, por exemplo); e c) a incorporação à paisagem rural de diferentes elementos de infraestrutura “hedonística” (condomínios, fazendas de recreio, centros recreativos, entre outros), agora

⁴¹ Texto publicado em http://www.ciudadeje.com/index.php?option=com_content&task=view&id

assumidos como constitutivos dos ambientes rurais, tratando-se de eixos em conjunto aproveitáveis sob a perspectiva econômico-produtiva.

3.4. Ruralidade fragilizada

Corresponde àquela concebida e ativada por famílias habitantes do campo, caracterizadas por sua condição de vulnerabilidade socioeconômica, para cujos membros o rural representa tanto seu espaço cotidiano de vida como seu meio básico de reprodução socioeconômica. Trata-se, principalmente, de famílias micro e minifundistas (famílias rurais sem capacidade econômica para ampliar suas áreas produtivas ou adquirir novas propriedades) e de trabalhadores sem terra (habitualmente agregados que vivem em fazendas cafeeiras de grande e médio porte) lutando por manter-se “no campo, apesar das dificuldades diariamente enfrentadas”.

Nesta forma de ruralidade, essencialmente centrada no cotidiano dos “mais vulneráveis do campo”, a vivência rural costuma assimilar-se a uma “experiência de luta permanente” pela sobrevivência física e social. Para seus representantes, “preocupar-se com o dia a dia”, atitude que expressa sua inquietude manifesta pelo presente imediato, constitui um referente rotineiro. Nesta dinâmica caracterizada pela procura constante de garantias de manutenção e reprodução socioeconômica, onde valores associados à sobrevivência, ao imediatismo e à procura de assistência sobressaem, destacam-se duas ações principais: a) garantir e sustentar o acesso aos programas e projetos de assistência social básica (alimentação, educação e saúde, praticamente) como medida de bem-estar familiar, procurando conservar o status de “beneficiários de programa”, e b) aumentar a renda familiar mediante a busca de fontes alternativas à atividade agropecuária como complemento aos rendimentos por ela gerados.

No contexto local, a preocupação institucional por garantir o acesso da população mais pobre ou em condição de vulnerabilidade socioeconômica aos bens básicos de vida ocupa boa parte das ações de “apoio às comunidades rurais”, expressão usada pelos membros das agências de extensão.

No âmbito local e regional, programas como *Escola e Segurança Alimentar*, que partem do “reconhecimento das condições de pobreza dos lares rurais em Caldas, que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas alimentícias”, estimulam os pequenos produtores, majoritariamente especializados na produção de café, a voltar “a produzir nas chácaras pelo menos parte de seus próprios alimentos”. Os beneficiários vinculados ao programa, famílias com filhos que frequentam a escola, recebem, com certa regularidade, sementes, fertilizantes, frangos, galinhas e peixes para sua reprodução, seja individual ou coletiva, sendo esta uma forma de satisfazer parte das necessidades básicas alimentícias diante da dificuldade de aceder a esses bens mediante sua aquisição no mercado.

Nesta mesma direção, programas como *Famílias em Ação*, *Rede de Segurança Alimentar (ReSa)* e *Refeitórios Escolares*⁴² assistem materialmente às famílias mais vulneráveis. Outorgar subsídios monetários para alimentação, oferecer lanche e almoço diário às crianças que vão à escola, distribuir cestas

⁴² Trata-se de programas liderados pela Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional (Ação Social), cuja finalidade é brindar subsídios de educação e nutrição a partir de projetos produtivos diretos (instalação de hortas familiares e comunitárias) e apoio monetário às mães de família com filhos menores de idade em condições de pobreza.

básicas entre “os que menos têm” aparecem entre as principais ações de assistência governamental. Outras medidas de ordem nacional, como a afiliação ao Regime Subsidiado de Saúde⁴³, contribuem também para possibilitar o acesso daqueles com menos recursos econômicos aos bens básicos de vida, pelo que conseguir a admissão ao programa figura entre os principais propósitos destas mesmas famílias.

Nestas circunstâncias, à maneira de estratégia de manutenção e sobrevivência física e social, para as famílias rurais vulneráveis, ações como manter os meninos na escola (“lugar onde, além de estudar, comem”), garantir e monitorar a assistência dos jovens ao colégio, estar atentos às jornadas de “entrega de cestas básicas”, bem como fazer o *lobby* necessário para “ficar entre os beneficiários dos diferentes programas” fariam parte de seu diário acontecer.

Em termos gerais, poderia afirmar-se que para as famílias beneficiárias, a assistência proveniente do Estado constitui o principal paliativo de sua situação socioeconômica. Ainda que tenham claro que estes tipos de ajuda pouco contribuem à solução estrutural de seus problemas (segundo eles, fundamentados na dificuldade de acesso à terra: expansão de suas propriedades ou possibilidade de aquisição, principalmente), “mais vale tê-las do que não as ter”. Enquanto existam, recorrer a estas fontes de ajuda estatal, isto é, mobilizar-se individual ou coletivamente a favor de ficar “na lista de beneficiários” constituirá uma estratégia comum entre a população socialmente vulnerável:

“Cada mês eu estou muito atenta das listas de beneficiários dos programas da prefeitura, de como fazer para que a minha família fique dentro dos projetos novos, dos dias de entrega de mercados, frangos e galinhas, porque isto é importante para a alimentação das crianças.”⁴⁴

Esta prática assistencialista, ação dinamizadora da *ruralidade fragilizada*, marcaria um ponto de encontro com a *ruralidade produtivista*. Em síntese, beneficiar os mais vulneráveis, proporcionando-lhes as condições mínimas para uma vida digna atenderia também a uma preocupação produtiva: a necessidade de reter força de trabalho disponível. Seguindo esta leitura, reter no campo aqueles atores “produtivamente ineficientes”, mas necessários como mão de obra nas propriedades de alto porte, brindando-lhes condições no mínimo aceitáveis de vida (acesso a alimentos, melhoramento de moradia, serviços públicos e saúde, entre outros), ajudaria a reforçar sua opção por não partir.

Neste contexto, medidas assistencialistas não produtivas manteriam um objetivo produtivo, sendo indiretamente incorporadas ao modelo hegemônico de produção dentro da estratégia de fixação de força de trabalho. Em concordância com o exposto por Tedesco (1995) ao referir-se às ambiguidades entre a racionalidade produtivista e camponesa no cenário agrário atual, ao mesmo tempo em que esta lógica os exclui, também trataria de conservá-los. Sobre esta leitura, manter um contingente de agricultores tradicionais úteis como mão de obra vinculável transitoriamente às plantações modernas, bem como para produzir alimentos a preços reduzidos, conviria ao capital urbano-industrial. Compartilhando o exposto por Gomes e Pérez (1985), em função do padrão

⁴³ O Regime Subsidiado é o mecanismo mediante o qual a população mais pobre da Colômbia, sem capacidade de pagamento, tem acesso aos serviços de saúde através de um subsídio oferecido pelo Estado.

⁴⁴ Entrevista com a dona de casa e agricultora familiar. Localidade Hoyo Frío, Manizales.

capitalista de acumulação, além de fornecer alimentos a baixo custo às economias centrais, a principal função atribuída à “agricultura tradicional” seria basicamente criar excedentes de mão de obra e liberar força de trabalho para o desenvolvimento de segmentos agrícolas capitalistas modernos, leitura altamente compatível com a tarefa conferida aos agricultores familiares no meio local.

Afim à lógica descrita, apesar de sua “ineficiência produtiva”, expressão usada por certos extensionistas, estes continuariam recebendo apoio técnico para a produção, incluindo, entre outras coisas, doação de sementes e fertilizantes, apoio para a instalação de tanques aquíferos, entrega de frangos e alevinos para sua reprodução. Trata-se de subsídios obtidos em virtude da sua condição de agricultores, pelo que, para estas famílias, “seguir sendo agricultores, apesar das dificuldades”, brindaria certas vantagens, fato por eles assumido como parte de sua estratégia de sobrevivência familiar.

No âmbito local, “ser cafeeiro”, por exemplo, sob a figura de produtor minifundista, representa contar com o apoio do Comitê de Cafeteiros: assistência técnica, compra garantida da colheita (caso a quantidade produzida individualmente por eles seja mínima), subsídios para a renovação de cultivos e, sobretudo, assistência social (apoio para o acesso ao sistema subsidiado de saúde, auxílio para melhoramento de moradia, obras de saneamento básico domiciliar, entre outros), ainda sabendo que sua atividade principal tem de ser a venda de sua força de trabalho e não a dedicação exclusiva a sua própria plantação. Nesta dinâmica, enquanto o negócio do café é rentável para “os grandes”, “os menores” terão a quem vender sua força de trabalho. Analiticamente, se trataria de um modelo baseado no fato de que o minifundista vende transitoriamente sua força de trabalho sem abandonar sua própria parcela, num contexto onde ajudar-lhe a mantê-la em produção seria uma forma assegurar disponibilidade de força de trabalho na região. Este modelo dominante combinaria a exploração familiar de pequenos prédios com a subocupação do potencial de trabalho na roça e a canalização da força restante ao mercado de trabalho local.

Por sua vez, numa situação mais informal, à garantia de compra de sua força de trabalho se somam outros apoios de índole mais pessoal. Em épocas especiais, como Natal e fim de ano, por exemplo, alguns grandes proprietários e suas famílias agradam aos “pequenos produtores” com presentes para eles e seus filhos. Igualmente, em momentos de urgência econômica (necessidade de conserto da casa em época de chuva, algum membro da família enfermo, por exemplo), recorrer à ajuda “dos grandes” é uma forma de resolver momentaneamente o problema. Trata-se de relações de lealdade e confiança entre membros da “comunidade cafeeira”. Nesta perspectiva, as relações pessoais entre “pequenos e grandes produtores” (categorias nativas que denotam diferenças de status e poder econômico entre os produtores locais), para além das estabelecidas pelo contrato de trabalho durante as épocas de colheita de café, corresponderiam a relações de patronagem: troca pessoal de bens materiais e imateriais entre atores hierarquicamente diferenciados, mas ligados por laços de amizade, vizinhança e interesses comuns, fundamentada em aparentes sentimentos de solidariedade e mútua obrigatoriedade moral (Bezerra, 1999; Eisenstadt e Roninger, 1980):

“O senhor Giraldo [produtor empresarial de café] é muito bonzinho com todos os produtores que moramos neste sítio. Em época de colheita, nós somos os primeiros contratados e sempre estamos prontos para ajudá-lo. Nós podemos contar com ele e ele conosco

quando for preciso. Às vezes a situação fica difícil, mais eles, sempre que puderem, não negam ajuda para a gente, em caso de uma urgência ou grande necessidade.”⁴⁵

Para os agricultores familiares, beneficiar-se do tratamento especial recebido em função de seu papel de “pequenos produtores” faria parte de suas estratégias de sobrevivência e reprodução socioeconômica. No contexto local, o atendimento posto sobre eles, isto é, a afluência de medidas assistenciais de diferentes origens (governamental, estatal, pessoal), em combinação com a forma em que esta oferta é aproveitada pelos agricultores familiares, definiria em boa parte a dinâmica em que se sustenta a ruralidade fragilizada.

Outra medida de retenção populacional, entendida no contexto de ajuda às famílias de pequenos produtores, consiste na profissionalização da população mais jovem. Até certo ponto, restringir seu âmbito de ação profissional e ocupacional ao rural-agrícola, pelo menos formalmente, contribuiria para apaziguar a ideia de fuga do campo, evitando-lhes sua exposição a um meio urbano sem capacidade de absorver sua força de trabalho, além de pouco valorizar seu acervo cultural agrícola. Um caso concreto corresponde à capacitação realizada pelo SENA-Regional Caldas, cuja essência se sintetiza na seguinte citação:

“Jovens que adiantam sua formação nas escolas de pós-primária das áreas rurais, certificaram-se em duas normas de concorrência: «obter plântulas de café de acordo com os parâmetros de qualidade» e «estabelecer plantações de café com critérios de sustentabilidade e competitividade». Estima-se que para o ano 2009 se certificarão 1.500 aprendizes rurais na produção do grão.”⁴⁶

Iniciativas como essa confiam na profissionalização dos futuros produtores, conjugada à técnica dos processos produtivos como estratégia para fazer da agricultura uma atividade econômica socialmente atraente. Assim, “na medida em que a agricultura volte a ser um bom negócio, isto é, um negócio atraente e rentável, os jovens optariam por ficar no campo, sentindo o orgulho de serem agricultores”⁴⁷. Igualmente, na medida em que a agricultura seja vista como uma profissão e não só como uma atividade de sobrevivência, os jovens também optarão por ficar. Neste sentido, certificar formalmente suas competências trabalhistas como agricultores especializados contribuiria para sua autoidentificação como profissionais e peritos em agricultura. Este seria um reconhecimento que, além de elevar “sua autoestima”, expressão comumente usada por coordenadores de programas de capacitação, reteria os jovens no campo, ao ser este seu cenário básico de exercício e realização profissional. Amparado no exposto por Giuliani (1997), poder-se-ia dizer que políticas de profissionalização como as esboçadas, quase sempre desacompanhadas daquelas orientadas a garantir o acesso a outros ativos produtivos (terra e crédito, por exemplo), pouco contribuiriam para garantir a fixação dos jovens no campo, situação, na prática, amplamente reconhecida pelos agricultores familiares locais.

⁴⁵ Entrevista a agricultor familiar. Alto Tablazo. Manizales.

⁴⁶ Informação extraída do blog do Centro para a Formação Cafeteira do SENA-Regional Caldas, publicada sob o título “Se prepara geração de relevo da cafeicultura”. Disponível em: <http://senacentroformacioncafetera.blogspot.com/2009>.

⁴⁷ Entrevista ao coordenador regional do programa Escola e Café.

Em réplica ao anterior, desde a vivência cotidiana de “os que realmente vivem no campo”, expressão usada por agricultores familiares em referência a si próprios, as expectativas e posturas frente à escolarização e a profissionalização agrícola parecem ir na contramão da projeção institucional. Enquanto as instituições de apoio confiam na escola como elemento detentor de população no campo, para muitas famílias rurais mandar aos filhos à escola faz parte do pensado plano de fuga:

“Eu digo a meus filhos que não se dedique muito ao campo. Eu gostaria que eles saíssem adiante, que se dediquem a uma profissão; pelo que mais luto é que não tenham que se dedicar inteiramente a isto. Está bem que lhes agrada, mas que seja algo como uma espécie de hobbie, o importante é que eles estudem e saibam fazer outras coisas. O estudo é o que mais inculco aos meus garotos, porque é o estudo vai sacá-los daqui. Eu gostaria que eles tivessem que passar pelo mesmo que eu, a vida aqui no campo é muito dura, por isso eu quero vê-los dedicados a outras coisas, mais realizados como pessoas.”⁴⁸

Neste caso, como será desenvolvido no capítulo seguinte, na dinâmica de vida cotidiana a escola é vista como um elemento mediador na ruptura do ciclo de vulnerabilidade socioeconômica. Os pais confiam na escolarização dos filhos como estratégia de “superação pessoal”, expressão igualmente usada por pais e filhos, valor prevacente entre muitos dos representantes da ruralidade fragilizada, para os quais o sucesso apareceria associado tanto à saída do campo como à futura incursão ocupacional em cenários não-agrícolas. Desta maneira, ainda que nas instituições de apoio e planejamento se insista na modalidade agrícola e agroindustrial dos colégios rurais como “a melhor opção para a gente do campo”, “os que realmente vivem ali”, conscientes de sua realidade imediata, aproveitam a oferta educativa disponível (considerando que é a única opção), ainda que não concordem plenamente com os postulados que a guiam:

“Aqui há que destacar um problema importante, é que ainda que se faça questão da formação agropecuária, as famílias dos moços, não todas são proprietárias e, quando o são, tão só têm uma pequena propriedade. Seus pais são em sua maioria minifundistas ou pessoas que trabalham em fazendas. Por isso, muitos jovens e pais, ainda que sejam do campo e sempre viveram no campo, não estão muito de acordo com o modelo agropecuário nos estudos. Os moços dizem: para que agropecuário se não temos terra? Para que se não temos possibilidades de ser proprietários? Então, melhor um ensino médio acadêmico, e depois ir a cidade a ver que passa.”⁴⁹

Neste caso, ainda que não se esteja sempre de acordo com a formação vocacional agrícola, o fato de que seus filhos podem frequentar a escola já é um ganho social para as famílias do campo. No contexto local, ir à escola, cursar a educação primária e secundária, ações estimuladas dos pais para os filhos, são vistas como um “caminho de superação pessoal” e estratégico frente à condição de vulnerabilidade socioeconômica.

⁴⁸ Entrevista a mãe de família. Vereda Bajo Tablazo, Manizales

⁴⁹ Entrevista à diretora do Colégio María Goretti. Vereda Bajo Tablazo. Manizales.

Em conjunto, esta série de arranjos e medidas tendentes a “reter a gente do campo no campo”, a “profissionalizar jovens em atividades agrícolas” e a “brindar educação na medida para a população de agricultores”, objetivos comuns entre os programas e políticas governamentais dirigidos aos agricultores familiares, contribuem direta ou indiretamente para evitar ou refrear sua ida para a cidade. Sob a perspectiva institucional, na medida em que o campo brinde, pelo menos, condições mínimas de vida decorosa, os habitantes rurais de menor renda optarão por continuar ali, mitigando-se, desta forma, sua migração aos centros urbanos mais próximos, aonde muito provavelmente eles iriam a engrossar os subúrbios das cidades: “Se nós não fazemos algo para melhorar a vida dos pequenos produtores, o problema social não vai ser somente no campo, senão também na cidade”⁵⁰. Sob o olhar dos agricultores familiares, as disposições institucionais, sem ser “soluções verdadeiras aos seus problemas”, constituem paliativos a sua condição de vulnerabilidade socioeconômica que atenuam sua decisão de sair do campo. Trata-se de medidas aproveitadas e incorporadas à dinâmica cotidiana de vida, sem que isto signifique negação para explorar outros campos diferentes do agrícola, assim como espaços diferentes ao rural, propícios para estabelecer estratégias opcionais de reprodução socioeconômica. As duas trajetórias de vida seguintes, escolhidas pela sua representatividade, dão conta do exposto:

Leonardo é um pequeno produtor de café, que junto com sua esposa, Liliana, dá conta de uma pequena lavoura de menos do que 0.7 hectares. Eles são pais de duas filhas, moças de 13 e 16 anos que atualmente cursam a segunda série no colégio rural da sua localidade. A terra foi herdada por Leonardo dos seus pais, também produtores de café. A chácara original foi dividida em três partes iguais e repartida entre os três irmãos e posteriormente compradas por Leonardo quando seus irmãos se instalaram em cidades de Manizales. Para Leonardo, a agricultura é sua vida, concepção compartilhada por Liliana, quem também se autodefine com cafeicultora. Segundo sua própria apreciação, a situação do produtor de café tem mudado muito. Leonardo comenta que, quando ele era jovem, o preço do café era muito bom. Lembra que “o que conseguia reunir coletando café dava até para ir passear com a namorada em Manizales aos domingos”, circunstância que contrasta com a atual, situação de maior austeridade econômica.

A confrontação entre o antes e o agora é uma constante nas suas afirmações: “hoje o café não é um bom negócio como ontem. Atualmente, a situação é complicada, mas nós, se Deus quiser, vamos insistir na produção”. Ainda que Leonardo persista com o café, isso não impede que ele e sua esposa tenham procurado outras fontes de renda nos últimos 15 anos. Além de agricultor, é também pedreiro eventual. Leonardo aprendeu o ofício junto com os seus irmãos que moram na cidade, que até hoje o mantêm informado sobre a existência de vagas nas distintas obras em que trabalham. Já trabalhou também como porteiro noturno em dois condomínios em Manizales, trabalhos que conseguiu por recomendação de outro agricultor que também exerce essa ocupação. Em várias oportunidades, menciona Leonardo, “a construção tem sido a atividade que ajudou a manter viva a cultura de café”. Parte do salário obtido como pedreiro ou auxiliar de construção foi usado para pagar os empregados durante época de colheita, assim como para comprar o fertilizante necessário para garantir uma boa produção.

Leonardo atualmente recebe apoio do Comitê de Cafeteiros de Caldas, subsídio que durante o desenvolvimento da pesquisa consistiu em 200 plantas de

⁵⁰ Citação da entrevista concedida pelo diretor da Unidade Municipal de Assistência Técnica.

café para a renovação de parte da sua plantação. Apesar de valorar a ajuda recebida, ele expressa preocupação pelo alto custo dos fertilizantes, afirmando que este é o principal obstáculo para os pequenos produtores: “eu continuo com o café, mas devido ao preço dos fertilizantes, eu só posso aplicar a metade da dose recomendada. Este é o problema dos pequenos produtores, a questão do custo do adubo, pelo que acho que vai ser difícil continuar neste negócio. A cooperativa pode me emprestar dinheiro para fertilizar, mas eu não sei se a colheita vai dar para pagar a dívida, pelo que prefiro não tomar nada emprestado”.

Por sua vez, Liliana, sabendo que “o produzido na lavoura não é suficiente para pagar os gastos da casa” e que “o que ganha o Leonardo trabalhando fora também é pouco”, há 12 anos, ela optou por aprender outros ofícios: “eu tenho aproveitado muito os cursos que dão os funcionários da prefeitura. Com eles aprendi a fazer queijo e yogurt, por exemplo. São cursos que eles oferecem para melhorar a dieta da família, para a segurança alimentar, mas que eu tenho aproveitado para ganhar um dinheirinho, para conseguir alguns outros recursos para manter bem minhas filhas”. Os sábados e domingos, junto com as meninas, Liliana vende yogurt, goiabada com queijo e morangos com creme numa barraca que instala na porta da casa da sua chácara, aproveitando que fica perto da rodovia principal. Como estratégia de complemento da renda, labor que ela assume como a mais importante, ela também revende cosméticos para suas vizinhas e amigas.

Adicionalmente, Liliana recebe cada mês um subsídio da prefeitura por garantir a assistência da sua filha menor à escola. Também, após várias tentativas, conseguiu o registro de sua família no serviço subsidiado de saúde, benefício oferecido pelo governo central às famílias de menor renda. Para ela, estas são ajudas que contribuem a melhorar sua condição de vida, aproveitáveis quando disponíveis: “eu não gosto de depender do governo, das ajudas que eles podem nos proporcionar. Eu gosto de ser Independente, mas às vezes a situação não dá para tanto, pelo que toda ajuda é sempre bem-vinda e necessária”. Ela também participa da horta comunitária impulsionada pela Rede de Solidariedade Social, programa de segurança alimentar também dependente do governo central. Quando tem colheita, ela dispõe de cenoura, alface e alguma outra hortaliça, alimentos que incorpora na dieta da família e ocasionalmente vende no mercado: “eu sei que a horta não é uma grande solução, porque nós não só vivemos da comida, nós também temos que pagar transporte, serviços públicos e comprar material escolar das crianças, pelo que ganhar dinheiro é importante”.

Para Liliana e Leonardo, que suas filhas estudem e “consigam mudar suas vidas” dedicando-se a atividades distintas da agricultura é uma das suas principais aspirações. Para eles, “a agricultura não oferece muitas garantias”, pelo que a preocupação por “dar estudo às meninas” é constante. Parte dos recursos que Liliana obtém da venda de queijos e yogurt é poupado, mensalmente, para este propósito. A filha mais velha quer estudar enfermagem.

Sobre a continuidade da unidade produtiva, Leonardo faz a seguinte leitura: “a chácara seguirá produtiva até que eu tenha forças para trabalhar, de lá para frente eu não sei que vai acontecer”.

O segundo caso é o de Dona Edilma e Seu José, pequenos produtores cafeeiros que há mais de 25 anos mantêm sua chácara produtiva Sem a pressão de ter de sustentar seus filhos, hoje não dependem mais da produção de café, pois contam com o apoio econômico deles. Com muito esforço, “trabalhando muito e sem descanso para dar-lhes a educação”, segundo conta dona Edilma, sua filha Leonor é formada em educação pré-escolar e seu filho Francisco em administração.

Ambos os filhos, hoje casados, trabalham na zona urbana de Manizales. Eles cursaram a primeira e a segunda série na escola rural, se formando como técnicos agrícolas. No obstante, nenhum deles optou pela agricultura como atividade profissional, situação celebrada, abertamente, por José: “a agricultura é uma coisa muito complicada. Como agricultor ninguém sabe como as coisas vão se dar. Um dia tudo dá bem, mas outro dá muito mal, por isso para mim é bom saber que os meus filhos estão dedicados a outras coisas”.

Dona Edilma comenta que nem todas as famílias têm a mesma sorte, “não são todos os pais que têm a iniciativa de dar boa educação aos filhos, de garantir-lhes, a partir do estudo, uma vida melhor. Ao falar dos seus filhos, ela expressa muito orgulho. Ao observá-los hoje formados, trabalhando e com suas próprias famílias, ela fala que o esforço foi muito proveitoso. Seus filhos vão visitá-los quase todos os fins de semana. Também, em épocas de colheita, Francisco ajuda a seu pai na plantação: “meu filho não esqueceu o que é colheitar café, ele, sobretudo no final do ano, está sempre aqui comigo, trabalhando e dando conta da colheita como um trabalhador por mais profissional que seja”.

Seu José, apesar dos baixos preços e do alto custo dos fertilizantes, continua produzindo café. Ainda que reconheça que hoje não é um bom negócio, ele diz persistir com a cultura, mas não depende tanto dela: “graças à ajuda que nós recebemos de nossos filhos, nos podemos seguir com o cultivo, sem ter que pensar tanto em mudar de atividade, em semear, por exemplo, frutas ou hortaliças, ou em ter que me dedicar a outros ofícios”, situação que não sempre foi assim. Há oito anos, José foi condutor de um carro de serviço público, se dedicando a transportar pessoas da zona rural ao centro da cidade, trabalho que desempenhou durante dois anos contínuos. Ele comenta que, ante as dificuldades do negócio cafeeiro, sua idéia foi ter um carro próprio, sem importar que fosse usado, e se dedicar também ao transporte. Projeto que nunca concretizou devido aos custos do automóvel. Em outra ocasião, Seu José e dona Edilma tentaram fazer um empréstimo para abrir uma pequena loja de bairro, mas, a solicitação foi recusada em duas oportunidades devido, segundo eles, a sua condição de agricultores. A resposta dos funcionários do Banco Agrário foi que a eles deveriam recorrer à cooperativa de cafeeiros e solicitar um empréstimo para comprar fertilizantes ou renovar o cultivo, desconhecendo sua capacidade para incursionar em cenários distintos ao agrícola.

Insistindo com projetos agrícolas, no ano 2002, lembra Seu José, eles, com muito animo e grandes expectativas, seguindo as sugestões dos funcionários da UMATA, incursionaram no cultivo de pitaya. Ainda que a produção fosse boa, pois com a capacitação e o acompanhamento recebido obtiveram rendimentos satisfatórios, o convenio inicialmente estabelecido entre a prefeitura de Manizales e um grupo de compradores provenientes do sul do país fracassou devido à saturação do mercado nacional. Seu José conseguiu vender o produto, mas por um preço que não foi suficiente para cobrir os custos de produção, pelo que a confiança nos projetos das agências de extensão foi novamente perdida.

Resultados como os esboçados, diz Seu José, reforçaram a decisão de continuar com a produção de café como atividade principal: “o café, bem ou mal, deixa alguma coisinha. Por isso é melhor ficar com o conhecido, em vez de experimentar com projetos que não oferecem garantia nenhuma”. Para este casal, continuar na sua chácara cafeeira, agora contando com ajuda econômica dos seus filhos que moram e trabalham na cidade, hoje constitui seu projeto de vida.

Como é possível evidenciar no contexto vivencial descrito, incursionar em espaços ocupacionais não agrícolas como alternativa de diversificação produtiva,

representa para as famílias de pequenos produtores um caminho a seguir em sua tentativa por conservar o status de população rural socioeconomicamente ativa. Para uns deles, sem que abandonar a atividade agrícola seja sua decisão definitiva, procurar alternativas que ajudem a complementar sua renda é uma das principais respostas a sua condição de vulnerabilidade socioeconômica. Para outros, pensar em mudar substancialmente de atividade, sustentando sua opção na questão econômica, constitui a resposta central, decisão que significa, em muitos casos, a saída definitiva do cenário rural/agrícola:

“Muitos homens estão desistindo do trabalho no campo pela situação econômica. Um pobre homem vai trabalhar e, trabalhando bem duro, numa fazenda se ganha às vezes 15000, 20000 ou 30000 pesos. Mas o que vai levar com isso para sua casa? Levará unicamente umas coisinhas, enquanto a esposa esta lá esperando o mercadinho para alimentar os filhos. Por isso é que a maioria dos camponeses querem ir- para a cidade, porque lá podem melhorar negociando talvez com frutas, com legumes, trabalhando numa fábrica ou conseguindo mercadoria para revender, porque o trabalho do campo já não está dando resultado.”⁵¹

Na prática, em ambos os casos, a incursão no mercado de trabalho urbano tanto informal como formal constitui a principal alternativa. O estudo realizado em duas localidades rurais contínuas ao setor urbano de Manizales, Bajo Tablazo e El Aventino, apresentou os seguintes resultados: de um total de 89 membros de famílias pluriativas, 35 (34.8%) estão dedicados a atividades comerciais (pequenas lojas, venda de alimentos às margem das estradas, venda de minutos de telefonia celular, venda de comestíveis e diferentes objetos no centro da cidade de Manizales); 15 (14.6%) à prestação de serviços auxiliares (serviços de vigilância, limpeza e ofícios variados em edifícios residenciais e comerciais); 13 (13.5%) empregados como funcionários em indústrias locais (fábricas de calçados, eletrodomésticos e químicos, principalmente); 11 (12.4%) dedicados ao serviço doméstico (mulheres empregadas em casas de família, principalmente); 8 (9%) prestam serviços educativos (professores em escolas e colégios urbanos e rurais); 6 (6.7%) dedicam-se ao transporte (motoristas de ônibus); 5 (5.6%) à produção artesanal (produtores de artesanatos à base de bambu, principalmente); e 3 (3.4%) à construção (ajudantes de construção civil) (Méndez, 2009).

O anterior revelaria como na *ruralidade fragilizada* as articulações entre campo e cidade, bem como as estabelecidas entre o agrícola e o não agrícola, tornam-se mais visíveis e cotidianamente assumidas. Neste contexto, a ocupação dos chefes e alguns outros membros da família em atividades realizadas em meios urbanos resultaria vital para sua reprodução socioeconômica, incluindo a manutenção da atividade agroprodutiva: “Parte do que o meu marido ganha dirigindo táxi em Chinchiná é usado na compra de fertilizante pra o café”⁵². Como exposto no anterior testemunho, em alguns casos certa fração dos recursos empregados na compra de insumos para a agricultura vem do obtido pelas famílias rurais em atividades não agrícolas exercidas nos centros urbanos contíguos. De acordo com Wanderley (1997), a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família poderiam constituir um mecanismo a partir do qual a própria família

⁵¹ Entrevista à produtora agrícola. Vereda Bajo Tablazo. Manizales.

⁵² Entrevista entre ama de casa e agricultora familiar. Vereda Alto Tablazo. Manizales.

conseguiria viabilizar suas estratégias de reprodução socioeconômica, mantendo sua condição de agricultores. Nesta perspectiva, sua incursão ocupacional em cenários não agrícolas não significaria, necessariamente, a degradação da agricultura familiar.

Assim, enquanto certos representantes da *ruralidade produtivista*, como também alguns da *ruralidade contestatária*, insistem na especialização agrícola (na produção agrícola como atividade prima e distintiva, quando não exclusiva, dos habitantes rurais); para membros da *ruralidade fragilizada*, a agricultura aparece como um dos variados mecanismos de reprodução socioeconômica adotadas pelos moradores do campo. Assim mesmo, enquanto a lógica produtivista faz questão de “reter a gente do campo em seu lugar”, a *ruralidade fragilizada* daria conta do trânsito entre o campo e a cidade como estratégia cotidiana a favor de assegurar sua sobrevivência econômica, sem que esta mobilidade sempre derive no “abandono definitivo do campo”.

Estabelecendo um vínculo com a *ruralidade hedonística*, para as famílias de pequenos produtores as ocupações não agrícolas e agrícolas, unidas aos requerimentos dos novos habitantes do campo e exercidas no mesmo meio rural, constituem uma opção de ocupação e geração de rendimentos extras. Serviço doméstico, vigilância predial, jardinagem, instalação e manutenção de hortas caseiras, reparações locativas (encanação, eletricidade, pintura, manutenção de cercas, entre outras atividades), figuram entre os principais serviços demandados pelos reconhecidos neo-rurais, ofícios potencialmente cobertos pelos nativos do campo.

Trata-se de alternativas vistas por certos agricultores familiares como “possibilidades que chegam” e podem ser positivamente aproveitadas, opções por sua vez criticadas por alguns atores da *ruralidade contestatária*, sujeitos que as qualificam de subordinantes e desqualificadora. Atos como porem-se ao serviço dos habitantes dos condomínios e visitantes, enfatizando que se trata de serviços, pelo geral, domésticos, que marcam distinções entre “padrões” e “servos”, são vistos como subordinantes (os habitantes do campo servindo aos da cidade como empregados domésticos) e desqualificadores na medida em que desconhecem o conhecimento especializado dos agricultores como profissionais agrícolas:

“No tal de turismo rural, são os camponeses os que fazem a faxina, arrumam as camas e cozinham para que os outros se divirtam, trabalho que não sempre é bem pago, nem cumpre com as condições de lei. Ofícios que desconhecem o saber do agricultor como agricultor, fazendo deles algo assim como força barata e não qualificada de trabalho”.⁵³

No meio das ruralidades em disputa, situações como a citada demonstram a existência de discórdias interpretativas. Como menciona Entrena (2001), enquanto para os citadinos o turismo rural e as atividades associadas poderiam supor o reencontro com a natureza, para os agricultores (mas também para certos representantes da ruralidade contestatária, no caso em estudo) poderia significar uma situação degradante, como deixar de fazer o que sempre tem feito (ser agricultores), para se dedicar a outras ocupações como distrair e servir as pessoas vindas da cidade. Nesta perspectiva, Froeclhich (2001) contribui ao afirmar que

⁵³ Entrevista à extensionista de la Unidad de Integración Social-UIS.

certos agricultores podem estar vendo essas novas demandas como algo que lhes é imposto por representações sócias forâneas, olhares que pouco levam em conta sua relação como a terra e o espaço em termos de ocupação, habitação e trabalho.

“Alguns moradores dos condomínios, alguns olham a gente do campo como cidadãos de segunda classe. Eles se acham de melhor família, e só nos procuram pra ver se podemos servir-lhes como empregados domésticos. Eu muitas vezes não gosto dessa atitude deles. Eles acham a gente despreparada, gente que somente serve para ir limpar suas casas, sem querer dizer que esse ou qualquer outro trabalho seja degradante”.⁵⁴

No caso citado, sem ignorar que o serviço doméstico faz parte das atividades não agrícolas exercidas por membros das famílias de agricultores familiares, o fato de agora conviver no mesmo espaço com moradores de origem urbana acentua, entre os nativos do campo, o sentimento de falta de reconhecimento tanto da sua identidade profissional (ser agricultor) como de seu rol social tradicional (produzir alimentos), ao serem principalmente olhados, pelos novos habitantes do campo, mais do que como agricultores, como potenciais empregados domésticos

Em síntese, a ruralidade vulnerada se desenvolveria ao redor de quatro eixos dinamizadores principais: a) as ações empreendidas pelos habitantes rurais em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a favor da sua sobrevivência física e social, fundamentadas no acesso às ajudas estatais e corporativas disponíveis; b) a mediação exercida pelas instituições de apoio na busca por “mitigar a pobreza” no campo, a partir da oferta de ajudas principalmente não-produtivas; c) a incorporação do não agrícola às práticas cotidianas das famílias do campo em busca de fontes alternativas de renda, e d) a expectativa frente ao que será do campo ante a possível negação dos jovens em assumir seu papel no relevo geracional.

Uma vez definidas e descritas as categorias operativas com as quais abordar a dinâmica rural local, o que vem a seguir corresponde ao resultado de seu cruzamento sistemático, isto é, a descrição e desenvolvimento analítico dos mais relevantes eixos de encontro solidário e conflituoso entre as diferentes ruralidades em disputa.

⁵⁴ Entrevista a agricultora familiar. Localidade El Arenillo. Manizales.

CAPÍTULO IV

DINÂMICA RURAL LOCAL: CRUZAMENTOS ENTRE RURALIDADES EM DISPUTA

Como argumentado no capítulo primeiro, as múltiplas formas de conceber o rural criadas e operadas por diversos atores chegam a constituir fontes de solidariedade e disputa que ativam as dinâmicas locais mediante a conformação de jogos de poder, em que algumas das ruralidades em disputa, em virtude do desequilíbrio de forças imperantes, impõem suas perspectivas sobre as outras. Seguindo essa premissa, e tomando como base as quatro categorias operativas desenvolvidas no capítulo anterior, o seguinte capítulo expõe e amplia os mais relevantes pontos de cruzamento entre as diferentes ruralidades confluentes, enfatizando a forma com que cada encontro repercute sobre a dinâmica rural local.

4.1. Entre a especialização na cultura do café e a diversificação agroalimentar

No âmbito local, definir que opção produtiva tomar para melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores em condição de vulnerabilidade socioeconômica, atores em sua maioria especializados no cultivo do café, constitui motivo de conflito permanente entre os que, sob diferentes ângulos, propõem e impulsionam soluções divergentes para o problema. Trata-se de alternativas orientadas e informadas por formas particulares de conceber o rural afins àquele microuniverso social ou campo específico de relacionamento em que cada proponente costuma desenvolver-se. Neste caso, propostas orientadas pela visão produtivista, como as concebidas pelas agências de apoio ao produtor, entram em conflito com as criadas por críticos da racionalidade “mercantil” como guia hegemônico de ação.

Como alternativa dominante, a opção proposta pelo Comitê de Cafeteiros de Caldas consiste em reforçar e dar continuidade ao projeto produtivo regional que estimula a especialização no cultivo de café. Nesse caso, a resposta ao problema sugerido se baseia em elevar a competitividade dos pequenos produtores mediante o melhoramento de suas capacidades produtivas, via adoção de inovações tecnológicas. Sobre esse enfoque, a vulnerabilidade socioeconômica seria mais um problema passageiro superável a partir de soluções tecnológicas. Acrescentar a produtividade do cultivo elevaria os rendimentos provenientes do café, fato que por sua vez contribuiria para melhorar as condições de vida da família cafeeira.

Em contraposição à proposta dominante que reivindica a especialização no cultivo do café, mas igualmente centrada na visão produtivista, a Unidade de Integração Social (UIS) confia na diversificação produtiva como estratégia para superar a vulnerabilidade socioeconômica dos pequenos produtores. Nesse caso, diminuir a dependência econômica do café, subordinação assumida como desvantajosa para os pequenos produtores geralmente incapacitados para tecnificar seus cultivos, constitui a principal estratégia. Substituir o café por cultivos de frutas, legumes e hortaliças demandados pelo mercado local e regional, recuperando o papel dos pequenos produtores como abastecedores de alimentos, seria o eixo central da mudança concebida. Essa proposta iria acompanhada tanto

de assistência técnica direta ao produtor como de medidas tendentes a favorecer a comercialização dos produtos.

Ainda que se trate de alternativas contrapostas especializar ou diversificar a produção, as duas opções esboçadas apresentariam um ponto em comum. Ambas surgem orientadas pela visão que assimila o rural a um espaço socioproductivo, espaço fisicamente delimitado e administrativamente planejável e em função das atividades agrícolas ali desenvolvidas. Neste contexto, o meio rural é vislumbrado como o cenário básico de ação de diferentes atores produtivos, entre os que se incluem aos pequenos produtores, neste caso atuando ao lado de extensionistas e planejadores rurais fazendo parte em conjunto do universo associado aos sistemas agroalimentares.

Em ambos os casos, as qualidades e valores que qualificam cada ator como “rural” tem a ver com sua proximidade da estrutura produtiva. Particularmente, ser parte da grande “família cafeeira”, ser “pequeno produtor”, “ser produtor de alimentos básicos”, entre outros referentes, outorgaria aos atores rurais um sentido na rede de relações que sustenta a *ruralidade produtivista*. Nessa ordem, pelo menos num primeiro momento, a decisão de apoiar os pequenos produtores estaria centrada em manter e fortalecer sua permanência como atores economicamente ativos dentro da dinâmica agroprodutiva local a partir do fortalecimento das suas capacidades produtivas. De acordo com a lógica produtivista, esse fato deveria garantir o bem-estar integral das famílias de pequenos produtores, postura que privilegia a dimensão econômico-produtiva como estratégia de desenvolvimento. Analiticamente, recorrendo ao exposto por Pérez e Pérez (2002), seguindo a tendência de muitas das políticas de desenvolvimento econômico e social rural concebidas na Colômbia e América Latina, ambas as propostas priorizariam visões e estratégias orientadas para o desenvolvimento produtivo agrícola, antes que enfoques mais integrais de desenvolvimento, leitura em acordo com a lógica essencial da ruralidade produtivista, centrada na questão tecnológico-produtiva.

Para o Comitê de Cafeteiros de Caldas, dado seu caráter essencialmente corporativo, a dinâmica agroprodutiva local apareceria basicamente restrita à cadeia produtiva do café, por sua vez institucionalmente assimilado ao rural local em si, espaço instituído como exclusivamente cafeeiro/produtivo. Trata-se de uma ruralidade cafeeira dominante definida a partir das relações mantidas entre atores unidos ao “mundo do café”, onde os “pequenos produtores” só poderiam ter lugar dada sua condição de cultivadores de café.

Nestas circunstâncias, as soluções provenientes da Federação e do Comitê de Cafeteiros, encaminhadas para melhorar a situação dos pequenos produtores em condições de vulnerabilidade socioeconômica, dificilmente poderiam transgredir os limites impostos pelo “mundo do café”, fato que definiria um eixo de distanciamento e isolamento com respeito a qualquer outra proposta fora do âmbito cafeeiro. Apoiar os pequenos produtores com crédito e subsídios não reembolsáveis para a substituição e tecnificação de plantios, assistência técnica, venda subsidiada de insumos, compra assegurada da colheita e capacitação em administração do estabelecimento, entre outras sugestões oferecidas pela institucionalidade cafeeira, seria a principal via a seguir como medida de recuperação da prosperidade econômica perdida. Em outras palavras, toda solução internamente concebida teria quase obrigatoriamente que se emoldurar dentro da própria ruralidade cafeeira. Neste caso, diversificar, isto é, incentivar o abandono do cultivo do café, por mais que resulte uma medida viável para os pequenos

produtores locais, seria uma medida dificilmente considerada em atenção ao interesse corporativo em si.

Por sua vez, a Unidade de Integração Social (mais reconhecida pelos agricultores com Unidade Municipal de Assistência Técnica-UMATA), entidade que representa a visão da administração municipal, a dinâmica agroprodutiva local, em vez de restringir-se a um sistema de produção específico (o café), abarcaria a totalidade da rede de relações associada à produção de alimentos. Neste caso, o espaço rural local é visto como despensa produtiva de alimentos e outros bens agrícolas e pecuários, dando lugar a uma *ruralidade produtivista* que enfatiza a função agroalimentar (função social atribuída aos agricultores familiares: alimentar a população urbana local e regional), dinâmica abertamente oposta à especialização cafeeira.

Considerando a situação local de dependência alimentar (75% dos produtos agrícolas consumidos no município provem de outras zonas do país) e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos pequenos produtores especializados em café, “quebrar a tradição cafeeira” e incentivar a mudança para o cultivo de alimentos demandados no próprio município constituiria a principal proposta da administração local orientada a reativar a capacidade produtiva dos produtores manizaleños. Como se mostra na Tabela 2, a produção local de alimentos básicos (excetuando o cultivo de laranja) é deficitária para quase todas as espécies contempladas. Sob estas circunstâncias, suprir as necessidades locais, minorando a dependência de outras localidades ou regiões do país, implicaria incentivar a produção própria de alimentos num contexto onde mais da metade do área cultivada está dedicada à produção de café. Em Manizales, das 15.603 cultivadas, 9.614ha (61.7%) estão em café, área dividida entre 2.668 chácaras cafeeiras, sob condições polarizadas de alta subdivisão e concentração da propriedade. Ainda que dedicadas à monocultura do café, segundo a leitura oficial da UIS, trata-se de terras com diversas vocações agrícolas, onde tecnicamente seria possível instaurar outros cultivos ou sistemas de produção diferentes do cultivo dominante.

Nesse contexto, os pequenos produtores especializados em café fariam parte dos atores convocados a participar da consolidação do projeto tendente a garantir a soberania alimentar local a partir de sua transformação em produtores de frutas, legumes e hortaliças, fato que define um claro eixo de disputa entre as propostas agroalimentar e cafeeira em torno da orientação produtiva da agricultura familiar local. Analiticamente, “que os pequenos produtores se dediquem a produzir comida tanto para o autoconsumo como para o mercado”, expressão usada pelos extensionistas da UIS, significaria restar protagonismo à *ruralidade produtivista cafeeira hegemônica*, dando lugar à ascensão de uma *ruralidade produtivista alimentar* mais moldada com o papel social outorgado ao rural desde a perspectiva governamental local. Em termos de disputa, esse fato mostraria a existência de relações conflituosas em uma mesma ruralidade. Ainda que a lógica produtivista constitua um eixo comum, a diferença acerca da função agroprodutiva que os pequenos produtores tem a cumprir incita a confrontação entre as partes.

Circunstâncias como as anteriores revelam o rural local como um *campo aberto de disputa*. Revestidas ambas as partes por um matiz produtivista, cada uma delas trata de impor aquela ordem social conforme seus interesses e visões a respeito do *dever ser do rural*, sem que isto signifique que a confrontação aconteça em igualdade de condições:

“Infelizmente, ainda que quiséssemos que os pequenos produtores se dedicassem mais à produção de comida para eles e para o mercado, dificilmente podemos competir com o Comitê de Cafeeiros. Eles têm grana, nós somente as ideias e certos recursos que não servem muito”.⁵⁵

Na disputa por impor uma ordem rural alimentar-diversificada que diminua a dominância da ordem cafeteira-especializada, a questão econômico-financeira, como sintetizado no depoimento anterior, atuaria como eixo de desequilíbrio na relação de força entre as partes. O orçamento manejado pelo Comitê de Cafeeiros, recursos provenientes do Fundo Nacional do Café, superam as cifras disponíveis pelo Governo Municipal para investir em setor agropecuário. Neste contexto, a continuidade dos programas e projetos de diversificação aparece constantemente ameaçada devido ao esgotamento dos recursos financeiros disponíveis. Afirmações como “acabou o orçamento”, “há que esperar que voltem a liberar recursos”, “o extensionista encarregado ficou sem contrato”, comuns entre os servidores públicos da UIS que coordenam projetos de diversificação produtiva, expressariam a desvantagem obtida frente à contraparte cafeteira.

Tabela 2. Indicadores de suficiência específica por alimento no município de Manizales, Caldas.

Produto	Produção local (ton)	Kg produzidos per capita	Kg necessários per capita	Suficiência específica por alimento (%)
Milho	0,00	0,00	15,80	0,00
Laranja	18000,00	47,20	8,14	579,85
Tomate	9000,00	23,60	34,67	68,07
Cebola	204,00	0,50	24,40	2,05
Repolho	305,00	0,80	7,77	10,30
Cenoura	0,00	0,00	51,84	0,00
Feijão-vagem	240,00	0,60	7,68	7,81
Feijão	41,00	0,10	12,96	0,77
Ervilha	111,00	0,30	37,80	0,79
Banana	21115,00	55,40	183,60	30,17
Mandioca	1610,00	4,20	18,21	23,06
Papa	10695,00	28,00	248,40	11,27
Rapadura	710,00	1,90	108,00	1,76
Açúcar	0,00	0,00	2,16	0,00

Fonte: Prefeitura de Manizales. Diagnóstico de segurança alimentar. Elaboração com base na Avaliação Agropecuária 2006.

Neste caso, o interesse da corporação cafeeira, que é produzir café, consegue se sobrepor às intenções de diversificação agroprodutiva manifestas por instituições como a UMATA como solução às condições de vulnerabilidade socioeconômica experimentada pelos agricultores familiares. Nas circunstâncias

⁵⁵ Entrevista a extensionista da Unidade de Integração Social (UIS).

descritas, adotando o exposto por Pérez et al. (2000), autores que se referem ao caso colombiano, o conflito de interesses entre instituições com diferentes capacidades de ação dificulta coordenar o empreendimento de estratégias comuns. Num contexto no qual as visões específicas acerca dos requerimentos de uma população ou região orientam a tomada individual de decisões, a postura imposta corresponde a daquela instituição como maiores recursos de investimento e capacidade de influência no entorno político regional.

Em termos do posicionamento de uma ou outra ordem rural, a aceitação e reprodução da *ordem cafeteira hegemônica* entre os pequenos produtores em parte obedeceria às circunstâncias descritas. Ainda que vários deles manifestem desconformidade com o cultivo do café, “o café já não está dando para mais”, contar com um apoio certo e constante como o brindado pelo Comitê de Cafeteiros chega a ser “melhor do que nada”. Os próprios produtores sabem que, por mais que tecnifiquem seus cultivos devido ao tamanho reduzido das suas chácaras, dificilmente atingirão níveis de produção que lhes permitam sufragar completamente os gastos familiares. Para eles, em sua “luta permanente” pela reprodução socioeconômica, “enquanto existam os auxílios não há como desaproveitá-los”, subvenções às que só teriam acesso enquanto façam parte da “família cafeteira”, isto é, mantendo-se como atores ativos dentro da dinâmica social surgida em torno da ruralidade produtivista ligada ao cultivo do café, situação assumível como estratégia explícita de manutenção da hegemonia cafeteira.

Sobra a aceitação da ordem rural alimentar, o proceder dos pequenos produtores pouco se distingue do anteriormente descrito. Novamente, “aproveitar o que chegar, pelo menos até acabar” costuma ser a lógica seguida. A certeza de envolver-se em projetos cuja continuidade desde o princípio é posta em dúvida debilita a emergência e consolidação da proposta produtivista agroalimentar, que apesar de estar bem sustentada numa necessidade do mercado (insuficiência produtiva local de alimentos básicos), conta com poucos recursos para seu impulso efetivo. Nestas circunstâncias, projetos de produção de espécies animais menores, fundamentados na entrega de frangos e porcos para criação sob compromisso de reprodução e entrega posterior de excedentes, geralmente terminam quando se acaba o orçamento. Igualmente, projetos de diversificação agrícola fundamentados na mudança para a produção de espécies promissórias costumam ser derrubados devido a falhas nas etapas posteriores de comercialização, iniciativas assumidas pelos agricultores envolvidos como meros “investimentos ocasionais”:

“Faz alguns anos muita gente se meteu com cultivos de pitaya e maracujá. A princípio a gente se animou, mas depois muita gente se quebrou. A pitaya resultou ser um cultivo muito difícil e custoso, quase ninguém conseguiu sair-se bem. Com o maracujá havia convênios com empresas produtoras de sucos e refrigerantes. Mas justo quando o cultivo começou a produzir o projeto caiu, e os produtores ficaram com toda a produção na chácara. A solução foi vender na praça, mas os preços que pagam lá mal dão para recuperar o investido.”⁵⁶

Frente a resultados como o anterior, as tentativas por quebrar a hegemonia cafeteira terminaram outorgando mais força à *ordem produtivista cafeeira*. A

⁵⁶ Entrevista a pequeno produtor. Vereda Santa Clara, Manizales.

desconfiança ante a diversificação exposta e sustentada pelos pequenos produtores hoje motiva a decisão de muitos de continuar com o cultivo do café, sob circunstâncias em que aplica o dito “melhor um mal conhecido que um bem para conhecer”.

Nesse contexto afeiçoar-se ao conhecido, aproveitar os subsídios tanto permanentes como ocasionais outorgados indistintamente por uma ou outra instituição e diminuir o risco que supõe um possível “mau negócio” figuram entre as estratégias de reprodução socioeconômica seguidas pelos “mais vulneráveis do campo”, lógicas e ações afins à “luta pela sobrevivência” que orienta boa parte da *ruralidade fragilizada*.

Neste caso, a plataforma de ação fornecida pela *ruralidade produtivista* oferecerá parte dos meios de luta empregados pelos “pobres do campo” em suas estratégias cotidianas de sustentação familiar. Ações como aceder aos programas e projetos produtivos de benefício geral, desenhados e coordenados por instituições como a UIS e o Comitê de Cafeteiros entre suas propostas de organização e planejamento do rural, bem como conseguir ser selecionados como beneficiários de certos projetos específicos a partir dos quais poderiam ter acesso a insumos produtivos (sementes, fertilizantes, animais e alimentos concentrados) fariam parte das manobras cotidianas orientadas para aproveitar os subsídios disponíveis no entorno imediato de vida.

Nestas circunstâncias poderia afirmar-se que o entrecruzamento entre as *ruralidades produtivista e fragilizada*, mais do que em relações de complementaridade, fundamenta-se em relações subsidiárias, onde uma parte auxilia e oferece ajuda econômica enquanto a outra aproveita o oferecido sem que a interação gere mudanças significativas que superem a vulnerabilidade dos pequenos produtores.

Para o caso da ordem produtivista agroalimentar, ainda que os pequenos produtores cheguem a ser vistos como atores produtivos em que lhes é atribuído um papel central na consolidação do modelo de produção e provisão local de alimentos, a ausência de um projeto real torna os subsídios outorgados simples paliativos dirigidos a conter o avanço da situação de dificuldade enfrentada. Até que se deem as condições necessárias para tornar real a ideia de diversificação, a oferta esporádica e descontinua de ajudas vinculadas a projetos piloto continuará sendo empregada pelos pequenos produtores como alívio parcial, mas não definitivo, para suas condições de vulnerabilidade socioeconômica. Propostas como a esboçada, retomando o dito por Favareto (2007), dependentes de recursos externos e desacompanhadas de planos e programas pensados no longo prazo, pouco contribuem para levar à dinamização desejada, revelando-se meramente paliativos.

Quanto à relação com a ordem produtivista cafeiteira, ambas as partes sabem que com as ajudas oferecidas e recebidas os pequenos produtores dificilmente conseguirão atingir um ótimo econômico que lhes permita melhorar significativamente sua condição financeira, isto é, “poder viver calmamente do café”, expressão usada pelos pequenos produtores, sem que isto queira dizer que a ajuda contínua recebida e a renda obtida pela venda do produto deixe de ser essencial para assegurar a sobrevivência e permanência dos agricultores no campo. Sem que sejam suficientes, são justamente estas ajudas permanentes e seguras as que oferecem aos pequenos produtores a possibilidade de atingir condições mínimas de reprodução socioeconômica.

Nos termos descritos, é preciso observar que a interação subsidiária estabelecida entre as *ruralidades produtivista e fragilizada*, em vez de impulsionar ou potencializar mudanças encaminhadas para melhorar a condição de vida dos pequenos produtores, consegue reproduzir, até certo ponto, o mesmo estado de fragilidade socioeconômica que dá origem às ajudas oferecidas. Trata-se de um modelo de contingência cíclica que contribui para criar no meio local um estado de frágil equilíbrio: só se produz se o processo é subsidiado, fato que torna os pequenos produtores altamente dependentes das entidades de apoio. Em caso de não existir ajuda, a existência dos mais “vulneráveis do campo”, pelo menos em seu papel de atores agrícolas, poderia sucumbir.

Considerando que os pequenos produtores constituem a faixa populacional majoritária no meio rural manizaleño, os efeitos de um possível esvaziamento rural centrado na saída destes atores da cena agroprodutiva local, até certo ponto afetaria a operatividade da *ruralidade produtivista*. Se não existissem pequenos produtores de café, a mão de obra especializada local chegaria a escassear, prejudicando a disponibilidade da força de trabalho requerida nas grandes plantações. Por outro lado, sendo os pequenos os possíveis interessados em produzir localmente hortaliças e outros alimentos demandados pela população local, sua inativação e saída de cena poria em risco a sustentabilidade de qualquer programa de soberania alimentar.

Assim, para o caso da *ruralidade produtivista cafeeira*, “administrar a pobreza” à procura de reter e fixar uma série de atores “pouco competitivos”, mas por suas vez necessários para a manutenção do modelo de produção em grande escala, seria uma necessidade indiscutível quando vista por sua própria lógica. Para a *ruralidade agroalimentar*, dinâmica mobilizada a partir de ações governamentais, manter a expectativa de um projeto de segurança e soberania alimentar que envolva a boa parte dos pequenos produtores locais significaria adiantar-se preventivamente ao risco que supõe a eventual queda do modelo subsidiário cafeeiro.

No meio local, perceber o anterior, isto é, “a existência de um modelo produtivo frágil que explora e subordina à população mais vulnerável, tornando os mais débeis do campo dependentes de ajuda externa”⁵⁷ incomoda certos atores críticos do modelo produtivista. De acordo com essa postura, programas e projetos como os implementados pelo Comitê de Cafeteiros e a UIS “geram uma comunidade costumada a viver a expensas do que lhe presenteiem” e tornam os pequenos produtores “mendigos à espera do paternalismo estatal”.

Analiticamente, esta posição crítica assumida por certos acadêmicos, estudantes, ativistas e membros de organizações sociais, que “defende a dignidade humana sobre qualquer projeto meramente produtivo”, vislumbra o cenário rural como um campo de resistência. Neste cenário de confrontação, aqueles “historicamente maltratados e subvalorizados” seriam os primeiros chamados a resistir “e quebrar o jugo que até hoje os submete e domina”. Neste sentido, sob um clamor de “subversão e resistência”, os representantes da *ruralidade contestatória*, atuando mais desde o mundo das ideias, assumiriam o papel de críticos e introdutores de dúvidas e questionamentos em torno da legitimidade da ordem produtivista hegemônica.

Em termos reivindicativos, a postura produtivista que reduz os atores rurais a meros atores produtivos é refutada mediante a visão que os concebe como sujeitos portadores de outras lógicas de vida. Nas palavras de representantes da

⁵⁷ Entrevista a membro do Jardim Botânico da Universidade de Caldas.

ruralidade contestatória, visões de mundo “menos alinhadas com o individualismo mercantil” e mais afins a “práticas e valores solidários” que orientariam a “vida em comunidade” e que, ao serem recuperadas, poderiam constituir o fundamento de uma “nova sociedade”. Respeito ao tratamento subsidiário dado aos pequenos produtores pelas agências estatais e corporativas de extensão, a visão contestatória promulga a necessidade de “quebrar as dependências” a partir de estratégias de intervenção social que contribua para elevar a autoestima, a autonomia e a capacidade de autogestão das pessoas do campo. Com respeito à especialização produtiva no cultivo do café, a oposição promulga a diversificação como estratégia familiar de segurança alimentar: “Graças ao cultivo do café, os pequenos produtores deixaram de semear alimentos que, por falta de recursos monetários, hoje não podem adquirir no mercado”, pelo que voltar a produzir alimentos seria uma saída decorosa à “situação atual de fome e pobreza”.⁵⁸

Pode-se dizer que, em meio da dinâmica rural local, a presença daquele outro olhar constitui um constante chamado de atenção sobre a existência de “gente de carne e osso” no meio da disputa mantida entre as duas vertentes da *ruralidade produtivista*. O olhar posto sobre a gente do campo, suas necessidades, lógicas, princípios e valores, convoca a “humanizar” a tendência dominante que só dá conta de atores produtivos, quase exclusivamente valiosos em virtude de sua eficiência e eficácia de acordo com os fins econômicos perseguidos. Trata-se, antes de tudo, de uma contribuição ideológica que, ao propagar-se no âmbito rural, faria pensar os diferentes atores partícipes da dinâmica local sobre o fundamento de suas próprias práticas e intenção dos interesses aos que profissionalmente servem.

Em termos de medição de forças, retomando a noção do rural como campo de luta e resistência, à luz do exposto por representantes da *ruralidade produtivista*, a ação de organizações como o Jardim Botânico da Universidade de Caldas, instituição apropriada de vários dos valores que definem a *ruralidade contestatória*, ainda que logre criar “certa perturbação da ordem”, não teria “muita transcendência” devido a frequentemente “estar baseada mais no discurso que na realidade”. De acordo com essa postura, a principal preocupação dos representantes da ruralidade produtivista em relação às propostas contestatórias estaria na possibilidade de estas criarem falsas expectativas entre os agricultores familiares que dificilmente serão refletidas em mudanças reais de índole produtiva.

Neste contexto, ante a impossibilidade de gerar mudanças materiais ou concretos com respeito ao proceder da ordem hegemônica, a proposta contestatória apostaria em construir possibilidades locais, por enquanto sustentadas na atuação simbólica: um mercado camponês agroecológico, fomentado por atores urbanos e neo-rurais, tendente a gerar consciência entre a sociedade local sobre a situação dos “irmãos do campo”, por exemplo. Mais do que de ações concretas, retomando o exposto por Canclini (1990) sobre as mediações entre cultura e poder, tratar-se-ia de atuações simbólicas que, acima de sua eficácia econômica, poriam em evidência as tensões existentes no seio da sociedade em que surgem. Neste caso, interpretada como “chamados de atenção” e “exercícios orientados à tomada cidadã de consciência”, no meio da disputa entre as ruralidades coexistentes, a atuação simbólica empreendida da ruralidade contestatória corresponderia a uma ação política em confronto com a ordem produtivista dominante.

No contexto nacional, trata-se de uma postura criticada por autores como Machado (1998), quem argumenta que as tentativas dos grupos e organizações,

⁵⁸ Entrevista a membro do Jardim Botânico da Universidade de Caldas.

sobretudo não governamentais, de apoio aos agricultores familiares têm um caráter mais político-ideológico do que produtivo, destacando que é mais fácil fazer discursos e manter uma posição ideológica do que fazer negócios. Analiticamente, pode-se dizer que, sem restar valor as ações destas entidades de apoio, o que se quer é mostrar a necessidade de combinar ambas as formas, procurando um equilíbrio que permita acompanhar a vinculação dos pequenos produtores em melhores condições as atuais, sem descuidar os compromissos políticos e o debate ideológico. Neste sentido seria acertado considerar que as propostas de caráter produtivistas podem, definitivamente, aumentar a produtividade setorial e o nível de ingressos das unidades familiares, mas não sempre garantem condições de maior democracia e bem-estar e, muito menos, a resolução dos conflitos sociais e políticos do país, pretensões perseguidas pela proposta contestatória.

Sob esta leitura, a baixa possibilidade de competir mediante projetos produtivos concretos afins a seus principais preceitos sociopolíticos (autonomia alimentar, responsabilidade ambiental e empoderamento comunitário) coloca os representantes da proposta contestatória em situação de desvantagem frente àqueles que contam com recursos de investimento. Assim, quando se trata de captar recursos para reprodução socioeconômica, a oferta proveniente da *ruralidade produtivista*, baseada em subvenções diretas para a produção, resulta mais conveniente para os pequenos produtores do que a procedente da *ruralidade contestatória*, baseada mais em ideias do que em subsídios materiais, sem que isto signifique que indiretamente não traga benefícios para sua situação particular.

A presença de uma *ruralidade contestatória* orientada a gerar informação e consciência sobre os problemas gerados pela lógica produtivista (contaminação ambiental por uso de agroquímicos, prejuízos associados à monocultura, exploração dos produtores familiares, por exemplo), assim como valorizar a figura dos pequenos produtores (reconhecimento público da sua função social como produtores de alimentos e salvaguardas do patrimônio cultural rural), contribui para reintroduzir o tema da problemática rural dentro da agenda informativa local, tornando interesse geral fatos usualmente restritos ao âmbito das instituições ambientais e de apoio ao produtor.

A forma com que opera o Grupo de Estudos em Agriculturas Sustentáveis (GEAS), grupo associado às tarefas de “conscientização” empreendidas pelo Jardim Botânico, poderia ser um exemplo do anteriormente observado. O grupo convoca estudantes de diferentes programas (ciências agropecuárias, ciências sociais e jurídicas, artes, educação, ciências da saúde, principalmente) em torno da realidade rural local, enfatizando a situação dos pequenos produtores. Assumindo o rural como espaço de interesse geral, isto é, como um espaço não mais limitado ao olhar de profissionais em ciências agropecuárias, que só dão conta da dimensão produtiva do campo, GEAS posiciona o interesse pelo rural e pela vida dos habitantes rurais como um assunto de preocupação geral que demanda o atendimento da sociedade em seu conjunto. Neste sentido, a tentativa da *ruralidade contestatória* para expandir o interesse pelos assuntos rurais sobre a sociedade em seu conjunto contribuiria para forjar uma dinâmica local visível para inúmeros atores para os quais a realidade do campo usualmente passaria despercebida. Acorde com esta postura, recorrendo ao exposto por Fajardo (2002), a opção contestatória contribuiria a gerar uma política de reconhecimento que permita à sociedade colombiana valorizar o rol econômico, social e político dos pequenos produtores familiares, assim como o seu direito de ter direitos.

Neste contexto, a maior atenção sobre as condições de vida das populações rurais, a crítica à atitude paternalista com que as entidades de apoio intervêm sobre o dever dos sujeitos e comunidades do campo, dentre as principais críticas derivadas da adoção do rural como campo de confrontação política, configura a base com que a *ruralidade contestatória* impugna as medidas com que a *ruralidade produtivista* pretende dar conta dos efeitos do modelo produtivista sobre a condição socioeconômica dos mais vulneráveis do campo, situação desenvolvida na seguinte seção.

4.2. Entre o “empoderamento” das comunidades rurais e a “assistência social” aos pobres do campo

Diante da dificuldade que supõe para o governo municipal incidir no incremento da capacidade produtiva dos pequenos produtores locais, garantir condições mínimas de vida às famílias do campo mediante a aplicação de medidas sociais não produtivas tem constituído a principal ação de intervenção governamental. Trata-se de medidas criticadas e qualificadas de assistencialistas pelos representantes da *ruralidade contestatória*, na medida em que geram dependência e incapacitam os pequenos produtores para atuar por conta própria, “acostumando-os a se olharem como sujeitos carentes de iniciativa, “à espera que outros deem conta deles”, expressão comumente usada por ativistas contrários à ação estatal.

Em termos da disputa entre as ruralidades coexistentes, enquanto para as instituições governamentais assistir socialmente as famílias de pequenos produtores representaria a principal via de ação frente à impossibilidade de gerar mudanças significativas em sua capacidade técnico-produtiva, para os representantes da *ruralidade contestatória*, críticos do anterior proceder como medida primária e permanente, avivar suas potencialidades, “empoderando-as” e restituindo-lhes seu papel de atores socioeconômicos ativos, seria a principal aposta.

Sem capacidade ou iniciativa para solucionar seus principais problemas (insuficiente tamanho da propriedade, impossibilidade de acesso a mais terra e baixa capacidade de investimento e endividamento), a assistência outorgada pelos organismos governamentais de extensão consiste em subsidiar-lhes o acesso a alimentos e certos insumos produtivos orientados à própria produção. Medidas como as impulsionadas pelo programa Ação Social, descritas no capítulo anterior, constituem uma prova disso. Segundo seus detratores, trata-se de providências orientadas a reproduzir os “níveis de subsistência” preexistentes do que produzir mudanças efetivas na situação socioeconômica dos beneficiários, leitura na que se sustenta o principal desencontro entre as partes. Analiticamente, trata-se de uma crítica geral ao estilo assistencialista que ainda caracteriza parte da política social orientada a atender as franjas populacionais mais vulneráveis do campo. Como expõe Cardoso (2004), o assistencialismo corresponderia a um modo de intervenção que cria relações de submissão, sem oferecer os instrumentos para superar além do imediato as carências sobre as quais se centra, circunstância na qual se fundamentaria a crítica contestatória ao modelo de intervenção governamental.

Relativizando o anterior, seria preciso reconhecer que dadas as circunstâncias de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por certos atores rurais, o Estado deveria estar disposto a criar e desenvolver redes de proteção social para os mais afetados. De acordo com Machado (1999), autor que reconhece

o rol fundamental da assistência social estatal, para o caso colombiano, a inexistência destas redes em algumas regiões do país explicaria em boa parte o deterioro social, a delinquência, o traslado dos agricultores familiares aos cultivos de uso ilícito e a incorporação de pequenos produtores aos movimentos guerrilheiros e ao paramilitarismo como assalariados. Neste caso seria contundente aclarar que assistência social adquiriria o papel de medida de contenção, mas sobre o risco de ser assumida como caridade pública quando não estiver acompanhada de estratégias de geração de ocupação e ingresso.

Para os críticos do assistencialismo, sem desconhecer a utilidade da assistência social como resposta a situações de emergência (períodos prolongados de chuvas e secas, incidências atípicas de pragas e doenças, por exemplo), estendê-las e convertê-las em medidas permanentes contribuiria para perpetuar a ajuda externa como elemento indispensável à reprodução socioeconômica das famílias de pequenos produtores. Para os que compartilham este olhar, qualquer intervenção efetiva precisaria ter como objetivo primário gerar habilidades e destrezas entre os membros das comunidades de interesse, atitudes posteriormente aplicáveis para dar continuidade aos processos iniciados independentemente da presença ou não das entidades de apoio. Adotando o exposto por Cardoso (2004), essa postura sugeriria abandonar o olhar que só vê carências, substituindo-o por aquele que localiza as potencialidades entre os membros dos grupos focalizados.

Em termos gerais, seria possível dizer que respostas não produtivas operando em um esquema basicamente produtivista revela a existência de uma dinâmica rural paliativo-conservacionista, isto é, tendente a apaziguar os efeitos derivados da opção produtivista sem intervir diretamente sobre as inconsistências do próprio modelo. Enquanto o modelo cafeiteiro (dominante), fazendo questão de sua permanência dentro da “grande família cafeiteira”, gera e mantém uma faixa populacional majoritária de pequenos produtores em condição de vulnerabilidade socioeconômica, o governo municipal, recorrendo a recursos e programas locais impulsionados pelo nível central, dá conta dessa mesma população, oferecendo-lhe assistência básica social:

“Quando os produtores especializados em café começam a ficar mais pobres, quando o problema se torna quase um problema de fome, já não são mais famílias cafeiteiras, mas sim camponeses de Manizales, e é o governo quem tem que responder por eles. O problema agora é só nosso, agora somos nós que temos que enfrentar o problema”.⁵⁹

Nessas circunstâncias, atuar sobre as consequências do modelo dominante somente com medidas paliativas, mas sem pensar em mudá-lo (ou sem poder modificá-lo), em vez de contribuir para minorar a dependência dos pequenos produtores do apoio dado pela institucionalidade cafeiteira, criaria uma nova situação de dependência, agora proveniente do governo municipal. A leitura de que a maioria em Manizales é de pequenos produtores de café seria assumida pela administração municipal como uma externalidade com a qual há que conviver. Como expõe Grassi (2003) em situações como a descrita, a assistência das intervenções sociais do Estado levaria a assimilar a política social, os planos e programas de assistência compensatória à população mais vulnerável, privilegiando a perspectiva da gestão dos mesmos. Seguindo esta lógica, enquanto não existirem

⁵⁹ Entrevista a funcionário da Unidade de Integração Social (UIS).

condições apropriadas para instaurar outro modelo (neste caso o agroalimentar, com ênfase no abastecimento do mercado local), mitigar o impacto da ruralidade *produtivista hegemônica* a partir de medidas assistenciais constituirá o principal proceder da administração municipal, apesar de que estas práticas não eliminam as condições de desvantagem social nem criam envolvimento dos atores para superá-las (Tenti, 1991).

A leitura contestatória da realidade socioprodutiva local daria conta da dominância de um projeto de modernização incompleta. No sentido da incompletude exposta por Canclini (1990), a existência de uma agricultura empresarial prospera compartilhando cenário com outra realizada por pequenos produtores à margem da linha de pobreza, ambas economicamente inseridas nas redes globais de mercado mas em condições extremamente desiguais, o que evidenciaria seu caráter híbrido e díspar. Mais do que excluídos do modelo produtivista dominante, os pequenos produtores seriam participantes ativos operando em condições menos favoráveis do que outros que ostentam mais poder de decisão e intervenção.

Para os pequenos produtores beneficiários da ajuda assistencial, “contar com um mercado ao mês”, “que os meninos recebam o café da manhã e o almoço na escola”, “receber um dinheiro mensal por mandar os meninos à escola”, entre outras prebendas, constitui uma “ajuda importante do governo” que se preocupa com eles. Ainda que saibam que isso não é suficiente para manter a família, “conseguir ser beneficiário do SISBEN”, “ficar na lista dos que recebem mercado”, “receber ao princípio de ano um kit escolar que dão os moços da prefeitura” fazem parte de suas estratégias de manutenção familiar, em coerência com o esquema proposto pelos que administram o rural.

Neste caso seria preciso observar que, enquanto representantes da *ruralidade contestatória* destacam as oposições com respeito à *ruralidade produtivista*, os membros da *ruralidade fragilizada* enfocam as solidariedades. Como menciona Canclini (1990) ao referir-se às relações de poder em processos de hibridação cultural, centrar o olhar nas divisões e conflitos entre atores hegemônicos e subalternos levaria a prestar pouca atenção aos intercâmbios solidários entre eles estabelecidos. Neste sentido, à *perspectiva contestatória* corresponderia uma relação de dominação vertical, sob o olhar dos representantes da *ruralidade fragilizada* que atenderia a relações solidárias: ante os desequilíbrios do modelo produtivista cafeiteiro, em vez de impugnar as atitudes do governo e as diretrizes da Federação de Cafeeiros (atitude afim aos representantes da ruralidade contestatória), em termos gerais, os pequenos produtores (representantes da ruralidade fragilizada) assumem o as ajudas recebidas como concessões solidárias em atenção ao reconhecimento social da sua vulnerabilidade socioeconômica. Conscientes das suas necessidades (dificuldade para ampliar o tamanho das suas propriedades, carência de recursos financeiros para o aceso a outros recursos produtivos), em vez de sublevar-se ou tomar medidas radicais em reivindicação dos seus direitos cidadãos, por exemplo, muitos agricultores familiares interiorizam sua condição de dependentes.

Por sua vez, armados de “boas intenções” e sem uma base própria de recursos, representantes da *ruralidade contestatória*, conscientes da situação assinalada, fazem questão de “mudar o modelo”, de “empoderar às comunidades rurais” como estratégia primária de transformação, tratando de convencê-las e apoiá-las para que autonomamente rompam com o esquema de dependência a que se acostumaram. Neste caso, ações e intenções como “combater o modelo

dominante” e lutar por recuperar “a autonomia das comunidades camponesas”, expressões usadas por ativistas locais, definiria o caráter político-transformador da *ruralidade contestatória*.

Sustentado nas intenções descritas, poderia inferir-se que para os representantes da *ruralidade contestatória*, mais do que um âmbito social puído e problemático à espera de assistência socioeconômica, o rural representaria um âmbito social cheio de potencialidades latentes à espera de serem reativadas e conduzidas para a construção de uma sociedade alternativa, isto é, um cenário social a partir do qual seria possível gerar e expandir um modelo de sociedade “mais justa, responsável e solidária”. Para conseguir expandir o modelo figurado, princípios e valores reconhecidos como “ainda persistentes nas comunidades rurais” teriam que ser recuperados, potencializados e assumidos como conduta. Solidariedade, fraternidade, respeito à natureza, austeridade, disposição para o trabalho em equipe, favorecimento do bem-estar coletivo sobre o interesse individual, entre os mais aludidos, figurariam na lista de “valores rurais” resgatáveis como guias básicas de relacionamento social afins ao modelo de sociedade concebido.

Sem descartar a persistência de alguns destes valores e condutas entre os habitantes do campo, seria possível dizer que a proposta contestatória se fundamentaria numa leitura idealizada do modo de ser dos membros das comunidades rurais. Tratar-se-ia de um ponto de vista informado por um “dever ser” concebido por atores de origem urbana a partir de um processo reflexivo a respeito das formas dominantes de relacionamento persistentes em seu âmbito imediato de vida. Nesse sentido, recorrendo ao exposto por De Paula (2005), o que não existe ou deixou de existir no meio urbano seria procurado agora em algum outro âmbito, contexto alternativo que neste caso corresponderia ao espaço social rural.

Ao contrastar o dever prefigurado com o que realmente acontece no interior das comunidades rurais, representantes da *ruralidade contestatória* atuam a favor de ajustar a situação idealizada, propondo ações em princípio orientadas tanto a ativar a sensibilidade crítica dos pequenos produtores a respeito das suas próprias condições de vida como a gerar neles atitudes pessoais que facilitem as transformações sugeridas. São recomendações de mudanças positivamente valorizadas pelos agricultores familiares, mas quase sempre vistas como distantes das suas necessidades imediatas:

“Aqui vêm falar-nos muito bonito, falam-nos sobre ser independentes, sobre não estar dependendo dos subsídios do governo, sobre não estar sempre largando a mão para ver que nos dão, sobre não nos converter em mendigos. Eles têm razão em muitas coisas, mas muitas vezes não sabem quais são as necessidades que aqui estamos passando. Por exemplo, se o que precisamos são sementes para iniciar um cultivo, adubos para levantar um cultivo, eles não podem ajudar-nos com isso. Pronto, está bem que tratemos de ser autossuficientes, de aproveitar os recursos e subprodutos da chácara, mas isso não é suficiente. A maioria aqui somos agricultores, temos que produzir para vender e para isso é que precisamos mais ajuda”.⁶⁰

⁶⁰ Entrevista a pequeno produtor. Vereda La Cristalina. Manizales.

Nestes casos, a leitura realizada pelos agricultores familiares expressaria a distância estabelecida entre a realidade idealizada afim à *ruralidade contestatória* e a experimentada na vivência cotidiana pelos atores que sustentam a *ruralidade fragilizada*. Enquanto a primeira pensa em perspectiva, projetando possíveis cenários próximos a situações ideais de solidariedade e equidade social (processos que demandam tempos prolongados para sua consolidação), a segunda responde à situação imediata dos atores em situação de dificuldade socioeconômica, para os quais procurar soluções rápidas e concretas para problemas cotidianos constitui a principal necessidade. Neste contexto, enquanto a primeira opera no médio e longo prazo, a segunda o faz no plano imediato, gerando um desencontro entre as partes centrado nas maneiras particulares de administrar e conceber o tempo, noções diretamente ligadas aos interesses prioritários: “transformar o meio social” e “sobreviver dia a dia”, respectivamente.

Nestas circunstâncias, para os pequenos produtores, aceder a programas de assistência social sem deixar de lado a questão produtiva resultaria mais rápido e seguro do que participar de projetos de índole político-ideológicos, em princípio sem fins econômicos. Para eles, acostumados a produzir para o mercado, resultaria temporariamente inviável passar a cultivar principalmente para comer, manter hortas caseiras como estratégia de segurança alimentar, considerar a troca sem dinheiro como uma alternativa de acesso a outros bens e alimentos, assim como a manter roças sem uso de agroquímicos, entre outras propostas consoantes com a proposta contestatória:

“Para mim é melhor ficar como estou. Pelo bem-estar de minha família, eu não posso meter-me em coisas novas, meter-me a experimentar cultivos ecológicos sem que tenham compradores dispostos a pagar a mais, a usar um preparado de ervas em vez de um fungicida químico que pode não funcionar como gostaria, pois se as coisas não saem bem, minha família é que vai sentir. Se estivesse em outra situação, se a situação fora um pouquinho mais folgada, até pensaria em meter-me nisso, mas por agora não”.⁶¹

Com o ânimo de equilibrar posturas e interesses, o empoderamento político das comunidades de pequenos produtores, entendido em função da ruptura com o modelo dominante, demandaria avançar conjuntamente com seu empoderamento econômico, isto é, ir acompanhado de ações encaminhadas a reconstituir seu papel de atores produtivos talvez vinculados de outra forma à dinâmica de mercado. Neste sentido, assim como a *ruralidade produtivista* proporciona um contexto socioeconômico que incorpora marginalmente os pequenos produtores, outorgando-lhes papéis claros e um sistema de subsídios para sua manutenção, à *ruralidade contestatória* lhe corresponderia avançar na configuração de uma plataforma socioeconômica envolvente na qual os pequenos produtores conseguissem inserir-se alternativamente. Adotando o sugerido por Abramovay (1998) ao se referir à viabilidade das propostas geradas para as populações rurais em condições de vulnerabilidade socioeconômica, as iniciativas surgidas da proposta contestatória, para serem economicamente sustentáveis e fugirem do esquema do assistencialismo social deveriam incluir entre seus objetivos gerar

⁶¹ Entrevista a pequeno produtor. Vereda Alto del Guamo. Manizales.

condições alternativas de mercado afins aos interesses e capacidades dos produtores envolvidos.

Ações como as dirigidas a incentivar a produção e o consumo consciente e ecológico de alimentos (mercado agroecológico e Rede de Consumidores Ecológicos), em que a confiança e o mútuo conhecimento entre produtores e consumidores constituem a principal pauta de relacionamento, poderiam ser interpretadas como ponto de partida para a configuração dessa plataforma socioeconômica de resistência e inclusão social afim aos princípios da *ruralidade contestatória*. Neste caso, a dinâmica projetada giraria em torno da posta em marcha de um projeto de economia solidária na qual a tarefa tradicionalmente assumida pelos habitantes do campo, produzir alimentos, tenderia a ser revalorizada pela sociedade em seu conjunto, além de revestida de um matiz socioambiental em sintonia com a propensão contemporânea à produção e ao consumo ecológico e responsável. Nas circunstâncias descritas, a agregação de valor a partir do uso de tecnologias de produção agroecológica seria monetária e ideologicamente valorizada no mercado, compatibilizando e potenciando, em termos da proposta contestatória, as dimensões política e produtiva do modelo alternativo promulgado.

Também centrada numa ordem rural de índole majoritariamente agrícola, propostas como a esboçada reformulariam o valor primordialmente mercantil atribuído à atividade agrícola pela *ruralidade produtivista*. Sob este olhar, além de prática produtiva, a agricultura representaria a atividade aglutinante ou criadora de laços entre membros de uma mesma sociedade usualmente concebidos como atores distantes: gente do campo e a cidade, consumidores e produtores de alimentos, conhecendo-se, redefinindo-se e estreitando relações em torno de um projeto comum. Neste mesmo sentido, o rural limitado à territorialização do agrícola, representação destacada na *ruralidade produtivista*, seria superado por outro que abre suas fronteiras ao urbano, outorgando aos atores cidadãos participação ativa no processo de configuração gradual da inspirada ruralidade contestatória alternativa.

Assim, empoderar as comunidades rurais implicaria criar um cenário propício para isso, contexto no qual, como se explorará a seguir, a proposta agroecológica (entendida como eixo de conexão solidária entre atores originários do campo, novos habitantes rurais e moradores urbanos em torno de uma “ruralidade alternativa”) constitui o principal suporte filosófico dessa outra realidade desejada.

4.3. Entre forjar um projeto de “nova sociedade” e ajustar o modelo produtivo às demandas contemporâneas de consumo

No meio local, a tentativa por desenvolver uma dinâmica rural centrada em princípios de “solidariedade, justiça e responsabilidade social” contribuiria para conformar um tipo de ruralidade em que as fronteiras entre campo e cidade servem cada vez mais para unir e integrar do que para separar e diferenciar. Construir uma ruralidade orientada por princípios e valores associados ao proceder agroecológico atualmente convoca a múltiplos atores (moradores do campo e da cidade, produtores e consumidores de alimentos, ambientalistas e ativistas políticos, dentre outros) interessados em consolidar um projeto de ação e ajuda mútua, em que assumir responsabilidades compartilhadas constitui o eixo da criação dessa dinâmica integradora:

“Os que produzem, transformam, comercializam ou consomem alimentos orgânicos devem proteger e beneficiar o ambiente comum que inclui paisagens, habitats, biodiversidade, ar e água. Todos aqueles envolvidos na produção e no consumo agroecológico devem conduzir as relações humanas de tal maneira que assegurem justiça a todos os níveis e a todas as partes comprometidas.”⁶²

De acordo com a lógica da *ruralidade contestatória*, os múltiplos atores, enfatizando sua qualidade de consumidores e produtores (sem esquecer que os produtores rurais também são consumidores de alimentos e outros tipos de bens) fariam parte integral de uma estreita rede de relações sociais em torno da questão alimentar, neste caso conjugada com o intercâmbio comercial com “responsabilidade social”. Segundo o exposto por Asti (2007), acima dos valores convencionais de mercado os atores destas relações estariam ligados por um sentimento de solidariedade e justiça. Mais do que uma proposta oposta aos mercados, essa forma de relacionamento alternativo seria concebida como uma ferramenta desenvolvida para modificar a lógica capitalista dominante com que atualmente opera a dinâmica de mercado (Goodman e Goodman, 2001), gerando um mercado mais inclusivo, sobretudo para aqueles em maior desvantagem no processo comercial de suas cadeias produtivas (Jaffe et al., 2004). Os agricultores familiares, no caso em estudo.

Assim, as relações entre as partes precisariam ser mais próximas e conscientes, diminuindo a mediação realizada por intermediários “que exploram e desconhecem o trabalho dos produtores do campo”, expressão comumente usada pelos ambientalistas locais rumo a um processo de interação solidária, baseado no conhecimento mútuo e no comércio mutuamente benéfico. Recorrendo ao exposto por Gendron et al. (2009), iniciativas desse tipo procuram atrair a atenção e ilustrar para os consumidores as práticas injustas de comércio presentes ao largo das cadeias de mercado, ato concebido pelos atores locais como forma de aproximar solidariamente as partes envolvidas. De acordo com Goodman (2004), que o consumidor sabia qual é o efeito de seu ato de consumo sobre o bem-estar daquela comunidade em particular que cultivou os produtos adquiridos contribuiria para criar uma economia moral alternativa à dominante nas trocas comerciais convencionais. As propostas de integração entre produtores e consumidores emergentes no âmbito local estimula os encontros e as transações “cara a cara”, criando um ambiente em que cada ator sabe mais ou menos quem é o outro, suas necessidades, preferências e modos de vida.

No marco da ruralidade contestatória, iniciativas como a esboçada procurariam reparar parte da injustiça social a que historicamente se viram submetidas as populações do campo (camponeses, pequenos produtores, trabalhadores rurais), chamando os atores urbanos a assumir parte de sua responsabilidade sobre a presença e permanência do problema. Por outro lado, uma vez “conscientizados sobre a problemática ambiental” e “o interesse de alguma gente da cidade por consumir alimentos orgânicos com responsabilidade social”, os produtores rurais uniriam forças com os consumidores urbanos a favor de um projeto socioalimentar comum: consumir e produzir alimentos orgânicos por

⁶² A citação faz referência a alguns dos postulados seguidos e promulgados por atores locais identificados com a proposta agroecológica, nesta ocasião expostos por membros do Jardim Botânico da Universidade de Caldas.

demanda para um mercado alternativo que agrega e convoca atores interessados no comércio justo. Atualmente, ainda de maneira informal, mensalmente acontecem encontros entre produtores e consumidores locais como parte das atividades associadas ao Mercado Agroecológico (ver figuras 1 e 2), organizadas pelo Jardim Botânico da Universidade de Caldas,

Neste caso, contrário à visão afim à *ruralidade produtivista*, postura que reduz a população consumidora à contraparte demandante de alimentos dentro de uma estrutura econômica vertical, para a *ruralidade contestatória* essa mesma população faria parte integral de um esquema horizontal de relações entre atores partícipes da dinâmica agroalimentar além de sua simples função de compradores. Tanto consumidores como produtores agrícolas mobilizariam parte da dinâmica rural sob um esquema explícito de complementaridade e mútuo benefício mediado pela questão alimentar e pela solidariedade com as lutas e reivindicações sociais e políticas dos agricultores familiares locais.

Em termos similares poderia inferir-se que, enquanto para a *ruralidade produtivista* a relação entre atores urbanos e rurais estaria principalmente orientada pela dinâmica de mercado (uns produzem e outros consomem, localizada cada parte num dos extremos das cadeias agroprodutivas), para a *ruralidade contestatória* as relações de proximidade estabelecidas entre consumidores e produtores adeptos às ideias de comércio justo, produção agroecológica e consumo consciente representariam o fundamento principal daquele “novo tecido social” inspirado na responsabilidade socioambiental. De acordo com Gendron et al (2009), a apropriação do comércio justo e responsável como característica de identidade e referente político-ideológico por parte de certos movimentos sociais, além do meramente comercial, orientaria a proposta de um projeto mais amplo de sociedade alternativa. Como afirma Otero (2007), atores associados a estes movimentos procurariam se reapropriar da economia a partir de valores próprios (solidariedade, responsabilidade, justiça, por exemplo) e através de transações econômicas investidas de um conteúdo social e político, com a expectativa de criar um mundo mais equitativo e democrático, às vezes idealizado. Experiências como as relacionadas com a construção da Rede de Consumidores Ecológicos de Manizales, iniciativa liderada por membros do Jardim Botânico da Universidade de Caldas, dão conta disso:

“Mais do que criar consciência sobre a questão ambiental e social da produção agrícola, o que nós mais queremos é mudar as relações entre os que produzem e os que consomem, como primeiro passo para criar uma sociedade mais justa e solidária”.⁶³

A construção desse novo tecido social, fundamentado na consolidação das relações solidárias entre produtores e consumidores locais, retomando o exposto por Portilho (2006), corresponderia a ações pró-consumo responsável, orientadas a construir uma nova cultura de ação política a partir das práticas de consumo. Nesse contexto, a proposta contestatória levaria a criar localmente espaços e formas de ação baseadas em práticas de consumo percebidas como emancipatórias e reflexivas, conducentes a criar formas inovadoras de participação, onde aos consumidores urbanos teriam adjudicado um papel decisivo e ativo no devir da dinâmica rural local. Como parte do projeto de transformação social proposto, o

⁶³ Entrevista a diretor do Jardim Botânico da Universidade de Caldas.

perfil dos atores de origem urbana convocados a incorporar-se à dinâmica rural corresponderia ao de atores politizados, definidos por Portilho (2009) como: atores com grande envolvimento com questões socioambientais, que se autoatribuem responsabilidades e deveres com relação ao médio ambiente, autoidentificados como atores sociais importantes que credenciam com pertinência e eficácia suas ações, e que prefeririam atuar na esfera do consumo do que em ações políticas convencionais.

Para os que lideram a proposta, ser consumidor ecológico supõe “optar por um modelo de vida alternativo”, “adquirir um novo estado de consciência”, “recusar normas políticas e culturais que degradam a vida”, “apoiar iniciativas em defesa da dignidade dos mais vulneráveis do campo”, “resistir ao atual e excludente sistema econômico imperante”, entre outros supostos. Em coerência com essa “forma de ser”, reunir pequenos produtores com consumidores urbanos, “propiciar que cada um reconheça a forma de vida do outro”, “estabelecer relações solidárias entre quem produz e quem consome”, “avançar na consolidação de uma via alternativa de comercialização que elimine a intermediação entre produtores e consumidores finais”, “criar relações de confiança entre as partes sem necessidade de recorrer a certificadoras comerciais de produção ecológica”, entre outras intenções, constituem exemplos das alianças concretas entre os que “apostam na criação de um mundo diferente, mais justo, fraterno e solidário”.

Analiticamente poderia dizer-se que a *ruralidade contestatória* assim projetada apostaria em conformar uma nova ordem social oposta à atualmente dominante, intenção que outorgaria ao rural certo poder transformador usualmente negado ou desconhecido pela visão desenvolvimentista hegemônica. De acordo com essa leitura, mais do que sinônimo de atraso o mundo rural passaria a ser visto como cenário propício para liderar, mas também em interconexão com o mundo urbano, mudanças conducentes a uma nova sociedade oposta à hoje dominada pelas “relações de ordem mercantil”. No contexto descrito, a proposta contestatória se aproximaria da ideia exposta por Kayser (1996) em torno da promoção do rural como espaço de inovação social. Nesse caso, a inovação estaria orientada para a consolidação de novas formas de relacionamento social configuradas sobre uma perspectiva de responsabilidade solidária tanto interpessoal como interespaçial. Em termos da “luta de poderes”, a cooperação entre atores apontaria para tomar partido em torno dos desequilíbrios fomentados pela dinâmica capitalista de mercado, afirmando um ativismo crítico na contramão desta forma de dominação. Princípios e valores até certo ponto atualmente mantidos e reconhecíveis no atuar cotidiano dos membros de algumas comunidades rurais (sobretudo naquelas “menos submetidas ao modelo econômico dominante”), tais como solidariedade, respeito à natureza, fraternidade, humildade, relações “não monetárias”, agora compartilhadas por certos consumidores urbanos afins, dariam suporte à proposta de mudança.

Tratar-se-ia, por sua vez, de uma proposta revestida de imagens, princípios e valores comuns aos ansiados por certos habitantes das urbes desencantados com o “estilo citadino de vida”, que também veem no rural uma possibilidade de mudança pessoal de vida, postura que criaria um nexos solidário entre as *ruralidades contestatória e hedonística*. Como exporto no capítulo anterior, para alguns dos novos habitantes do campo viver neste espaço significa uma saída “ao sufocante ritmo de vida na cidade”. Cansados do “anonimato”, do “pouco contato com a natureza”, da “contaminação e do agreste da paisagem”, das relações “puramente comerciais entre uns e outros”, viver no campo constituiria uma saída ao mal-estar causado pela cotidianidade do mundo urbano.

Seria neste contexto de interesses mais ou menos comuns que representantes da *ruralidade contestatória* encontrariam receptividade a suas propostas entre certos novos habitantes do campo interessados em revolucionar parte de suas vidas. Para estes representantes da *ruralidade hedonística* contar com a existência de um projeto público de “ruralidade alternativa” afim às ideias e imaginários privados que motivaram sua “ida para o campo” constituiria um estímulo aos seus projetos pessoais de vida alternativa.

Um caso concreto no âmbito de estudo é o vivenciado na vereda El Arenillo, localidade rural que congrega um amplo número de novos habitantes do campo que, junto a moradores originários do lugar, lideram o processo de conversão de seu espaço em exemplo de “vereda sadia”. Interessados, inicialmente, em aproveitar os recursos ambientais disponíveis para o agroecoturismo, representantes da comunidade procuraram ajuda do Jardim Botânico da Universidade de Caldas, com cujos membros compartilharam e depuraram a ideia original, chegando à seguinte conclusão:

“Mais do que um simples projeto de turismo agroecológico, o que nós queremos é iniciar um processo de melhoramento da qualidade de vida de todos os que vivemos cá. O que nós queremos, antes de mais nada, é que a localidade seja sadia para nosso próprio benefício. Por isso cremos que a agricultura ecológica é o melhor caminho. Aprender a produzir limpamente, aprender a produzir ecologicamente, aprender a conservar os recursos naturais, como projeto coletivo da comunidade é o princípio do processo.”⁶⁴

Neste caso, fazer da localidade uma “vereda sadia” constitui o principal objetivo da aliança. Como resultado do encontro, a ideia inicial de unir vários projetos familiares e empreender um projeto comunitário agroturístico foi transformada em uma iniciativa a princípio conducente a gerar condições propícias para a posterior oferta, em médio e longo prazos, de um espaço agroecológico alternativo aberto ao público acima descrito. Tratando de sair do padrão das propostas privadas convencionais, isto é, as baseadas na oferta de serviços como restaurantes, espaços para festas, piscinas, organização de eventos sociais “com muita comida, música e álcool”, expressão usada pelos moradores locais, a alternativa do projeto comunitário consistiria em oferecer a vereda em si como uma opção de deleite psíquico, pedagógico e contemplativo que atraísse aquele público especial em busca do encontro com a natureza e com o entorno social rural.

Capacitação em princípios agroecológicos, jornadas de sensibilização com o meio local, ateliês de planejamento e ação participativa, visitas de reconhecimento de experiências similares, capacitação para instalar composteiras e hortas orgânicas, demarcação de caminhos ecológicos, identificação de redutos naturais a conservar, inventário participativo de fauna e flora fazem parte das atividades de acompanhamento coordenadas pelo Jardim Botânico como parte do trânsito para uma “vereda sadia” e a posterior oferta de serviços agroecoturísticos com ênfase pedagógica (ver Figura 9).

Ainda que se trate também de projetos produtivos, isto é, destinados a gerar renda e benefício entre os habitantes locais, as propostas impulsionadas pelos novos habitantes do campo em consórcio com representantes da ruralidade

⁶⁴ Entrevista a novo habitante do campo. Vereda El Arenillo. Manizales.

contestatória (caminhos ecológicos, jornadas de sensibilização, capacitação em agricultura ecológica, dias de campo em chácaras agroecológicas, reconhecimento de fauna e flora, entre outras) continuam imprimindo ao espaço rural um caráter alternativo. Analisando essa postura é possível inferir que, tanto para próprios como para visitantes, o meio rural assistido, mais do que um simples espaço para a diversão convencional, representaria o meio de relacionamento alternativo entre os homens e a natureza, e entre estes e seus congêneres. Associado a essa intenção e resgatando o caráter pedagógico do projeto, ao espaço rural seria também atribuído o papel de cenário físico e social de aprendizagem de toda uma série de atitudes e valores requeridos quando se trata de criar “uma nova sociedade mais justa e ambientalmente sustentável” afim aos postulados dos que assim a desejam e imaginam.

Figura 9. Encontro entre membros do Jardim Botânico, neo-rurais e agricultores familiares em El Arenillo



Membros da comunidade de El Arenillo discutem acerca dos possíveis projetos coletivos em torno da “agroecologização” do seu espaço de vida.

Mormont (1987) contribui para essa análise quando afirma que, além do rural ser reivindicado como um espaço passível de apropriação (neste caso apropriado como cenário físico para instaurar projetos produtivos ecológicos e sustentáveis), também pode ser simultaneamente acolhido como aquele no qual é possível desenvolver uma forma alternativa de vida ou um modelo alternativo de sociedade oposto ao dominante no mundo contemporâneo. Nesse caso, seu uso comercial, apropriação orientada por critérios agroecológicos e valores afins a uma economia de ordem moral, seria diferente daquele totalmente centrado na procura de lucro. Neste sentido, como propõe Escobar (1999), para que uma cultura ecológica possa ser assumida como a base de uma proposta econômica e tecnológica própria (o que implica que a natureza não seja reduzida a mercadoria sobre o signo de ganho), os grupos sociais teriam que desenvolver formas de democracia ambiental e esquemas participativos de planejamento e gestão, que lhes permitisse construir identidades coletivas e definir modos de relação alternativos entre natureza e cultura, como seria o caso acontecido na comunidade El Arenillo. A experiência relatada daria conta de uma comunidade, até certo ponto autônoma, promovendo projetos alternativos no contexto local, fundamentados numa forma particular de conceber as relações homem, natureza e sociedade, orientada e informada pelo pensamento agroecológico.

Fazendo uma leitura conjunta, poderia afirmar-se que atividades associadas tanto à conformação da rede local de consumidores ecológicos como à “agroecologização” de várias veredas do município (ações principalmente lideradas por acadêmicos, moradores urbanos e novos habitantes do campo) configurariam a plataforma de ação contestatória brindada como alternativa aos agricultores familiares locais. Neste caso, atores diferentes aos tradicionalmente agrícolas projetariam uma forma de ruralidade próxima a ideia do “dever ser” da vida no espaço rural, que por sua vez incorporaria condições de inclusão produtiva aos moradores do campo em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Surgida a partir dos que “veem o campo de fora” e dos que “chegam ao campo trazendo ideias da cidade”, sua existência no meio local revelaria a presença e incursão daqueles outros atores igualmente rurais participando da construção do reconhecido rural.

Num contexto como o de estudo, onde a agricultura e os agricultores aparecem como figuras emblemáticas nas representações dominantes sobre o rural entre acadêmicos, planejadores e turistas, dirigir a atenção sobre os “outros rurais” partícipes das dinâmicas locais (Philo, 1992) permitiria fazer uma leitura mais precisa da estudada ruralidade em transformação. Nesse caso, assumindo um papel ativo dentro das comunidades de acolhida, novos habitantes de origem urbana, a partir da aplicação de suas ideias e valores, conseguem interferir na realidade local cotidiana gerando mudanças significativas que, à luz da visão produtivista dominante, poderiam passar despercebidos. Trata-se de atores intervindo tanto simbólica como materialmente no espaço, na tentativa de construir uma realidade local afim às características desejadas, ações que conseguem permear a vida e a visão daqueles atores tradicionalmente agrícolas com os que convivem e compartilham de perto.

À luz do exposto pelos habitantes nativos do campo, “ver com outros olhos o que se tem na vereda”, “revalorizar os recursos naturais e a beleza da paisagem com o que se convive diariamente”, “descobrir alternativas de geração de ingressos”, “pensar não só no presente, senão também no futuro” constituem ações promovidas e possibilitadas pelos que chegam de fora. Trata-se de ideias e propostas que conseguiram “calar na mente das pessoas” e incorporarem-se como elementos mobilizadores das dinâmicas sociais, imprimindo novos ares à vida coletiva nas veredas. Nesses casos, aquele rural agroprodutivo em que usualmente vagueiam os produtores do campo consegue ser revestido com novos olhares entre “os que vêm de fora”. De um espaço meramente produtivo, bem como um ambiente totalmente cotidiano (sob o ponto de vista de não oferecer nenhuma novidade para os habitantes antigos ou habituais), o rural seria agora visto como cenário paisagístico, fonte de múltiplos deleites e potencialidades turísticas, significações que conseguem permear a percepção dos habitantes nativos.

Associado ao anterior, num contexto como o da vereda El Arenillo, pensar a vereda como ideia associada às iniciativas trazidas “pelos que vêm de fora” contribuiu para retomar entre os habitantes mais antigos consciência de si mesmos como grupo e comunidade, bem como para afiançar laços de união e solidariedade entre “chegados” e “nativos”. Em coerência com a intenção de fazer parte de um mundo social rural “mais fraterno, comunitário e solidário”, palavras usadas pelos atores envolvidos, onde “prevaleça o interesse coletivo sobre o individual”, num primeiro momento foi um grupo inteiramente formado por novos habitantes do campo o que liderou o projeto coletivo de agroecologização e embelezamento da vereda.

Neste caso, ante o individualismo prevalecente entre os habitantes originários da vereda, o admirado e procurado comunitarismo rural, característica assumida como oposta ao individualismo urbano objetado pelos “que vêm de fora”, precisou ser incentivado e recriado pelos próprios novos habitantes do campo. Inventários de fauna e flora promovidos por profissionais em ciências naturais realizados junto aos membros da comunidade, programas comunitários de reflorestamento e manejo de fontes de água, jornadas de conscientização e impulso da participação comunitária, entre outras atividades, estão entre as estratégias a favor de incentivar a vida em comunidade, num princípio supostamente típico das comunidades do campo. Esse fato, além de revelar níveis de desencontro entre a prefiguração idílica das sociedades rurais e as circunstâncias reais por eles encontradas, uma vez inseridos na dinâmica local, mostra a possibilidade de criar, até certo ponto, ambientes rurais condizentes com o “dever ser” afim às próprias percepções dos que tentam gerar uma ruralidade na medida certa.

Seria uma ruralidade diferenciada, surgida em meio a uma dinâmica global, influenciando e tratando de transformar as outras ruralidades coexistentes. Acima das suas rivalidades e contradições, sem que se tratar de cooperação explícita, as iniciativas derivadas das diferentes formas de conceber o rural resultariam complementando-se e, até certo ponto, avançando para objetivos compartilhados, dessa vez em função da proposta agroecológica.

Sem que as entidades governamentais estimulem diretamente o consumo de produtos ecológicos ou a abertura de circuitos de mercado para esse tipo de alimentos, o trabalho realizado por instituições como o Jardim Botânico termina sendo também aproveitado pelas agências de extensão rural que atuam dentro da lógica técnico-produtivista. Para entidades como a Unidade Municipal de Assistência Técnica, a emergência local de um nicho de mercado agroecológico, independentemente das razões ideológicas que lhe deram origem, representa uma oportunidade de mercado que tem que respondido produtivamente. Acima das pretensões promulgadas pelos membros da ruralidade contestatória (avançar na criação de um novo modelo de sociedade), oferecer aos pequenos produtores assistência em tecnologias de produção limpa tem sido o caminho seguido pelos representantes da *ruralidade produtivista*, atores para os quais o que mais importaria seria o produto (limpo, produzido sem agroquímicos) em si, relegando para segundo plano o valor social e simbólico agregado.

Analiticamente, para os representantes da ruralidade contestatória, o protocolo da produção agroecológica, isto é, sua redução a uma forma estandarizada de produção baseada em preceitos meramente tecnológicos, procedimento apropriável indistintamente com finalidades solidárias ou produtivistas, suporia o risco de perda paulatina do caráter contestatório da sua versão de reconversão agroecológica. Nessas circunstâncias, adotando o sugerido por Brunori (2000), ante a coexistência de bases sociais, tecnológicas econômicas e simbólicas sustentando as dinâmicas de produção e o consumo de alimentos alternativos (neste caso agroecológicos), a sustentação das pretensões dos representantes da ruralidade contestatória estaria na habilidade de integrar essas distintas dimensões de forma que o poder tecnológico não seja capaz de se tornar independente dos poderes social, econômico e simbólico. Em Manizales, os avanços dos membros do Jardim Botânico na formação de um circuito alternativo de mercado para os produtos agroecológicos local e regionalmente produzidos, bem como a realização bianual do evento ECOVIDA e mensal do Mercado Agroecológico dão conta da tentativa de equilibrar esses poderes.

Sob outro ângulo, para certos habitantes urbanos e novos habitantes do campo, sensibilizados com a questão ambiental e interessados em melhorar sua qualidade de vida, as diversas versões de conversão agroecológica, independentemente da tensão anteriormente esboçada, constituiria uma resposta de acordo com a opção de ambientar suas condutas. “Produzir e consumir saudavelmente, mantendo uma relação respeitosa com a natureza”, “conservar os recursos naturais, a beleza e a salubridade dos meios rurais”, ações associadas à proposta contestatória, fariam parte da intenção idealizada de vida prazerosa no campo que dá sustento à *ruralidade hedonística*. De igual forma, “fomentar a mudança tecnológica para a produção limpa”, “diminuir gradualmente a dependência do uso de agroquímicos nos sistemas de produção”, preceitos associados à leitura produtivista da proposta agroecológica, que neste caso enfatiza a questão tecnológica, resultaria também afim às intenções hedonísticas: “viver num meio mais saudável, em harmonia com a natureza”, expressão comum entre neo-rurais locais.

Cruzamentos como os anteriores põem igualmente em evidência a existência de referentes comuns, mais significados e apreendidos de diferentes maneiras, sendo nesse caso esses objetos a proposta agroecológica e a atividade agrícola em si.

Para atores comprometidos com “a instauração de uma nova sociedade”, isto é, para os representantes da ruralidade contestatória, a proposta agroecológica responderia a suas “ânsias de transformação social” convertendo-se em parte integral de seu projeto político de mudança, plano orientado a combater a dominância do produtivismo extremo que, segundo seu olhar, assola o tecido social e destrói o meio ambiente. Sobre esta leitura, adotar a produção e o consumo ecológico de alimentos seria uma forma de resistência e intervenção social conforme com os preceitos de responsabilidade social e ambiental associados à *ruralidade contestatória*. Nesse âmbito, mais do que a uma atividade produtiva em si, a agricultura corresponderia àquele laço básico de união entre homem, natureza e sociedade, de cujo aperfeiçoamento sociopolítico, tecnológico e ambiental dependeria o avanço para uma sociedade mais justa.

Nesse mesmo sentido, a agricultura seria vista como atividade louvável que dignifica e integra à sociedade os pequenos produtores rurais, sem cuja existência a população majoritariamente urbana “simplesmente não teria o que comer”, expressão comumente exposta pelos ativistas locais. Sob essa ótica, a decisão de produzir ou não alimentos, de sair do campo e dedicar-se a outras atividades, outorgaria aos atores agrícolas certa vantagem em termos de negociação e relações de poder: “Se não se compensa aos agricultores, reconhecendo sua função social e amenizando sua estadia digna no campo, quem perde é a sociedade em geral”.⁶⁵

Para as entidades de apoio ao produtor, principais representantes da ruralidade produtivista, agroecologizar a produção seria uma resposta funcional à emergente demanda local desse tipo de bens, conseguida a partir de inovações principalmente tecnológicas. Na medida em que o mercado o demande, produzir alimentos ecológicos e orgânicos constituiria uma alternativa de diversificação produtiva para os diversos agricultores locais. Nessa direção, mais do que uma proposta sustentada no desejo explícito de mudar os termos das relações de comércio entre produtores e consumidores locais, atribuindo a ambas responsabilidades éticas e políticas associadas ao trânsito para uma “nova

⁶⁵ Entrevista a estudante membro do Grupo de Estudos sobre Agricultura Sustentável.

sociedade” (lógica afim à ruralidade contestatória), o impulso à reconversão agroecológica responderia a dois motivos principais: a) a uma oportunidade de mercado (quando é identificado um nicho de mercado especializado) e b) ao ajuste às exigências ambientais impostas pelos organismos locais e regionais de controle.

Nessa mesma ordem, para a *ruralidade produtivista*, a agricultura corresponderia a uma atividade econômica cujos resultados teriam que se concretizar no mercado: “O que motiva produtores a semear é o ânimo de lucro, todo ou outro é secundário”⁶⁶. Atendendo a essa premissa, a diferença do proposto pela *ruralidade contestatória*, cujos preceitos confiam no comportamento “justo” e “ético” dos consumidores com respeito à contraparte produtora de alimentos como caminho de “justiça e compensação social”, a proposta produtivista apontaria para a consolidação de uma agricultura (incluindo a agroecológica) produtivamente eficiente e comercialmente competitiva como conduto de compensação dos possíveis desequilíbrios encontrados ao longo das cadeias produtivas.

No meio das diferentes versões, para os representantes da *ruralidade fragilizada*, a proposta agroecológica seria uma alternativa mais incorporável a suas estratégias de reprodução socioeconômica, oportunidade dotada de um acréscimo potencial: a disponibilidade de ajuda derivada das diferentes fontes interessadas em consolidar local e regionalmente o projeto agroecológico, para as quais impulsionar e disseminar a agricultura ecológica, integrando como protagonistas do processo produtivo os agricultores familiares, constitui um objetivo comum: “Se existe algo organizado com mercado, apoio para a produção e assistência técnica, é aí que gostaríamos de estar”.⁶⁷

Por sua vez, num contexto de desencantamento com a agricultura e o campo, ver-se reconhecido como agricultor ecológico, isto é, seu trabalho revalorizado dentro de um contexto de novos princípios e práticas de integração entre produtores e consumidores, sociedade civil e administração pública, moradores do campo e a cidade, constituiria para os pequenos produtores um estímulo para seguir sendo agricultores. Para quem a agricultura constitui, mais do que uma atividade produtiva, um labor vital e uma referência, ver-se reconhecido como sujeito partícipe da construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento baseada na construção de relações solidárias e justas entre os diferentes atores envolvidos na produção e o consumo de alimentos representaria um ganho significativo em termos de relações de poder. “De “mais vulneráveis”, os pequenos produtores poderiam passar a ser coprotagonistas de uma proposta de desenvolvimento alternativo surgida num ambiente social mais horizontal e menos hierárquico.

Na prática, como exposto no testemunho a seguir, os agricultores familiares locais, ainda que identifiquem as vantagens da reconversão agroecológica relacionada à questão ambiental e à revalorização da sua participação dentro de projetos alternativos, expressam preocupação a respeito das poucas possibilidades de inserção em redes de mercado mais amplas do que as atualmente disponíveis no município e na região:

“Eu como agricultor ecológico me sinto muito à vontade participando a cada mês no Mercado Agroecológico. Estando aqui, em poucas horas consigo vender todos os legumes que trouxe da chácara. Também gosto muito das pessoas que nos visitam, pois são clientes

⁶⁶ Entrevista a extensionista da Unidade Municipal de Assistência Técnica.

⁶⁷ Entrevista a agricultor familiar, localidade El Manantial, Manizales

especiais, sempre interessados na nossa vida, em como produzimos, em saber de onde viemos nós e os produtos, por exemplo. A única coisa é que o mercado apenas acontece a cada mês, e eu, como outros colegas agroecológicos, temos que vender o resto dos produtos aos intermediários na Praça Central de Manizales como se fossem produtos convencionais. Seria legal poder vender nossos legumes em supermercados como Carulla ou Mercaldas, onde também vendem orgânicos”.⁶⁸

Neste caso, como apresentado em seções anteriores, no âmbito local os processos de reconversão agroecológica muitas vezes carecem de propostas de comercialização consolidadas e de apropriadas dimensões, seja dentro de circuitos solidários ou convencionais, fato reconhecido pelos agricultores familiares envolvidos como principal inconveniente. Ainda que no âmbito local e regional vários supermercados ofereçam aos consumidores produtos orgânicos e ecológicos, estes são trazidos de fora e comprados de produtores certificados ou distribuidores relacionados ou não com a agricultura familiar e circuitos de mercado solidário. Recorrendo ao exposto por Wilkinson (2008), ampliar as possibilidades de incursão no mercado de produtos orgânicos e ecológicos implica, para os agricultores familiares, negociar a transição de mercados locais, informais, personalizados, que funcionam com base em redes de proximidade social (como acontece no caso em estudo), para mercados regionais e nacionais por meio do desenvolvimento de redes sociais mais extensas e formas adequadas de reconhecimento (certificação e marcas, por exemplo).

Quanto à certificação, condição exigida pelos supermercados para comercializar produtos orgânicos, o principal problema para os agricultores familiares tem a ver com o custo e a escala de produção por eles manejada: “Eu sei que há empresas que certificam a produção, mas para nós, pequenos produtores, o preço é inalcançável. O pouquinho que produzimos não dá para pagar todo esse dinheiro, pelo que isso só dá certificação para os ricos”.⁶⁹ Como argumenta Wilkinson (2008), o movimento de certificação orgânica e ambiental não é específico para pequenos produtores nem são eles os principais beneficiários. Os altos custos da certificação, as dificuldades de adaptação aos elevados padrões de qualidade, classificação e logística exigidos pelos supermercados, somado a suas restritas capacidades de produção, limitam sua inserção efetiva nas redes convencionais de mercado.

Na disputa entre as *ruralidades contestatória* e *produtivista*, sob a perspectiva de diversos ativistas o ingresso dos agricultores familiares que participam da reconversão agroecológica nos circuitos convencionais de mercado (vender seus produtos em supermercados, grandes lojas e cadeias comerciais nacionais e internacionais, por exemplo) constitui uma ruptura da lógica alternativa de sua proposta contestatória. Como expõe Renard (2003), os atores que promulgam uma mudança do modelo econômico dominante são geralmente contrários à venda de produtos em mercados como os mencionados por temerem a banalização da mensagem e a padronização do ato político de consumo. Nessas circunstâncias, para muitos ativistas, fortalecer as redes alternativas de mercado constituiria a principal proposta. Na visão geral do produtor, como já foi

⁶⁸ Entrevista a agricultor familiar participante do Mercado Agroecológico realizado mensalmente numa das sedes da Universidade de Caldas, em Manizales.

⁶⁹ Entrevista a agricultor familiar participante do Mercado Agroecológico.

argumentado, quase sempre apartado da discussão ideológica, o que importa é garantir sua reprodução socioeconômica aumentando o volume da suas vendas nos diferentes mercados disponíveis. De acordo como Mascarenhas (2007), na perspectiva dos produtores, independentemente do tipo de mercado, contar com mais canais de comercialização para os seus produtos, não apenas alternativos ou solidários, mas preservando sempre o reconhecimento por seu esforço produtivo (produzir agroecologicamente e receber um melhor preço por isto) constitui uma situação ideal, como exposto pelos produtores locais.

Num sentido similar, como se apresentará a seguir, outro ponto de cruzamento entre as diferentes ruralidades em disputa tem a ver com o aproveitamento comercial/convencional ou alternativo do potencial turístico da zona rural do município. Suas amenidades paisagísticas, a atração que resulta para visitantes o processo produtivo do café, a existência de propostas agroecológicas interessantes para o público visitante, entre outros elementos, compõem o quadro a partir do qual atores com múltiplos interesses convergem e divergem movimentando a dinâmica rural.

4.4. Entre o turismo rural como oportunidade de negócio e estratégia de conscientização socioambiental

Para representantes da *ruralidade hedonística* interessados em fazer da vivência rural uma possibilidade de consumo, oferecer alternativas turísticas aos que procuram esse tipo de experiência é hoje uma fonte alternativa de rendimentos. Para alguns deles, “compartilhar suas fazendas e casas campestres com outros amantes do rural”, isto é, visitantes ocasionais para os quais o campo representa um referente de deleite psíquico, estético e recreativo, constitui uma oportunidade de negócio. Trata-se, na maioria dos casos, de produtores empresariais de café que, aproveitando a paisagem cafeiteira, disponibilizam as casas de suas fazendas aos turistas durante feriados e períodos de férias.

O que para uns representa fonte de deleite, para outros denota oportunidade de negócio. O rural significado hedonisticamente em atenção à paisagem é apropriado por certos produtores agrícolas sob sua particular perspectiva produtiva. A perspectiva hedonística do outro seria vista, produtivamente, como uma oportunidade de investimento afim ao interesse econômico com que os espaços rurais e agrícolas costumam ser significados pelos representantes da ruralidade hegemônica.

Para os produtores com capacidade de incursionar no mercado turístico, o agroturismo vem sendo, recentemente, uma lucrativa fonte ocasional de rendimentos. Sendo seu negócio principal produzir café em grande escala, “dar a oportunidade aos turistas de presenciar o processo de produção, de conhecer presencialmente o cultivo, de passar uns dias numa fazenda cafeiteira, dotada de todas as comodidades necessárias para um bom descanso, resulta um negócio lucrativo em que vale a pena investir”⁷⁰. Para os visitantes, “poder montar a cavalo, deleitar-se com a beleza da paisagem, estar no meio das montanhas rodeadas de natureza e plantios de café, ver como se ordenha uma vaca”⁷¹, entre outras ações, representa o principal atrativo. Trata-se, em geral, de turistas provenientes das principais capitais do país, para os quais o meio agrícola e rural é uma novidade.

⁷⁰ Entrevista a produtor empresarial de café recentemente vinculado à atividade turística.

⁷¹ Entrevista a turista alojado em uma fazenda turística cafeeira.

Em casos típicos como o esboçado, produção de café e turismo se entrecruzam dando lugar ao “turismo cafeeiro”. Estabelecendo uma ponte entre as *ruralidades produtivista e hedonística*, o processo produtivo do café e a paisagem cafeeira definiriam boa parte do meio apreciado pelos visitantes majoritariamente urbanos. O rural de base agrícola, conjugado com o meio natural sobre o qual se assentam os sistemas agroprodutivos, se converteria em fonte de deleite estético, a partir de um processo no qual a natureza seria valorizada por seu encanto natural. À luz do observado por muitos dos turistas, as montanhas cobertas com monoculturas de café corresponderiam àquele “meio natural” que lhes permite “isolar-se do ambiente artificial da cidade”.

Sob uma perspectiva cidadina, para estes representantes da *ruralidade hedonística* a diferença de outras leituras, a imagem do rural afim à perspectiva do não-urbano incluiria a atividade e as paisagens agrícolas como parte fundamental dos “ambientes campestres”. Nesse caso, de acordo com a perspectiva produtivista, o rural concebido sob a visão hedonística corresponderia, até certo ponto, à imagem que associa o rural ao agrícola:

“Quando começam a aparecer os cultivos, eu já me sento no campo. Sair da cidade de cimento e encontrar-me com outro tipo de paisagem é para mim uma delícia. Ver todas essas montanhas semeadas até acima, ver tudo cheio de verde, para mim é mesmo um descanso visual.”⁷²

Essa forma de perceber e experimentar o rural criaria um nexos de cruzamento solidário entre as ruralidades em questão. Enquanto representantes da *ruralidade hedonística* perceberem a paisagem agrícola como elemento essencial do meio rural que os atrai, representantes da ruralidade produtivista interessados na sua exploração turística poderão oferecer seus estabelecimentos como fontes de deleite para visitantes. A preservação do encanto rural percebido pelo público externo dependeria tanto da manutenção da agricultura como “atividade típica do campo” como da presença da paisagem agrícola como telão de fundo da experiência rural. Analogicamente, à medida que persista essa forma hedonística de vivenciar o rural, o turismo associado à paisagem e à cultura do café continuaria conservando sua vigência como atividade econômica alternativa para atores agrícolas com capacidade e interesse de incursionar no mercado agroturístico emergente.

A situação assinalada ressaltaria a interdependência estabelecida entre agroturismo e recursos rurais (Garrod, 2006), onde a existência e a preservação destes últimos (cultivos, paisagens agroprodutivas e naturais, cultura e idiosincrasia local) seriam requisito indispensável para a continuidade da nova atividade produtiva. Dentro da lógica da indústria agroturística, os recursos rurais demandariam ser assumidos como uma espécie de ativo fixo necessário para seu funcionamento, de cuja manutenção participaria, direta ou indiretamente, boa parte dos atores assentados no espaço rural, independentemente da sua vinculação direta ou não com a oferta de serviços turísticos. Exemplificando, o atrativo de uma chácara ou fazenda cafeeira, além da dotação interna (todas as comodidades dispostas para o bem-estar do turista), dependeria da harmonia da paisagem natural que a rodeia, da presença permanente de plantações visualmente atrativas, do bom estado das vias de acesso, da amabilidade e receptividade dada ao turista pela vizinhança, elementos não sempre diretamente ligados à atividade turística em si

⁷² Entrevista a visitante de origem cidadina alojado numa fazenda cafeeira.

(vias em bom estado pensadas para mobilizar aos moradores nativos e suas colheitas, reservas florestais que fazem parte dos planos municipais de conservação do recurso hídrico, por exemplo), mas incorporados como parte de uma experiência turística satisfatória. Recorrendo ao exposto por Campanhola e Silva (2001), visão igualmente compartilhada por autores como Almeida e Blós (1997), a necessidade de conservar o patrimônio natural, ambiental, histórico, material e cultural do meio rural como medida indispensável para o sucesso da atividade turística faria desta um estímulo permanente à gestão e uso sustentável do espaço local, ideia que reforçaria a noção de interdependência entre turismo e recursos rurais.

No contexto cotidiano, aproveitar produtivamente o nexo estabelecido entre as duas formas de conceber o rural implica para os produtores agrícolas envolvidos adquirir novas destrezas afins à tarefa a. Como corroboram diversos autores, uns dos obstáculos para a adoção do turismo rural como estratégia de diversificação produtiva no seio da agricultura familiar tem a ver com a carência de pessoal treinado, nos mais diferentes níveis, para desempenhar as múltiplas atividades associadas ao turismo (García, 1996; Campanhola e Silva, 2001; Morales, 2006). Para um produtor agrícola, “lidar com turistas, alugar-lhes temporariamente suas casas e atender todas suas petições”, expressões usadas pelos atores locais, demanda adquirir habilidades específicas alheias a suas atividades rotineiras, necessidade que localmente vem sendo suprida mediante “a vinculação de gente que sabe do assunto”, isto é, profissionais em turismo (geralmente técnicos e tecnólogos) que atuam como funcionários e assessores.

Essa última situação, isto é, a possibilidade de delegar a outros as tarefas correspondentes à atividade agroturística, vem vinculando à dinâmica rural uma série de atores diferentes aos tradicionalmente agrícolas. Em resposta à demanda específica, atualmente na localidade vem crescendo a oferta formal e informal de cursos de guia e administração turística. Trata-se de uma oferta formativa aproveitada não só pelos agricultores vinculados como proprietários de fazendas aos circuitos agroturísticos, mas também por outra série de atores antes nada ou minimamente relacionados com “o mundo rural”. Outra expressão similar corresponde à crescente presença de agências imobiliárias locais que incluem em sua agenda de serviços o aluguel de fazendas turísticas cafezeiras. Agentes imobiliários usualmente acostumados a apresentar a possíveis arrendatários apartamentos e casas dentro da cidade, agora se deslocam ao campo para mostrar casas campestres oferecidas em aluguel a turistas e visitantes esporádicos.

Situações como a anterior, além de vincular atores de diversas origens (sujeitos de procedência urbana e rural, com formação em ciências agropecuárias, sociais, administrativas e educacionais, entre outras) às dinâmicas rurais, permitem superar a noção que associa o rural a um campo de ação profissional restrito a atores diretamente vinculados à produção agrícola ou à prestação interna de serviços especificamente dirigidos às comunidades rurais (educação, saúde, assistência social, principalmente). Sem serem nem quererem ser agricultores, os novos atores aprendem sobre labores agrícolas, sistemas de produção e uso dos recursos naturais, agora com fins meramente ilustrativos. Visitas destinadas a conhecer o processo produtivo do café (semeia, colheita, benefício e secado), quando não são orientadas pelos próprios donos das fazendas partícipes dos circuitos turísticos, costumam ser coordenadas por guias especialmente instruídos, atores agriculturizados em resposta a sua opção profissional.

Ocorrências como a relatada, isto é, associadas à irrupção de novos atores na dinâmica rural, vinculados a partir das oportunidades originadas pelo turismo,

são criticadas por certos autores, para os quais os benefícios econômicos gerados pelas novas atividades não reverteriam diretamente sobre a população original. Para García (1996), essas atividades deveriam ser desempenhadas na sua maior parte por membros das famílias rurais e pela população residente no lugar, mantendo-se como oportunidade para os próprios habitantes locais. Para Pérez et al. (2009), a participação de agentes externos, mais preocupados com o aproveitamento comercial do que com o desenvolvimento integral do meio rural, iria contra os interesses das populações em assuntos relacionados, por exemplo, à gestão participativa dos recursos naturais e culturais. Analiticamente, posturas como as anteriores esqueceriam o despreparo que num primeiro momento teriam os membros das comunidades locais para desenvolver empreendimentos turísticos, assim como a necessidade de integrar atores com diferentes perfis para seu desempenho nos diversos níveis que compõem a atividade turística em geral (comercialização, promoção, desenvolvimento de infraestrutura física, por exemplo).

No sentido descrito, sob a perspectiva ocupacional, o rural passaria a ser visto por certos atores não agrícolas e urbanos como um potencial campo de incursão profissional, onde o agrícola em sua conotação hedonística brindaria várias alternativas para fazê-lo. Nesta lógica, usualmente assumido como espaço expulsor de população do campo à cidade, o rural adquiriria o caráter de entorno atraente ou receptor de atores urbanos vinculados a atividades não diretamente agroprodutivas, mas sim relacionadas com a prestação de serviços quase sempre dirigidos a um público externo, como seria o caso do turismo.

Quanto ao lugar para o exercício dessas novas atividades, sem abandonar seu caráter rural, estas seriam possíveis não unicamente no campo, mas também na cidade. No âmbito local, administrar as fazendas cafeeiras e oferecer pacotes turísticos associados aos “circuitos do café” correspondem a ações realizadas por agências imobiliárias e turísticas localizadas no meio urbano, atendidas por funcionários e guias especializados que conhecem com detalhe cada caso. Trata-se de atores atuando na cidade, mas amplamente familiarizados com a zona rural do município, prontos a exaltar o campo em resposta ao gosto da população demandante. Assentados no entorno urbano mas centrando seu trabalho no mundo rural, os operadores turísticos atuam em associação com proprietários de fazendas, transportadores, provedores de alimentos e outros guias especializados, também usualmente assentados na cidade, sob um esquema coordenado de prestação de serviços.

Sustentado no anterior, é possível dizer que, mobilizada pelo aproveitamento do potencial agroturístico, a dinâmica rural local, além de vincular novos atores, estaria ampliando sua ocorrência. Ultrapassando as fronteiras do rural como espaço, sua ação se estende à cidade e a outros múltiplos lugares. Localizados em âmbitos urbanos, operadores de turismo estabelecem pontes entre agricultores locais e visitantes afins aos ambientes rurais, atores situados em cenários próximos ou distantes (no mesmo município, em outras cidades, em outros países ou outros continentes) visualizado o meio rural local como possível espaço de deleite. A partir de artigos da imprensa, blogs e webs, o rural local verbalizado ou feito imagem, significado e ressaltado na medida de cada caso, chega a quem procura experiências hedonísticas superando limites espaço-temporários.

Afim ao anterior, isto é, à circulação de imagens do rural que atuam como nexos entre o imaterial e o concreto, o trabalho publicitário realizada pela Federação Nacional de Cafeteiros como estímulo ao consumo do Café de Colômbia

estaria beneficiando direta e indiretamente o reconhecimento público da região cafeeira como espaço dotado de “características únicas”: terra composta de uma “paisagem natural que maravilha os visitantes e causa orgulho aos colombianos”. A alusão pontual realizada por turistas à “harmonia da paisagem cafeeira”, à “personalidade e ao empreendedorismo de suas gentes”, à “beleza e à autenticidade das chácaras e fazendas” dá conta disso. São virtudes associadas à leitura oficial corporativa, qualificativos amplamente divulgados pelos meios de comunicação e acolhidos por muitos espectadores como referências principais da “terra do café”. Aplicando o exposto por Aguilar et al. (2003) ao referir-se à integração da cultura rural ao mercado, “a terra do café”, convertida em mercadoria, circularia nos espaços globais como um produto investido de múltiplos valores e emoções, capaz de proporcionar a seus possíveis compradores beleza, naturalidade, tranquilidade, autenticidade e tradição. Sob a perspectiva instrumental, o rural seria oferecido ao público como espaço propício para a vivência de múltiplas sensações e experiências usualmente escassas em seus habituais meios urbanos de vida, mas totalmente integradas ao cotidiano de vida no âmbito rural local.

Neste contexto, além dos objetivos específicos de estímulo ao consumo do Café de Colômbia e ao posicionamento internacional da marca de origem, as campanhas publicitárias coordenadas pela organização cafeeira coadjuvavam à emergência de uma ruralidade hedonística local, centrada no agroturismo como atividade dinamizante. Em coerência com esta aliança solidária entre as *ruralidades produtivista e hedonística*, a prosperidade do projeto produtivo cafeeiro, dinâmica centrada na otimização de recursos como garantia de eficiência e eficácia econômica, impulsionaria e daria continuidade à proposta agroturística, para a qual “o mundo do café”, reconhecido externamente como “venturoso e progressista”, constituiria o principal atrativo. Em outras palavras, a conservação da “beleza da paisagem”, “das montanhas cobertas de verdes plantios de café”, “de um processo produtivo que encarna a identidade nacional”, entre outros elementos que fascinam o público visitante, dependeria da continuidade do café como negócio propriamente próspero e lucrativo, fato que convidaria a esconder a parte “pobre” do mundo do café.

Assim, para certos representantes da *ruralidade contestatória*, o turismo cafeeiro, atividade por eles vista como “enganosa” em virtude do pouco que ilustra as difíceis condições de vida dos pequenos produtores e os danos ambientais causados pela monocultura do café, constitui um negócio que “só beneficia poucos”⁷³, mas nada significativo para os agricultores de base. De acordo com essa leitura, vender a monocultura do café como atrativo turístico, convencendo visitantes da vantagens modelo cafeeiro, desinforma o público sobre os prejuízos causados ao ambiente e à sociedade. Para estes contraditores, desconhecer os efeitos ambientais da monocultura do café no município e a região⁷⁴, bem como omitir informação a respeito da situação de vida da maioria de pequenos produtores em condição de vulnerabilidade socioeconômica, contribui para criar uma falsa

⁷³ Entrevista a membro do Jardim Botânico da Universidade de Caldas. Manizales.

⁷⁴ Como consta na Agenda para a Gestão Ambiental do Município de Manizales (CORPOCALDAS, 2002: 152-253), os efeitos ambientais da produção intensiva de café constituem um risco a curto, médio e longo prazo. Nas fazendas cafeeiras onde foi substituído o sistema tradicional de produção e se adotou a tecnologia do café a plena exposição solar, a acidificação dos solos devido ao uso excessivo de fertilizantes sintéticos tem vindo aumentando. Em quanto aos problemas associados à água, o fato do município ter 32,11% de sua área semeada em café, faz que a disponibilidade do líquido se veja restringida, devido ao uso de altos volumes de água no sistema tradicional de benefício do grão (entre 20 e 30 litros por kg de café pergaminho seco produzido),

imagem a respeito “do bonito da paisagem e a cultura cafeeira”. Para estes atores, a aparência da paisagem cafeeira esconderia a realidade de um modelo produtivo, nas suas próprias palavras, “nocivo para o ambiente e o tecido social rural”, situação que deveria “ser revelada” ao turista que vem da cidade, contribuindo com isso para a “tomada de consciência socioambiental”.

Nesse caso, o fundamento produtivo da expressão *ruralidade hedonística* é posta em juízo pela *ruralidade contestatória*. A “harmonia e a beleza da paisagem”, características ressaltadas pela população turística, são relidas e significadas fazendo uso do arsenal contestatório. O que para uns refletiria “formosura e amenidade”, para outros simbolizaria “uma ameaça social e ambiental”. A especialização em café mostrada aos turistas como geradora de riqueza significaria, para os contraditores, a perda de soberania alimentar por parte das famílias produtoras. As mesmas montanhas cheias de verdes plantações de café que extasiam a vista dos visitantes e enchem de orgulho donos das fazendas e casas de recreio produzem rejeição entre os críticos afins à *ruralidade contestatória*. Para estes últimos, gerar propostas alternativas conformes a um tipo de turismo “mais conscientizante, esclarecedor e pedagógico”, como as esboçadas no subcapítulo anterior, constituiria uma forma de contrarrestar a dominância da visão produtivista que chega a permear as bases da *ruralidade hedonística* local.

No entorno de estudo, um caso concreto e emblemático da oferta alternativa suscitada é a Granja Albergue Azul. Ainda limitada ao âmbito local, a granja é oferecida como opção aos circuitos cafeeiros. Quem faz um percurso junto a sua proprietária aprende, entre outros temas, sobre “produzir saudavelmente”, “utilização de preparados orgânicos em substituição aos agroquímicos”, “uso de sementes nativas em rejeição às geneticamente modificadas” e “forma de estabelecer melhores relações entre homem, natureza e sociedade”.

Sempre em comparação com o modelo produtivo dominante, propostas como a anterior tentam gerar consciência entre os visitantes e “dar-lhe ferramentas de análise posteriormente úteis no momento de tomar decisões de produção e consumo. Nesse marco, amparado nos princípios e valores que informam à *ruralidade contestatória*, visitar o campo e conhecer um pouco a respeito de sua dinâmica teria um caráter, além de recreativo ou hedonístico, também de índole política. Assumindo novamente a noção do rural como campo de aprendizagem, o fato de ajudar a que “a gente tenha mais e melhor informação”, a que “possa ver com outros olhos tudo o que implica produzir alimentos, as formas com que se produz e como poderia fazer-se melhor” poderia ser interpretado como uma ação política para gerar consciência socioambiental entre um público que usualmente só viria por diversão.

Sobre esta lógica, a existência de leituras divergentes no meio do contexto dominado pela racionalidade produtivista contribuiria para reforçar a ideia do rural local como campo de confrontação política. Captar adeptos para uma e outra causa faria parte do jogo. Em meio à disputa, a população visitante representaria o público a ilustrar e convencer a respeito das vantagens de cada proposta produtiva. Enquanto para os representantes da *ruralidade produtivista* a aceitação e divulgação do modelo cafeeiro como cenário digno de ser visitado ajudaria a continuar enaltecendo a imagem nacional e internacional do Café de Colômbia, para os representantes da *ruralidade contestatória*, que os visitantes conheçam os efeitos ambientais e sociais do modelo ajudaria tanto a forjar massa crítica como a criar maior pressão social em torno da demanda de transformação agroecológica.

Acima das anteriores pretensões, isto é, quase sempre à margem das disputas suscitadas em torno das virtudes e ameaças do modelo produtivo cafeiteiro, boa parte da população turística, mantendo uma atitude seletiva de acordo com seus interesses, somente repararia nos aspectos positivos encontrados nos lugares visitados. Para eles, o atraente de ir ao campo seria “ver e visitar lugares bonitos, ter a possibilidade de descansar, de desconectar-se por uns dias das preocupações”⁷⁵. Para muitos turistas, “prestar atenção aos problemas existentes”, “sentir-se culpado pela situação dos pobres”, entre outros sentimentos, apartar-se-ia de suas intenções principais. Para eles, “descansar num lugar campestre com muitas comodidades e atendimentos” constitui o principal objetivo. Diante dessa situação prevalecente entre turistas e visitantes, para os representantes da *ruralidade contestatória*, chegar e convocar outro tipo de público (estudantes, ativistas, acadêmicos, consumidores conscientes) talvez mais sensível à situação dos mais vulneráveis do campo seria uma tarefa complementar.

Para esse tipo de público, a oportunidade de conviver com os pequenos produtores, conhecer de perto seus afazeres cotidianos, sensibilizar-se com os problemas que diariamente eles enfrentam, visitar participar de alguns de seus projetos, entre outras atividades, resultariam práticas gratificantes, próximas a um tipo de turismo social ou de sensibilização social afim a seus gostos participativos e altruístas. Assim, a *ruralidade fragilizada*, oposta à turística em função da beleza paisagística e da prosperidade social dos produtores de café, também constituiria um nicho de atração positivamente valorizado pelo público interessados em converter suas visitas em experiências formativas a respeito da maneira como vivem os habitantes do campo, encontros quase assumíveis como práticas de intercâmbio cultural entre os visitantes e os membros das comunidades locais.

Para este público específico, o mundo rural poderia adquirir o caráter de sensibilização social, noção semelhante àquela projetada pelos representantes da *ruralidade contestatória*, agora extrapolada à oferta turística:

“O campo não pode converter-se simplesmente no sítio de recreio de visitantes e turistas, no negócio de uns poucos que oferecem diversão, mas sem importar-se, realmente, com a situação das pessoas que ali vivem. Quem visita o campo deveria preocupar-se mais em conhecer as pessoas que ali moram, o que fazem e como vivem, experiência que poderia servir-lhes para valorizar mais o campo, assumir uma postura mais ética e responsável para com os habitantes rurais e o meio em que se desenvolvem; O turismo deveria ser igualmente uma alternativa para as comunidades de base, e não só para os ricos do campo que podem investir em custosa infraestrutura turística.”⁷⁶

Pode-se dizer que iniciativas como as adiantadas em torno da “agroecologização dos ambientes rurais” serviriam como base para o desenvolvimento de um modelo turístico alternativo e orientado, mais do que a produzir utilidades monetárias, para despertar consciência ecológica e social entre visitantes e locais, tentando um equilíbrio entre os interesses pedagógicos e os resultados econômicos. Orientadas pelas ideias do rural como campo de

⁷⁵ Entrevista a caminhante de origem urbana.

⁷⁶ Extração da apresentação realizada por um membro do Jardim Botânico, dirigida a habitantes da vereda El Arenillo. Manizales.

aprendizagem e sensibilização social, as relações entre as partes participantes teriam um caráter solidário. Cada consumo (alojamento, alimentação, guia, participação em atividades diversas) beneficiaria diretamente membros organizados das comunidades de base sob a figura de comércio justo, por exemplo. De igual forma, cada produto oferecido ao visitante teria um fundamento ecológico e social (alimentos preparados com ingredientes produzidos local e ecologicamente, uso de utensílios ecologicamente corretos, por exemplo), em concordância com os princípios de produção e consumo responsável.

Retomando o exposto por Campanhola e Silva (2001), iniciativas como as esboçadas corresponderiam a projetos realizáveis por pequenos agricultores organizados para oferecer produtos a turistas com interesses muito específicos, nestes casos compatíveis com ideias igualmente particulares, como seria o caso das correspondentes com a lógica contestatária. Seriam ofertas que, devido à conotação específica (propostas solidárias de pequena escala que demandam a participação direta de agricultores familiares, além de altamente ligada aos seus estabelecimentos e modos cotidianos de vida), inviabilizariam a participação no empreendimento de empresas de grande porte.

Enquanto essa situação idealizada se concretiza, para os representantes da *ruralidade fragilizada* o caminho a seguir têm sido aproveitar as oportunidades ocasionalmente derivadas das iniciativas de turismo convencional. Sem capacidade para desenvolver por conta própria projetos de índole turística, vincular-se como empregados das “fazendas cafeteiras”, exercendo labores de limpeza, cozinha e vigilância, entre as mais realizadas, têm sido seu principal benefício. Trata-se de atividades domésticas às que ocasionalmente se soma a abertura de lojas e locais para a venda de bebidas e comidas rápidas oferecidas ao público visitante, atividades, em conjunto, criticadas por membros da *ruralidade contestatária* em atendimento a seu “caráter serviçal”.

Poderia inferir-se que, aquilo que para os membros da *ruralidade fragilizada* representaria atividades incorporáveis a seus esquemas pluriativos de reprodução socioeconômica, para os membros da *ruralidade contestatária* simbolizaria novas formas de exploração da força de trabalho familiar. Para estes últimos, que os pequenos produtores sejam empregados para exercer “ofícios básicos e variados”, quase sempre em condições de informalidade contratual, mais do que gerar bem-estar daria continuidade à usual vinculação em âmbitos urbanos como “serventia” e “mão de obra barata”, ação agora executada no mesmo meio rural. Sob essa ótica, a emergência de uma ruralidade com fundamentos hedonísticos que desvalorize o papel das comunidades agrícolas de base, oferecendo-lhes somente possibilidades ocupacionais subsidiárias e de menor perfil, contribuiria para reproduzir um mundo rural que aprofunda as distinções entre “servos e padrões”, condição na contramão da ideia contestatária de horizontalização e empoderamento das comunidades rurais.

Para os representantes da *ruralidade vulnerada*, poderia afirmar-se que, acima da anterior discussão, vincular-se temporariamente como empregados nas casas, centros recreativos e fazendas que oferecem serviços turísticos, mais do que uma via de subordinação representaria uma fonte esporádica de renda, rendimentos somados aos obtidos do exercício, quase sempre na cidade, de outras atividades não agrícolas, como as referidas no capítulo anterior. Nesse contexto, a atividade turística, mais do que oportunidade promissória na qual incursionar direta e independentemente, apareceria como uma externalidade do meio, isto é, como um labor executado por outros (pelos donos de fazendas cafeteiras e outros

investidores rurais interessados no negócio agroturístico), geradora ocasional de benefícios secundários para alguns membros das comunidades de base, sem que sua participação os torne indispensáveis para seu funcionamento.

Para quem tem acesso a esse tipo de trabalho, mais do que uma decisão consciente de integração a uma atividade que promete aproveitar as potencialidades turísticas locais, desempenhá-lo responderia a um fato mais circunstancial. Para eles, desempenhar um ofício associado à atividade turística, pelo menos por agora, não faria muita diferença em comparação com o exercício de outros labores habituais, situação que revela o atual caráter tangencial do cruzamento entre as *ruralidades fragilizada e hedonística*. Assim, adotando o exposto por Campanhola e Silva (2001), o principal desafio na proposta de medidas para incentivar o turismo no meio rural consiste em fazer com que os pequenos agricultores também se tornem empresários do turismo, considerando que essas medidas não podem ser isoladas, como acontece no caso em estudo, de um plano local de desenvolvimento rural mais envolvente.

Em termos gerais, para os representantes da *ruralidade fragilizada*, compor um quadro pluriativo de reprodução socioeconômica implica incursionar tanto nas plataformas internamente brindadas pelas *ruralidades produtivista, contestatória e hedonística* como explorar alternativas surgidas fora do âmbito rural. Nessa ordem, unidas às propostas produtivas de fortalecimento cafeiteiro e diversificação agroalimentar, bem como às derivadas de participar dos processos de agroecologização e hedonização do rural, somam-se outras possibilidades fundamentadas na decisão de “sair parcial ou totalmente do campo”. Para as famílias de pequenos produtores, como se desenvolverá a seguir, incentivar a saída dos jovens do campo, geralmente estimulando sua incursão em áreas diferentes à agrícola, constitui uma forma de “assegurar o bem-estar dos filhos”, ação que iria na contramão do reforço do perfil agrícola informado e operado, sobretudo, pela *ruralidade produtivista*.

4.5. Entre estimular a permanência dos jovens no campo e incentivar sua saída

Desencantados com a vida no campo, principalmente com os rendimentos que brindam a atividade agrícola, para muitas famílias de pequenos produtores, incentivar a saída do campo, ou melhor, a incursão dos filhos em áreas ocupacionais diferentes das tradicionalmente agrícolas constitui uma decisão habitual.

Ainda que ser agricultor continue sendo importante referência de identidade para os pais, que seus filhos deixem de sê-lo e incursionem em outras áreas ocupacionais aparece como um dos principais incentivos surgidos no núcleo familiar. A vivência rural assumida como “uma experiência de luta permanente” estimula a procura de estratégias tendentes a apaziguar e evitar nos filhos “a dureza da vida no campo e todo o trabalho que dá a agricultura”, expressões comumente usadas pelos pais de pequenos produtores. Esta leitura desconsoladora de um futuro rural próspero chega a converter-se em parte daquela realidade comentada e vivencialmente exposta na qual os jovens do campo socializam. Escutar continuamente de seus próprios familiares alusões negativas à vida no campo e à agricultura como atividade econômica ajuda a reforçar em suas mentes a ideia de superação: basicamente “superação pessoal”, estando esta última quase sempre

associada ao abandono do campo. Trata-se de uma ideia comum entre pais e filhos, que veem principalmente na escola um caminho:

“A mim me agradaria muito que elas fizessem algo diferente, que estudem, que saiam adiante, porque cada vez a situação é mais difícil. O campo não dá para tanto. Creio que é melhor que elas saiam, que se preparem para que procurem um emprego que o campo não lhes pode oferecer. O que eu quero é ajudar às meninas com o estudo. O que espero é que não fiquem como fiquei eu. Por isso digo muito a elas que valorizem o estudo e que saiam adiante na vida”.⁷⁷

Para as famílias de pequenos produtores, a escola frequentemente é vista como uma oportunidade de melhoramento individual e coletivo. Integrar aos filhos ao sistema escolar constituiria uma tentativa de quebrar os ciclos de reprodução social das condições de vulnerabilidade socioeconômica herdadas por gerações (ver Figura 10). Quando se do que os pais esperam do passo dos filhos por meio da escola, o que com muita frequência anseiam é que eles “estejam mais preparados para outras coisas”, isto é, dotados de mais ferramentas para exercer, num futuro próximo, labores diferentes dos tradicionalmente desempenhados no meio agrícola e atividades não agrícolas diferentes das usualmente realizadas por alguns membros da família na cidade (serviços auxiliares e domésticos), alternativas às quais teriam que se limitar, muitas vezes devido à baixa escolaridade.

Berdegú et al. (2001) contribuem com esta análise ao referirem-se às condições em que se desenvolve o trabalho rural não agrícola na América Latina e no Caribe. Segundo estes autores, o grau de escolaridade obtido pelos membros do lar é possivelmente o fator que mais influencia as possibilidades de acesso ao emprego rural não agrícola pelos membros da família rural. Sistemáticamente, os indivíduos com maiores níveis de escolaridade são os que quase sempre optam por labores não agrícolas, tendência coincidente com o achado no meio local. No caso em estudo, os membros de famílias pluriativas especializados em labores agrícolas são com mais frequência aqueles com menores níveis de escolaridade. Os que se ocupam de trabalhos não agrícolas, atores com níveis de escolaridade também baixos (segunda série incompleta), desempenhariam *atividades de refúgio*, termo usado por Berdegú et al. (2001) para referir-se às atividades mal remuneradas, usualmente exercidas em meios urbanos, para cujo exercício se requer baixa qualificação escolar e mínimos conhecimentos específicos. Nessas circunstâncias, além de coadjuvante com a quebra da tradição ocupacional agrícola, a escolarização permitiria aos jovens do campo aspirar cenários trabalhistas diferentes dos segmentos inferiores do mercado, usualmente concebidos para os menos qualificados.

Para os filhos de famílias de pequenos produtores, ir à escola significa preparar-se para um melhor futuro, a possibilidade de conseguir um emprego na cidade, aumentar a probabilidade de seguir estudando alguma carreira técnica ou incorporar-se a instituições como a polícia ou o exército, que exigem o mínimo de escolaridade para ingresso. Para outros mais interessados em ganhar o próprio dinheiro ou deixar de ajudar a colher café, expressões comuns entre os jovens, a escola aparece como uma obrigação imposta pelos pais, em certas ocasiões até superável ou transgredível, sendo substituída por algum trabalho na cidade.

⁷⁷ Entrevista a mãe de família. Vereda El Tablazo. Manizales.

Figura 10. Crianças, filhas de agricultores familiares, tomando aulas numa das escolas rurais de Manizales



Para os filhos de agricultores familiares, ir a escola faz parte do seu cotidiano, oportunidade geralmente negada aos pais na sua infância.

Assumindo o descrito poder-se-ia dizer que, para representantes da *ruralidade fragilizada*, a condição rural de vida poderia ser uma circunstância a superar quando projetada sobre as gerações mais jovens. Segundo esta leitura, seguir sendo agricultor implicaria reproduzir condições de pobreza e atraso com que muitos dos pequenos produtores chegam a identificar o rural em referência a suas próprias vivências cotidianas e histórias individuais e familiares de vida. Neste contexto, ante a possibilidade existente no meio local, poderia afirmar-se que a escolarização dos jovens assumiria o papel de estratégia familiar de escape das condições futuras de vulnerabilidade socioeconômica. Seguindo essa leitura, as gerações precedentes confiam em que, estudando, os meninos e jovens rurais consigam forjar projetos de vida além do predeterminado: a vida num contexto agrícola e rural que os concebe como os agricultores do amanhã.

Em circunstâncias como as descritas, contrário à essência de certas políticas públicas que reivindicam a educação e a escola como nichos e instrumentos de resistência cultural, atribuindo-lhes o papel de contribuir com elementos para reafirmação das identidades rurais, estas seriam apreendidas pelas famílias de pequenos produtores como mecanismos de escape da ordem agrícola e rural. Nesse caso, família e escola, ambos assumidos como agentes de socialização, avançariam em direções opostas. Enquanto no interior do núcleo familiar crianças e jovens adquirem atitudes e condutas em detrimento do projeto agrícola de vida, simultaneamente, a partir de planos e programas de estudo oferecidos em diferentes níveis, o modo de vida agrícola da comunidade escolar atendida é tomado como guia de planejamento curricular. Assim, afirmações como as realizadas por orientadores em torno da possível perda de interesse dos pais por enviar seus filhos à escola quando esta os podem atrair para a cidade (Lakin e Gasperini, 2004) resultariam impertinentes.

Tomando como referência a história de vida de seus pais, sem que isto seja total garantia de permanência e vontade para assistir às aulas, os jovens também veem na escola essa mesma possibilidade:

“Eu ajudo na chácara a colher café, acompanho meu pai no trabalho na chácara, mas isso não é o que eu quero para mim. Eu quero dedicar-me a outras coisas, estudar para poder conseguir um bom trabalho na cidade. Agradar-me-ia estudar sistemas e vincular-me a alguma empresa nessa área. Eu não quero esta vida tão dura do campo. A mim me agrada muito o campo, viver aqui, mas o que não queria é ser agricultor, levar uma vida dura como a de meus pais”.⁷⁸

Para jovens que manifestam gostar de viver no campo, dedicarem-se a trabalhos não agrícolas, principalmente exercidos no setor urbano do município, não suporia diretamente ter que abandoná-lo. Em condições de proximidade física entre as zonas rural e urbana, como é o caso de várias sub-localidades de Manizales, viver no campo, em casa dos pais, tendo a possibilidade de transladar-se diariamente a lugares de trabalho na cidade constitui uma alternativa bastante apreciada pelos jovens. Para eles, os espaços rurais, mais do que âmbitos produtivos, representariam lugares de habitação e convivência familiar. São jovens individualmente desvinculados da atividade agrícola, vivendo no campo e socialmente integrados a um âmbito familiar rural em que a agricultura continua sendo a atividade principal de alguns de membros da família, geralmente de gerações precedentes. A partir de estudos realizados no Sul e no Sudeste de Brasil, Carneiro (1998), para os jovens rurais, a ruptura com a ordem agrícola-produtivista motivada pela aquisição de novos valores e referências culturais não implica ruptura absoluta com a cultura local. Ainda que a ruptura com ocupação agrícola aconteça, permanecem os nexos com a família e o lugar, assim como a preservação de muitos valores recebidos pela família.

Adotando o exposto por Pacheco (2002), pode-se dizer que a atual geração de jovens rurais cumpre a função de intermediação. À proporção em que eles incursionarem em outros espaços de desenvolvimento individual e coletivo diferentes dos familiarmente habituais, no âmbito de interface entre estes meios e o tradicional surgiriam novas formas de relacionamento com a família, a comunidade e o ambiente. Viver ou permanecer no campo sem necessidade de ser agricultor, trabalhando ou estudando na cidade, mas mantendo a convivência com o núcleo familiar e o lugar de origem, contribuiria para criar maior interface entre o novo e o habitual, que permearia a totalidade da família:

“Junto com minhas filias, que estudam enfermagem no SENA, eu tenho conhecido muitas coisas das quais antes apenas tinha escutado. Por exemplo, a questão da internet, isso de falar com outras pessoas pelo computador e vê-las por uma câmara, de buscar tudo o que necessitam saber pelo tal de Google. Isso é coisa dos jovens de hoje, que eu acho até interessante, coisa difícil para a gente, mais fácil demais para eles”.⁷⁹

Nesse caso, os novos valores culturais adquiridos pelos jovens rurais permeiam direta ou indiretamente o núcleo familiar usualmente composto por três gerações, permitindo vislumbrar mudanças para o futuro próximo. As

⁷⁸ Entrevista a jovem estudante e filho de pequenos produtores. Vereda Bajo Tablazo. Manizales.

⁷⁹ Entrevista a mãe de família. Localidade Bajo Tablazo. Manizales.

preocupações dos netos e filhos, suas dinâmicas cotidianas de vida (ir ao colégio, participar de diversas atividades dentro e fora do espaço rural, o trabalho ou o estudo na cidade, sua relação com as tecnologias de informação), suas expectativas para o futuro e suas condutas com relação aos pais e avós, uma vez alcançada certa independência familiar, por exemplo, constituem indicadores internos de uma mudança que aponta para a decomposição da essencialidade agrícola do entorno familiar. Em vários casos estudados, filhos de famílias de pequenos produtores que, com o esforço dos pais, conseguiram se formar como técnicos, tecnólogos ou profissionais universitários em diversas áreas, algumas vezes agropecuárias, hoje estão desligados da atividade produtiva familiar. Ainda que os pais continuem nas chácaras sem abandonar o cultivo de café, estes subsistem da ajuda mensal recebida dos filhos, que os visitam com certa frequência e assumem suas necessidades. Situações como a anterior, sem que esta seja a única possibilidade, contribuiriam para criar uma ruralidade de base não agrícola em que as chácaras recebidas por herança pelos filhos constituiriam somente lugares de habitação permanente e de recreio, ficando a função produtiva, em caso de persistir, relegada a segundo ou terceiro plano.

Por sua vez, somado ao estímulo familiar de abandono da atividade agrícola, “ir ao colégio na cidade”, compartilhar cenário com jovens e professores de origem urbana, conhecer um pouco mais de perto parte de sua cotidianidade, expectativas e possibilidades de vida, favoreceria o processo de duvidar daquele mundo rural assumido como próprio. Num ambiente em que a agricultura não é representativa, em que “ser agricultor” ou “que os outros saibam que durante o fim de semana se esteve colhendo café” costuma constituir motivo de burla entre colegas, a ideia de “ser algo diferente de uma agricultor” resulta fortalecida. Além das razões de índole econômica, a ideia de projetar-se fora da atividade agrícola atende a outro tipo de motivação. Num ambiente em que os jovens do campo têm maior chance de explorar por conta própria parte do mundo urbano mais próximo de sua realidade imediata, em que a pressão social exercida pelo meio social (estudantil, urbano, mediático) imputa diariamente sua origem rural, autoquestionar aquele acervo sociocultural herdado resulta em estimulante permanente da ideia de mudança.

No sentido exposto, no interior das sociedades rurais, a escola cumpriria um papel fundamental: servir aos jovens de *janela para o mundo exterior*, estimulando o sentido de vinculação e pertencimento a uma sociedade mais ampla. Além de favorecer a aquisição de ferramentas que melhoram seu desempenho produtivo, bem como sua capacidade de contribuir para a economia familiar, direta ou indiretamente a escola promoveria e facilitaria sua abertura física e mental a cenários diferentes do submundo habitual (Durstun, 1998). A partir do contato com seus pares urbanos, os jovens do campo poderiam adquirir novos valores que mudariam substancialmente seus padrões de comportamento, mudanças que se refletiriam em seus projetos individuais de vida, sobretudo quanto às preferências ocupacionais e a adoção de estilos de vida típicos da juventude de classe média urbana (Carneiro, 1998). Mais do que de uma mudança extrema, essas incorporações mostrariam uma *dinâmica rural aberta* capaz de integrar, sobre certas circunstâncias, novos elementos e identidades sociais. Apoiado no exposto por Laclau (1993) ao referir-se à pluralidade identificadora, seria possível dizer que as mudanças motivadas pelas ordens rurais precedentes se deveriam à presença de uma dinâmica social aberta, que promove a desarticulação das identidades estáveis do passado ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de produzir novas

identidades. No caso em estudo novas identidades rurais, cuja principal referência deixaria talvez de ser o vínculo direto com a atividade agrícola para ser substituída, em certos casos, pelo vínculo moral e afetivo com o meio físico e social em que cresceu e viveu sob o cuidado dos pais e avós.

No campo de disputa, circunstâncias como as assinaladas, incluindo o incentivo familiar à busca de novos horizontes não agrícolas, estão contra aquelas que, numa visão produtivista, estimulam e reforçam entre os jovens a permanência no campo.

Para os representantes da *ruralidade produtivista* interessados em dar continuidade ao projeto cafeiteiro e em “reter a gente do campo no campo” como garantia de um espaço rural agrícola que continue cumprindo sua função de despensa alimentar, reforçar a identidade agrícola das novas gerações, estimulando sua sujeição ao campo, constitui o principal objetivo. Para cumprir o proposto, “influenciar a partir do sistema escolar” constituiu uma das principais estratégias. Programas como Escola e Café, descrito no capítulo anterior, dão conta disso.

No contexto de interesses encontrados, é justamente a controvérsia em torno do que esperar da escolarização dos meninos e jovens rurais o que define outro ponto de encontro conflituoso e solidário entre as *ruralidades produtivista e fragilizada*. Enquanto para instituições como o Comitê de Cafeiteiros e a Secretaria de Agricultura este será o caminho para fortalecer e dar continuidade aos projetos corporativo e de consolidação dos distritos agroindustriais no estado, para muitas das famílias de pequenos produtores, como assinalado antes, a escolarização representa uma via de escape a sua condição de agricultores.

Contando com o apoio das instituições, as entidades educativas que atendem à população escolar da zona rural do município adotaram, em sua maioria, a modalidade agropecuária como especialidade formativa de nível técnico e tecnológico. Identificadas e solidarizadas com a ideia de contribuir para formar as novas gerações de agricultores do município e da região, estas incorporaram a seus projetos institucionais o componente agropecuário como estandarte de formação vocacional. Neste caso, gerar competências laborais para a atividade agropecuária e agroindustrial constitui o principal objetivo. Para essas instituições de formação primária e secundária, reproduzir e reforçar a vocação agrícola entre as novas gerações de moradores do campo faria parte de sua missão orgânica, tal como se ilustra na seguinte referência:

“Somos niños campesinos
pero también estudiamos,
se sabe que trabajamos
pues para eso nacimos,
son grandes nuestros destinos
el más precioso legado
nacimos para el arado
pero también pa’l saber,
nos gusta mucho aprender
y lo hacemos con agrado.”⁸⁰

⁸⁰Décima publicada em várias das cartilhas usadas como livros de texto nas escolas rurais do município, material fornecido pelo Ministério de Educação Nacional sob o auspício da Federação Nacional de Cafeiteiros.

Neste caso, a identificação do rural com o agrícola orienta e informa a predestinação das crianças e jovens rurais como “os agricultores do amanhã”. “Nascer para o trabalho no campo” e “nascer para o arado” fariam parte dessa prefiguração vocacional reforçada na escola e incentivada pelas instituições de apoio, premissa afim aos postulados da *ruralidade produtivista* mas discordante da leitura realizada por muitos dos que “realmente vivem no campo”. Analiticamente, para boa parte destes últimos atores, o modo agrícola de vida, isto é, aquele que adota a agricultura como atividade principal, teria vigência limitada. A diferença do proposto pela contraparte produtivista ao projetá-lo como de longa duração, o interior das famílias de pequenos produtores, a continuidade do projeto agrícola familiar resultariam limitados ao “esgotamento da força” (envelhecimento) das gerações precedentes. Que os filhos, estimulados desde o interior do próprio núcleo familiar, optassem por dedicar-se a atividades não agrícolas frustraria o esperado relevo de geração concebido pela *ruralidade produtivista* como garantia de fixação de força local de trabalho.

Nestas circunstâncias, isto é, ante o risco de esvaziamento agrícola/rural associado à mudança vocacional das novas gerações, estratégias de legitimação da tradição agrícola dirigidas a “convencer os jovens a respeito da importância e da conveniência de ficar no campo sendo agricultores”, expressão comumente usada por docentes e diretores das escolas, surgem como principal tentativa de conservação da ordem:

“Para que os jovens ficassem teríamos que mentalizar muito, teríamos que falar bastante com eles e com os pais, conversar muito para ver se conseguem mudar de ideia. Sabemos que este é um trabalho que requer paciência, porque eles têm muito semeada a ideia de que o campo mal lhes permite subsistir, associam-no à pobreza e a mínimo progresso. Então a tarefa é fazer-lhes pensar que o campo é seu futuro, que há que voltar ao campo, que há que estar no campo, ainda mais quando nos localizamos numa região rural. Este é um trabalho que temos que fazer muito bem, inclusive nos apoiando em outras pessoas que lhes falem e aconselhem, para assim conseguir que mudem de opinião”.⁸¹

Neste caso, enquanto para os jovens permanecer no campo supõe, segundo suas próprias palavras, estar dispostos a “trabalhar muito duro para ganhar muito pouco”, “estar sempre ao sol e à água semeando e colhendo café”, “permanecer toda a vida pobre sem poder manter bem à família”, justificar as vantagens de seguir sendo agricultores resulta uma tarefa difícil e pouco promissora. Insistir em dar continuidade a um projeto de vida agrícola cotidianamente qualificado como problemático por aqueles mesmos atores a quem se trata de convencer de suas virtudes arrojará mínimos resultados:

“Eu vou me formar no colégio como técnico agrícola, mas esta não é a modalidade que eu escolhi. Eu na chácara já aprendi a cultivar, a cuidar dos animais, a manejar os cultivos, mas me sinto obrigado a repetir tudo isso na escola. O novo aqui é a parte administrativa, a questão da agroindústria, mas para mim isso não é interessante, pois nem terra tenho. Minha ideia não é

⁸¹ Entrevista ao Diretor do Colégio Seráfico, instituição educativa na qual estuda grande parte dos jovens rurais do setor centro-este de Manizales.

ficar na chácara, minha ideia é sair e procurar a vida em outra parte. Eu pessoalmente quero formar-me em tecnologia de sistemas. Agora o que quero é terminar a segunda série para prestar vestibular no SENA".⁸²

Considerando a situação evidenciada, pode-se dizer que, num sentido ambíguo, a escolarização é igualmente usada pelas duas ruralidades em disputa para o cumprimento de seus próprios objetivos. Enquanto para representantes da *ruralidade produtivista* a escola constitui um instrumento de legitimação da agricultura como atividade prevista para os jovens do campo, em atenção à necessidade aprimorada de relevo geracional, para atores da *ruralidade fragilizada* ela representa um mecanismo impulsor da ideia de fuga ou abandono do campo e da atividade agroprodutiva. Ambiguamente, que as instituições de apoio ao produtor se preocupem por “levar educação às comunidades rurais”, oferta realizada sob a perspectiva de retenção da população jovem no campo, permitiria às famílias rurais avançar alternadamente com seu próprio projeto familiar de melhoramento de vida, o qual incorporaria a escolarização dos filhos como elemento favorecedor de uma “melhor saída” dos jovens do campo e busca de alternativas ocupacionais não agrícolas que ofereçam melhores garantias laborais.

Em síntese, considerando as circunstâncias anotadas, pode-se dizer que compatibilizar as intenções das *ruralidades produtivista e fragilizada* demandaria a existência de propostas produtivas integrais afina às particularidades dos pequenos produtores locais, que incluam mecanismos orientados a garantir o acesso aos ativos produtivos necessários para assegurar sua persistência como atores econômicos. Caso contrário, tentativas por legitimar a ordem e a tradição agrícola, desacompanhadas de ações concretas tendentes de fazer do campo um meio de possibilidades econômicas visíveis e palpáveis, dificilmente contrariariam a decisão de abandono do campo e da atividade agrícola familiar.

Uma vez desenvolvidos os pontos mais relevantes de cruzamento solidário e conflituoso entre as múltiplas ruralidades coexistentes em Manizales, a modo de proposta reflexiva, o capítulo seguinte sugere possíveis caminhos a favor do aperfeiçoamento da dinâmica rural local, pareceres convertíveis em lineamentos de política, úteis como guias de programas e projetos de desenvolvimento rural.

⁸² Entrevista a estudante de colégio agropecuário. Vereda Maltería. Manizales.

CAPÍTULO V

PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO INFORMADAS PELA ANÁLISE DAS RURALIDADES EM DISPUTA

Baseado na análise dos múltiplos cruzamentos entre as ruralidades em disputa, a modo de conclusões e recomendações, o capítulo tem como fim apresentar alguns lineamentos gerais sobre a forma de abordar e incorporar os múltiplos conflitos e solidariedades resultantes da interação entre atores orientados pelas distintas formas de representar o rural. A proposta consiste em potencializar as sinergias e conciliar interesses em conflito a partir de negociações entre as variadas representações do rural.

5.1. Potenciando sinergias e conciliando conflitos

Dar conta da dinâmica rural local implica transpassar o limite imposto pela lógica produtivista, sugestão que demanda pensar a dinâmica rural além do olhar estritamente setorial. Como foi exposto no primeiro capítulo, atualmente existe um consenso de que o mundo rural vai além do meramente agrícola. Ainda que esta afirmação seja válida, o que não se tem conseguido ainda é traduzir essa premissa em termos de política. Como expõem Echeverri e Ribero (2002) quanto aos países da América Latina, a agricultura como atividade econômica continua sendo o fator preponderante das políticas de desenvolvimento rural. Em Manizales, pensar no bem-estar da população rural, majoritariamente composta de agricultores familiares minifundistas, supõe centrar a atenção na questão produtiva: melhorar a sua capacidade técnico-produtiva como produtores de café ou incentivar sua mudança para produtores de alimentos básicos, propostas que reduzem o perfil destes atores a sua condição de produtores agrícolas.

Em primeira instância, seria possível afirmar que, para os pequenos produtores locais, ser produtores de café e cafeeiros é mais do que uma conotação econômica. Para eles, sua chácara, sua terra, a própria plantação de café (“olhar para a plantação é saber que esses pés de café são meus”) constituem um importante referente de identidade mediado por relações afetivas com o lugar, a atividade por anos desempenhada, a paisagem e seus elementos materiais (a plantação, a chácara, a terra). Neste contexto, a decisão de diversificar ou seguir cultivando café não pode ser reduzir a uma decisão somente técnico-econômica. Por mais que existam razões contundentes que justifiquem a mudança (a necessidade da elevada seguridade alimentar familiar e local, a existência de um mercado urbano com capacidade de absorver a produção, a conveniência econômica de produzir cultivos de ciclo curto, somados às desvantagens percebidas pelos próprios agricultores no dia a dia: “o café não dá para mais”), motivos de ordem simbólica e cultural intervêm no olhar dos pequenos produtores no momento de optar por continuar sendo “cafeeiros”.

Igualmente, como se mencionou no capítulo anterior, a forma de se relacionar com o espaço e a atividade agrícola mudam com o tempo de geração em

geração. O que o café significa hoje para pais e avós, não é necessariamente o que representa para os filhos que gostam do campo, da vida tranquila na zona rural do município, mas que não gostariam de ser agricultores; jovens que querem continuar morando no campo, mas trabalhando na cidade; jovens familiarmente e afetivamente vinculados com o mundo do café, mais interessados em explorar novas possibilidades ocupacionais ou querendo “viver a vida” além do socialmente predestinado para eles (ser a nova geração de produtores de café), por exemplo.

Incorporar esta perspectiva conduziria a relativizar as medidas agroprodutivas como a melhor e única alternativa de intervenção sobre a condição de vida dos pequenos produtores locais. Diante das condições relatadas, independentemente do caminho seguido, diversificar ou insistir na especialização cafeeira, a opção produtivista demonstraria ser uma medida excludente, isto é, unicamente dirigida para os atores rurais (contemplando alguns membros das famílias de agricultores) centrados na agricultura como atividade ocupacional. Num contexto no qual as novas gerações expressam suas dúvidas sobre seguir sendo agricultores, por que insistir na sua profissionalização agrícola? Sob a perspectiva de gênero, como olham as mães e filhas sua relação com a agricultura? Romper com a agricultura significaria para as jovens rurais algum ganho pessoal enquanto reconhecimento social ou bem-estar individual associado a sua condição feminina?

Nesses casos, o excludente das propostas produtivistas se expressaria na generalização realizada no momento de dar conta dos pequenos produtores. Inicialmente, reconhecer a totalidade dos membros das famílias de agricultores como “produtores”, no sentido restrito da palavra, constituiria um erro em si. Em múltiplos casos, ainda que pareça um raciocínio muito simples, a identificação como produtores se aplicaria estritamente para os pais, diretamente responsáveis pela lavoura familiar. Os filhos, colaboradores ocasionais no processo produtivo, em correspondência com muitos dos casos indagados na pesquisa, investiriam mais tempo no estudo ou em trabalhos extra chácara, fato que faria deles algo distinto de agricultores. Nestas circunstâncias, centrar as políticas de desenvolvimento rural na questão meramente agrícola desconheceria o perfil daqueles atores rurais, membros de famílias de agricultores não estritamente relacionados com a atividade agroprodutiva, mas diretamente vinculados à dinâmica social rural.

Como se tratou de fazer ao longo da tese, dar visibilidade a “outros rurais”, atores usualmente despercebidos na análise das dinâmicas rurais (Philo, 1992), constituiria um desafio em termos de incorporar suas especificidades na formulação de políticas diferenciais de desenvolvimento rural. Neste caso, atores presentes nas famílias de produtores (mulheres, crianças, jovens, adultos maiores) constituiriam os alvos diferenciais. Recorrendo ao exposto por Durston (1998), quais seriam as prioridades correspondentes aos atores de cada faixa etária, em atenção a suas formas diferenciadas de se relacionar com o espaço rural? Num contexto em que o ator é produtivamente ativo, como retribuir econômica e socialmente o trabalho por anos realizado pelos adultos maiores do campo? Se os jovens rurais estão optando por ocupações não agrícolas, como potencializar um melhor ingresso deles nesse mercado de trabalho?

Sem desconhecer o valor da questão agrícola para o desenvolvimento local e regional, responder perguntas como as formuladas demandaria ampliar o olhar para outras dimensões do rural, evitando as visões reducionistas de ordem agrícola ou agropecuária que orientam as concepções de desenvolvimento e informam as políticas de índole setorial. Neste contexto, evitar equiparar o desenvolvimento

agrícola ao rural constituiria uma ação prioritária, fato que demanda revisar criticamente aqueles pressupostos e saberes que informam a ação das instituições que operam nos diferentes níveis de decisão como o proceder dos funcionários envolvidos.

Na ordem municipal, adotando os lineamentos do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a tarefa de dar conta do desenvolvimento rural é usualmente concentrada numa única dependência: a Unidade Municipal de Assistência Técnica (UMATA). Em Colômbia, desde 1987 o processo de descentralização político-administrativa desassociou a assistência técnica aos produtores agropecuários das entidades do nível central, a partir da criação das UMATA. Nos municípios, além da assistência técnica, os extensionistas desta dependência assumem a coordenação de programas e projetos associados à geração de emprego, diversificação produtiva, mulheres e jovens rurais, organização comunitária, educação rural e ambiental e outras delegadas pela prefeitura, pela Secretaria Estadual de Agricultura e diretamente pelo Ministério de Agricultura e outras instâncias estatais orientadas para áreas concretas (pesquisa, vigilância sanitária, crédito, reforma agrária, dentre outras). Como assinalam Pérez et al. (2000), são políticas traçadas a partir do nível central, sendo o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural quem concentra uma definição que consegue permear as orientações dispostas nos planos de desenvolvimento estaduais e municipais.

No nível municipal, a ênfase na assistência técnica marca o proceder da UMATA, que muitas vezes fica reduzido à assistência aos cultivos. Os encarregados da UMATA são geralmente profissionais em ciências agropecuárias (agrônomos, veterinários, zootecnistas), cuja formação técnica-produtivista norteia sua visão da dinâmica rural, fato que reforçaria a dominância da lógica que formula a política nos distintos níveis de decisão.

No caso do Comitê de Cafeeiros de Caldas, a visão produtivista centrada na dinâmica cafeeira, como foi exposto no capítulo anterior, restringe o rural ao “mundo do café”, enfatizando a questão tecnológica e confiando no aumento da capacidade produtiva como fator preponderante para o bem-estar social entre os pequenos produtores. Os técnicos do comitê, agrônomos que adotam os lineamentos da Federação Nacional de Cafeeiros, assim como os vinculados à UMATA, centram sua ação na assistência técnica ao cultivo, neste caso restrito à monocultura do café. Ainda que eles e seus superiores imediatos (chefes do serviço de extensão e gestão corporativa) mantenham uma retórica antitecnicista (preocupação constante pela situação social dos pequenos produtores), sua prática continua centrada na assistência técnica ao produtor. Segundo as observações dos pequenos produtores, as visitas dos técnicos têm como objetivo principal verificar que eles estejam seguindo as recomendações sobre o manejo do cultivo, culminando com a prescrição de algumas outras orientações técnicas.

Em ambos os casos se torna evidente que a ação institucional é orientada pelo perfil agrícola/setorial dominante entre as políticas públicas de desenvolvimento rural dispostas pelo nível central, fato a que se soma o perfil profissional dos funcionários relacionados com a sua formulação de políticas em nível local. Ainda que nesse último os diretos e funcionários da UMATA tenham certa capacidade de ir além do meramente agrícola na formulação de programas e projetos relacionados com jovens e mulheres rurais, diversificação produtiva, organização comunitária, por exemplo, seus próprios olhares reforçam a perspectiva dominante. A prevalência de um perfil profissional técnico faz com

que muitas das ações empreendidas mantenham um caráter tecnológico, descuidando a atenção do resto das preocupações e necessidades cotidianas das famílias de agricultores atendidos. Num primeiro momento, ainda mantendo o olhar agrícola (mas não necessariamente produtivista), redefinir a ideia que assimila desenvolvimento tecnológico a desenvolvimento das sociedades rurais implicaria apreender a atividade produtiva, mais do que como um fim em si, como um meio usado por diferentes atores satisfazerem necessidades de diferentes índoles: o que representa a atividade produtiva para cada tipo de produtor ou grupo de interesse atuante no meio local? O que representa a agricultura para uma região ou localidade em particular? Responder a questões como essas remeteria diretamente ao contexto das relações estabelecidas entre agricultura e meio social, interações identificáveis, na sua diversidade, em meio às dinâmicas nesta pesquisa definidas como ruralidades em disputa: tramas diferenciáveis de relações sociais construídas por atores congregados em torno de certos propósitos comuns, informadas e caracterizadas por seus variados estilos de pensar e intervir o rural.

Como mencionam Pérez et al. (2000), a marcada tendência a priorizar as visões e estratégias orientadas ao desenvolvimento agrícola se evidencia na precariedade dos instrumentos disponíveis para incidir no desenvolvimento integral do campo. Partindo dessa premissa, ampliar o olhar sobre o universo rural, fazendo visível a participação ativa de atores que não os agricultores (jovens, mulheres, neo-rurais, ambientalistas, ativistas, estudantes, acadêmicos, por exemplo, compartilhando cenário e interagindo em diferentes níveis com os produtores agrícolas); a coexistência de distintas formas de conceber o rural que orientam o proceder destes variados atores; assim como os projetos e situações de conflito e solidariedade gerados a partir do contato interativo entre os portadores dessas diversas posturas, isto é; incorporar o debate construído em torno das múltiplas ruralidades em disputa contribuiria para evidenciar a conveniente necessidade de pensar o rural além do setorial.

Nesse contexto, se o perfil dos profissionais vinculados às agências locais de extensão é identificado como um dos motivos que fundamentam a abordagem reducionista do desenvolvimento rural e das dinâmicas rurais, parte da responsabilidade de ampliar essa visão recairia nas instituições educativas em que se formam estes funcionários. Em Manizales, a maioria de profissionais vinculados à UMATA, o Comitê de Cafeeiro, a Secretaria Estadual de Agricultura, atores encarregados nos níveis local e regional de formular as políticas públicas, é formada pela faculdade de Ciências Agropecuárias da Universidade de Caldas. Este fato sugere a necessidade de abrir maior espaço ao estudo do meio social rural dentro do currículo correspondente aos programas de ciências agropecuárias (agronomia, veterinária e zootécnica, administração agropecuária), lugar propício para estimular a compreensão do cenário rural num sentido amplo e multidimensional. Nesta direção, contar com profissionais que vejam e assumam dessa forma o rural contribuiria para mudar a visão governamental, na prática traduzida em políticas públicas, ao serem estes atores os que diretamente participam da sua formulação e os que representam a presença do Estado, a partir da sua vinculação aos organismos públicos.

Como assinala Moreira (1994), o auge da formação disciplinar, caracterizada por contribuir para forjar uma visão estreita e simplificadora do mundo (neste caso a visão agrícola como olhar que informa a compreensão do rural), se expressa no projeto de uma universidade tecnicista, onde a formação profissional é a formação técnica, situação evidenciada no âmbito educativo local.

Em Manizales, a prevalência dessa circunstância tem ajudado a posicionar o olhar agrícola/setorial como orientador da ação profissional na área do desenvolvimento rural, pelo que intervir sobre este efeito implicaria estabelecer mais e efetivas pontes de comunicação entre os representantes do sector académico e os funcionários comprometidos com a proposta e execução das políticas, planos e programas locais de desenvolvimento.

Retomando o colocado (dominância da visão agrícola/setorial, pouca atenção outorgada ao não agrícola, necessidade de diversificação produtiva e invisibilização de outros atores diferentes dos meramente produtivos), sem a intenção de esgotar as possíveis áreas de interesse e partindo dos resultados da pesquisa, proponho os seguintes temas como integradores de uma agenda de discussão ampliada sobre a questão rural e as perspectivas do desenvolvimento rural em Manizales:

- a) Espaços convencionais e alternativos de atuação para os agricultores familiares.
- b) Potenciação da valorização paisagista, cultural e ambiental dos espaços rurais.
- c) Novos atores sociais e sua potencial contribuição ao desenvolvimento das localidades rurais.
- d) Incorporação da dimensão não agrícola nas estratégias locais de desenvolvimento rural.

Trata-se de eixos diretamente derivados da análise do cruzamento entre as ruralidades em disputa, apresentados como elementos de reflexão úteis para a formulação de medidas locais orientadas ao desenvolvimento rural.

5.2. Espaços convencionais e alternativos de atuação para os agricultores familiares

Como foi apresentado no primeiro capítulo, a multissetorização dos espaços rurais, situação acompanhada pela polissignificação do rural, em termos gerais tem contribuído para ampliar as opções ocupacionais para os habitantes do campo. No âmbito local, à atividade agrícola dominante se somam outras associadas, por exemplo, à provisão de serviços ambientais, recreativos, habitacionais e turísticos, como as envolvidas na dinâmica ligada à ruralidade hedonística, hoje precariamente aproveitadas pelos agricultores familiares, mas emergentes como alternativa para aqueles com maior capacidade de inversão. Para a maioria das famílias de pequenos produtores, principais representantes da ruralidade fragilizada, apesar dos problemas relatados nos capítulos anteriores a cafeicultura continua sendo uma atividade indispensável tanto para a reprodução socioeconômica familiar como para a manutenção e reafirmação da sua identidade agrícola/cafeeira, fato que revela sua importância como eixo de intervenção a favor do desenvolvimento rural. À ocupação tradicional na agricultura aderem os trabalhos não agrícolas exercidos por alguns membros das famílias de agricultores, usualmente vinculados ao mercado urbano de trabalho, sob condições de informalidade. Ante os problemas associados às debilidades atuais do modelo cafeeiro, mas também pensado como projeto de soberania alimentar, diversificar a produção agrícola constitui a solução proposta pela administração municipal, fato

que contribuiria para ampliar o campo de opções ocupacionais concebidos como possibilidades para os pequenos produtores.

No contexto descrito, reconhecendo a função cumprida pela economia cafeeira, mantê-la ativa como possibilidade viável para os agricultores familiares demandaria tomar medidas associadas à dotação de ativos produtivos. Considerando que o principal problema exposto pelos próprios pequenos produtores consiste na impossibilidade de ampliar suas áreas de produção, uma medida prioritária seria garantir seu acesso a esse recurso. Como sugerem García e Ramírez (2002), para as famílias que exploram estabelecimentos pequenos, que não têm capacidade de gerar excedentes suficientes para manter a família e a própria exploração, uma ação a considerar é facilitar o acesso à terra, medida conseguida principalmente a partir da intervenção governamental na reestruturação da propriedade rural.

Outra medida concebível, que implicaria intervir sobre a tendência dos pequenos produtores de café a atuar individualmente, consistiria no estímulo à organização para a produção. Fomentar a agremiação, pensando que os pequenos produtores pudessem conformar uma unidade produtiva de maiores dimensões, poderia permitir-lhes, pelo menos em teoria, elevar sua economia de escala, aumentar a produtividade, aceder em melhores condições ao mercado de insumos, crédito e tecnologia, assim como aumentar seu poder de negociação frente aos intermediários comerciais, por exemplo. Como destacado no segundo capítulo, contrário ao proposto, a cooperativa cafeeira, auspiciada e administrada pelo Comitê de Cafeeiros de Caldas, além de fomentar a ação grupal, motiva a participação individual dos pequenos produtores, mais do que como sócios, como clientes da cooperativa. Nesse caso, reverter entre os agricultores familiares a imagem que associa a principal figura associativa por eles conhecida (a Cooperativa de Cafeicultores de Manizales) com um modelo de organização criado vertical e artificialmente, no qual sua participação é quase reduzida à venda do produto, constituiria uma das ações prioritárias como passo inicial para fomento da organização para a produção.

Neste caso, além de incentivar o diálogo construtivo entre acadêmicos e representantes das instituições gestoras do desenvolvimento local em torno da concepção do rural e do desenvolvimento, a universidade poderia oferecer apoio direto aos membros das comunidades rurais na assessoria e acompanhamento de programas e projetos orientados a gerar capacidade de gestão entre os agricultores organizados. Retomando o exposto por Machado (2004), o apoio oferecido deveria fundamentar-se em programas de projeção e pesquisa que superem os conceitos tradicionais de extensão, isto é, aqueles centrados na transferência vertical de tecnologia agropecuária. Nesse sentido, sem descuidar da questão tecnológica, uma concepção ampliada do apoio ao produtor incluiria entre os seus principais preceitos a aprendizagem de competências para a negociação e a co-construção de projetos (Tonneau e Sabourin, 2007) como medida que garanta sua participação ativa na tomada de decisões sobre o devir rural local, incluindo a construção de políticas nos distintos níveis de poder.

Em termos gerais, essa proposta teria como objetivo dotar os membros das comunidades rurais de instrumentos úteis na luta por superar sua condição de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse caso, às propostas de ordem tecnológica se somariam a outras de índole reivindicativa, orientadas a fomentar sua participação na esfera política. Num contexto no qual os pequenos produtores constituem o alvo da ação institucional (distintas instâncias planejando seu futuro e definindo o que

seria melhor para eles), gerar entre os membros das comunidades rurais capacidades para intervir ativa e propositivamente no planejamento de seus próprios destinos constituiria um ganho significativo quanto a seu poder de ação e coação como atores políticos, capacidade atualmente bastante debilitada.

O fortalecimento do poder de negociação dos pequenos produtores se aproximaria do empoderamento promulgado pelos membros da ruralidade contestatória em referência aos representantes da ruralidade fragilizada. Nesse contexto, superar o criticado assistencialismo corporativo e governamental implicaria criar mecanismos de participação a partir dos quais os pequenos produtores conseguissem incidir sobre a forma em que são direcionados os recursos disponíveis para o seu apoio. Adotando o exposto (Tonneau e Sabourin, 2007), mesmo quando a necessidade de programas de assistência social seja inquestionável (subsídios escolares, cestas básicas) em certos casos, uma das reivindicações dos pequenos produtores poderia consistir em procurar a relação e a proporção entre as políticas de assistência social e aquelas de integração econômica, evitando sua marginalização como atores produtivos e o tratamento meramente assistencialista recebido das agências de extensão. A participação dos representantes dos agricultores familiares em espaços consultivos e de deliberação como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, recurso atualmente inoperante em Manizales, uma vez restabelecido a partir da pressão feita pelos mesmos produtores, por exemplo, contribuiria para alcançar o objetivo previsto.

Como assinala Ortega (2008) em referência à participação dos atores rurais em condições de vulnerabilidade socioeconômica, a institucionalização de espaços de participação da sociedade civil não garante automaticamente o mesmo grau de envolvimento dos diferentes segmentos sociais locais. Para o caso em estudo, pequenos agricultores acostumados a esquemas verticais de extensão dependendo do apoio recebido das distintas instituições e acatando disposições externamente geradas, por exemplo: atuar com propriedade em espaços de participação civil demandaria aprender a fazê-lo. Nesta ordem, quando se pensa em qualificação e capacitação é preciso não ficar no saber técnico. Aprender e ensinar a participar exigiria de instituições como a universidade promover e acompanhar processos de médio e longo prazos orientados a envolver, de forma gradual, os agricultores familiares nas instâncias locais de participação, deliberação e tomada de decisões, procurando gerar neles níveis crescentes de autonomia que lhes permita atuar cada vez mais por si mesmos. Isso implicaria a presença temporal dos pesquisadores e docentes junto com os produtores agrícolas nos cenários que congregam assistentes técnicos, autoridades políticas e representantes das distintas instituições governamentais executando práticas concretas.

Em termos gerais, o reconhecimento dos agricultores familiares como atores ativos na dinâmica local, atores com capacidade de contribuir para o desenvolvimento do município e não unicamente demandantes de ajuda assistencial, seria um dos objetivos principais do seu empoderamento como sujeitos políticos. Nesse contexto, a proposta de diversificação agroprodutiva, pensada pela administração municipal como estratégia local de segurança e soberania alimentar, contribuiria para valorizar o aporte da agricultura familiar ao conjunto da economia e ao bem-estar social geral. Pensado como projeto local e não unicamente como medida de apoio aos mais vulneráveis do campo, responder a desafios do município como a dependência alimentar daquilo que é produzido em outras regiões do país, a falta de emprego, a deteriorização dos recursos naturais, entre os mais evidentes, demandaria a participação dos agricultores familiares como atores

que cumprem uma função fundamental na execução das soluções formuladas. Seguindo essa postura, o estabelecimento de alianças entre o governo local, a sociedade civil municipal, as instituições de apoio socioeconômico ao produtor, o setor educativo e os agricultores familiares daria maiores garantias a programas como o de segurança alimentar, agora pensado não só como projeto de desenvolvimento agrícola/setorial de ordem local, geral ou municipal.

Adotando o exposto por Machado (2002), a execução de propostas envolventes como a esboçada demonstraria a possibilidade de construir e desenvolver projetos (neste caso, agroprodutivo) que incluam os agricultores familiares, mais que como população desfavorecida e socialmente vulnerável, como cidadãos com direitos e obrigações, portadores de reconhecimento político e social no sentido mais amplo. Com tudo, retomando a noções de multissetorização e mudança na composição populacional dos espaços rurais, como enfatizado ao longo do documento, é preciso reconhecer que nem todas as respostas às necessidades, desejos e intenções dos moradores rurais podem estar no âmbito da produção agrícola.

Em Manizales, reconhecer a incursão de membros das famílias de agricultores familiares no cenário ocupacional não agrícola adverte sobre a necessidade de considerar essa prática como fundamental para a manutenção e reprodução tanto das famílias como da própria exploração agrícola. Por outro lado, assim como produzir café não pode ser assumido localmente como uma predestinação produtiva inalterável, que os jovens do campo fiquem no espaço rural, idealmente dedicados à atividade agropecuária, também não pode se converter em norma. Nesse contexto, a opção por atividades não agrícolas, inclusive apesar do melhoramento das capacidades produtivas familiares, teria que ser assumido como uma realidade susceptível de intervenção governamental: o que poderia ser feito para que esses jovens consigam melhor incursão no mercado de trabalho urbano? Que alternativas de trabalho não agrícolas poderiam ser desenvolvidas e oferecidas no próprio espaço rural local?

De acordo com os resultados da pesquisa, nesse caso em referência ao purismo agrícola próprio da lógica que orienta a ruralidade produtivista em oposição à abertura multissetorial exposta no cotidiano pelos representantes da ruralidade fragilizada, um dos principais desafios é a postura das agências de apoio ao produtor quanto a alternativas não agrícolas. Como expõe Ortega (2008), em atenção ao ponto de vista agropecuarista que impera entre os extensionistas, as atividades não agrícolas e mesmo as agrícolas não convencionais (pense-se na proposta agroecológica associada à ruralidade contestatória ou nas atividades turísticas ligadas à ruralidade hedonística) não são reconhecidas como alternativas desejáveis. Diante dessa circunstância, o desafio estaria em desconstruir esse olhar, avançando para a concepção multissetorial do rural. Políticas de desenvolvimento rural que procurem incrementar a produtividade do uso da força de trabalho familiar disponível como via de incremento da renda deveriam considerar a diversidade e a heterogeneidade dos mercados de trabalho incorporados às dinâmicas cotidianas dos agricultores familiares.

Identificar áreas nas quais os membros de famílias de agricultores incursionam permitiria, como será apresentado na última seção, definir estratégias de educação formal e não formal orientadas a gerar competências que lhes permita melhorar seu desempenho ou ampliar o campo de possibilidades de trabalho. Nesse sentido, reconhecer as condições nas quais eles se integram ao mercado de trabalho não agrícola nas cidades (informalidade, baixa remuneração, desempenho de

ofícios que demandam mínima qualificação, dentre as destacadas no capítulo anterior), mais do que justificar seu rechaço como alternativa para as famílias de pequenos agricultores, postura assumida por certos representantes da ruralidade produtivista, deveria servir para evidenciar o potencial da dinâmica de alta mobilidade ocupacional por eles exposta, assumível como oportunidade de compensação do ingresso familiar. Assim, uma opção considerável consistiria em fomentar a migração de certas atividades industriais e de serviços para os espaços rurais (a partir de políticas e programas públicos e privados), prevendo e estimulando a vinculação dos moradores do campo como trabalhadores nos distintos níveis demandados.

Contrário a esta posturas, referidos ao contexto colombiano, autores como Arango (1991), defensores da especialização agrícola dos atores rurais, manifestam que a incursão dos agricultores familiares em outros cenários de trabalho distintos ao agrícola é o resultado da escassa disponibilidade de terra que impede que o ingresso agropecuário seja insuficiente, pelo que centrar a atenção na questão não agrícola seria negar essa realidade. Nesta mesma direção, Ramírez et al. (2001) afirmam que a situação econômica dos agricultores familiares seria melhor se eles pudessem concentrar os seus esforços na atividade agrícola como fonte principal de ingressos e não tivessem a necessidade de captar outros fora da chácara.

Analiticamente poderia dizer que, sem pretender que o trabalho rural não agrícola constitua a estratégia principal de solução aos problemas de vulnerabilidade socioeconômica, este representa uma oportunidade para reivindicar suas capacidades produtivas não agrícolas, sem que optar pelo não agrícola signifique sua renúncia à condição de agricultores. Neste sentido, opor-se a que os agricultores familiares procurem e promovam formas alternativas de geração de renda, seria desconhecer seu caráter pluriativo, como também a importância da incursão em cenários distintos ao tradicional, como tática para garantir a própria manutenção da unidade agrícola.

Como exposto nos capítulos anteriores, entre os setores emergentes da economia rural local sobressai a prestação de serviços turísticos e habitacionais, atividades que valorizam o espaço rural local em função da paisagem e da cultura cafeeira, as possibilidades de maior contato com a natureza e de mudança para um estilo de vida mais sossegado e sadio. São virtudes hoje economicamente aproveitadas por alguns poucos com alta capacidade de investimento, mas potencialmente incorporáveis pelos agricultores familiares dentre suas estratégias pluriativas de reprodução socioeconômica, fato retomado na próxima seção.

5.3. Aproveitamento da valorização paisagística, cultural e ambiental dos espaços rurais

Aproveitar economicamente os atributos do rural associados à ruralidade hedonística (proximidade à natureza, tranquilidade, autenticidade, descanso, paisagem campestre, ar puro, relações fraternas, dentre outras) sugere adotar novas perspectivas que vão muito além da abordagem puramente agrícola/setorial. Como vem acontecendo em Manizales, pelo menos no concernente ao impulso do agroturismo e do turismo cafeeiro, olhar o espaço rural numa perspectiva econômico-produtiva tem deixado de ser ação exclusiva da Unidade Municipal de Assistência Técnica-UMATA. Instituições como o Instituto de Cultura e Turismo de Manizales hoje dedicam parte do seu tempo a promover e difundir, através de

diferentes meios (revista especializada, televisão e internet, principalmente), a oferta agroturística do município: alojamento rural e circuitos turísticos do café, principalmente. Por enquanto, esse trabalho é limitado ao inventário e à promoção da oferta turística rural local, sem que transcenda outro tipo de incentivos destinados a melhorar as condições em que se presta o serviço, por exemplo, ou a oferecer linhas específicas de crédito aos investidores locais.

Assim, se o que se quer é impulsionar e posicionar o agroturismo como uma alternativa de diversificação produtiva para os produtores locais, essa intenção deveria estar acompanhada de estímulos concretos à incursão no negócio agroturístico (crédito, desenvolvimento de infraestrutura, formação profissional especializada, certificação de qualidade, assessoramento técnico e profissional nas áreas de planejamento, mercado e publicidade, por exemplo), até agora inexistente no âmbito local. Por enquanto, como se apresentou no capítulo anterior, atualmente as iniciativas agroturísticas locais respondem, na sua maioria, ao esforço pessoal de produtores com capacidade de inversão, que também privadamente têm procurado apoio profissional para o desempenho de atividades associadas à nova atividade (promoção, atenção ao público, principalmente) e formação específica em turismo. Trata-se de uma atividade hoje qualificável como informal, na medida em que cada ator interessado na alternativa agroturística, aproveitando a crescente demanda nacional por esse tipo de serviço, no seu entender adapta sua chácara ou fazenda e oferece alojamento e outro tipo de atividades associadas, sem que, em termos gerais, o turismo rural repercuta no desenvolvimento local.

Como exposto nos capítulos precedentes, em Manizales o turismo rural é hoje um negócio que beneficia unicamente alguns poucos. Nesse contexto, adotando o exposto por Santana (2003), muitos dos moradores daquelas zonas rurais onde se pratica o turismo (no caso em estudo os agricultores familiares) passam a ser parte da paisagem dos âmbitos agrícolas, ambientais e culturais, assim como atores involuntários dos distintos cenários turísticos, sem integrarem-se produtivamente à atividade desenvolvida. Nessas circunstâncias, a ideia de assumir o turismo rural como opção economicamente viável para as distintas camadas da comunidade local e para o município em geral, atividade que cria e promove empregos e outras atividades alternativas, dificilmente conseguira concretizar-se.

Consolidar a proposta agroturística como projeto local de desenvolvimento demandaria traduzir essa intenção em termos de política pública com a respectiva destinação de recursos, vontade política e respaldo de instituições que facilitem e coordenem o processo de implementação. No caso das instâncias do governo local implicadas, instituições como a UMATA e o Instituto de Cultura e Turismo precisariam atuar coordenadamente, predefinindo objetivos comuns no processo que integra turismo, agricultura e cultura cafeeira, favorecendo o trabalho interinstitucional em reconhecimento dessa expressão específica de multissetorialidade do espaço rural. No sentido descrito, a atividade agroturística deveria ser olhada como fundamentalmente desenvolvida no meio rural, e que complementa e diversifica as atividades tanto dos agricultores como dos prestadores de serviços turísticos locais, captando e gerando recursos que circulam entre esses dois setores econômicos, contribuindo, em via dupla, para o desenvolvimento de ambos.

Como expõe Teixeira (1998), dentro das novas ocupações que estão emergindo no meio rural, o turismo rural destaca-se como fonte alternativa de desenvolvimento local, capaz de revitalizar áreas decadentes ao fomentar a

diversificação da renda e o trabalho para as populações locais. No caso em estudo, convertê-lo numa alternativa para os agricultores familiares, isto é, para os principais representantes da ruralidade fragilizada constitui o principal desafio. Novamente, gerar alternativas apropriadas a suas capacidades materiais demandaria pensar, por exemplo, em um tipo de turismo diferente do atualmente praticado em Manizales: aluguel de fazendas e casas campestres recorridos pelos circuitos do café, como exposto nos capítulos precedentes. Nesse caso, a proposta de turismo alternativo liderada por representantes da ruralidade contestatória seria uma possibilidade apreciável.

Essa proposta alternativa, fundamentada na ideia de sensibilização e compromisso dos visitantes com a situação social e econômica dos mais vulneráveis do campo, atrairia um tipo de público atualmente existente e demandante desse tipo de experiência. Adotando o exposto por Santana (2003), seria uma forma de turismo sociocultural centrado “no que as pessoas fazem” e em suas formas originais de vida, experiências e propostas alternativas de relação com o ambiente e com a natureza, por exemplo, capitalizável em termos econômicos. Em um possível esquema de economia solidária, seguindo os preceitos da ruralidade contestatória, esse tipo de oferta poderia ser uma opção para comunidades organizadas que demonstrem interesse em incursionar na área do turismo alternativo. O apoio recebido pelas comunidades não deveria se limitar ao de entidades como o Jardim Botânico (pense-se no acompanhamento oferecido aos membros da localidade El Arenillo), mas envolver a participação das entidades governamentais interessadas no fortalecimento do turismo como atividade geradora de desenvolvimento comunitário e local.

Nesse caso, conciliar interesses entre representantes das ruralidades produtivista e contestatória a favor dos representantes da ruralidade fragilizada constituiria o principal desafio. Isto demandaria ultrapassar as percepções particulares, acolhendo a procura do bem-estar dos membros das comunidades rurais envolvidas como objetivo comum. Uma forma de gerar mútua confiança poderia ser a revisão conjunta de experiências exitosas tanto locais como regionais (por exemplo, o caso do Albergue Azul), analisando-as a partir de diversas perspectivas. Encontrar um ponto de equilíbrio entre interesses de ordem econômica e valores de índole social, político e ambiental, a partir do reconhecimento de projetos pensados com fins educativos e socioambientais, que atraem visitantes com certa regularidade e também geram ingressos, por exemplo, facilitaria a união de forças em torno de propostas similares.

Voltando às propostas hoje desenvolvidas por operadores turísticos e alguns agricultores de alta renda vinculados aos circuitos turísticos do café, seria possível propor que parte da política orientada a estabelecer o turismo rural como alternativa complementar de desenvolvimento local deveria prever a incorporação dos agricultores familiares nos projetos de iniciativa privada que explorem os âmbitos cultural e paisagísticos do café. Em termos concretos, visitas aos seus estabelecimentos e plantações, assim como paradas nas suas chácaras ou espaços comunitários para almoçar, lanchar, visitar tendas de artesanato e outros produtos de fabricação própria, por exemplo, deveriam se integrar aos circuitos turísticos. Medidas desse tipo teriam como objetivo retribuir parte da função exercida pelos agricultores familiares como resguardadores da cultura e da paisagem local e regional, rol muitas vezes ignorado pelos investidores privados.

Por sua vez, valorizar a cultura cafeeira, aquela mantida pelos agricultores familiares, a ponto de hoje ser apresentada como eixo de atração turística, também

pode ser considerado uns dos benefícios esperados da atividade turística. Além dos objetivos econômicos, adotando o exposto por Franklin e Crang (2001), uma consequência direta e não intencionada da forma de atividade turística da cultura e seu consumo tem sido sua intervenção na reconstrução das identidades locais, gerando um processo constante de criação e recriação do sentido de pertencimento ao lugar e afeição ao passado e à cultura herdada. Assim, um tipo de turismo como o emergente em Manizales, recorrendo ao referido por Santana (2003), ao mesmo tempo em que usa e consome a cultura local, contribui para reconstruir, reproduzir e manter essa cultura, fato que poderia ser valorizado em termos de política pública: estimular o turismo como estratégia de fortalecimento da cultura e da identidade dos habitantes da zona rural do município, a fim de elevar o sentimentos de pertencimento ao campo entre os agricultores familiares, por exemplo.

Nesse contexto faz-se necessário reconhecer o papel das sociedades rurais para além do unicamente produtivo. Preservar o território, conservar os recursos naturais, estabilizar os processos democráticos e conservar paisagem, entre outras atividades, proporcionam outras considerações acerca do papel das comunidades rurais. Igualmente, o aporte na conservação de expressões culturais, tradições e atividades autóctones que proporcionam sentido de pertencimento às regiões e a nação (Echeverri, 1998), demanda valorizar e reconhecer a contribuição das sociedades rurais ao crescimento e a manutenção do capital social, aporte usualmente desconhecido ou invisibilizado ante a dominância da leitura setorial produtivista e exclusivamente agrária.

Na perspectiva ambiental, fomentar a conservação dos recursos naturais e ambientais também pode ser considerado um dos benefícios derivados da lógica que orienta a ruralidade hedonística, postura que, como foi exposto no capítulo anterior, pode se transformar em motivo de conflito quando enfrentada a lógica produtivista. Como menciona Rodrigues (2001), há situações em que outras atividades econômicas (no caso em estudo a produção de café a partir do impacto ambiental produzido) colocam em risco o turismo, pois causam prejuízos à qualidade dos recursos naturais. Como ressaltado por alguns membros da ruralidade contestatária, a monocultura do café, apresentada como principal atrativo dentro dos circuitos turísticos cafeeiros, constitui uma atividade poluidora do ambiente e desgastante dos recursos naturais, fato em detrimento da função turística do espaço rural local. Nesse caso, a preocupação pela questão ambiental demandaria a atenção de múltiplas dependências do governo local, propiciando a ação coordenada de entidades como a UMATA, o Instituto de Cultura e Turismo e a CORPOCALDAS (entidade regional de regulação ambiental) em torno da conciliação de interesses acerca do uso agrícola e turístico do espaço e da adoção de medidas de proteção ambiental.

Como representante do Estado, o governo municipal, além de estimular o turismo rural como alternativa de desenvolvimento local e conciliar interesses quanto ao uso e proteção dos recursos naturais, também teria que exercer a função de regular a atividade turística, evitando ou mitigando possíveis impactos socioambientais adversos. Apesar de o turismo rural em Manizales ser ainda uma atividade emergente, prever impactos como a degradação ambiental causada pelo lixo, barulho, aumento do trânsito de pessoas, predação de patrimônios naturais, fauna e flora (Francisco Junior, 1999), constitui uma ação a ser levada em conta pelas autoridades locais.

Como foi destacado ao longo da pesquisa, essa mesma preocupação pela questão ambiental, somada ao atrativo que exerce o maior contato com a natureza

oferecido pelos espaços rurais, tem motivado a incorporação de atores distintos dos tradicionalmente agrícolas às dinâmicas rurais, fato que também há de ser considerado em termos dos necessários acordos institucionalizados entre agentes sociais e econômicos com interesses mais o menos divergentes.

5.4. Novos atores sociais e sua potencial contribuição ao desenvolvimento rural local

Como expõe Pires (2004), a conversão de terras agrícolas para áreas residenciais em função da demanda de novos moradores, geralmente de origem urbana, tem motivado a entrada de novos atores nos cenários rurais, fenômeno que vem recentemente acontecendo na zona rural de Manizales. Trata-se de atores atraídos pela possibilidade de melhorar sua qualidade de vida, opção que, de acordo com seu ponto de vista, isso seria morar numa zona rural. No âmbito local, vários desses condomínios estão localizados em zonas distantes dos centros urbanos (como os localizados na vereda Colômbia), contando hoje com mais facilidades de transporte (melhores vias e rotas de ônibus) em virtude das gestões realizadas pelos moradores com a administração municipal, situação que tem beneficiado os agricultores do lugar. Nesse caso, a mudança na composição social das populações rurais tem atraído benefícios para os habitantes originários do campo. Ainda que a relação entre os moradores dos condomínios e os agricultores que moram no entorno ainda sejam poucas, ações como a relatada conseguem influenciar indireta e positivamente a população de agricultores familiares.

Quanto às consequências negativas, apoiado no exposto por Pires (2007) em quanto ao caso de Vinhedo (município do estado de São Paulo, Brasil), a reclassificação administrativa do espaço rural como suburbano ou urbano, por exemplo, geralmente traz como consequência o aumento do preço da terra e do imposto predial. A pesar de em Manizales ainda não existirem reportes associados à situação descrita, entre vários agricultores familiares questionados existe a esperança de que algum dia suas pequenas propriedades se valorizem o suficiente para que vendê-las para os urbanizadores seja um bom negócio. Nesse caso, ainda não afetados pelo possível aumento do imposto predial, para certos agricultores familiares, dadas as circunstâncias conhecidas de desencanto com suas condições pessoais de vida, essa forma de urbanização do espaço representaria uma vantagem econômica.

Situações como a anterior também advertiriam sobre possíveis confrontações associadas ao uso do espaço: agricultores e agentes imobiliários disputando o direito de usar o solo de acordo com seus próprios interesses (uso agrícola ou habitacional), por exemplo, quase sempre competindo em desigualdade de condições (agricultores contra investidores imobiliários, atores muitas vezes aliados à esfera política local, como no caso em estudo). Ainda que essa não seja uma situação atualmente vivenciada em Manizales, considerá-la serve para alertar as autoridades públicas sobre os previsíveis conflitos ligados à vinculação de novos atores com interesses não agrícolas às dinâmicas rurais. Como menciona Pires (2004), a entrada de novos atores nem sempre significa maior democratização nas tomadas de decisões em relação à gestão dos espaços rurais, pelo que mediar disputas desse tipo seria uma responsabilidade mais atribuível à administração municipal.

Entre os novos atores, como foi exposto nos capítulos precedentes, ativistas e ambientalistas representantes da ruralidade contestatória vêm criando relações sinérgicas com representantes da ruralidade hedonística, neo-rurais adeptos da

proposta agroecológica, a favor da construção de um projeto de sociedade mais justo, solidário e ambientalmente sustentável, que assume os agricultores familiares, representantes da ruralidade fragilizada, como coprotagonistas dessa nova sociedade. Nesse caso, representantes de organizações civis, como seria o caso dos membros do Jardim Botânico e da ONG recentemente criada Amigos do Jardim Botânico⁸³, junto com agricultores familiares e novos habitantes do campo propõem projetos alternativos e mobilizam recursos a favor da sua concretização. Iniciativas como o Mercado Agroecológico, Ecovida, a Rede de Consumidores Ecológicos de Manizales, o projeto de agroecologização da vereda El Arenillo, dentre outras, são amostras dos aportes positivos destes novos atores rurais para o desenvolvimento local. Potencializar suas propostas, aproveitar e desenvolver sua capacidade para coordenar e executar projetos de desenvolvimento comunitário, procurar sua cooperação na liderança de outras iniciativas de interesse público e governamental, por exemplo, contribuiria para fortalecer sua participação e sua influência sobre a dinâmica social rural.

Como expõem Echeverri e Ribero (2002), na América Latina as organizações não governamentais vêm ganhando um espaço preponderante nos cenários institucionais das dinâmicas rurais. No âmbito produtivo e econômico em geral, as ONGs têm demonstrado grande capacidade de concretizar iniciativas comunitárias na procura de interesses coletivos, além de atitude para gerir, planejar e formular a prestação de serviços sociais e de assistência às populações vulneráveis, como seria observado em Manizales. Ações como as localmente propostas e coordenadas pelo Jardim Botânico, além da sua alta capacidade de gestão de projetos, revelam o aporte de uma visão de sociedade alternativa favorável aos atores sociais mais vulneráveis, em muitos casos negligenciados pela ação governamental. Em síntese, trata-se de ações que complementam significativamente a gestão do Estado, fato que converteria essas organizações em candidatas de alta elegibilidade para serem, por exemplo, operadoras de algumas políticas estatais.

No marco dessas organizações destaca-se o papel das universidades como instituições comprometidas com o desenvolvimento social (através das suas funções de formação, pesquisa e extensão), mas atualmente, salvo algumas exceções (como seria o caso do Jardim Botânico da Universidade de Caldas, entidade que praticamente opera de forma independente), desligadas dos processos de orientação e tomada de decisões quanto ao desenvolvimento rural local. Para a universidade, por exemplo, propiciar e melhorar a participação dos seus membros na dinâmica rural local implicaria avançar na formulação de uma agenda voltada à pesquisa, formação e extensão, que permita definir áreas prioritárias de atenção nas quais concentrar tempo e recursos. Como observa Machado (2004), estimular essa interação supõe para os atores acadêmicos e universitários agir de acordo com as necessidades sociais, e não somente orientados pelas preferências pessoais dos docentes e pesquisadores.

Em termos gerais, mediar a resolução de novas situações de conflito, favorecer a concretização das alianças entre novos e antigos atores com interesses mais ou menos afins, potenciar sinergias espontaneamente estabelecidas entre “originários” e “chegados”, motivar a aproximação e o descobrimento mútuo entre os moradores com diversos saberes e experiências, agenciar a integração dos novos

⁸³ ONG de recente criação, que reúne, principalmente, profissionais formados na Universidade de Caldas interessados nos processos de reconversão ecológica e em participar das atividades do Jardim a partir da prestação solidária dos seus serviços profissionais.

atores às dinâmicas sociais locais e comunitárias, dentre outras ações, fariam parte das tarefas assumíveis pelos que adotam a missão de gerir e promover o desenvolvimento rural do município.

No contexto da multissetorização dos espaços rurais, para a qual tem contribuído a integração de novos atores à dinâmica rural, outras das tarefas indispensáveis para os gestores do desenvolvimento é incorporar a dimensão não agrícola do rural nas estratégias formuladas, assunto que será abordado a seguir.

5.5. Incorporação da dimensão não agrícola nas estratégias locais de desenvolvimento rural

Como foi apresentado em capítulos anteriores, a incursão ocupacional de membros das famílias de pequenos produtores locais em cenários não agrícolas constitui uma das estratégias cotidianas de reprodução socioeconômica familiar. Como constatado, essa incursão, na maioria de ocasiões, significa aceder a mercados de trabalho marcados pela informalidade e pela precariedade: serviço doméstico, vigilância em edifícios e condomínios urbanos, cuidado de carros e venda ambulante de diversos produtos nas principais ruas da cidade, entre as opções geralmente disponíveis para os atores rurais, para cujo exercício seus saberes agrícolas resultam geralmente irrelevantes.

Por sua vez, no interior das próprias famílias de agricultores, o estímulo ao abandono da atividade agrícola como atividade principal, coação geralmente exercida dos pais para os filhos, contribui também para enaltecimento a importância dada às atividades não agrícolas dentro do contexto da ruralidade fragilizada. Como foi exposto no capítulo anterior, a aposta de pais e filhos pela escolarização como estratégia de mobilidade social ascendente constitui uma realidade local: os pais se esforçam para que seus filhos “consigam se dar bem na vida”, pretensão que seria materializada a partir da mudança ocupacional dos filhos da atividade agrícola para alguma outra não agrícola, geralmente exercida na cidade.

Também é necessário levar em conta que o interesse pelo não agrícola expressado pelos jovens vai muito além da questão meramente econômica. Derivado da própria condição de ser jovem, intenções como sair do campo, fazer algo diferente do realizado pelos pais, explorar outras possibilidades, independentemente das possibilidades disponíveis, fariam parte dessa etapa das suas vidas. Apoiado no exposto por Carneiro (1998), o jovem estaria numa fase definida pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades cotidianamente realizadas. No âmbito local, a projeção de um futuro não agrícola por parte dos jovens contrasta com o percebido no dia a dia nas chácaras (nas suas palavras, “a dureza do trabalho no campo”, “o cansaço da colheita do café”, por exemplo), fato que orientaria a procura de alternativas de vida fora do cenário rural.

Soma-se a isso outra circunstância de ordem mais geral. O desvanecimento gradual das fronteiras entre o campo e a cidade, a contínua mobilização funcional entre cenários reconhecidos como rurais e urbanos (estudar na cidade, morar no campo, vender os produtos da chácara na cidade, fazer compras nos mercados e lojas da cidade), assim como a exposição cotidiana às informações circulantes através dos meios de comunicação massiva, dentre outros fatores, têm contribuído para a mudança nas expectativas dos jovens rurais. Recorrendo ao exposto por Martín-Barbero (1999), ao longo da cultura universal, mais do que nunca as culturas tradicionais se veem envolvidas nos processos de interação com outras culturas da nação e do mundo. Neste sentido, pode assumir que o processo de

hibridação cultural tem possibilitado gradualmente a inclusão de expressões em outros tempos distinguíveis como externas ou estranhas, diante do que qualificar as atividades não agrícolas como opções inadequadas ou não desejáveis para os jovens do campo, premissa ainda ativa entre representantes da ruralidade produtivista, resultaria fora de lugar.

Considerando as circunstâncias apontadas, que elementos considerar para orientar as políticas dirigidas a fomentar as atividades não agrícolas como estratégia complementar de desenvolvimento local?

Em referencia ao tipo de atividades não agrícolas atualmente desempenhadas pelos membros de famílias de agricultores em Manizales, seria pertinente considerar que ter conhecimentos e destrezas em áreas diferentes da agrícola, tais como construção, condução de veículos, mecânica automotriz, eletricidade, enfermagem, costura, panificação, contabilidade, dentre outras, facilitaria a incursão em cenários de trabalho não agrícola, talvez em melhores condições do que as atuais. Ainda que esses conhecimentos não constituam garantia de acesso ao mercado de trabalho urbano, por exemplo, contribuiriam para ampliar as possibilidades de ocupação, o que representaria uma vantagem muitas vezes negada pela especialização agrícola.

Ações orientadas a ampliar o perfil ocupacional dos membros das famílias de pequenos produtores seriam alternativas a considerar em termos de política. Novamente, concretizar essa possibilidade implicaria abandonar a visão agrícola/produtivista que orienta os programas e projetos concebidos para os moradores das áreas rurais, facilitando-lhes o acesso à formação nas outras áreas requeridas. Como foi exposto no capítulo anterior, procurar a formação técnica e tecnológica em áreas não agrícolas por parte dos pais e filhos das famílias de agricultores é hoje uma prática comum. Apoiar ou facilitar o seu acesso a esses programas, mais do que uma inovação em termos de política de desenvolvimento, seria uma forma de institucionalizar uma prática atualmente instaurada entre os agricultores familiares.

Associado à aquisição de novos saberes e destrezas, é preciso considerar que o fato de que em uma família existam membros em idade economicamente ativa e qualificados para trabalhos não agrícolas não é suficiente para gerar processos de pluriatividade. Como expõe Kageyama (1998), para que estes aconteçam é necessário que nos cenários geográficos mais próximos exista um mercado de trabalho com capacidade de absorver a força de trabalho disponível, sendo os centros urbanos contíguos os possíveis lugares. Como mencionado na primeira seção deste capítulo, estimular a migração para as zonas rurais de certas indústrias e empresas prestadoras de serviço seria uma opção a considerar em função de diversificar os mercados laborais disponíveis para os moradores do campo.

Por sua vez, considerando as funções diferenciadas outorgadas à escolarização, meio de escape da condição de agricultores na perspectiva dos representantes da ruralidade fragilizada e estratégia de profissionalização agrícola das novas gerações do campo, procurar um ponto de equilíbrio entre ambas as posturas representaria o melhor caminho sob o olhar dos representantes da ruralidade produtivista.

Como já exposto anteriormente, em termos de escolaridade, as exigências do mercado de trabalho não agrícola superam as do agrícola. Nas circunstâncias de baixa escolarização que caracterizam a população rural local (tendência atualmente em mudança devido à intervenção governamental), as alternativas de incursão no

mercado de trabalho não agrícola ficam reduzidas as que exigem mínima qualificação. Reconhecer a incursão dos jovens rurais em cenários de trabalho não agrícolas como um fato comprovado e concreto exigiria, em termos de política, adequar o esquema educativo hoje dominante (o centrado na profissionalização agrícola) a esta realidade. Oferecer modalidades formativas diversas além da agropecuária permitiria aos jovens rurais adquirir novas competências que os habilitem a desempenhar outras atividades ocupacionais. De igual forma, oferecer alternativas formativas e variadas possibilidades de escolha contribuiria para que os jovens rurais explorassem sua vocação profissional: quantos talentos ficam escondidos diante da impossibilidade de exploração?

Por sua vez, as condições de vulnerabilidade socioeconômica, circunstância característica dos membros da ruralidade fragilizada, mais do que relacionadas com as suas capacidades produtivas poderia estar fundamentada na carência de competências para a expressão e a confrontação política. Em meio a uma dinâmica rural local definida a partir de relações inequilibradas de poder, a participação dos representantes da ruralidade fragilizada é continuamente amoldada pelas visões que orientam outras ruralidades em disputa, tendência que seria preciso subverter como caminho de transformação social.

Como foi apresentado ao longo da tese, orientados pelas diversas formas de representar o rural e atuando em desigualdade de condições quanto à capacidade de concretizar seus projetos, o Comitê de Cafeeiros, a UMATA, o Jardim Botânico da Universidade de Caldas e alguns novos habitantes do campo, entre os principais atores destacados na pesquisa, dedicam parte dos seus recursos a um propósito comum: definir o porvir dos agricultores familiares locais, basicamente decidindo por eles e traçando os caminhos a seguir. Apesar destas tentativas, quase sempre dominando a disputa, a lógica que orienta a ruralidade produtivista se impõe sobre os olhares restantes, fato que se expressa na continuidade do modelo cafeeiro, apesar das críticas e avanços dos seus contraditores.

Na dinâmica de imposições e relações desequilibradas de poder, apesar do cultivo de café atualmente não ser rentável para os pequenos produtores, eles mantêm sua decisão de seguir sendo produtores cafeeiros. Ainda que os agricultores familiares vejam como não desejável a modalidade formativa agrícola, essa especialidade continua sendo a adotada pelos colégios rurais, instituições que recebem apoio e orientações do Comitê de Cafeeiros. Ainda que saibam que os auxílios outorgados pelo governo municipal não resolvem seus problemas de vulnerabilidade socioeconômica, os agricultores familiares aceitam esse tipo de ajuda sem manifestações formais sobre as limitações dessa forma de assistência social. Ainda que argumentem que seu verdadeiro problema é a dificuldade para aceder a mais recursos produtivos (aumentar o tamanho das suas chácaras, principalmente), de nenhum modo reclamam intervenção estatal quanto à redistribuição de terras, por exemplo. Se esta é a situação encontrada (subordinação e submissão por parte dos agricultores familiares), que fazer para mudar-la?

Uma resposta à situação apresentada seria, em termos gerais, apostar a um modelo educacional alternativo. Além de instruir, a educação (assim como a própria extensão rural) teria a função de habilitar atores sociais com:

- * Capacidades para assumir e interpretar suas problemáticas e adversidades como injustiças, conseguindo justificar e legitimar suas ações individuais e coletivas com base na defesa dos direitos fundamentais.

- * Habilidades e disposição para entender a forma em que se configuram as ordens sociais nas quais estão imersos, conseguindo assumir uma postura reflexiva e propositiva acerca das suas próprias condições de vida e da dos outros.
- * Capacidades para reconhecer e analisar as diversas configurações sociais orientadas por distintos interesses políticos e econômico, como caminho para negociar e estabelecer acordos de convergência e convivência.
- * Habilidades para agenciar processos organizativos que promovam a identidade coletiva, a participação e a promoção de redes sociais para atuar a favor dos seus direitos, propostas econômicas e reivindicações políticas.
- * Habilidades para escolher meios legítimos para lograr fins estabelecidos.
- * Habilidades comunicativas e argumentativas que permita aos atores rurais e a suas organizações apresentar suas demandas e posicionamentos a respeito dos diversos temas de interesse (alternativas produtivas, distribuição de ativos produtivos, educação, políticas públicas, dentre as principais),

Trata-se de competências assumíveis como fundamentais para fazer dos representantes da ruralidade fragilizada, mais do que objetos da ação institucional, sujeitos coprotagonistas do desenvolvimento local. Seria a partir desta forma de empoderamento que as bases sociais rurais conseguiriam atuar proativamente a favor de um tipo de desenvolvimento em acordo com suas necessidades. Neste caso, reivindicar o status de agricultores familiares e promover sua integração produtiva e democrática a sociedade geral seriam os principais objetivos.

Em síntese, o capítulo da conta dos dados provenientes da análise do cruzamento de ruralidades em disputa, que expressam as consequências derivadas da dominância de uma ou outra representação acerca do rural sobre o desenvolvimento das dinâmicas socioeconômicas locais, assunto desta pesquisa como contribuição geral aos estudos do mundo rural e ao conhecimento específico da dinâmica rural manizaleña.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas anteriores, procurei demonstrar como o espaço rural, mais do que um marco, estritamente, fisicamente e objetivamente, delimitado, constitui um cenário social de interação no qual diversos atores, sempre em permanente relação, projetam e vivenciam suas representações do rural, reconhecendo ou construindo diferentes características afins aos seus próprios imaginários. Tratar-se-ia de atores que, guiados por diferentes interesses, criariam e dariam sustento a múltiplas ruralidades, isto é, a tramas diferenciáveis de relações sociais construídas por atores congregados em torno de certos propósitos comuns, informadas e caracterizadas por seus variados estilos de pensar e intervir o rural. No contexto desta interação, algumas das ruralidades em disputa chegar-se-iam a impor sobre as outras, conseguindo orientar o desenvolvimento da dinâmica rural que opera no lugar de confluência.

Por sua vez, reconhecer o espaço rural como cenário de interação e expressão de múltiplas ruralidades, implica reconhecer e incorporar a existência de diversos atores participando da configuração das dinâmicas rurais locais. A visão usualmente centrada no reconhecimento dos produtores agrícolas (atores assumidos nas suas diferentes acepções) demanda ser ampliada para o resto de atores participantes da geração das distintas ruralidades em disputa. Os princípios e valores que orientam e distinguem cada ruralidade específica têm sustento empírico nas ações por eles empreendidas. Metodologicamente, a determinação desses princípios e valores é possível a partir da observação e da análise das práticas concretas por eles empreendidas. No marco da ruralidade em disputa, a existência de uma representação dominante (no caso em estudo a agrícola/produtivista/setorial), além de orientar a ação de certos atores específicos (extensionistas e funcionários relacionados à formulação de políticas de desenvolvimento rural, por exemplo), estimula a reação de outros atores que, amparados em valores críticos ou contrários aos que informam a visão hegemônica, respondem de diferentes formas à ordem social imperante. Neste sentido, identificar uma visão dominante, além de servir para ratificar sua força como representação orientadora das dinâmicas rurais ocorridas num lugar de estudo e suas consequências sobre o desenvolvimento local, há de resultar de forma útil para viabilizar a presença de outros atores reagindo e propondo dinâmicas alternativas informadas por outras representações. Como foi apresentada, ao longo da tese, a alternatividade daquelas outras representações (as que orientam a ruralidade contestatória, mas também parte da fragilizada e hedonística) é definida em função da resposta de certos atores à postura dominante.

Em caso de não tomar cuidado, como pode estar acontecendo no âmbito em estudo, a força da própria postura hegemônica pode permear, inclusive a perspectiva dos mesmos estudiosos do mundo e o desenvolvimento rural. A concepção de um rural agrícola, setorial e cafeeiro, no caso em estudo, poderia dificultar a visualização de outros atores que atualmente contribuem para a geração de novas dinâmicas sociais, talvez um pouco mais silenciosas (pensemos nos processos desatados em Manizales pelos ambientalistas e os novos habitantes do campo), mas de alta incidência quando se trata tanto de compreender e analisar a ruralidade contemporânea como de planejar o desenvolvimento rural. Esses novos

atores, mais do que figuras secundárias e tangencialmente vinculadas às dinâmicas sociais rurais, agem como construtores de outras subjetividades e formas de se relacionar com o espaço, o meio natural, as instituições do Estado e os seus congêneres, que podem ser assumidas como indicadores de mudança. Neste caso, a tendência a minimizar o ainda reconhecido como emergente (a aparição no meio local de neo-rurais, a proposta de mercados agroecológicos solidários e outras formas não mercantilizadas de relacionamento social), mas também como indesejável a partir da racionalidade dominante (incursão de membros de famílias de agricultores em cenários ocupacionais não-agrícolas, por exemplo), limitaria apreender as dinâmicas rurais como processos sujeitos a mudanças e transformações no tempo e no espaço. Assim como abertas à incursão de novos atores diferentes aos tradicionalmente agrícolas.

É preciso clarificar que prestar atenção ao novo não significa deixar de perceber aqueles problemas ainda persistentes nos âmbitos rurais (como as dificuldades associadas à estrutura agrária, às condições de produção, à mudança técnica, à participação dos agricultores familiares nos mercados de produtos e de trabalho, por exemplo), nesta investigação abordados a partir da análise da dinâmica associada à vida cotidiana dos agricultores familiares, principais representantes da ruralidade fragilizada. O diferente, nesta pesquisa, consiste na sua observação analítica não de forma isolada, mas no seio do cruzamento da ruralidade fragilizada com as outras ruralidades específicas. Quais são as consequências derivadas da dominância da visão produtivista sobre a situação de vida dos agricultores familiares? Quais os tipos de alternativas econômicas, norteadas pela lógica produtivista, são considerados pelos formuladores de políticas, programas e projetos como opções para os pequenos produtores locais? De que maneira se integram os agricultores familiares nas dinâmicas econômicas derivadas da visão hedonística do rural? Quais são os benefícios gerados pelo turismo no espaço rural para os membros das comunidades de base? De que forma têm contribuído as propostas ligadas à visão contestadora para a reivindicação dos direitos dos mais oprimidos do campo? De que modo os agricultores familiares, representantes da ruralidade fragilizada, têm incorporado as variadas propostas associadas as outras ruralidades específicas a suas estratégias de reprodução socioeconômica? Perguntas como essas, resolvidas ao longo da tese, servem para ilustrar a relevância da análise a partir do cruzamento entre ruralidades específicas como via metodológica para identificar outras novas formas de relação entre os atores que ativam, sustentam e operam a dinâmica rural. Nesse sentido, como foi exposto ao longo da tese, tratar de compreender analiticamente qualquer dinâmica rural demanda não só reconhecer as percepções operantes do rural e o perfil dos atores que as usam para orientar suas ações como também as interações produzidas pelo encontro entre esses atores com posturas divergentes e suas consequências sobre a realidade local.

Em termos gerais, o cruzamento analítico das múltiplas ruralidades permite identificar variados pontos de encontro conflituosos ou solidários, interseções definidas a partir de temas ou assuntos de comum interesse, mas significados de diferentes modos pelos representantes das múltiplas dinâmicas específicas. Um caso que ilustra o anterior, assunto abordado no capítulo quarto, tem a ver com a situação de vulnerabilidade socioeconômica experimentada pelos agricultores familiares. O reconhecimento dessa circunstância (pobreza, dificuldades de acesso aos recursos produtivos, demanda de assistência social, entre as destacadas localmente) informa e direciona a ação de outros atores, indivíduos que interpretam

e contextualizam o problema a partir de abordagens diferenciadas em função das suas formas específicas de perceber o rural, bem sejam próximas ou contraditórias.

Para certos representantes da ruralidade contestatória, mais do que um espaço meramente produtivo, este representa, sobretudo, um espaço de confrontação e resistência. A partir dessa visão, os problemas dos pequenos produtores, para além da leitura somente produtiva, são politicamente significados, isto é, vistos e assumidos através de um filtro que privilegia as relações desequilibradas de poder entre os participantes de dinâmica rural (agricultores familiares obrigados pelos partidários do modelo produtivista a adotar uma racionalidade alheia ao seu modo idealizado de ser, por exemplo), leitura da realidade empregada para nortear o “empoderamento” dos pequenos produtores. De outra perspectiva, para os representantes da ruralidade hegemônica, atores informados pela lógica agrícola/setorial, os problemas dos agricultores familiares são praticamente atribuídos a questões de caráter produtivo (falta de visão empresarial, baixa incorporação de inovações tecnológicas), situação solucionável mediante estratégias destinadas a elevar suas competências de integração à dinâmica de mercado, por exemplo, sem que isto implique seu posicionamento como atores com capacidade para incidir na tomada de decisões acerca do rumo da dinâmica rural da qual tomam parte.

Neste caso, como foi demonstrado nesta tese, ao serem traduzidas em ações, as distintas percepções do rural podem orientar medidas ou projetos excludentes para aqueles atores minimamente alinhados aos principais preceitos de cada dinâmica específica. Quando opera a visão produtivista, agricultores com baixas possibilidades de melhorar suas capacidades produtivas, incorporar inovações tecnológicas e assumir um estilo empresarial de administração da sua chácara, por exemplo, ficariam excluídos dos programas e projetos relacionados à modernização da agricultura familiar. Sem que este seja o caso de Manizales, a resistência da Federação Nacional de Cafeeiros a cadastrar como “membros da família cafeeira” aqueles produtores cuja propriedade é menor do que um hectare seria uma amostra da exclusão referida. Pela sua vez, quando opera a visão contestatória, produtores familiares que conseguem se integrar ao mercado, como seria o caso de aqueles que viram intermediários, por exemplo, negociando “vantajosamente”, nas palavras de certos ativistas, a colheita de outros agricultores familiares locais, seriam qualificados de indesejáveis dentro dos projetos de economia solidária, devido a sua “mentalidade capitalista”. Em termos gerais, o anterior serve para visualizar como as distintas concepções do rural influenciam a tipificação dos atores rurais de acordo com parâmetros afins a cada visão particular, fato que repercute na formulação de medidas incluídas ou excluídas (políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural, por exemplo), dependendo da ruralidade em operação.

Outra virtude da abordagem rural, a partir da identificação e cruzamento das múltiplas ruralidades operando num mesmo espaço sociogeográfico, é a possibilidade de explorar e incorporar dimensões diferentes à econômica, perspectiva dominante em muitos estudos do rural. Como foi ressaltado ao longo da pesquisa, as dimensões política, cultural, simbólica e ambiental das dinâmicas rurais se somam à dimensão econômica no meio da trama de relacionamentos entre as distintas ruralidades em disputa. Novamente, fazer uma leitura cruzada dessas distintas dimensões, tal como foi proposto e feito nesta investigação, permite forjar uma ideia global acerca da dinâmica em estudo, que, sem desvalorizar suas especificidades, integra as diferentes dimensões do rural, como estratégia de análise sistêmica. Trata-se, por exemplo, de questões de ordem ambiental

orientando propostas de índole principalmente política, mas também de caráter econômica (como podia ser o caso do impulso ao mercado agroecológico); de valorações de ordem estética e simbólica gerando iniciativas de índole econômica (como seria o caso do turismo rural baseado na valoração da cultura e da paisagem cafeeira); de projetos de índole econômica, igualmente centrados na visão produtivista, mas divergentes ao respeito da base produtiva escolhida (como seria o caso da disputa entre a especialização cafeeira e o projeto de agrodiversificação como alternativa para os agricultores familiares).

Finalmente, como foi exposto no último capítulo, considero que uns dos principais desafios em referência à abordagem das ruralidades em disputa é a sua posterior efetivação em termos de políticas públicas. Nesse sentido, considerar que no cenário rural contemporâneo não é mais possível identificar um único ator no grupo social dominante; que a composição social das populações rurais é atualmente mais heterogênea, em função da integração de múltiplos atores com interesses e formas diferentes de perceber o rural; que as dinâmicas econômicas locais são cada vez mais intersetoriais, dando cabimento às atividades não-agrícolas; que uma das consequências da multissetorialidade e da polissignificação dos espaços rurais é o surgimento de conflitos e solidariedades entre os diversos atores agora compartilhando um mesmo espaço sociogeográfico, entre os principais aspectos destacados nesta tese, permitiria uma gestão mais efetiva do desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 15, n.1, p.137-157, 1998.
- ALMEIDA, J.; BLÓS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 15, p. 31-49, 1997.
- AGUILAR, E.; MERINO, D.; MIGENS, M. Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en el ámbito de la globalización. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p.161-183, 2002.
- ASTI, A. *Comércio justo e o caso do algodão: a cadeia produtiva têxtil brasileira*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983. 248 p.
- BEZERRA, M. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 275 p.
- BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: Almeida. J.; Riedl, M. (orgs). *Turismo rural*. Ecologia, lazer e desenvolvimento, EDUSC: Bauru, 2001. p. 199-222.
- BROUWER, R. Toerisme en de symbolische toeëigening van rurale hulpbronnen, *Tijdschrift voor sociaalwetenschappelijk onderzoek van de landbouw*. v. 12, n. 3, p. 281-305, 1997.
- BRUNORI, G. Alternative trade or market fragmentation? Food circuits and social movements. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10. 2000. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: International Rural Sociological Association, 2000.
- BUNCE, M. Reproducing rural idylls. In: Cloke P. (ed.), *Country visions*. Harlow: Pearson Education, 2003. p.14-30.
- BURTON, R. Seeing through the good farmer's eyes: towards developing and understand of social symbolic value of productivist behavior. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 44, n. 2, p. 195-215, 2004.
- CANCLINI, N G. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990. 347 p.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., Piracicaba, 2000. *Anais...* Piracicaba: FEALQ, 2000.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. O agroturismo como nova fonte e renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: Almeida, J.; Riedl, M. (orgs). *Turismo rural. Ecologia, lazer e desenvolvimento*, EDUSC: Bauru, 2001. p. 145-179.

CARDOSO, RUTH. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 42-48, 2004.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Texeiram F. C.; Santos R.; Costa, L. F. (orgs.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade. tipologias e políticas. In: Costa, L.; Moreira, R.; Bruno, R. (orgs). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad,

CARNEIRO, M. J. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: *El mundo rural: transformaciones y perspectivas a la luz de la nueva ruralidad*. CD-ROOM. . Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2003.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: Schneider, S. (org.). *Diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre UFRGS, 2006.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad/Nead/MDA/IICA, 2007.

CARTAY, R. Estratégias de sobrevivencia de los pequeños caficultores en tiempos de crisis. *Agroalimentaria*, Merida, n. 9, p. 79-82, 1999.

CLAVAL, P. Reading the rural landscapes. *Landscape and Urban Planning*, v.70, n. 1, p. 9-19, 2005.

CLOKE, P.; LITTLE, J. (eds). *Contested countryside cultures: otherness, marginalization and rurality*. London: Routledge, 1997.

COMITÉ DE CAFETEROS DE CALDAS. Nuestra empresa. Disponível em: <http://www.recintodelpensamiento.com/comitecafeteros/Default.htm>. Acesso em Consulta: 12 de dezembro. 2007.

CORPOCALDAS. *Agenda para el desarrollo ambiental del municipio de Manizales*. Manizales: CORPOCALDAS, 2002. 98 p.

COSTABEBER, J.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n. 4, p. 50-60, 2000.

CRECE. Notas económicas regionales. Eje Cafetero. Disponível em: http://www.banrep.gov.co/documentos/publicaciones/pdf/rec_2.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2004.

DE PAULA, S. Natureza, ruralidade e experiência urbana. In: Moreira, R. (org.), *Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. p. 237-253.

DNP. *Agenda para la productividad y la competitividad*. Documento Regional Caldas. Bogotá: DNP, 2007. 112 p.

DUIS, U. El turismo del Eje Cafetero en el marco del paisaje de la cultura del café. In: Barrera, E. (coord.). *Turismo rural: nueva ruralidad y empleo rural no-agrícola*. Montevideo: CINTEFOR/OIT, 2006.

DURSTON, J. Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual. Santiago: CEPAL, 1998. 41 p.

ECHEVERRI, R. *Colombia en transición*. De la crisis a la convivencia: una visión desde lo rural. Bogotá: IICA-TM Editores, 1998.

ECHEVERRI, R.; RIBERO, M.P. *Nueva ruralidade*. Visión del territorio en América Latina y el Caribe. San José de Costa Rica: IICA, 2002. 207 p.

EISENSTADT, S.; RONINGER, L. Patron-client relations as a model of structuring social exchange. *Comparative Studies in Society and History*, v. 22, n. 1, p. 42-77, 1980.

ENTRENA, F. *Cambios en la construcción social de lo rural*. Madrid: Tecnos, 1998. 197 p.

ESCOBAR, A. *El final del salvaje*. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá: CEREC-ICAN, 1999.

FAJARDO, D. *Tierra, poder político y reformas agrarias y rural*. Cuadernos de Tierra y Justicia 1, Bogotá: ILSA, 2002.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu Editora/FAPESP, 2007. 220 p.

FEDECAFÉ. Quiénes somos. Disponible en: <http://www.cafedecolombia.com/quienessomos/federacion/federacion.html#>. Fecha de Acceso en: 24 de outubro. 2007.

FIGUEIREDO, E. A Periferia das Periferias. Áreas protegidas em espaços rurais. CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 2., Angra do Heroísmo, 2004. Anais... Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 2004.

FONSECA, LUZ. *Colombia: escenario social, económico e institucional de la actual crisis cafetera*. Santiago: CEPAL, 2002.

FORERO, J. *Economía y sociedad rural en los Andes colombianos*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1999. 378 p.

FRANCISCO JÚNIOR, J.C. Processo de desenvolvimento do turismo em Brotas. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 1., 1999. Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 229-233.

FRANKLIN, A.; CRANG, M. The trouble with tourism and travel theory? *Tourist Studies*, v. 1, n.1, p. 5-22, 2001.

FROEHLICH, J. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento In: Almeida, J.; Riedl, M. (orgs). *Turismo rural*. Ecologia, lazer e desenvolvimento, EDUSC: Bauru, 2001. p. 181-197.

GARCÍA, A. *Reforma agraria y dominación social en América Latina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1970.

GARCÍA, J. El turismo rural como factor diversificador de rentas en la tradicional economía agraria. *Estudios Turísticos*, Madrid, n.132, p. 47-61, 1996.

GARCÍA, J.; RAMÍREZ, J. Sostenibilidad económica de las pequeñas explotaciones cafeteras colombianas. *Ensayos FEDECAFÉ*, Bogotá, n. 18, 2002.

GARCIA JR., A. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB/CNPq, 1989. 285 p.

GARROD, B., WORNELL, R., YOUELL, R. Re-conceptualising rural resources as countryside capital: the case of rural tourism. *Journal of Rural Studies*, v. 22, n. 1, p. 117-128, 2006.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; RANCE, A. The Institutionalization of Fair Trade: More than Just a Degraded Form of Social Action. *Journal of Business Ethics*, v 86, n. 1, p. 63-79, 2009.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 14, p. 59-67, 1990.

GIULIANI, G. M. A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 102-126, 1997.

GONZÁLEZ, M.; CAMARERO, L. Reflexiones sobre el desarrollo rural: las tramoyas de la postmodernidad, *Política y Sociedad*, Madrid, n. 31, p. 55-68, 1999.

GÓMEZ, A.; RESTREPO, G.; GONZÁLEZ, P. *Turismo en el eje cafetero*. Ensayos sobre Economía Regional. Bogotá: Banco de la República, 2004.

GOMES, G. E PÉREZ, A. El proceso de modernización de la agricultura latinoamericana: características y breve interpretación. Em: Piñeiro, M.; Trigo, E. (eds.). *Cambio técnico en el agro latinoamericano*. San José de Costa Rica: IICA, 1985. p. 113-165.

- GOODMAN, D.; GOODMAN, M. Sustaining foods: Organic consumption and the socio-ecological imaginary. In: Cohen, M; Murphy, J. (orgs.), *Exploring sustainable consumption: Environmental policy and the social sciences*. Oxford: Elsevier Science, 2001. p. 97-119.
- GOODMAN, M. Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods. *Political Geography*, n. 23, v. 7, p. 891-915, 2004.
- GRASSI, E. El asistencialismo en el estado neoliberal. La experiencia argentina de la década del 90. *Revista electrónica de Estudios Latinoamericanos*, n. 1, v. 4, 2003.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma o um novo movimento social. In: Almeida, J.; Navarro, Z. (orgs.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável* Porto Alegre. UFRG, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. 151 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 15, v. 43, p. 37-50, 2001.
- HALFACREE, K. Talking about rurality: social representations of the rural as expressed by residents of six English parishes, *Journal of Rural Studies*, v. 11, n. 1, p. 1-20, 1995.
- HALFACREE, K. Trial by space a radical rural: Introducing alternative localities, representations and lives, *Journal of Rural Studies*, v. 23, n. 2, p. 125-141, 2007.
- HASBAERT, R. *O mito de desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- HOPKINS, J. Signs of the post-rural: marketing myths of a symbolic countryside. *Geografiska Annaler B*, v. 80, n. 2, p. 65-81, 1998.
- IANNI, O. *La era del globalismo*. México: Siglo XXI, 1999. 215 p.
- JAFFE, D. Bringing the "Moral Charge" Home: Fair Trade within the North and within the South. *Rural Sociology*, v. 69, n. 2, p.169-196, 2004.
- JARAMILLO, J.; HERRERA, M. Análisis descriptivo de la zona rural de Manizales. *Boletín Estadístico CIE*, Manizales, n.3, p. 7-13, 2007.
- JOLLIVET, M. Les métamorphoses d'un rural incertain. In : Jollivet, M. (dir.). *Vers un rural postindustriel*. Rural et environnement en huit pays européens.Paris: L'Harmattan, 1997 . p. 351-371.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 515-551, 1998.

KASTENHOLZ, E. A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais. In: Simões, O; Cristovão, A. (orgs.). *Turismo em espaços rurais e naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 203-216.

KAYSER, B. *Ils ont choisi la campagne*. Paris: Editions de l'Aube, 1996. 188 p.

LACLAU, E. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestros tiempos. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993. 272 p.

LAKIN, M. E GASPERINI, L. La educación básica en las áreas rurales: situación, problemática y perspectivas. In: FAO y UNESCO-IIPE (comp.). *Educación para el desarrollo rural: hacia nuevas respuestas de política* Roma: FAO/UNESCO, 2004. p. 81-191.

LANZETTA, C. Coyuntura cafetera. *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 13, p. 5-10, 1991.

LEÓN, J. Estrategias de vida en familias cafeteras y su relación con la riqueza etnobotánica de fincas en el departamento de Caldas, Colombia. 2006. Dissertação (Mestrado em Agricultura Ecológica) – CATIE. San José de Costa Rica, 2006.

LITTLE, J. Otherness, representation and the cultural construction of rurality. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 3, p. 437-442, 1999.

LLAMBÍ, L.; PÉREZ, E. Nuevas ruralidades y viejos campesinismos. Agenda para una nueva sociología rural latinoamericana. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, v.4, n. 59, p. 37-61, 2007.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, A. *La cuestión agraria en Colombia a fines de milenio*. Bogotá. Áncora, 1998. p. 222.

MACHADO, A. Una visión renovada sobre la reforma agraria en Colombia. En: *El mercado de tierras en Colombia, ¿una alternativa viable?*, Absalón Machado y Ruth Suárez (coord.). Bogotá: CEGA-IICA-TM Editores, 1999.

MACHADO, A. ¿Reforma agraria o reforma rural? *Análisis Político*, n. 40, p. 81-95, 2000.

MACHADO, A. Seguridad alimentaria y sistema agroalimentario. In: *Territorios y sistemas agroalimentarios localizados*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/Red de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria, 2004. p. 33-51.

- MACHADO, A; TORRES, J. El sistema agroalimentario: una visión integral de la cuestión agraria en América Latina. Bogotá: CEGA-Siglo XXI, 1987.
- MAFRA, F. *Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais*. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces, *Journal of Rural Studies*, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.
- MARSDEN, T. Rural futures: the consumption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*, v. 39, n. 4, p. 501-520, 1999.
- MARTÍN-BARBERO. J. Las transformaciones del mapa cultural: una visión desde América Latina. *Revista Andaluza de Comunicación*, n. 2, p. 7-22, 1999.
- MASCARENHAS, G. *O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MEIJERING, L.; HUIGEN, P.; VAN HOVEN, B. Intentional communities in rural spaces”. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 98, n. 1, p. 42-52, 2007a.
- MEIJERING, L.; VAN HOVEN, B.; HUIGEN, P. Constructing ruralities: The case of the Hobbotstee, Netherlands”, *Journal of Rural Studies*, v. 23, n. 3, p. 357-366, 2007b.
- MÉNDEZ, M. Incursión ocupacional rural en escenarios no agrícolas y urbanos: tendencias y desafíos. In: De Grammont, H; Martínez, L (comp.). *Pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2009. p. 127-144.
- MÉNDEZ, M; LÓPEZ, L.; MÁRQUEZ, L. Incursión ocupacional rural en escenarios no agrícolas y urbanos: reflexiones en torno a la evidencia empírica. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, n. 56, p. 117-135, 2006.
- MORALES, H. Turismo comunitario: una nueva alternativa de desarrollo indígena. *Revista de Antropología Iberoamericana*, Alicante, n.1, v. 2, p. 249-264, 2006.
- MOREIRA, R. Sociedade e universidade: cinco teses equivocadas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 125-134, 1994.
- MOREIRA, R. Cultura e política e o mundo rural na contemporaneidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 113-143, 2003.
- MORMONT, M. La place de l’environnement dans les stratégies de développement rural. In: CEDRES, *Territoires D’Europe II: Éléments Fonctioniels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural*. Paris: CNRS, 1994.

MORMONT, M. Rural nature and urban natures. *Sociologia Ruralis*, v. 27, n. 1, p. 3-20, 1987.

NARVÁEZ, D.; VARGAS, V. Racionalidad campesina y estrategias sociales de los caficultores caldenses. *Virajes*, Manizales, n. 9, p. 257-289, 2007.

NATES, B.; JARAMILLO, P.; HERNÁNDEZ, G. *Más allá de la historia: sentidos de pertenencia, socialización y economía en el concepto de pueblo en los Andes*. Manizales: Universidad de Caldas, 2004. 267 p.

NOGAR, G. La agroindustria integrada de base rural. Una herramienta alternativa para el desarrollo rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, n. 35, p. 45-65, 1995.

OLIVA, J.; CAMARERO, L. *Paisajes sociales y metáforas del lugar*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2005. 164 p.

ORTEGA, A. *Territórios deprimidos*. Desafíos para las políticas de desenvolvimiento rural. Campinas: Aliena, 2008. 244 p.

OTERO, A. Étude de cas de l'organisation de commerce équitable IDEAS. Cahier de la Chaire de responsabilité sociale et de développement durable, Montreal, n. 6. p. 45-67.

PACHECO, L. *Empoderamiento de los jóvenes rurales*. Papera presentado no Seminario Internacional: Revalorización de los grupos prioritarios en el medio rural. México: SAGARPA, 2002.

PALACIO, M.C.; SÁNCHEZ, H; VALENCIA, A. *Los conflictos y las violencias recientes en Colombia*. Editorial Universidad de Caldas. Manizales. 2002.

PÉREZ, C.; VILLAREAL, LILIA.; MONTERROSO, N. Turismo e identidad de resistencia. La oposición local a proyectos turísticos en el Parque Nacional Nevado de Toluca, México. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Buenos Aires, v. 18, n. 1, p. 36-52, 2009.

PÉREZ, E.; FARAH, M.A.; ROJAS, M. *Reconstruir la confianza en Colombia: nueva institucionalidad en el sector rural*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/REDCAPA, 2000.

PÉREZ, E.; PÉREZ, M. El sector rural en Colombia y su crisis actual. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, n. 48, p. 35-58, 2002.

PERFETTI, M.; VELÁSQUEZ, L.; ORTIZ, O.; HERNÁNDEZ, J. *Cuantificación de los impactos micro y macroeconómicos y sociales de la crisis cafetera en Colombia*. Manizales: CRECE, 2004. 64 p.

PHILO, C. Neglected rural geographies: a review. *Journal of Rural Studies*, v. 8, n. 2, p. 193-207, 1992.

PIRES, A. “Novas” ruralidades, “velhas” aspirações: reflexões sobre os caseiros de Vinhedo (SP). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 171-193, 2004.

PIRES, A. *Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio*. São Paulo: Annablume, 2007. 240 p.

PNUD. *Informe regional de desarrollo humano*. Un pacto por la región: de la crisis cafetera a una oportunidad de desarrollo regional. Manizales: PNUD-Colombia, 2004 274p.

PORTILHO, F. Ambientalização do consumo: alianças entre movimentos ambientalistas e movimentos de defesa dos consumidores. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPPAS, 2006.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política e Sociedade*, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009.

PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

PRETTY, J. *Agri-culture. Reconnecting people, land and nature*. Londres: Earthscan, 2002. 261 p.

RAMÍREZ, J. Agroturismo como alternativa de diversificación del ingreso en el Eje Cafetero colombiano. *Harvard Review of Latin America*, v. 1, n.2, 2002. p. 30-36.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Atica, 1993. 269 p.

RÉMY, J. Le rural et l’urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne. *Espaces et Sociétés*, Paris, v.72, n. 3, p. 31-47, 1993.

RENARD, M.C. Fair trade: quality, markets and conventions. *Journal of Rural Studies* v. 19, n. 1, p. 87-96, 2003.

RIVERA, M. J. *La ciudad no era mi lugar*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2007.

RODRIGES, M. *Desenvolvimento local, turismo e lazer no Agreste Central de Pernambuco*. 2001. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RUBIO, B. *Explotados y excluidos*. Los campesinos latinoamericanos en la fase de agroexportación neoliberal. México: Universidad Autónoma Chapingo/Plaza y Valdés, 2001.

SANTANA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p.31-57, 2003.

- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.
- SEVILLA-GUZMÁN, E.; MARTINEZ ALIER, J. Rural social movements an agroecology. In: Cloke, P.; Marsden, T.; Mooney, P. (eds.). *Handbook of Rural Studies*. London: SAGE, 2006.
- Sevilla-Guzmán, E.; Woodgate, G. Sustainable rural development: from industrial agriculture to agroecology. In: Redclift, M.; Woodgate, G. (eds.). *The international Handbook of Environmental Sociology*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997.
- SILVA, L. A procura do turismo em espaço rural. *Etnográfica*, Lisboa, v. 11, n. 1, p. 141-163, 2007.
- SORJ, J. E WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: Sorj, B. e Almeida, M. H. T. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 164-190.
- TEDESCO, C. A lógica produtivista e o camponês: ambigüidades e ambivalências no espaço atual. *Teoria e evidência econômica*, Passo Fundo, v. 3, n. 6, p. 27-42, 1995.
- TEIXEIRA, V. *Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado de Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- TENTI, E. Pobreza y política social: más allá del neoasistencialismo. In: Isuani E.; Lo Vuolo, R.; Fanfani, E. (orgs.). *El Estado Benefactor*. Un paradigma en crisis. Buenos Aires: Miño y Dávila-CIEP, 1991.
- TOBASURA, I. La crisis cafetera, una oportunidad para el cambio en las regiones cafeteras de Colombia. *Revista Agronomía*, Manizales, v. 13, n. 2, p. 35-46. 2005.
- TONNEAU, J.; SABOURIN, E. 2007. Elementos de síntese e perspectivas. In: Tonneau, J.; Sabourin, E. (orgs.). *Agricultura familiar*. Interações entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: UFRGS. p. 281-310.
- URRY, J. *La mirada del turista*. Lima: Universidad de San Martín de Porres, 2004.
- VALDERRAMA, M; MONDRAGÓN, H. 1998. *Desarrollo y equidad con campesinos*. Bogotá: IICA-TM Editores, 1998.
- WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1997, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1997.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudo Sociedade e Agricultura*, v. 15, p. 87-145, 2000.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores. Porto Alegre UFRGS, 2008. 214 p.

WILLITS, F., BEALER, R., TIMBERS, V. Popular images of rurality: Data from a Pennsylvania survey, *Rural Sociology*, v. 55, n. 4, p. 559-578, 1990.

WILLITS, F.; LULOFF, A. Urban residents’ views of rurality and contacts with rural places”, *Rural Sociology*, v. 60, n. 4, p. 454-465, 1995.

WOODWARD, R. Deprivation and the rural: an investigation into contradictory discourse, *Journal of Rural Studies*, v. 12, n. 1, p. 55-67, 1996.

YARWOOD, R. Beyond the rural idyll, Images, countryside change and geography, *Geography*, v. 90, n. 1, p. 19-31, 2005.

ZULUAGA, L. Paisaje cultural cafetero. Disponível em: ftp.unipamplona.edu.co/kmconocimiento/Congresos/archivos_de_apoyo/paisaje%cultural%20cafetero.pdf. Acesso: 9 de abril. 2005.